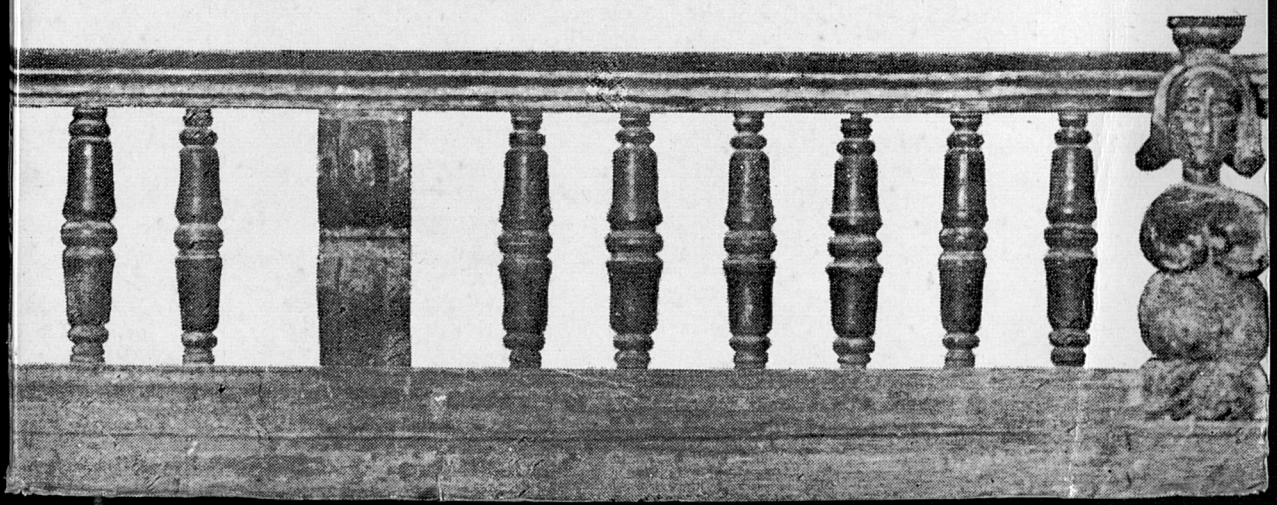
REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS



REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS

Publicação do Instituto de Estudos Brasileiros
da Universidade de São Paulo — S.P. — Brasil

N.º 6 — 1969

Comissão Consultiva: Membros do Conselho de Administração do IEB. — Alice Piffer Canabrava, Antônio Delfim Neto, Antônio Rocha Penteado, Carlos Drumond, Dirceu Lino de Matos, Eduardo Augusto Kneese de Mello, João Batista Borges Pereira, José Aderaldo Castello, Sérgio Buarque de Holanda.

Diretor: José Aderaldo Castello.

Pede-se permuta.

Instituto de Estudos Brasileiros
Caixa Postal: 11.154
São Paulo — S.P. — Brasil

ÍNDICE

ARTIGOS

Págs

Arte e Arquitetura —

Lucas Mayerhofer, *A Igreja de São Miguel das Missões* 7

Geografia —

Antonio Rocha Penteado, *Condições Geo-econômicas da Amazônia Brasileira* 35

História —

Fernando A. Novais, *Considerações sôbre o sentido da colonização* 55

Nícia Vilela Luz, *A Década de 1920 e suas crises* 67

Literatura —

Álvaro Lorencini, *O Verso como Unidade Fono-semântica* 79

Claude-Henri Frèches, *Joaquim Nabuco* (Trad. de Neusa Pinsard Caccese) 99

Sociologia —

José de Souza Martins, *Modernização e Problema Agrário no Estado de São Paulo* 121

RESENHAS E COMUNICAÇÕES

Resenhas —

Presas, D. José — *Memórias de D. Carlota Joaquina,* J. S. Witter 149

Hormeyer, Joseph — *O que Jorge conta sôbre o Brasil,* J. S. Witter 150

Morse, Richard M. — *The Strange Career of "Latin-American Studies",* J. S. Witter 151

Morse, Richard M. — *Recent Research on Latin American Urbanization...,* J. S. Witter 152

Morse, Richard M. — *Some themes of Brazilian History...,* J. S. Witter 153

Goulart, José Alípio — *O Mascate no Brasil,* Luiz Mott 154

Rollie E., Poppino — *Feira de Santana,* Luis Mott 156

Seraine, Florival — *Antologia do Folclore Cearense,* Erasmo d'Almeida Magalhães 160

Houaiss, Antonio — *Seis poetas e um problema,* José Carlos Garbuglio 160

Comunicações —

Thekla Hartmann — *Panorama das investigações antropológicas no Brasil* 163

Maria Thereza Schorer Petrone — *Um documento sôbre os Ranchos das Estradas Paulistas nos fins do século XVIII* 177

Maria Isabel Abreu — *Princípios Lingüísticos aplicados ao Ensino do Português* 181

Rosemarie E. Horch — *Karl Friedrich Philipp von Martius* (1794-1868) 187

NOTICIÁRIO

Relatório Geral das Atividades do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo em 1968 197

Arte
e
Arquitetura

A IGREJA DE SÃO MIGUEL DAS MISSÕES

Prof. Arq. LUCAS MAYERHOFER

I — *Estabilização das ruínas da Igreja de São Miguel das Missões* (*)

"*Bianchi,* Ioann. Andreas, Coad. 1677-1740

1716 "A di 1 febr. 1716, fu abbracciato per Fratello coadiutore Giov. Andrea Bianchi Milanese, il quale porto seco un mantello di panno turchino, un giustacore, camisciola, calzoni di panno celesti tanto usato, una camisciola di riverscio rosso, un capello, una perucha, un paro di calzette di seta negro, un paro di lana, un paro di filo, un paro di scarpe colle fibbie di ferro, 3 camiscie, 3 fazoletti, due corvatte, due berettini di notte Io

(*) Por sugestão do Professor Arquiteto Eduardo Augusto Kneese de Mello, responsável pelo setor de Arte e Arquitetura do «Curso sôbre o Rio Grande do Sul», promovido pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, fui convidado pelo Diretor, Professor Dr. José Aderaldo Castello, a chamar a atenção dos estudiosos para um trabalho que realizamos de 1938 a 1940: a estabilização das ruínas da igreja de São Miguel das Missões, projetada e construída pelo arquiteto milanês Gian Battista Primoli.

Era uma das maiores igrejas do Brasil, medindo 45 metros de extensão na fachada principal e 80 metros da frente aos fundos; suas tôrres tinham paredes de 3 metros de espessura e 23 metros de altura. Totalmente construída de pedra até a altura dos tetos, tinha seus paramentos esculpidos, tanto interna como externamente, com modenatura e decoração barrôcas.

O abandono em que ficou o templo após a expulsão dos jesuítas, em 1768, foi responsável pelo estado em que se encontrava em 1938, quando o Govêrno Brasileiro resolveu preservá-lo da destruição total. Os tetos haviam desaparecido e as paredes em grande parte desaprumadas ameaçavam desmoronamento, mas o que a todos preocupava era a situação da tôrre, que acusava um desaprumo de 1,50 m. A estabilização das ruínas foi-nos então confiada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Estudando detidamente o monumento, alvitramos para a consolidação da tôrre o processo da demolição prévia e reconstrução sôbre novas fundações.

Depois de têrmos feito o levantamento das ruínas, numeramos com tinta a óleo, pedra por pedra, todos os paramentos a demolir, consignando essa numeração em desenhos que foram guardados cuidadosamente. Só após essas precauções, foi feita a demolição. Na reconstrução, a numeração feita por ocasião do levantamento foi rigorosamente observada.

Os pormenores dêsse trabalho, bem como a reconstituição do Povo de São Miguel, de que nos restam uma poucas muralhas além das ruínas majestosas da igreja, são o objeto da presente comunicação.

Gio Andrea Bianchi" In margine: "3 Ag.º 1716 parti da Roma per il Paraguay, per Firenze e Pisa etc" *Rom.* 175 p. 67 Ann. 1735. Colleg. maxim. Cordubense. Fr. Andreas Bianchi Architectus, Patria Campione in Insubria, natus 25 Novembris 1677, ingressus (in Societatem Iesu) 1 Februarii 1716, Coadiutor formatus 2 Februarii 1728 *Catal. Parag.* 6 fol. 177 v. Andread Blanqui (mortus) in Collegio Cordubensi 25 Decembris 1740 *Cat. Parag.* 6 f.245

Primoli, Giovan Battista, Coad.

Fr. Yoannes Baptista Primoli, Architectus, Patria Mediolanensis, natus 10 Octobris 1679, ingressus (in Societatem Yesu) 11 Januarii 1716, Coadiutor formatus 3 Decembris 1727 *Catal. Parag.* 6 fol. 263 Fr. Yoannes Baptista Primoli (mortus) in Oppido Candelariae Missionum 15 Septembris 1747 Ibid. fol. 341"

São apenas êsses os dados do Arquivo Romano da Sociedade de Jesus sôbre dois irmãos jesuítas que dedicaram tôda sua atividade à construção nas colônias espanholas da América do Sul.

Os livros italianos de História da Arte não mencionam os dois arquitetos, nem a importante publicação do Govêrno Italiano *l'Opera del Genio Italiano all' Estero* faz sôbre êles a menor referência.

No entanto, a obra realizada por Andrea Bianchi e Gian Battista Primoli é notável e projeta bem alto o nome da Arquitetura italiana nas comunidades que se iam construindo do outro lado do Atlântico.

Em nossos dias, historiadores e arquitetos, pesquisando arquivos e estudando os monumentos subsistentes, vêm estabelecendo os elementos para a História da Arquitetura na Sul América. O livro de autoria do Padre Jesuíta Guilhermo Furlong — *Arquitectos Argentinos durante la dominacion Hispanica* faz o inventário dos monumentos edificados pelos arquitetos Andrea Bianchi e Gian Battista Primoli.

Dos monumentos construídos pelas Missões Jesuíticas na margem oriental do rio Uruguai, as ruínas da Igreja de São Miguel atestam ainda o elevado padrão arquitetônico.

Logo de sua formação, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dirigido pelo eminente brasileiro Rodrigo Mello Franco de Andrade, esforçou-se por preservar da destruição essas ruínas e recolher sob sua proteção grande número de imagens de madeira e pedra, conservadas na região e que se pode, sem favor, comparar à mais expressiva escultura do tempo.

Rodrigo Mello Franco de Andrade recorreu primeiramente aos Serviços de seu assistente técnico no Estado do Rio Grande do Sul, o escritor Augusto Meyer, que apresentou relatório circunstanciado sôbre o assunto, ressaltando o interêsse documentário das ruínas. Em seguida, desejando proceder às

obras de restauração, encarregou o arquiteto Lúcio Costa de inventariar os elementos subsistentes e traçar o programa dos trabalhos.

A incumbência foi levada a efeito com a seriedade que caracteriza o trabalho do grande arquiteto patrício. Seu relatório, acompanhado de excelente documentação, concluiu pelas seguintes providências:

"1.ª — As ruínas da igreja de São Miguel, que apresentam grande interêsse como conjunto arquitetônico, deveriam ser amparadas de forma a prevenir o seu total desmoronamento.

"2.ª — Os fragmentos de Arquitetura e as esculturas encontradas nos sete povos, bem como os que se poderia descobrir em buscas e escavações, mereciam ser recolhidos ao Povo de São Miguel, num museu a ser construído com material das ruínas, senão em as próprias ruínas devidamente abrigadas". Para a construção do museu apresentou Lúcio Costa projeto de grande interêsse.

Nomeado para dirigir o Instituto do Livro, o escritor Augusto Meyer deixou o cargo de Assistente Técnico do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional da 7.ª região, sendo substituído pelo engenheiro e historiador paranaense David Antônio da Silva Carneiro, a quem coube dar andamento aos serviços de proteção das ruínas missioneiras. Seu primeiro cuidado foi proceder a escavações e pesquisas nos diferentes Povos, buscando colhêr elementos porventura soterrados pela destruição dos muros.

A consolidação das ruínas e a construção do Museu foram-me então confiadas.

Iniciei os trabalhos procurando descobrir as causas que provocaram o desequilíbrio e danos sofridos pelo monumento para decidir-me sôbre o método a adotar.

Observo que os processos de restauração se confundem com a prática de execução. Não é razoável nem oportuno querer sistematizar nem fixar normas.

Não há norma fundamental para restauração. Diante do monumento, êle próprio é o mestre; para quem estuda detidamente um monumento, e o interroga com severidade de historiador, paixão de artista e amor de arquiteto, qualquer restauração se determina particularmente por si mesma.

Quando, em 1938, me foi confiada a incumbência de consolidar as ruínas de São Miguel, a situação do monumento era tal como aparece na foto 1, da ilustração.

Do grande pórtico da fachada principal restavam apenas as colunas e arcadas laterais, muito tombadas devido à deficiência das fundações, e ainda

assim incompletas. Colunas, arcadas de frente, frontão e até as pedras do piso haviam sido carregadas, à medida que se ía desmoronando o edifício.

O escoramento anteriormente feito, com trilhos de ferro, não impediria com o correr do tempo o seu total desmoronamento. Demolição e reconstrução sôbre novas fundações impunham-se para conservá-lo.

Em volta do pórtico, mas sem apoio nêle, estabelecemos andaimes sòlidamente construídos. Depois de cuidadosamente feito o levantamento do pórtico (foto 2) numeramos tôdas as pedras, divididas em quadras, segundo as alturas, e isso em cada face do pórtico, e guardamos dessa numeração vários desenhos para garantia do serviço, em caso de extravio.

Só após estas precauções foi iniciada a demolição.

Terminada esta e abertos os alicerces, verificou-se como certo o nosso prognóstico: as fundações consistiam num aglomerado de pedras roliças, sem a menor amarração; o espaço entre elas era cheio com barro grosseiro. As formigas tinham aberto nesse barro enormes buracos. Além disso, as fundações ocupavam uma largura pouco maior que a espessura das paredes. Quanto a sua profundidade, teria sido suficiente, se bem executada a alvenaria, pois o terreno é firme.

Sôbre êsse solo, estendemos uma camada de concreto, no traço de 1 : 3 : 4, e logo após, construímos alicerces de concreto ciclópico, no traço de 1 : 4 : 7 + pedra de mão, armados na parte inferior com trilhos de ferro, aproveitados entre aquêles que serviam ao escoramento, e colocados cada 0,20 m.

Sôbre tais alicerces reconstruímos as duas alas do pórtico.

O que a todos preocupava, porém, era a situação da tôrre da igreja, a qual, medindo 23 metros de altura apresentava desaprumo de 1.37 no cunhal NE e 1.57 m no cunhal SE. Devido a esta deformação, viam-se no corpo da obra enormes fendas, que aumentavam de importância visto que rachara a massa que os pedreiros haviam empregado anteriormente para remendo.

Pelo modo como se deformou a tôrre, era certo encontrarmos em suas fundações a mesma deficiência que encontramos nas do pórtico. Efetivamente, as fundações daquela assentavam sôbre terreno firme e seria possível reforçá-los; mas, nas condições em que se encontravam as paredes, o lado esquerdo da tôrre acabaria por desmoronar e qualquer amarração só viria a prejudicar o lado que se mantinha aprumado, pois nenhuma alvenaria trabalha à distensão, máxime esta alvenaria irregular e sem argamassa.

À vista da situação, adotei para consolidação da parte tombada da tôrre o critério de sua demolição prévia a fim de reconstruí-la sôbre novas fundações.

Iniciamos a consolidação preparando sólidos andaimes, externa e internamente.

O levantamento da tôrre, quer dizer, o desenho rigoroso de suas projeções (foto 3), e a numeração das pedras ocuparam-me durante todo um mês.

Para execução da numeração, tôda superfície visível da tôrre foi dividida em quadras, segundo as alturas, e isso em cada face, e cada quadra teve tôdas suas pedras numeradas. Guardamos da numeração vários desenhos para garantia do serviço em caso de extravio (foto 4).

Só após essas precauções foi iniciada a demolição.

A descida das pedras fêz-se por meio de plano inclinado, estabelecido com tábuas e terminando num monte de areia.

A demolição da parte afetada foi feita sem prejudicar a outra, apesar de estarem ambas amarradas por trilhos e cabos de aço, o que prova que êsses tirantes não prestavam serviço algum.

Após o desmonte, as pedras da tôrre foram arrumadas sôbre o solo segundo seu número e quadra, de forma a evitar extravio.

As fotos 5 e 6 mostram a tôrre após o desmonte dos cunhais do lado esquerdo que se haviam desaprumado.

As novas fundações foram feitas de concreto armado. Os cálculos das fundações foram confiados à firma Sílvio Reis e Adalberto Nogueira (foto 7).

A descida das pedras durante a demolição fizera-se por meio de guias ou rampas de tábuas; a fim de elevá-las para a reconstrução, instalamos um guincho mecânico, acionado por motor Deutz, de 2 cilindros, de 16 H.P., a óleo cru. Êsse motor foi-nos cedido pela Prefeitura de Santo Ângelo que o havia abandonado por velho e imprestável. Teve que sofrer grandes reparos, mas prestou ótimos serviços, pois as pedras pesavam em sua maioria entre 700 kg e uma tonelada.

Construímos um elevador com plataforma de 2 m por 1,50 m. Ainda assim, o transporte das pedras brutas foi muito penoso e tivemos a lamentar acidente com operários.

Na altura da primeira e segunda cimalhas fizemos cintas de concreto armado para cada bloco, com 0,25 m de altura, escondidas pelos paramentos. Cobrimos igualmente de concreto armado a superfície superior da tôrre antes de aí assentarmos novamente as pedras e as calhas que encontramos,

tapando as juntas com massa de cimento e areia, para impedir a infiltração das chuvas.

Em três ângulos encontramos gárgulas (foto 8); um quarto exemplar foi desenterrado ao pé da tôrre. A foto 9 mostra o belo capitel, ornado com representação de fôlhas, flôres e frutas de romã, dispostas como se fôssem de acanto. Terminada a reconstrução, foram retirados os andaimes, trabalho que nos ocupou durante 2 semanas.

Para proteção do corpo da igreja, executamos importante trabalho, compreendendo retirada de troncos e raízes, fechamento de fendas para impedir a infiltração da água e substituição indispensável de algumas pedras.

Fizemos atêrro em rampa em tôda a extensão dos muros, para que a água não venha mais a se estagnar ao longo dêles. Uma das causas de ruína consistia nos muitos buracos cavados ao pé dos muros por pessoas buscando ouro ou relíquias da lendária riqueza dos jesuítas.

No eixo da nave, em todo seu comprimento, construímos um canal coberto para escoamento das águas de chuva. Foi, a nosso ver, a melhor solução para proteger as fundações do corpo da igreja. Completamos êsse serviço pela iniciativa da execução de importante atêrro para encher as bacias e buracos existentes ao longo da nave e colaterais, assim como para obter os caimentos necessários.

A foto 10 mostra a tôrre após sua consolidação.

É com saudades que me recordo do mestre dos meus operários, o Sr. Fernando Hartmann, dedicado e competente auxiliar, que faleceu 2 anos mais tarde, quando trabalhava comigo na estabilização da igreja matriz do Serro, no Estado de Minas Gerais.

Sinto-me feliz por ter conseguido, com resultado satisfatório, a estabilização da tôrre de S. Miguel, utilizando método que ainda não havia sido empregado em nosso país, e satisfeito com a oportunidade de recordar preocupações, lutas, canseiras, inverno rigoroso, rijo minuano, mas também ocorrências curiosas e o aspecto pitoresco da costa da serra do Rio Grande do Sul.

II — *Reconstituição do Povo de São Miguel das Missões*

a) ORIGENS HISTÓRICAS

No século XVI, o poder e a cultura europeus estenderam-se às Américas; em princípios dos século XVII já os estabelecimentos provisórios passavam a tomar um caráter de permanência, as riquezas das novas terras começavam a

influir na economia européia, e as vantagens de uma colonização metódica e eficiente não escaparam aos soberanos da Espanha e Portugal.

Os povos imigrados do norte da Europa, na necessidade de terras e na procura de liberdade religiosa, trasladaram-se para as costas orientais da América do Norte, e constituíram-se em comunidades agrícolas que se bastavam a si mesmas. Êsses pioneiros viam nos nativos apenas um entrave à sua expansão e, sem grandes escrúpulos, os iam impelindo à sua frente, rumo ao Oeste, à medida que conquistavam novos territórios.

Os conquistadores espanhóis e portuguêses, ao contrário, eram, antes de mais nada, soldados e aventureiros, não afeitos ao cultivo da terra, quiçá considerando humilhante êsse trabalho. O braço indígena lhes era, portanto, indispensável e, em tôda a América espanhola e portuguêsa, a captura dos nativos para a exploração de seu trabalho foi praticada por mais de duzentos anos.

Era natural que se rebelassem os gentios despreocupados e até então livres, contra êsses processos de escravização e contra a imposição de trabalho exaustivo, mercê de maus tratos que recebiam. Conhecedores da terra, dificultavam em tudo o que podiam a penetração dos invasores. Aliados aos piratas que freqüentemente assolavam as costas, ajudavam-nos a atacar os estabelecimentor do litoral.

Ora, ao mesmo tempo que os soberanos espanhóis e portuguêses eram investidos pelo Chefe da Igreja Católica no domínio dos países que iam conquistar, eram êles incumbidos de levar a Fé aos povos bárbaros dessas regiões.

Assim é que Fernando e Isabel de Castela declararam (bula de Alexandre VI, de 4 de maio de 1493) ser a conversão dos indígenas o alvo principal que deveriam visar no Nôvo Mundo.

E foi o ideal religioso que guiou D. João I de Portugal e o Infante D. Henrique nas suas emprêsas marítimas. "Onde chegasse a proa dum navio português, podia aparecer ou não aparecer a espada, surgia com certeza a Cruz" (1).

Os Padres jesuítas, com severa disciplina física, mental e moral, eram talhados para a difícil missão de catequese em um mundo por assim dizer desconhecido, e, desde 1549, começaram a chegar jesuítas ao Nôvo Mundo.

Os conquistadores muito se aproveitaram do poder de persuasão dos jesuítas junto aos indígenas. É célebre o episódio dos Padres Manoel da

(1) Leite, Serafim, Padre, S. J. — **História da Companhia de Jesus**, tomo I, p. IX.

Nóbrega e José de Anchieta conseguindo a pacificação dos tamoios que se haviam aliado a corsários franceses.

Os jesuítas, educados na mais pura moral e com alevantados ideais de humanitarismo, cedo entraram em luta com os plantadores, tendo por objetivo melhorar a situação dos indígenas. Na História do Brasil vemos a cada página fases dessa luta entre os colonos escravizadores dos índios e seus protetores, os jesuítas.

Os soberanos espanhóis compreenderam a impossibilidade de conseguir a catequese dos índios sujeitos aos colonos, obrigados aos mais duros trabalhos, maltratados, e vendo nos senhores da terra o contrário do homem cristão exemplar, que lhes era citado pela doutrina.

Foram, então, criadas as Missões, isto é, expedições para a catequese no próprio meio indígena, longe do convívio com os brancos, meros caçadores de fortuna.

As primeiras Missões, acompanhando os índios nômades, alcançaram resultado insignificante. A pregação espiritual, sem a demonstração das vantagens oferecidas pela Civilização Cristã, não bastava para os convencer. Por isso, os jesuítas do Paraguai e Tucuman, convocados em Salta, em 1602, pronunciaram-se todos pela catequese estável.

Adotou-se o sistema das Reduções, isto é, aldeiamentos em que os índios eram conduzidos (*reduciret*) à fé cristã.

Nas Reduções, fixavam-se os índios nômades, sob a direção dos jesuítas, que passavam a reunir nesses estabelecimentos o poder temporal ao espiritual.

Além dos argumentos espirituais, eram oferecidas aos índios as vantagens materiais que pode proporcionar a Civilização: alimentação, abrigo, vestuário e aparelhamento à defesa não deveriam faltar:

> "Cuida bem das minhas vaquinhas", dizia o Padre que se ausentava ao substituto, "porque índio sem carne volta para o mato".

Não se pense, todavia, terem sido fáceis a obra e a existência dos jesuítas. Longe de suas sedes provinciais, lutavam com tôda sorte de dificuldades que sobrepujavam com engenho e coragem. Entre outros obstáculos, tinham que lutar contra o temperamento infantil e bastante instável dos nativos. Acontecia, por vêzes, que, sùbitamente, da noite para o dia, todo um grande trabalho de catequese redundava em fracasso, como em Japeiú, no século XVII, quando precisamente ao inaugurar-se uma nova Redução, os índios declararam sua decisão de reverter ao modo de vida primitivo. Alegaram êles não querer um Deus que tudo via e de tudo sabia.

Das primeiras Reduções, muito pouco resta além do seu nome e indícios sôbre sua localização. Entre as que ainda perduram em ruínas ou em velhos pergaminhos, figura a de Santo Inácio Guassú, fundada pelo Padre Maciel Lorenzana em 1609.

Sabemos também que o Padre Roque Gonzalez de Santa Cruz, após fundar, entre 1615 e 1628, inúmeros estabelecimentos à margem direita do rio Uruguai, transpôs o rio e veio criar as primeiras Reduções no atual Estado do Rio Grande do Sul. É em relatórios enviados a seus superiores que vamos encontrar, talvez, as mais antigas descrições da parte ocidental do que é hoje o Estado do Rio Grande do Sul. Só por instigação de um pajé, particularmente hostil, foi o Padre Roque Gonzalez de Santa Cruz morto pelos índios, pois que já então era bem menor o perigo representado pelos selvícolas.

Por outro lado, porém, crescia o perigo dos preadores de escravos.

De fato, em 1628, após muitos anos de caçada aos índios dispersos nas selvas, ignorantes e ferozes, os mamelucos voltaram os olhos para os índios das Reduções.

Prêsa bem mais valiosa eram realmente êstes últimos, industrializados pelos Padres na agricultura, na pecuária, nas artes e nos ofícios.

A princípio, acuados pelas hordas de mamelucos, os Padres só podiam recuar, até que, em 1639, lhes foi permitido armar seus pupilos com arcabuzes.

Daí por diante, a reação aos escravizadores foi sistemática e profícua, até que, após a vitória de Mbororé, o respeito duramente conquistado permitiu às Reduções entrarem na sua fase de real desenvolvimento.

Nesse período áureo, nada menos de trinta Reduções floresceram, estendendo-se do sul da atual República do Paraguai até uma distância de 100 milhas de Buenos-Aires, e englobando os Sete Povos no atual Estado do Rio Grande do Sul, dos quais faz parte o Povo de São Miguel.

b) DESENVOLVIMENTO

A Missão de São Miguel teve sua origem num aldeiamento fundado em 1632 pelos Padres Cristobal de Mèndoza e Paulo Benavides, num lugar chamado Itaiacecó, à margem direita do rio Ibicuí, num rincão da serra de S. Pedro, na situação geográfica de 29° 36' lat. Sul e 10° 54' long. Oeste do Rio de Janeiro.

Receosos das invasões dos preadores de índios, que por aquêle tempo (princípios de 1637), ameaçavam as Reduções do Uruguai, os jesuítas trans-

portaram-se para além rio. São Miguel emigrou como as outras, localizando-se nas proximidades de Concepción.

Aí cresceu extraordinàriamente, mas, faltando-lhe terras para sua expansão, trasladou-se em 1687 para situação definitiva, à margem esquerda do rio Uruguai, localizando-se ao norte do rio Piratini, entre as coordenadas de 28° 32' 36" de lat. Sul e 323° 45' de long. Leste da ilha do Ferro.

Já então contava o Povo 4.000 almas e era a mais populosa das Missões.

Como tôdas as outras instituições jesuíticas naquela região, o Povo de São Miguel desenvolveu-se, segundo normas de uma habilidade quase inverossímel, visando ao trabalho coletivo.

É verdade que da Companhia, na Europa, vinham técnicos de tôda espécie, incluindo os que se chamariam hoje *especialistas,* como cartógrafos, etnólogos, relojoeiros, armeiros, etc. As matérias primas eram, porém, aqui extraídas e aqui também elaborada a ferramenta necessária.

São Miguel possuía uma das mais importantes estâncias de gado da região missioneira, abrangendo quarenta léguas de largura por vinte léguas de comprimento (2), com enormes rebanhos de gado vacum, cavalar e ovelhum, servindo êste de fonte produtora de lã, que era cardada e tecida pelos índios (3).

Desde os seus primórdios, a Missão dedicou particular esfôrço à agricultura, com extensíssimas plantações e colheitas abundantes de erva-mate (4), algodão, trigo, mandioca, cana-de-açúcar, batatas, ervilhas, favas, feijões, abóboras, etc.

No terreno da indústria, sabemos que não sòmente foram muito desenvolvidos os cortumes, a fiação e tecelagem, chegando a ocupar quarenta e até cinqüenta teares (5), mas que os índios se aplicavam também a qualquer sorte de manufaturas. Copiavam os modelos europeus e chegaram a executar os mais complicados aparelhos e máquinas bem como instrumentos de música e relógios. Na Missão foram fundidos sinos de bronze, com material vindo do Peru.

Na preocupação de atender às necessidades espirituais de seus discípulos, os Padres tiveram sempre presente o grande valor da música: a música atingiu em São Miguel um desenvolvimento que lhe valeu notoriedade na Europa.

---

(2) Segundo uma estatística de 1732, os Sete Povos possuíam em conjunto 65.000 vacas, 7.000 cavalos e 15.000 ovelhas.

(3) Pôrto, Aurélio, **História das Missões Orientais do Uruguay,** p. 222.

(4) Gay, João Pedro, Cônego, **História da República Jesuítica do Paraguai,** p. 323: «A preparação da erva se fazia com esmêro, de tal modo que tôda a que procedia de Missões, tinha preferência nos mercados de Buenos-Aires. Houve época em que se subministravam anualmente até quarenta mil arrôbas a êste mercado...»

(5) Sepp, Antônio, Padre S. J., **Viagens às Missões Jesuíticas,** Introdução, p. 50.

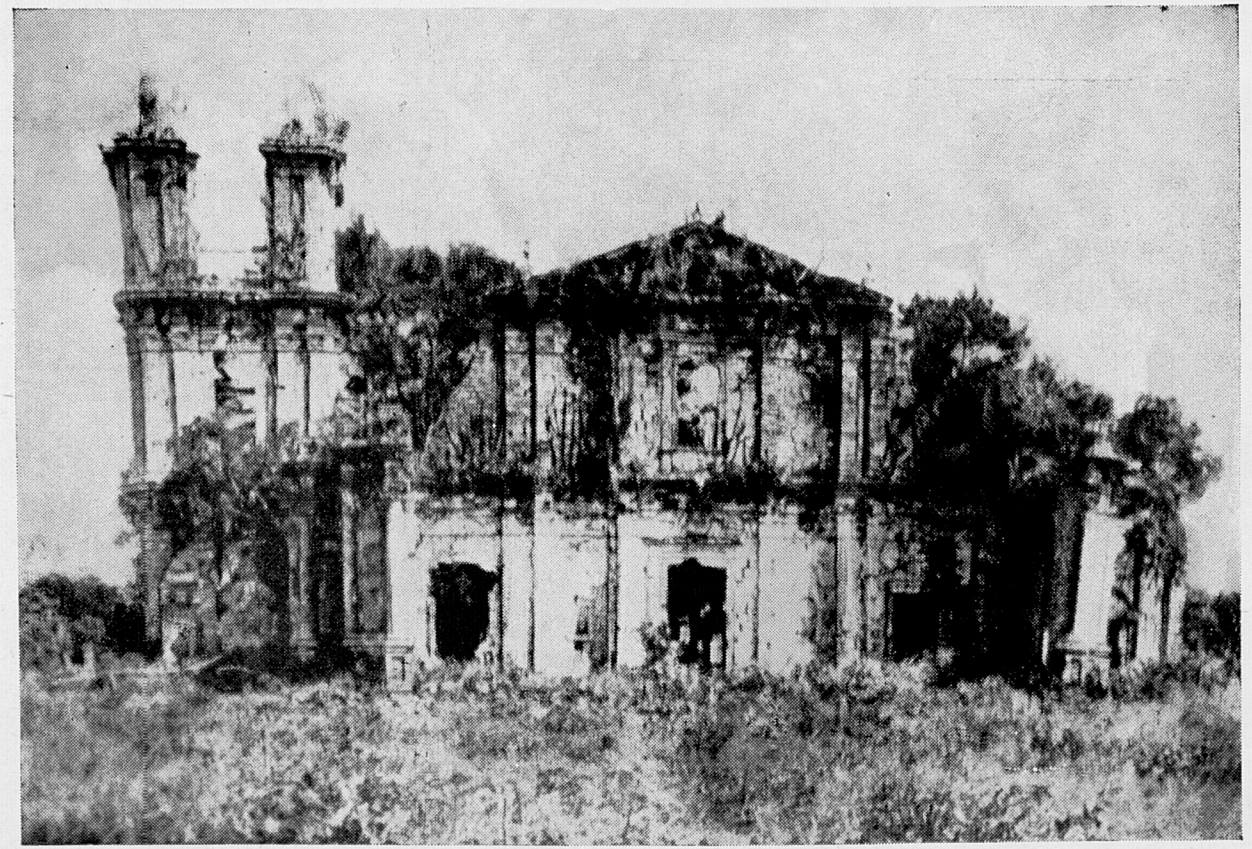


Foto 1 — Ruínas da igreja de São Miguel antes dos trabalhos de estabilização.

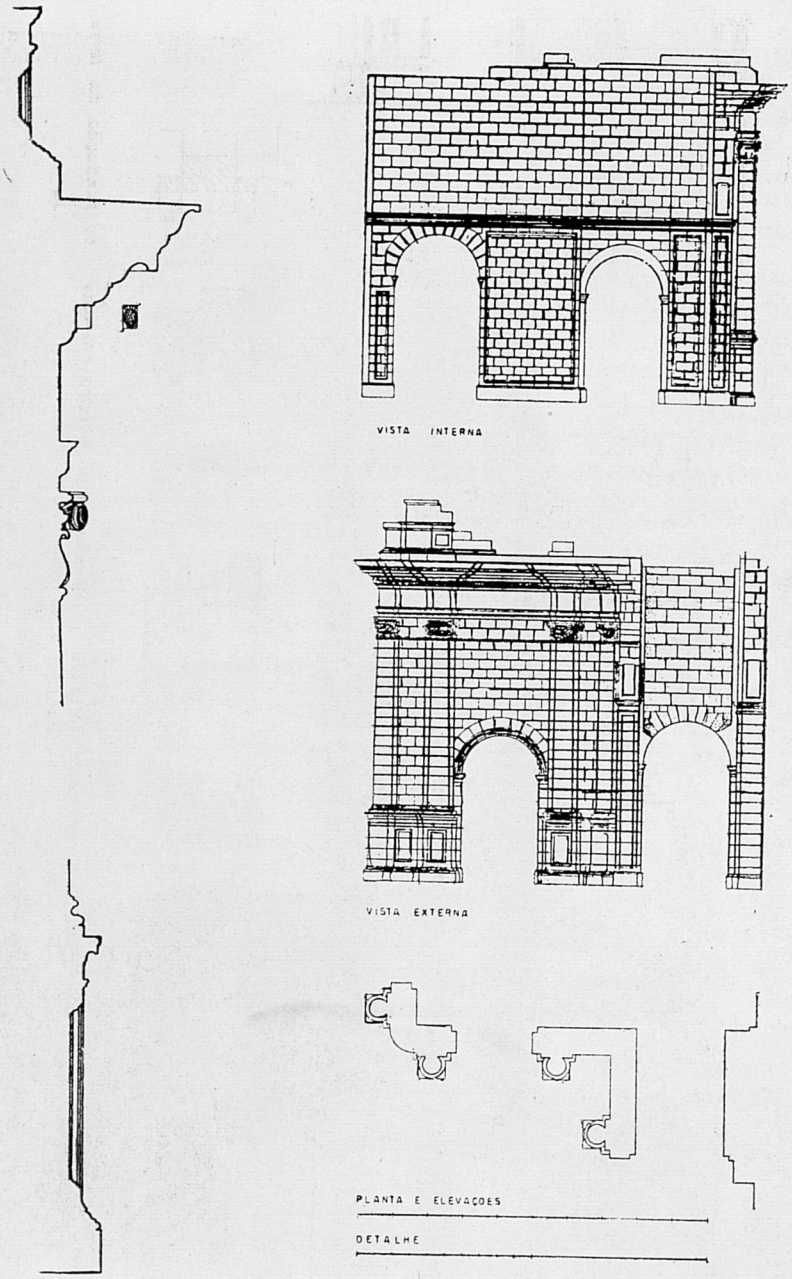


Foto 2 — Pórtico da igreja de São Miguel. Levantamento.

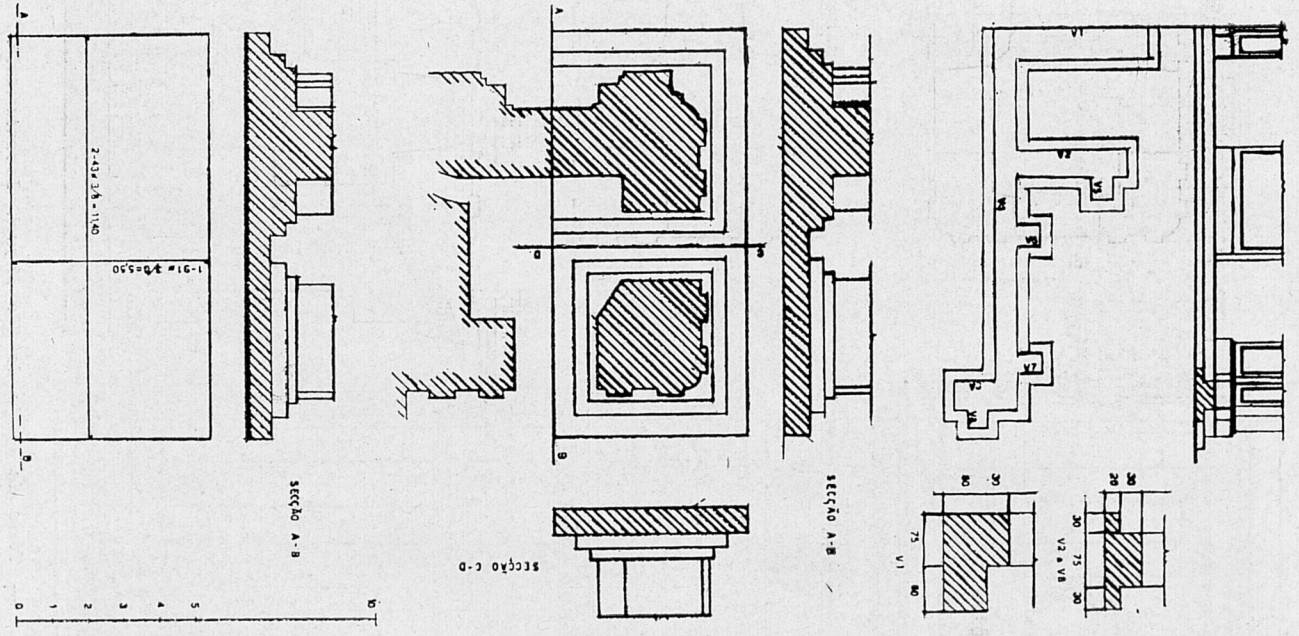


Foto 3 — Consolidação das ruínas da igreja de São Miguel: a) fundação do pórtico (fôrmas); b) fundação da tôrre (fôrmas); c) fundação da tôrre (armação).

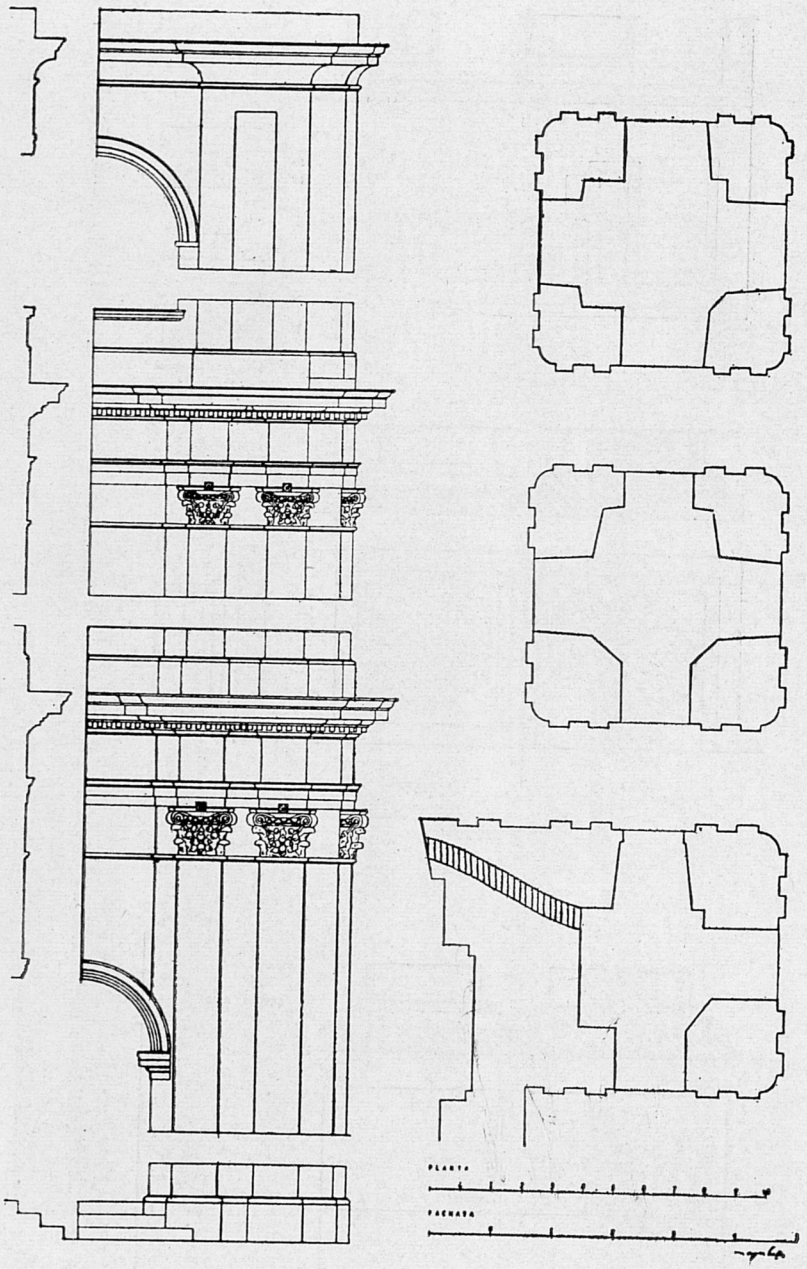


Foto 4 — Tôrre da igreja de São Miguel. Levantamento.

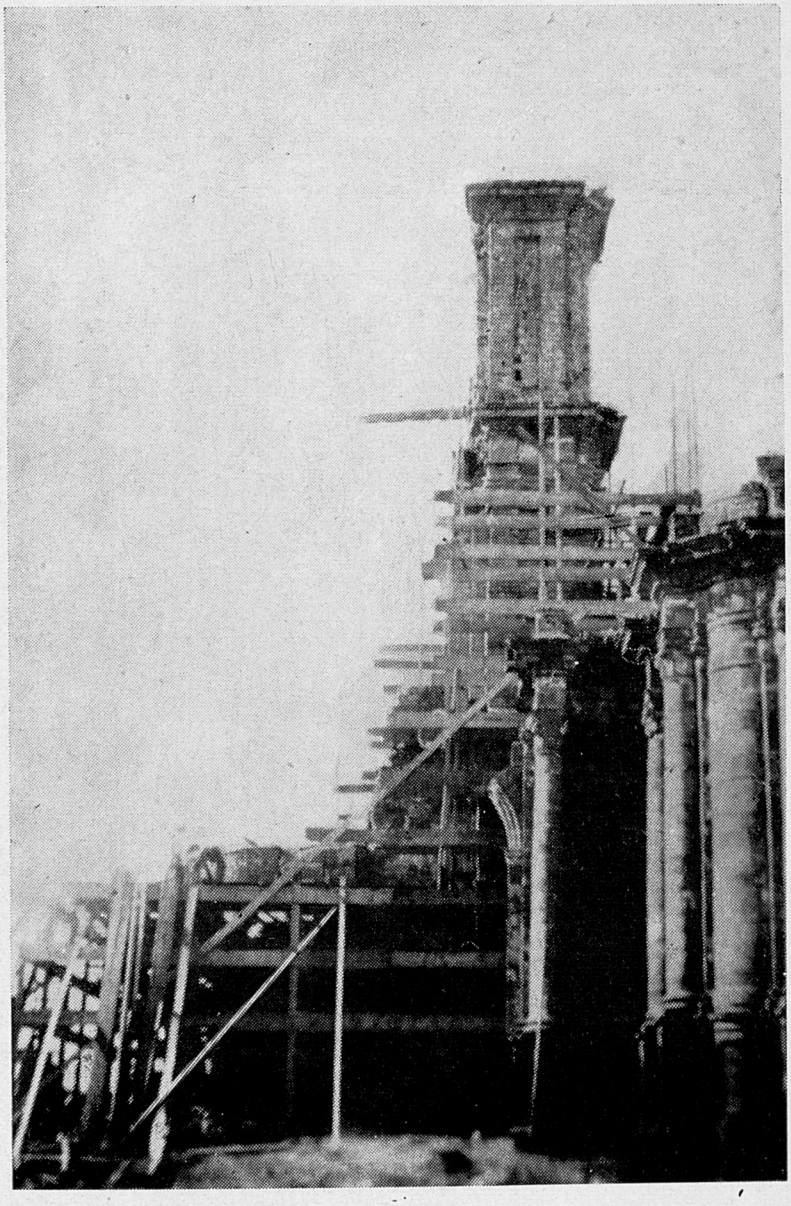


Foto 5 — Tôrre da igreja após o desmonte dos cunhais do lado esquerdo que se haviam desaprumado.

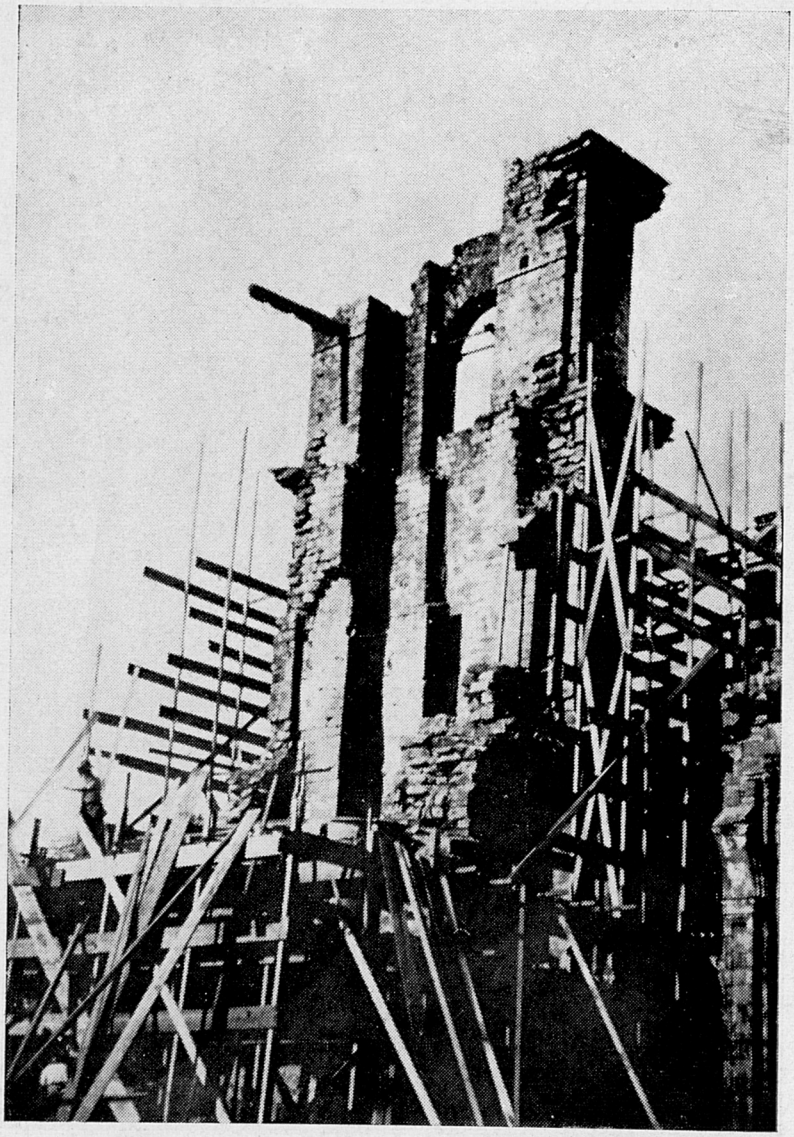


Foto 6 — Vide legenda foto 5.



Foto 7 — Ruínas da igreja de São Miguel, após os trabalhos de estabilização.



Foto 8 — Exemplo da gárgula encontrada em três ângulos.

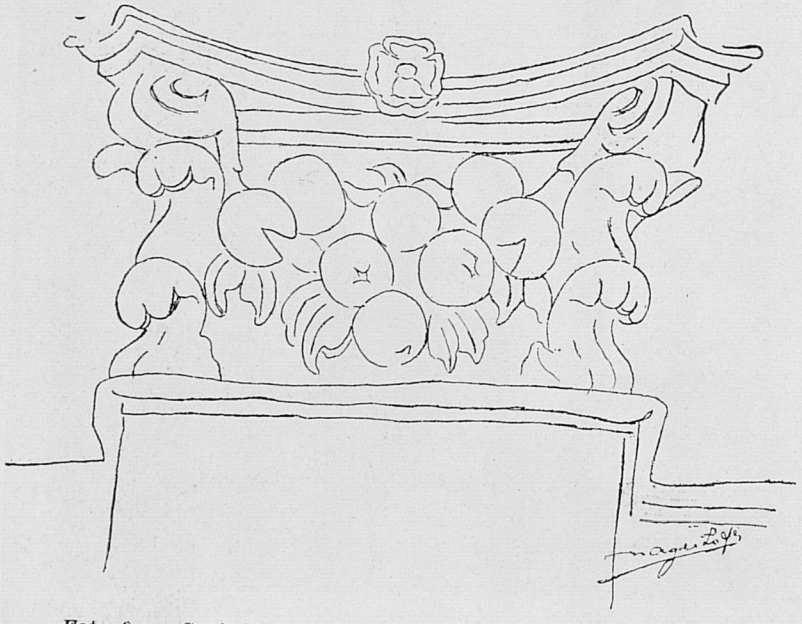


***Foto 9** — Capitel, ornado de representação de fôlhas, flôres e frutas de romã, dispostos como se fôssem de acanto.*

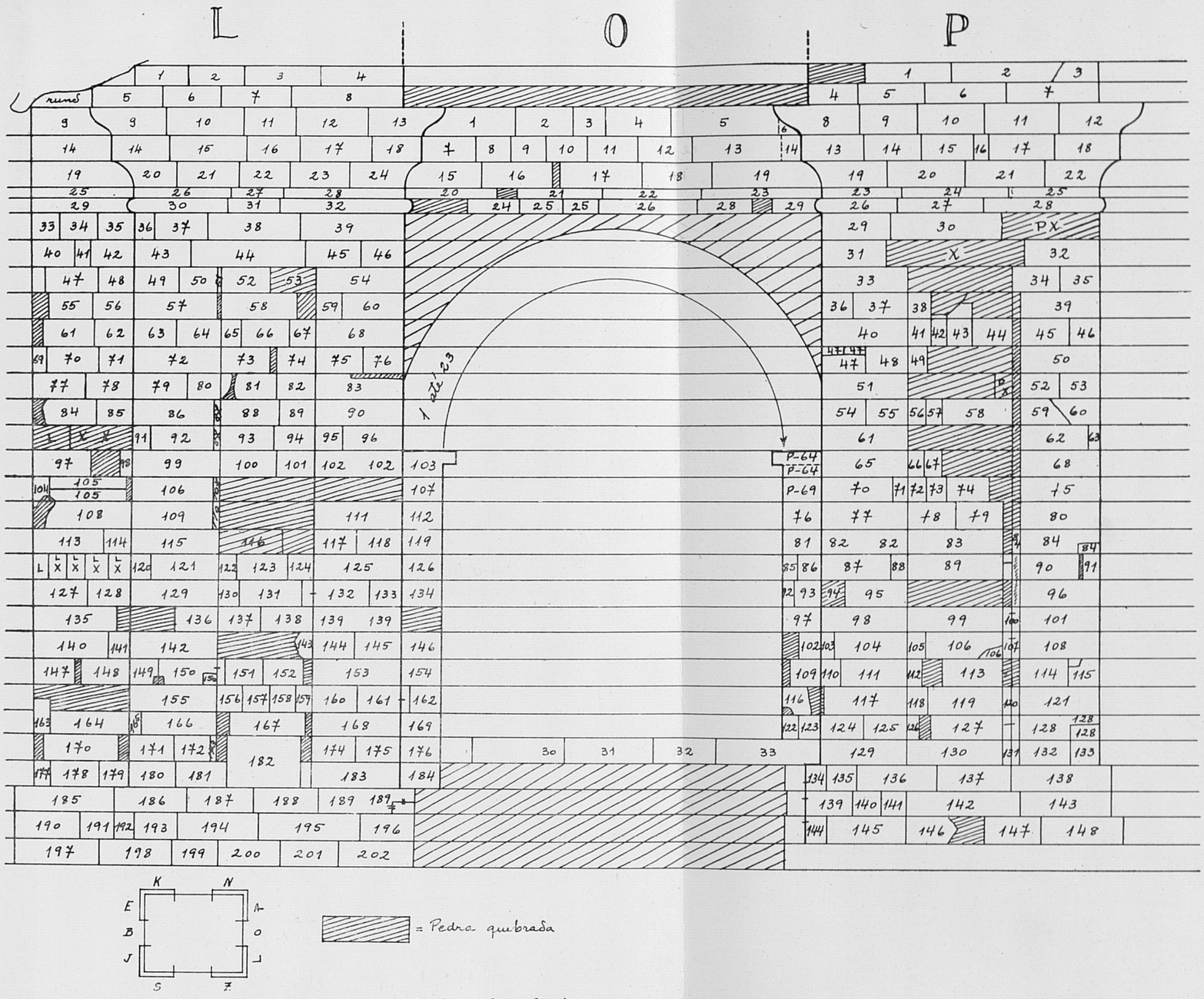


Foto 10 — Planta da tôrre com disposição e numeração das pedras, depois da sua consolidação.

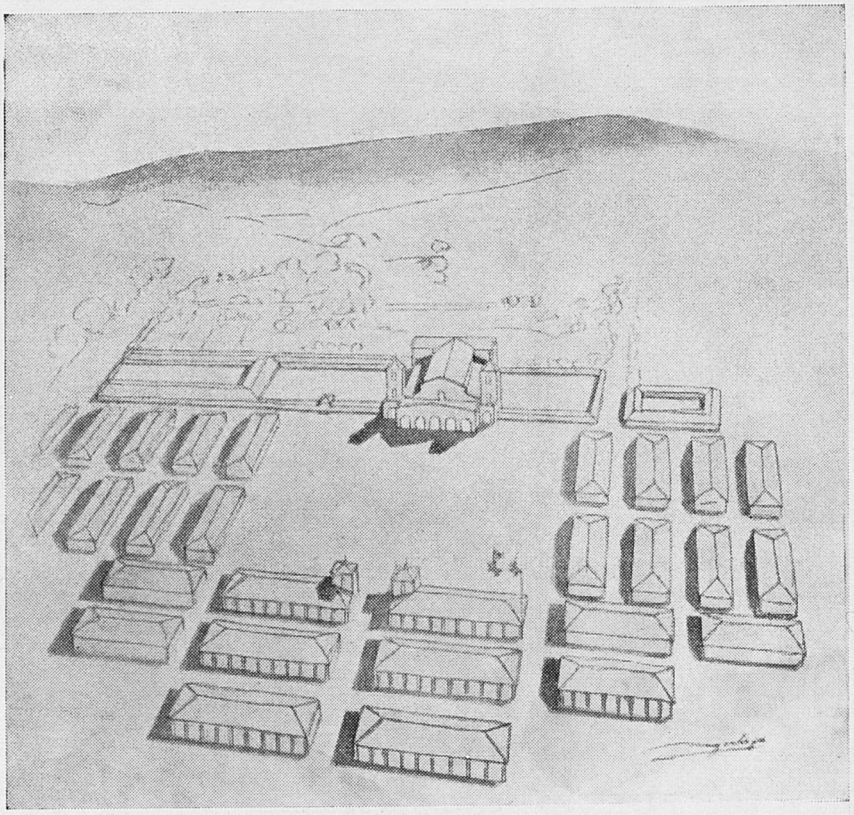


Foto 11 — Reconstituição do Povo de São Miguel. Perspectiva.

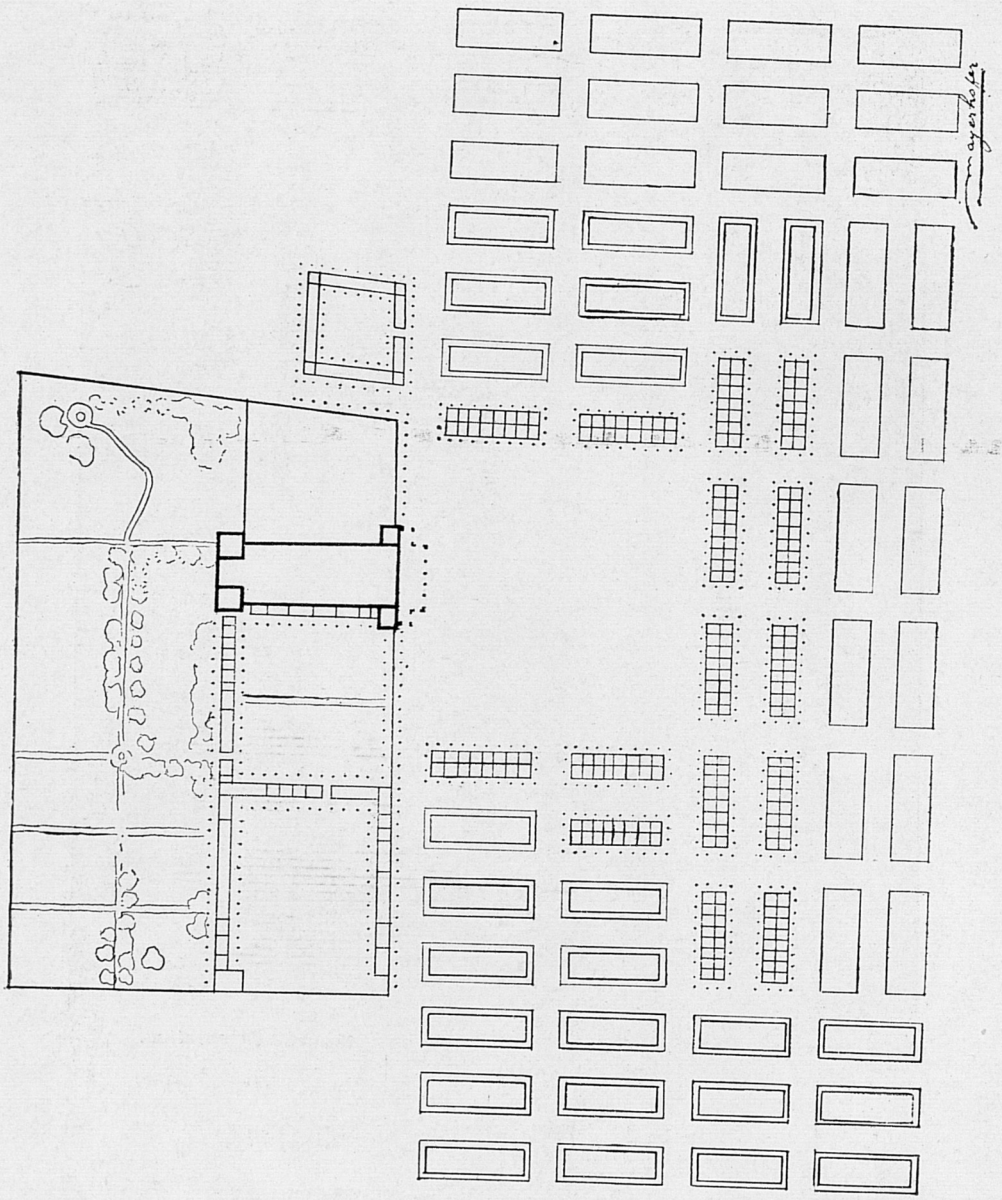


Foto 12 — Reconstituição do Povo de São Miguel, planta de conjunto.

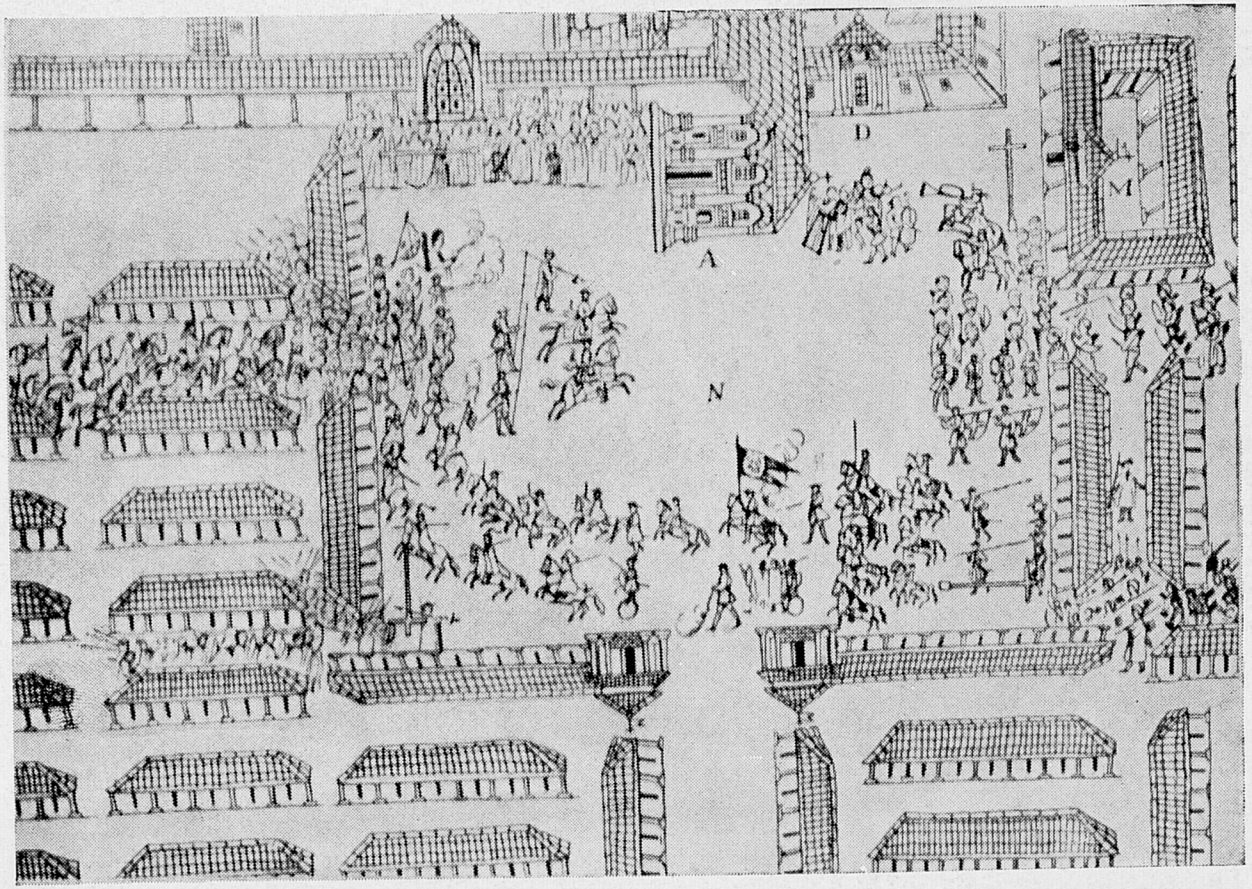


Foto 13 — Povo de São João Batista, segundo uma gravura em cobre de 1755.

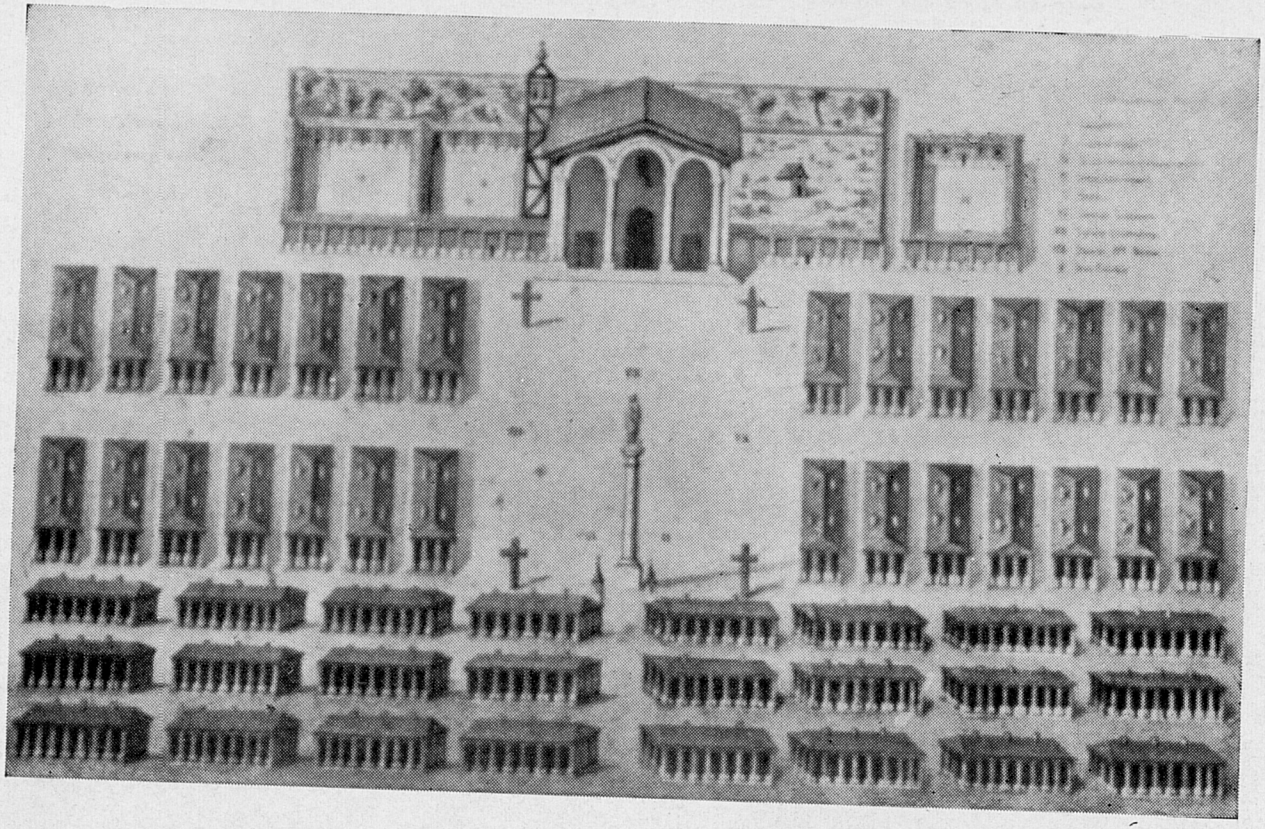
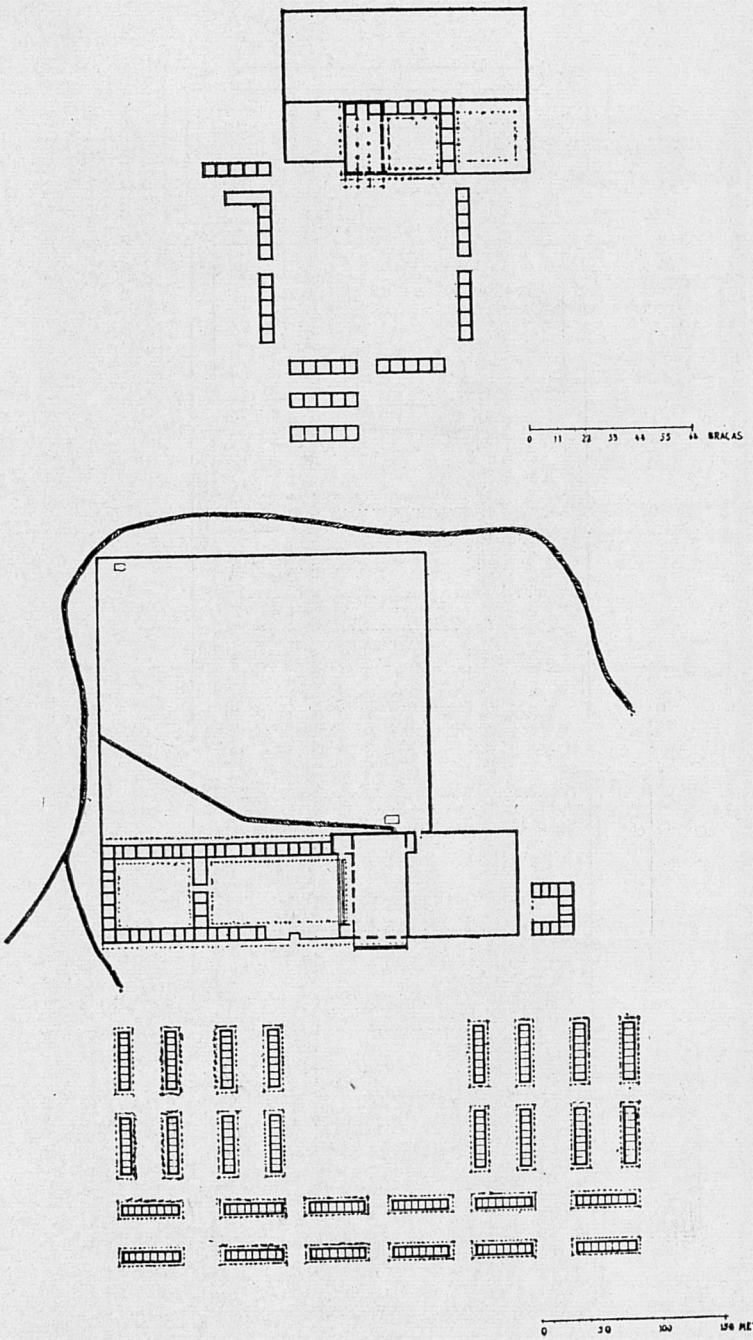


Foto 14 — Missão da Candelária, segundo uma gravura de 1767.



Fotos 15a e 15b — Plantas das Missões de São Borja, segundo a reconstituição de Manuel de Almeida Coelho, em 1816; San Ignatio Mini, segundo a reconstituição de Juan Queirol.

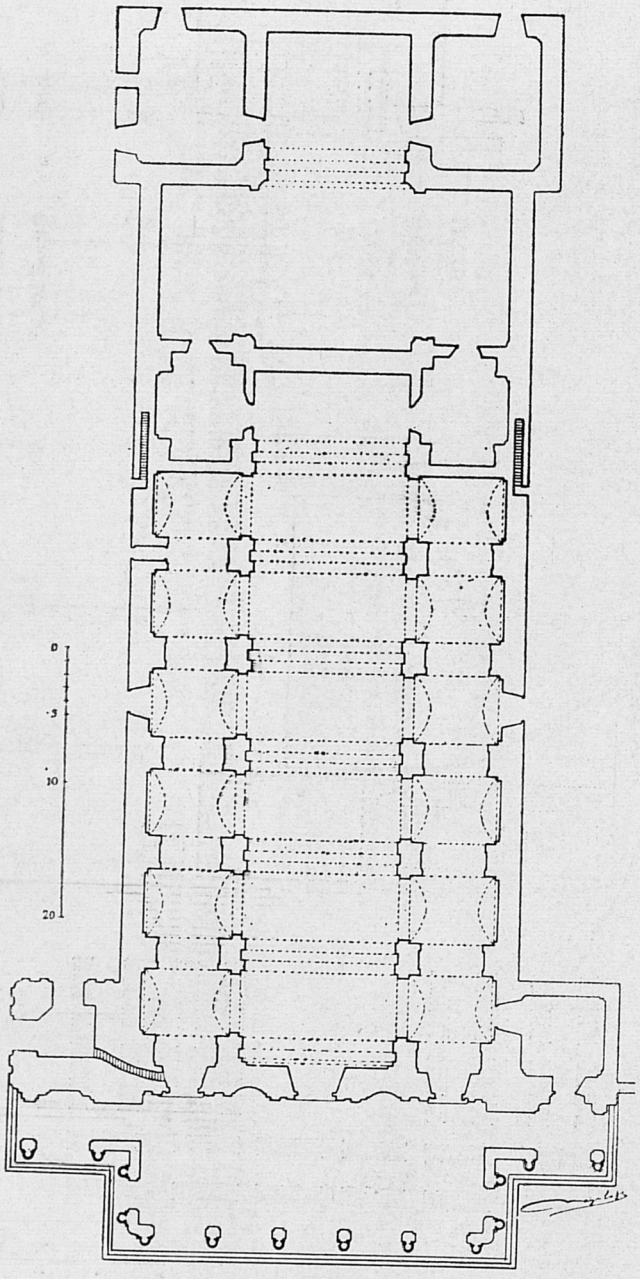


Foto 16 — Reconstituição da igreja de São Miguel baseada nos elementos subsistentes. Planta.

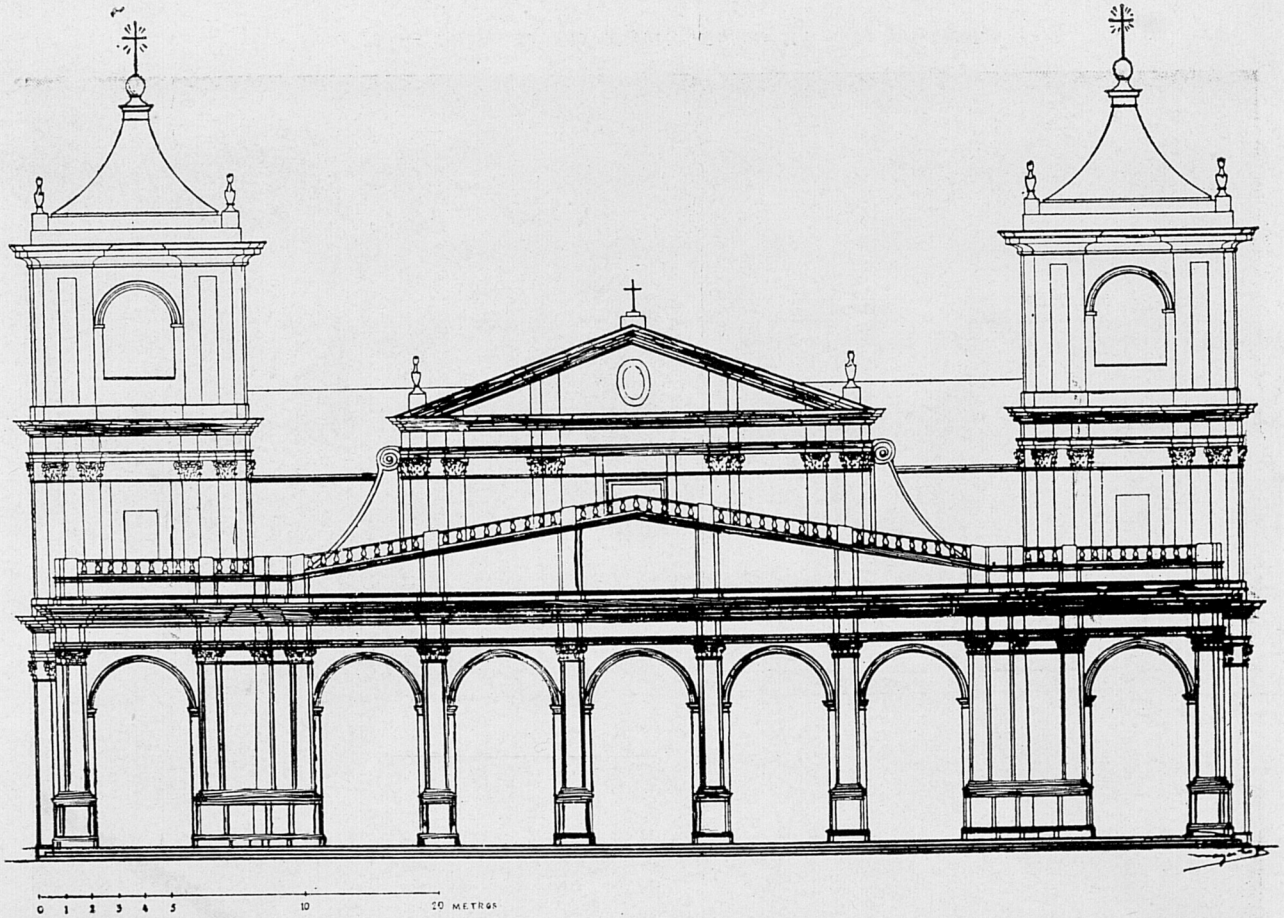


Foto 17 — Reconstituição da igreja de São Miguel baseada nos elementos subsistentes. Elevação principal.



Foto 18 — Igreja de São Miguel. Ruínas da nave principal.

Nem foram esquecidas as artes plásticas, cujo interêsse foi estimulado e mantido entre os índios pelos Padres da Missão.

Bem haja tal interêsse que nos permite, séculos depois, pelos remanescentes dessas atividades artísticas, vislumbrar a Arquitetura e a Escultura missioneiras.

É fácil compreender-se como, fruindo das condições amenas de uma vida útil e abrigada, os índios fôssem aos poucos perdendo suas características agrestes e se adaptando à vida social das Missões.

c) DECADÊNCIA

Na vida arcádica que levavam, longe estavam os jesuítas e seus protegidos de saber que nas chancelarias de Portugal e Espanha um tratado de limites estava sendo concluído, que viria ferir profundamente a bela realização das Missões e marcar o início de seu desenraizamento e de sua morte.

O Tratado de 1750, permutando a Colônia do Sacramento pelos Sete Povos e estipulando que os respectivos habitantes deviam transpor o rio com todos os bens móveis, ocasionou a revolta profunda que resultou na chamada *guerra das Reduções,* onde se viram padres jesuítas, aliados aos *seus* índios, lutarem contra os cavaleiros espanhóis e portuguêses para não abandonarem a Missão.

Com a entrada dos exércitos aliados em São Miguel, os índios vencidos, num gesto de desespêro, lançaram fogo à maior parte das casas e ao templo, o qual felizmente foi salvo das chamas. Seguiu-se o saque da aldeia abandonada, por outros índios que nela penetraram e levaram até os sinos.

É verdade que, em 1762, anulado o tratado de limites, houve ainda um surto de vida nas Missões; porém o abalo já produzira efeito, e quando, em 1768, se ultimou a campanha movida contra os jesuítas com a sua expulsão da América espanhola, a Missão de São Miguel enveredou pela senda inexorável da decadência.

De fato, bem diferentes passaram a ser as condições de vida dos índios sob a administração colonial espanhola. Abandonados os princípios cristãos seguidos pelos jesuítas, os índios se viram despojados e maltratados, e, como reação natural, passaram a desertar em bandos, vindo trabalhar para as estâncias dos brasileiros e portuguêses.

Ao fracasso do Tratado de 1750 seguiram-se novas pretensões territoriais dos espanhóis, acompanhadas de lutas que os tratados posteriores não conseguiram aplacar.

O descontentamento dos índios com os administradores espanhóis muito ajudou aos pioneiros da penetração riograndense.

O ano de 1801 assinala um episódio marcante da nossa História.

Os riograndenses José Borges do Canto e Manoel dos Santos Pedroso, à frente de quarenta homens, atacaram as Missões e derrotaram o exército espanhol de ocupação, constante de 2.000 homens, conquistando definitivamente os territórios da margem esquerda do Uruguai para o patrimônio nacional.

No que toca aos Povos Missioneiros, objeto de nosso estudo, êstes, já decadentes devido aos fatôres expostos, depois de tantas lutas, foram desintegrando até o seu completo desaparecimento.

RECONSTITUIÇÃO

I — DO POVO

Com as obras de estabilização descritas no capítulo anterior, ficaram preservados da destruição os elementos arquitetônicos de maior valor, existentes nas Missões.

As ruínas da igreja de São Miguel, os muros meio tombados e os alicerces que ainda existem das construções que compunham o Colégio dos jesuítas não bastam, porém, para nos representar o antigo Povo, com o traçado regular, característico de seu conjunto monumental.

Auxiliados, entretanto, pelos escritos do tempo, pelas descrições dos historiadores e dos viajantes que em diferentes oportunidades percorreram a região, assim como pelos autores modernos que comentaram os textos dos jesuítas, referentes ao assunto, ficamos habilitados a deter-nos com o necessário interêsse no objeto do nosso trabalho: *A reconstituição do Povo de São Miguel na época de seu maior florescimento.*

Partimos da premissa de ter sido a Missão criada em obediência a um plano pré-estabelecido.

Em verdade, a fundação das Missões pode ser comparada à das antigas colônias dos romanos no norte da África: Timgad, Volubilis, Caesarea.

De fato, o espírito barroco veio restabelecer na mentalidade do Ocidente aquela preocupação com os efeitos de conjunto e de impressão geral que se perdera com a destruição do sistema social do mundo antigo. Pode ser dito, em favor do *barroco,* que foi o primeiro período, depois do romano,

em que se planejaram edificações com intenção estética visando ao proveito coletivo: cidades, ruas, praças.

No caso das Missões jesuíticas, as dificuldades eram bem maiores, pois os povos indígenas não tinham senão uma organização social rudimentar e possuíam apenas indústrias primárias.

Nem por isso faltou às mais rústicas realizações missioneiras a emoção característica da arte da Contra-Reforma; porque o drama da Salvação, que é a essência do *barroco,* em nenhuma parte se expandiu melhor que nessas Missões jesuíticas, onde tudo era criado tendo-se em vista êsse ideal religioso.

O Povo de São Miguel foi construído sôbre uma colina, de modo a facilitar o escoamento da água das chuvas freqüentes.

A Missão devia obedecer ao plano geral estabelecido nas *Leyes de Indias, Libro IV, Título Siete*: "De la población de las ciudades, villas y pueblos".

O traçado se desenvolveria em tôrno de uma praça quadrangular, medindo aproximadamente 130.00 m de lado (fotos 11 e 12).

O lado que olhava o norte era limitado por muros e construções do Colégio, pela igreja e pelo cemitério; os outros três lados pelas casas dos indígenas, dispostas em anfiteatro e separadas por nove ruas que partiam da praça.

Com efeito, encontramos disposição semelhante noutras Missões hoje desaparecidas, mas cujas plantas antigas nos foram conservadas.

a) Na Missão de São João Batista, fundada para dividir o numeroso Povo de São Miguel e que aparece na curiosa gravura em cobre de 1755 (foto 13);

b) No Povo da Candelária, em Misiones, segundo uma gravura de 1767 (foto 14);

c) Na Missão de São Borja (que se desenvolveu e é hoje ponto terminal da via férrea, linha Montevidéu-Quaraim-São Borja), segundo a planta levantada por Manoel Joaquim de Almeida Coelho, em 1816 (foto 15a);

d) No Povo de San Ignacio Mini, em Misiones, segundo uma reconstituição feita em 1899 pelo agrimensor Juan Queirol (foto 15b).

Os autores antigos confirmam essas plantas e mostram a recorrência do tipo.

Dominando o conjunto, elevava-se a magnífica igreja tôda de pedra e precedida de rico pórtico.

À sua direita ficavam as casas do Colégio, que se dispunham em volta de dois grandes pátios. Essas construções eram dotadas de duplas varandas, exterior e interior, construídas com pilares de pedra lavrada. Do lado esquerdo da igreja, o cemitério. Segundo uma referência do Cônego João Pedro Gay, numa descrição das Missões, o cemitério, cercado por paredes altas, seria plantado de ciprestes, palmeiras e laranjeiras, formando ruas por onde circulavam as procissões, e dividindo terrenos para as sepulturas, reservadas a despojos de inocentes e de membros das Irmandades. Fazia-se na igreja, junto ao altar-mor o sepultamento dos jesuítas. Ao meio do cemitério, de certo, uma grande cruz se levantaria, como nas outras Missões. Pelo lado dos fundos, ao longo do Colégio, da igreja e do cemitério, devia ficar a quinta dos Padres, murada de pedra e barro, com jardim, pomar e horta (6).

Seriam do tipo espanhol as casas dos indígenas, construídas em blocos cobertos por telhados de quatro águas, com grandes varandas, que as cercavam de todos os lados, de forma que se podia percorrer o Povo ao abrigo do sol e da chuva.

Ainda encontramos alicerces e bases de muitos pilares dessas varandas. E foram êsses alinhamentos de bases que nos permitiram calcular as dimensões da praça e a disposição dos blocos de habitação que a circundavam.

No ano de 1630 já o Povo de São Miguel contava 100 dêsses blocos cobertos de telhas. Cada bloco era provàvelmente dividido em quatorze compartimentos, alojando-se aí uma família inteira.

A Missão chegou a ter cêrca de 100 blocos, correspondendo às 1214 famílias, e ao total de 4859 almas, população a que atingia em 1732, depois de ter sido desmembrada para a fundação do Povo de São João Batista.

O edifício do Cabido ocupava provàvelmente um dos blocos situados no lado da praça oposto à igreja. Atrás dêsses blocos deviam ficar as casernas do regimento guarani; era essa sua localização em 1816, conforme se vê na planta do Povo de São Borja, segundo o levantamento feito por Manuel Joaquim de Almeida Coelho.

Os pórticos ou galerias ao longo das ruas, que constituíam o luxo da Arquitetura na Antiguidade e tinham sido novamente postos em favor pelo Renascimento (Loggia dei Lanzi, em Florença), foram aqui prodigalizados a um ponto que contrasta com o primitivismo das habitações, onde uma família inteira apenas dispunha de um único compartimento para tôdas as necessidades de moradia.

---

(6) De Moussy, **Memória Histórica sobre la decadencia y ruina de las Misiones Jesuiticas en el seno del Plata**, p. 18: «El unico lujo que se permitian los padres era el de una hermoza huerta bien plantada de naranjos, parras, higueras, durasneros, granaderos, guayaveros, bananos, palmos, etc., etc. e de todos los legumbres de Europa».

Pelos alinhamentos de bases existentes, vê-se que, além de circundarem as habitações dos indígenas, êsses alpendrados se estendiam pela frente da igreja, do Colégio e do cemitério; em volta dos pátios internos do Colégio; externa e internamente ao longo do muro de frente do Colégio e por trás dêste, dando para a quinta dos jesuítas; externa e internamente no edifício do hospital.

Não encontramos nenhum indício de como o Povo de São Miguel se abastecia de água potável. Quando as Missões se situavam à margem de um rio, a água era retirada dêste à medida que deveria ser utilizada. Sabemos que assim se procedia em 1691, em Japeiú, então a Missão mais importante de tôdas.

Na Missão de San Ignacio Mini, em Córdoba, a água era trazida por meio de canalização subterrânea até um reservatório construído na quinta dos Padres.

O padre Antônio Sepp mostra-nos a atenção que dispensou ao abastecimento d'água, na escolha do sítio para a fundação do Povo de São João Batista, em 1697:

"Coloquei-vos numa encosta aprazível, sobranceira e lavada de todos os ventos. Ao sopé, como num segundo paraíso, vos abriu o Boníssimo Deus quatro fontes muitíssimo salutares, tanto para os homens como para o gado. Delas emana, sem cessar, limpidíssima água, e, podeis crer, não secarão mesmo na canícula de Janeiro, pois têem as suas nascentes entre perpétuas sombras de árvores frondosas, e as mesmas pedras duríssimas gotejam num perene lacrimejar, que pouco a pouco escorre em arroios e rios.

Em São Miguel acreditamos que para o abastecimento do Povo se tivesse recorrido à água de sub-solo, pois foi o modo por que conseguimos água para o Museu das Missões, por nós construído em 1939, para o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A água seria puxada dos poços por uma nora.

Uma descrição do padre Sepp dá-nos idéia da iluminação das praças das Missões, em dias de festa:

"Como ficasse noite e como não houvesse nem cera nem óleo para a iluminação, tomaram de chifres de bois, que são aqui extremamente grandes e compridos, encheram-nos de graxa e sebo, acenderam-nos e os levantaram para cima. Por meio dêsses chifres ardentes transformou-se a noite escura em dia claro, como que iluminada por tochas, e os dançarinos e cavaleiros eram iluminados e tornados visíveis."

II — DA IGREJA

Se o traçado das aldeias e os programas das construções deviam obedecer ao padrão determinado nas "Leyes de Indias", a plástica geral e de detalhe variava, certamente, conforme a cultura do chefe do Povo ou dos artistas que executavam os trabalhos. E como tais artistas haviam deixado de há muito o país natal, suas concepções acompanhavam o movimento de arte da Europa, mas com o atrazo de uma geração.

Assim é que vemos o padre Antônio Sepp evocar, nas construções do Povo de São João Batista, as imagens queridas de sua cidadezinha no Tirol. Nem é de estranhar que se encontre na igreja de São Miguel o estilo barroco italiano e não espanhol, se considerarmos que o seu construtor foi o Irmão arquiteto milanês, Gian Battista Primoli.

Êste último ingressou na Companhia de Jesus aos 43 anos de idade, com o objetivo de dedicar sua vida profissional às grandes construções que se projetavam então nas Missões da América.

Chegou a Buenos-Aires em julho de 1717, com a numerosa expedição que, embarcada em três navios, havia partido de Cádiz dois meses antes. Na mesma expedição vieram outros artistas notáveis, entre os quais o Irmão arquiteto romano Andrea Bianchi. Os nomes dêsses dois arquitetos ficaram ligados à realização dos grandes monumentos coloniais de Córdoba e Buenos-Aires. Todavia os historiadores não estão sempre de acôrdo sôbre a parte que toca a cada um dêles na construção dêsses grandiosos monumentos.

O erudito Padre Guilhermo Furlong S. J., contràriamente à opinião até aqui geralmente aceita, afirma que raras vêzes terão os dois arquitetos trabalhado em colaboração. É inegável, entretanto, que tenham seguido a mesma escola e exercido um sôbre o outro grande influência: a igreja de São Miguel, cuja autoria todos os historiadores estão de acôrdo em atribuir a Primoli, tem sua fachada muito semelhante à fachada da antiga Catedral de Buenos-Aires, cujo projeto, segundo o Padre G. Furlong, teria sido obra exclusiva de Bianchi.

Embora viesse destinado às construções a erigir em Missões, só em 1730 pôde Primoli deixar Buenos-Aires e Córdoba, onde era solicitado para tantas e tão importantes iniciativas.

Na região missioneira, Gian Battista Primoli construiu as três grandes igrejas dos Povos de Concepción, Trinidad e São Miguel.

São Miguel era desde 1697 a maior e mais importante das Missões. A igreja velha não bastava para conter a massa da população, tendo sido essa uma das razões apresentadas para o desmembramento do Povo.

Não sabemos precisar a data da chegada de Gian Battista Primoli a São Miguel. Mas em 1735 estavam já iniciadas as obras da igreja, quando foi êsse arquiteto chamado a Buenos-Aires para dirigir a construção da igreja de San Telmo, projetada por Andrea Bianchi.

Em 1737 voltou Primoli às Missões e até 1744 trabalhou na igreja de São Miguel, empregando diàriamente 80 a 100 operários.

Não só no caráter e plástica geral difere a igreja de São Miguel das demais igrejas missioneiras, mas também no sistema construtivo. As florestas tropicais induziram os construtores jesuíticos ao emprêgo da madeira como principal elemento de suas estruturas: os madeiramentos dos telhados e os forros de madeira apoiavam-se por meio de vigas em pilares feitos de troncos de grandes árvores. Êsses pilares eram depois incorporados às paredes externas. No caso de igreja de três naves, eram também de madeira as colunas intermediárias, ficando à vista no interior do templo. "De êste modo", disse Cardiel, "carga toda la fabrica del tejado en los pilares y nada en la pared".

Ao padre Antônio Sepp, vindo de uma região da Europa central onde são abundantes as matas, já era familiar essa maneira de construir.

Já não era assim com o arquiteto Gian Battista Primoli. Imbuído da tradição da construção italiana, nem o deteve a falta de cal, que muito dificultava a construção em Missões: a igreja de São Miguel foi totalmente construída de pedra até a altura dos tetos.

Os elementos subsistentes da igreja de São Miguel permitem a determinação de quase tôdas as suas disposições em planta. Do levantamento feito resultou uma igreja com três naves, sem transepto (fotos 16 e 17). De um e do outro lado do corpo da igreja, duas tôrres de planta quadrangular davam à fachada principal seu máximo desenvolvimento.

Precedia o templo um largo pórtico constituído por sete arcos, recaindo sôbre pilares ornados por colunas engastadas.

A nave principal era separada das colaterais por duas fileiras de arcos, cujos pilares eram também ornados por pilastras conjugadas (foto 18).

Os pilares das arcadas eram ainda munidos de contrafortes, nos quais se apoiavam arcos transversais, dividindo os colaterais em cinco capelas. Vemos nos contrafortes do colateral direito (foto 19) a nascença dêsses arcos claramente indicada pela disposição das pedras *em saliência*.

Sôbre a entrada da igreja era provàvelmente localizado o côro em piso elevado, e onde teria sido instalado o grande órgão. A foto 20 mostra os buracos deixados nas paredes pelos barrotes que suportavam êsse piso.

À direita da entrada encontrava-se uma capela com seu altar e pia batismal, sendo a bacia de barro vidrado de verde, assentada sôbre uma moldura de talha dourada.

A nave principal conduzia a uma capela-mor de pequena profundidade.

De um e do outro lado da capela-mor estavam dispostas salas que comunicavam a igreja com um espaçoso salão, em forma de T, com dois compartimentos anexos.

Sôbre os elementos em elevação, as ruínas da igreja de São Miguel não fornecem dados suficientes. Dos tetos nada resta. Infelizmente, não encontramos nos autores que conheceram as Missões os esclarecimentos necessários. O historiador D. Félix de Azara, que viu São Miguel em fins do século XVIII, informa apenas que a igreja tinha "100 varas de longitud y es de silleria hasta la cornisa, sin más cal o mezcla que en las juntas por fuera; el resto es de madera como en todas."

No interior, a nota dominante é a estrutura formada pelos maciços recebendo as descidas dos arcos e contendo uma ordem de pilastras conjugadas. No alto, o entablamento dessas pilastras segue ao longo das paredes da neve. O aspecto de certas pedras do muro do frontispício, pelo lado interno, indica que o fôrro da nave vinha morrer sôbre êle segundo um arco em asa de cesta (foto 21).

De cogitação em cogitação, chegamos à conclusão de que diretamente sôbre a cimalha, apoiar-se-ia uma abóboda de berço, reforçada pelos arcos salientes, em correspondência com as pilastras. Êsse berço levaria lunetas com aberturas para a iluminação (foto 22), conforme indicam os vãos deixados na parte superior das paredes longitudinais da nave (foto 18).

O berço da nave principal era, a nosso ver, coberto por telhado de duas águas: as paredes da nave sobem além da nascença do berço para recebê-lo. É nessas paredes que vemos os vãos das janelas *de triforium,* destinadas a iluminar a nave por cima dos telhados dos colaterais.

Os tetos dos colaterais eram, provàvelmente, berços interrompidos pelos tímpanos dos arcos que separavam as capelas e penetrados por lunetas, de certo protegidos por telhados de uma água (foto 22). Isso é evidente, pelo fato de terminarem os contrafortes dos maciços, que separam a nave dos colaterais, a uma altura de 10,60 m, com uma inclinação que nos dá o caimento dêsse telhado (foto 19).

Quando à capela-mor, dada a sua finalidade, teria também teto em berço, que seria construído no prolongamento do berço da nave, e separado dêste por um arco saliente do teto da nave, pois que não encontramos qualquer indício de outro arco-cruzeiro.

O altar-mor com tôda a probabilidade foi erigido contra o muro dos fundos, ocupando a largura da capela-mor. Tanto assim que se vêem muito claramente os buracos deixados pelas peças de madeira que manteriam a talha do respectivo retábulo.

Pelas disposições dêsses buracos podemos supor que o retábulo do altar-mor era composto de quatro elementos verticais, quiçá constituindo colunas conjugadas, em três ordens superpostas, separando nove quadras que continham os nichos para as imagens (foto 24). O nicho que ficava acima da cimalha guardaria a grande imagem de São Miguel Arcanjo, de que nos fala o padre Gay.

Essa nossa suposição é tanto mais verossímel que o retábulo assim disposto se assemelha perfeitamente ao da igreja *de la Compañia* em Córdoba.

Colunas, entablamentos, impostas e arquivoltas teriam emoldurado os nichos; guarnições e pinturas enriqueceriam o altar mor, assim feito para atrair todos os olhares; a ornamentação do resto da igreja devia ser sóbria, sem a profusão de motivos escultórios e pictóricos que ostentaram as igrejas em época posterior.

Quanto ao aspecto exterior, a fachada principal é a parte mais conservada do monumento (foto 25).

Os elementos subsistentes permitiriam sua completa representação se não faltassem dados positivos sôbre a cobertura das tôrres e sôbre a cobertura do pórtico.

Para representação de uma e outra das coberturas, encontramos, felizmente, um precioso indício na gravura do historiador francês Demersay, que viu a igreja em 1846, antes da destruição dêsses elementos (foto 26).

A forma da cobertura da tôrre do lado esquerdo aparece nessa gravura, embora muito deformada pela perspectiva, como uma campânula ou um sino, encimado por uma bola e uma cruz.

Veremos, adiante, como a fachada da igreja de São Miguel se assemelha à antiga fachada da Catedral de Buenos-Aires, executada pelo mesmo arquiteto, ou por seu compatriota, colega de Companhia e notável arquiteto Andrea Bianchi. Na cobertura das tôrres dessa igreja, bem como na de outros templos do mesmo período em Buenos-Aires — Santo Domingo, San Nicolas, El Pilar —, encontramos a forma mais ou menos acentuada de campânula que adotamos em nossa reconstituição.

Segundo foi observado por Vicente Nadal Mora, em sua obra *La Arquitectura Tradicional de Buenos Aires,* era essa a forma mais empregada na época, não sendo tão comum o tipo de cúpola bulbosa que cobre o campanário de La Merced.

Sôbre a cobertura das tôrres havia um galo amarelo, provàvelmente de cobre. O frontispício do pórtico aparece na gravura de Demersay encimado por um frontão.

O historiador José Feliciano Fernandes Pinheiro, ao invés de um telhado de duas águas, parece fazer referência a uma cobertura em terraço.

Preferimos admitir esta hipótese, porque nos repugnava a idéia de um telhado indo morrer de encontro à fachada, sem respeito pela modenatura elaborada que esta apresenta. Vemos nas ruínas da fachada do corpo da igreja (foto 25) vestígios dos apoios do vigamento que suportava êsse piso.

Analisando, porém, a igreja nesta primeira tentativa de reconstituição, estranhamo-lhe certas disposições e chegamos à conclusão de que essa construção não correspondeu exatamente ao projeto grandioso que suas proporções indicam.

Com efeito, a capela mor resultou do fechamento da última arcada da nave. Pareceu-nos acanhada, sem profundidade, enquanto atrás dela foi deixada uma sala, cujas dimensões, forma e caráter suntuoso não justificam seu destino como sacristia (foto 27). Acresce que êsse salão é ladeado por salas menores que conviriam perfeitamente à finalidade de sacristias, principalmente a da esquerda, que comunica a igreja com o Colégio dos Padres.

Se, por fim, viermos a fazer abstração da parede que separa as naves da igreja da sala dos fundos, melhoram tôdas as proporções, e a planta toma o aspecto que lhe convém (foto 28): transepto com a mesma largura da nave principal, capela mor de suficiente profundidade, ligada à sacristia por uma rica porta, em sítio perfeitamente adequado às exigências da liturgia; e passagem do transepto para a capela mor assinalada por um chanfro nos pés direitos e por pilastras conjugadas que suportariam o arco-cruzeiro.

Outro argumento no mesmo sentido é a não existência de amarração da alvenaria dêste muro, que veio formar a capela mor, com a dos pilares da nave. O muro foi construído depois de prontos os pilares: sua alvenaria é menos regular, e, além de tudo, veio morrer de encontro a êsses pés direitos, sem o menor respeito pelas pilastras que cobriu, deixando, entretanto, de fora, parte dos capitéis como testemunha (foto 18).

Considerando essa hipótese da igreja ter um transepto, o fôrro dêsse transepto deveria ser abobadado em berço e, no encontro com o berço da nave principal, teria sido prevista a clássica cúpola sôbre pendentes. Essa cúpola elevar-se-ia sôbre um tambor, no qual seriam deixados os vãos para iluminação (fotos 29, 30 e 31).

As disposições da igreja, assim concebidas, assemelham-se às dos monumentos executados anteriormente pelo mesmo arquiteto, quer trabalhando

sòzinho, quer em colaboração com o notável arquiteto Andrea Bianchi, em Misiones, Córdoba e Buenos-Aires.

As grandes igrejas: — a Catedral de Buenos-Aires, a Catedral de Córdoba e principalmente a igreja de San Ignacio, em Buenos-Aires — muito se lhe assemelham; todos êsses templos se filiam ao imponente tipo da igreja de Gesu, de Roma, com seu transepto de pequena extensão, tendo o cruzamento das naves coroado por cúpola sôbre tambor elevado (fotos 32 e 33-a-b-c-d).

Nas pequenas igrejas de Alta Gracia e de Santa Catalina, em Córdoba, o transepto quase desaparece, mas a capela mor é sempre precedida pela cúpola sôbre pendentes (fotos 32 e 33-e-f).

Êsses tetos curvos, abóbadas de berço e cúpolas, foram construídos de alvenaria, com a proteção suplementar de um telhado ou sem ela.

De alvenaria eram também as abóbadas da igreja de La Trinidad, no Paraguai, construída em 1744 pelo arquiteto Gian Battista Primoli, conforme nos informam os *Inventários* de 1767.

Ante os elementos citados, a conclusão inevitável é que a igreja de São Miguel foi projetada com uma nave transversal e cúpola sôbre tambor elevado.

Tal cúpola certamente não chegou a ser construída. Obra de tamanha importância, teria impressionado os homens de então, provocando comentários que não deixariam de chegar até nós.

Na impossibilidade de realizar o projeto inicial da igreja, quais teriam sido nessa hipótese as modificações introduzidas pelos seus construtores?

Sôbre a forma dos tetos e coberturas da igreja de São Miguel, apenas duas referências encontramos nos autores consultados. A primeira foi feita pelo Cônego João Pedro Gay, na descrição seguinte: "O corpo da igreja era de três naves, com seu cruzeiro e meia laranja, com trezentos e cinqüenta palmos de comprimento de vão, com cento e vinte de largura e quarenta e cinco palmos de pé direito..." a segunda foi feita pelo professor Miguel Solá e parece louvar-se na descrição do Padre Gay: "La planta era de trés naves y cúpola en el crucero; tenia 73 metros de largo por 25 de ancho".

A referência do Padre Gay evidentemente se baseou em informações, pois a igreja, ao tempo de seus escritos, já estava sem cobertura. Nem a grande parede que separa as naves da sala dos fundos, à qual êle não alude, permitiria a existência de transepto e cúpola.

A hipótese mais provável, portanto, é que a igreja tivesse sido concluída, com seu cruzeiro e "meia laranja", diferindo do projeto inicial apenas na construção da cúpola menos elevada. Ficaria ela, nesse caso, inteiramente de acôrdo com a descrição do Padre Gay, medindo os trezentos e cinqüenta palmos de comprimento, da porta de entrada principal à parede do fundo da capela mor.

Assim teria sido a igreja até 1756, quando provàvelmente ficou sem cobertura, em conseqüência do incêndio e das depredações que sofreu por ocasião da guerra dos Sete Povos.

Com o restabelecimento da Missão, em 1761, os jesuítas, na premência de retomar os serviços do Culto e sem os recursos materiais que a recomposição total da igreja exigia, teriam construído a espêssa parede que limitou a profundidade da nave.

Não acreditamos tenham os Padres cogitado na possibilidade de em qualquer tempo retomar a construção da igreja de São Miguel, de acôrdo com o projeto primitivo, porque:

1.º — o muro que limita a profundidade da nave sobe até uma altura de 15.00 m com 1,75 m de espessura;

3.º — conforme já dissemos, o altar mor deve ter sido construído contra êsse muro;

3.º — e, finalmente, porque faltam nas ruínas as duas últimas arcadas do lado esquerdo da nave e foi demolido até o chão o pé direito que as suportava (foto 18). Ora, a falta dêsses elementos, que se poderia lastimar entre os danos sofridos pelo monumento, atribuímo-la a uma demolição deliberada em vista da criação de um nôvo transepto. Os trabalhos teriam sido nesse ponto interrompidos, porquanto as arcadas do lado direito da nave se mantêm inalteradas (foto 18).

III — DO COLÉGIO

Para a reconstituição do Colégio baseamo-nos principalmente nas indicações fornecidas pelos elementos subsistentes, embora sejam êsses apenas: a) muros em ruínas, os quais, se em alguns pontos atingem 3.50 m de altura e noutros apresentam ainda 1.00 m, na maior parte se encontram completamente tombados, tendo apenas os alicerces; b) bases ou simplesmente alicerces de bases de pilares, alinhados ao longo dêsses muros.

O Colégio era constituído por uma série de casas, situadas em volta de dois grandes pátios, e abrindo-se sôbre os mesmos através de alpendres ou pórticos construídos com pilares de pedra (foto 34).

Um bonito portão, cujo aspecto nos foi conservado pela gravura de Demersay (foto 35), dava acesso ao primeiro pátio, contíguo à igreja. O portão se localizava à distância igual das extremidades do pátio.

Não encontramos nenhum vestígio de muro nem alicerce de colunas no lado do claustro que faz face à igreja. Acreditamos, entretanto, que os pórticos se seguissem por êsse lado, correndo aproximadamente no alinhamento da tôrre, e que o espaço resultante para trás do pórtico até à igreja fôsse ocupado por salas de aula do Colégio.

Essa hipótese é baseada na descrição feita pelo Pe. Luís Gonzaga Jaeger S. J. de um Povo que pensamos ser São Miguel. Confirma-a a disposição dos muros da fachada lateral da igreja, os quais sobem até à altura dos peitoris das janelas dos colaterais com uma espessura maior do que aquela que irão ter daí por diante. Na saliência assim formada se apoiaria o telhado que cobria as salas de aula e seu alpendre (foto 34-e).

O fato de não se ter aí encontrado elemento algum de construção justifica-se pelas escavações a que procediam ao longo dos muros a curiosidade e a cobiça do povo, empenhadas em descobrir os fabulosos tesouros enterrados pelos jesuítas.

Assim constituído, o pátio mede 66.30 m × 63.50 m. Essas dimensões concordam aproximadamente com as fornecidas pelo Cônego J. P. Gay para Missões da mesma importância: 300 palmos × 300 palmos.

O Colégio de São Luís tinha quatorze pilares na frente dos quartos dos Padres e treze nas outras faces do claustro. O claustro de São Miguel apresentaria quatorze pilares em cada uma de suas faces, se no ângulo NO as arquitraves não se apoiassem nas paredes da tôrre.

Ao fundo do pátio achava-se a ala principal com a residência dos Padres. Ao centro devia ficar a sala do Padre Reitor, onde, segundo os historiadores Bach e Pfotenhaeur "reinava uma semi-obscuridade mágica". Do lado esquerdo ficavam provàvelmente os aposentos destinados aos demais jesuítas, todos amplos e confortáveis; do lado direito o refeitório "com lindas portaladas, que serviriam magnìficamente bem para capelas" no dizer do Cônego João Pedro Gay. Ainda, segundo êsse autor, o refeitório devia ter subterrâneo mais ou menos extenso.

Interrompem-se aí os muros com indicação de ter havido uma passagem coberta do pátio para a quinta dos Padres.

Seguiam-se na mesma ala cozinha e dispensa, se adotarmos disposição semelhante à da Missão de San Ignacio Mini, reconstituída por Juan Queirol (foto 15-b).

Nas casas que vêm, em seguida, na ala paralela à igreja, eram provàvelmente instaladas as oficinas de ourives, pintores, entalhadores, encadernadores, e uma pequena tipografia. Aí ficava ainda uma *casa forte* para prisão.

Atravessando pequena passagem coberta, que vemos claramente indicada nas ruínas, passava-se ao segundo pátio.

Os elementos subsistentes nas ruínas nos mostram que, em três de suas faces, havia construções abertas sôbre o pátio através de pórticos ou alpendres.

Do mesmo lado em que ficavam as residências dos Padres, no primeiro pátio, ficavam, provàvelmente, no segundo: os armazéns, onde eram guardadas as sementes e o produto das colheitas; os depósitos onde se armazenava a roupa antes da distribuição; os arsenais de armas.

Nos outros lados ficavam provàvelmente: a usina de açúcar, com seus cinco ou seis caldeirões; as oficinas dos tecelões, que chegavam a ocupar quarenta e até cinqüenta teares; as oficinas dos alfaiates, sapateiros, chapeleiros; as oficinas dos carpinteiros, ferreiros, serralheiros, latoeiros, curtidores; as oficinas de consêrto de carruagens.

IV — DAS CASAS DOS ÍNDIOS

Sôbre a construção das casas dos índios pouco esclarecem as ruínas.

As inúmeras bases, alicerces de bases e capitéis encontrados serviram, no entanto, para determinar sua localização e para evidenciar:

1.º — que as ditas casas eram rodeadas por alpendres compreendendo três vãos ou intercolúnios em seu lado menor;

2.º — que no outro sentido a respectiva fachada devia ter ora oito, ora nove intercolúnios;

3.º — que a distância entre os pilares era quase sempre de 5.10 m de eixo a eixo;

4.º — que os pavilhões eram separados uns dos outros por uma distância de 12.00 m, largura das ruas;

5.º — que os pilares dos pórticos ou alpendres tinham fuste de secção quadrada, com 0.35 m de lado;

6.º — que êsses fustes eram fixados às bases e capitéis por meio de encaixes de secção quadrangular.

Os escritos do tempo e as descrições dos historiadores ajudaram-nos a completar a reconstituição.

O Padre Luís Gonzaga Jaeger dá-nos para tais alpendres uma largura de 2.00 m a 3.00 m. Os alpendres do Colégio têm a largura de 2.50 m de parede a eixo dos pilares; adotamos a mesma medida para os alpendres das casas dos índios, que não seriam positivamente mais largos que os pórticos do Colégio (fotos 34-a-b-c).

Deduzidos os alpendres, sobra em cada pavilhão uma área de 10.00 m × × 35.00 m ou 10.00 × 40.00 m, conforme o caso. Esta área seria dividida no sentido do maior comprimento por uma parede mestra e no sentido transversal, por paredes divisórias, formando ao todo quatorze (ou dezesseis) compartimentos, destinados cada um à moradia de uma família. Êsses compartimentos seriam providos de porta e janela.

Façamos um parêntese para considerar quão rudimentares eram essas disposições, constando de um só compartimento para satisfazer as necessidades de moradia de tôda uma família!

Não se poderá melhor comentá-lo do que empregando as palavras do Padre Antônio Sepp: "E dentro da casa — onde está a saleta? Onde o dormitório, a cozinha, adega, dispensa, e onde o vinho e a cerveja na adega, e onde as panelas e as bacias de estanho na cozinha, e onde a cama no dormitório? Tudo isso os índios têem reunidos numa só peça.

A pobreza dêsses domicílios, comparada ao tratamento pomposo dos monumentos, chegou a provocar comentários até na Europa.

Os blocos de moradia deviam ser cobertos por telhados de quatro águas, à semelhança dos pavilhões dos Povos de São João (foto 13) e da Candelária (foto 14).

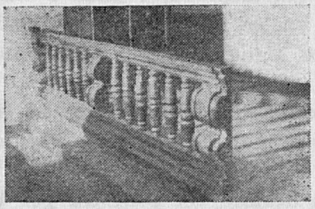
A disposição das paredes internas evitava o emprêgo de tesouras no madeiramento. Com efeito, os caibros podiam apoiar-se na parede mestra divisória; depois, nas terças, apoiadas por sua vez nas paredes transversais, nas paredes externas e, finalmente, nas vigas que ligavam os pilares do alpendre. Os espigões das *garupas* apoiavam-se no encontro das paredes divisórias, no encontro das paredes externas e finalmente nos ângulos do alpendre, sôbre os pilares, ficando assim fortemente estabelecidos.

Com a reconstituição das casas dos índios chegamos ao fim do programa proposto em nosso trabalho.

Na Reconstituição do Povo de São Miguel procuramos destacar os dois aspectos da contribuição que oferecemos:

1) Alguns dados exatos, baseados no estudo detido das ruínas;

2) Conjeturas para serem discutidas, combatidas ou aceitas, provocando assim nos meios estudiosos um movimento de interêsse e outras contribuições, em tôrno do assunto, certamente mais valiosas.



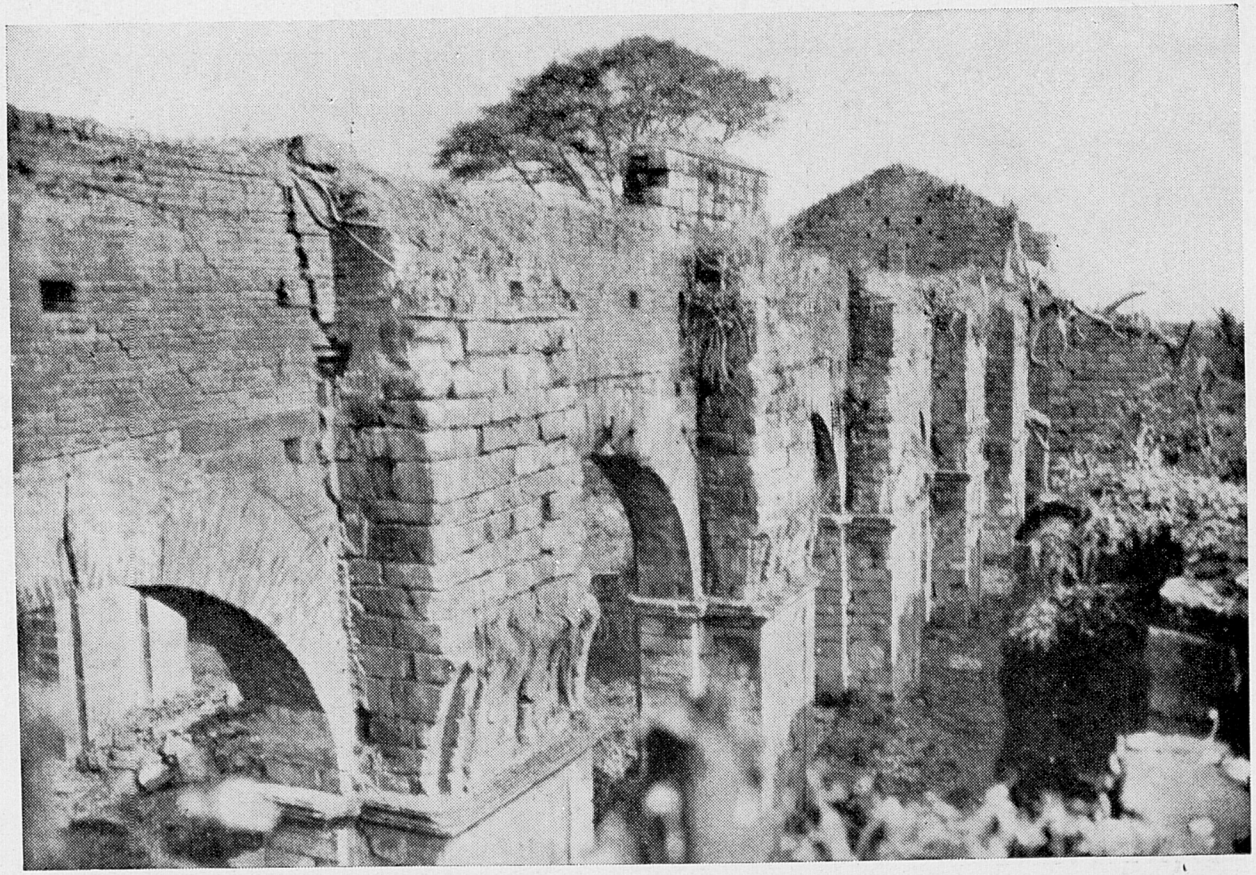


Foto 19 — Igreja de São Miguel. Ruínas do colateral direito.

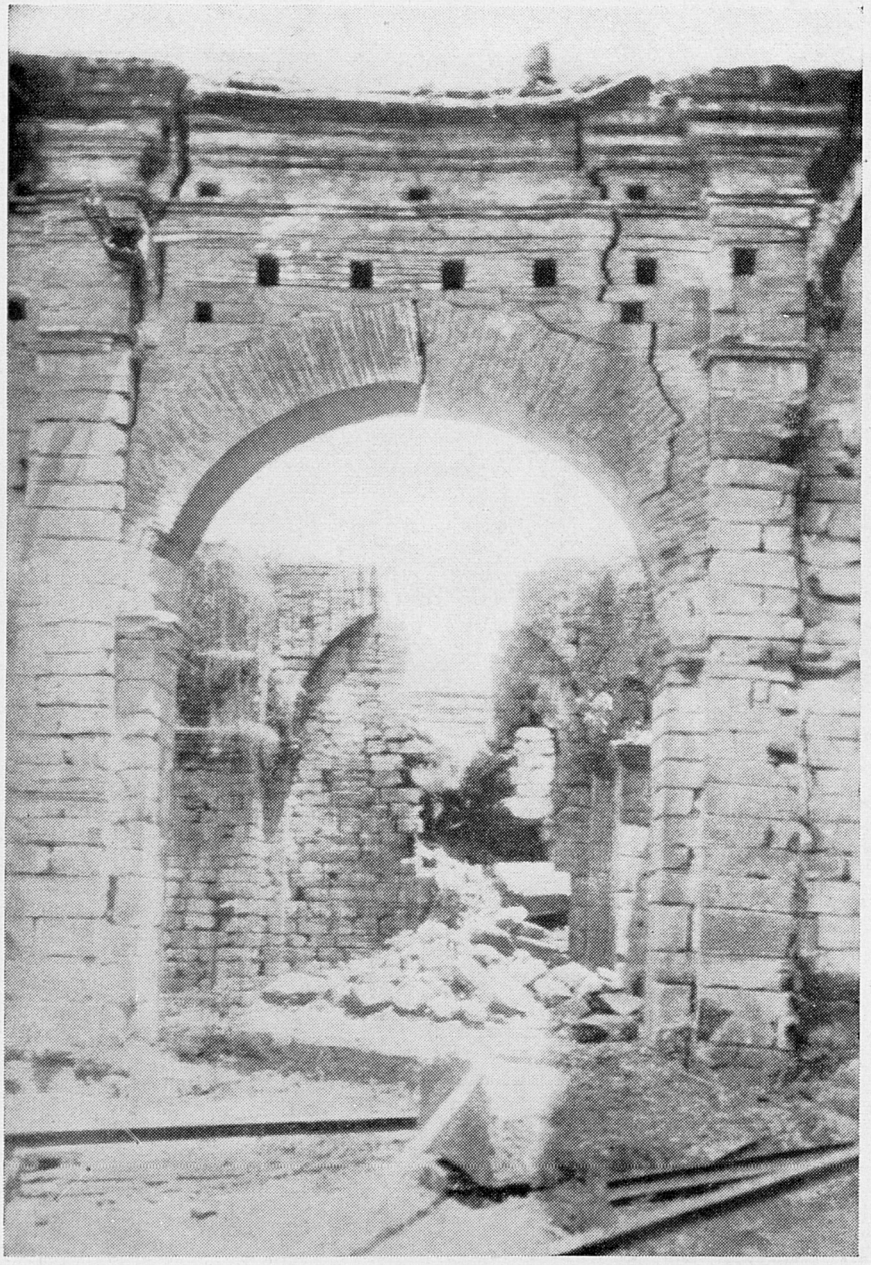


Foto 20 — Igreja de São Miguel. Ruínas da nave principal. 1.ª arcada a contar da entrada.



Foto 21 — Igreja de São Miguel. Ruínas do frontispício, face interna.

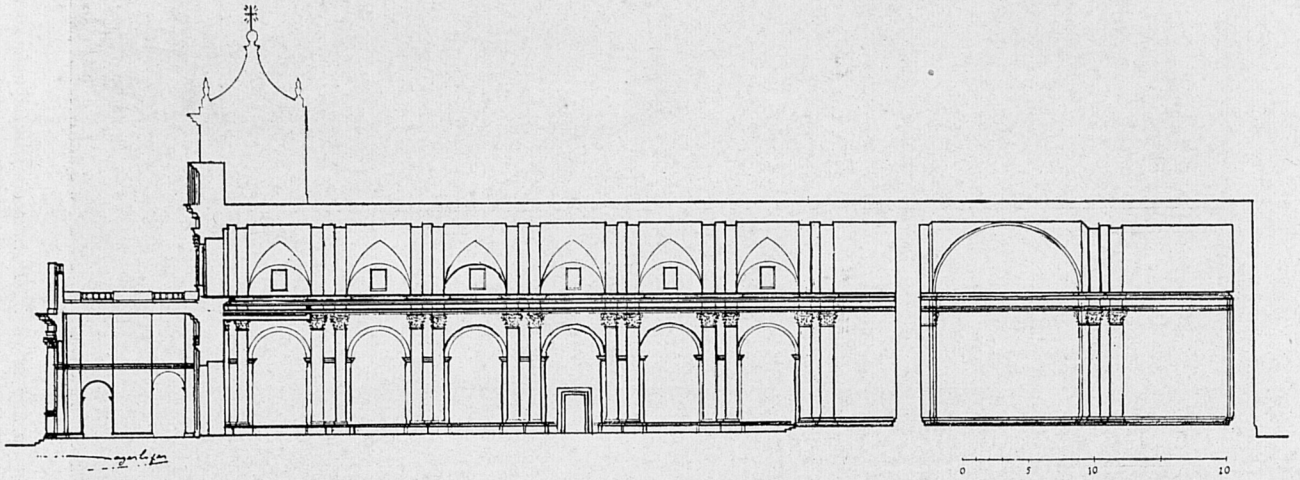


Foto 22 — Reconstituição da igreja de São Miguel baseada nos elementos subsistentes. Secção longitudinal.

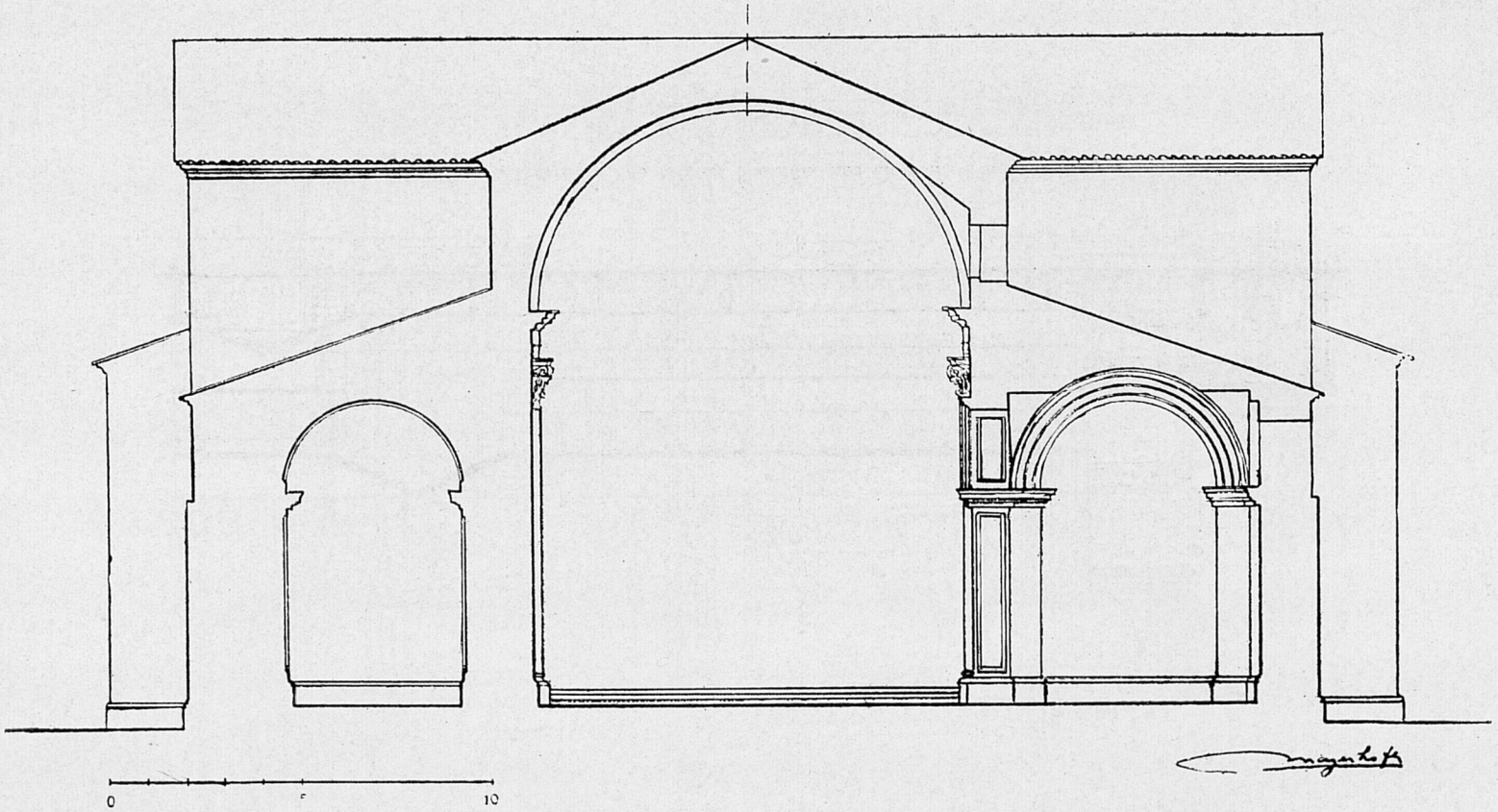


Foto 22a — Reconstituição da igreja de São Miguel baseada nos elementos subsistentes. Secção transversal.

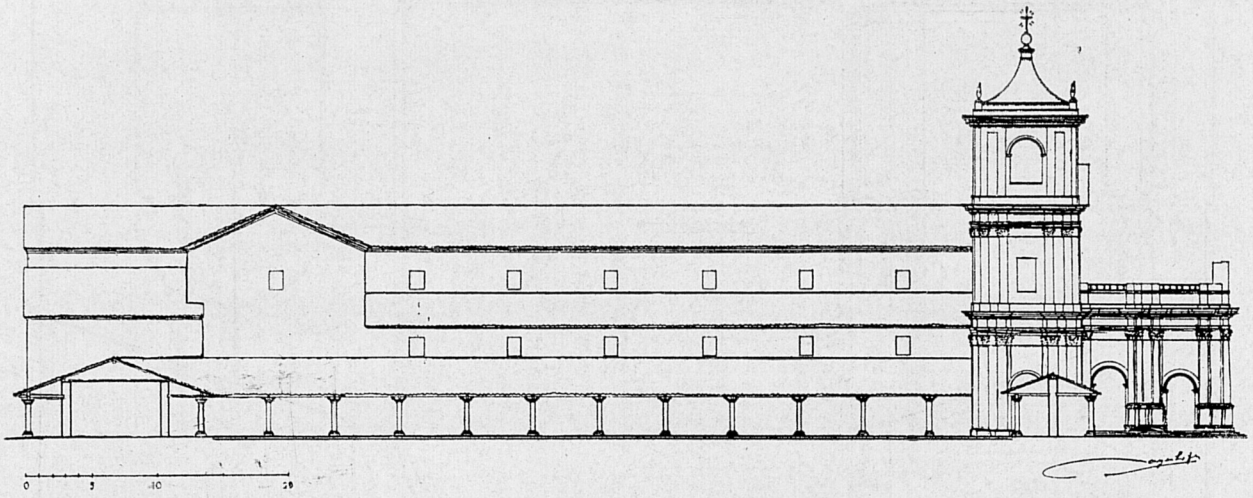


Foto 23 — Reconstituição da igreja de São Miguel baseada nos elementos subsistentes. Fachada lateral.

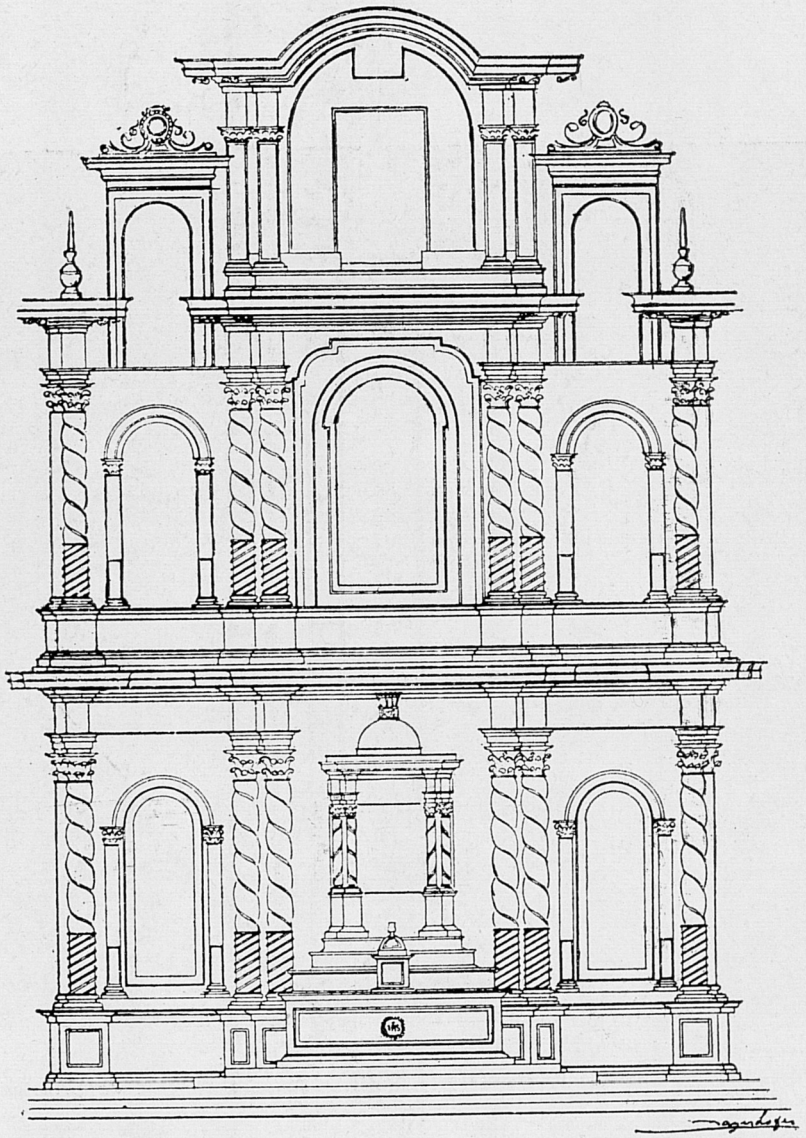


Foto 24 — Reconstituição da igreja de São Miguel baseada nos elementos subsistentes. Retábulo do altar-mor.

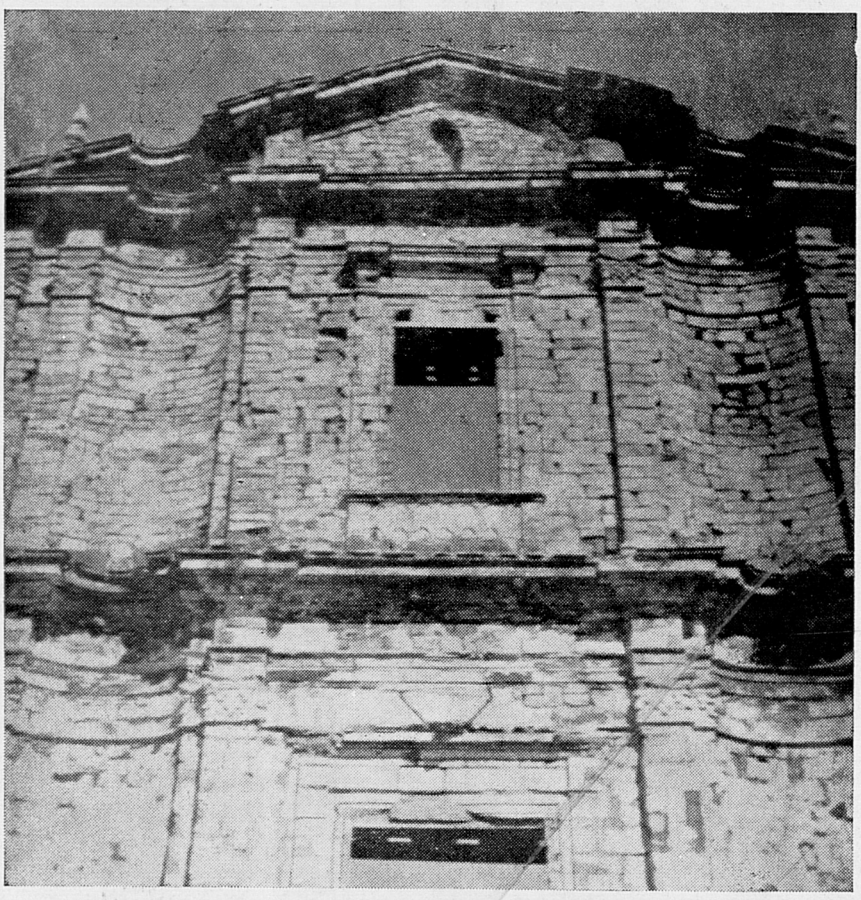


Foto 25 — Ruínas da igreja de São Miguel. Detalhe da fachada principal.



Foto 26 — Igreja de São Miguel em 1846, segundo uma litografia de Demersay.



Foto 27 — Igreja de São Miguel. Ruínas do salão atrás da capela-mor.

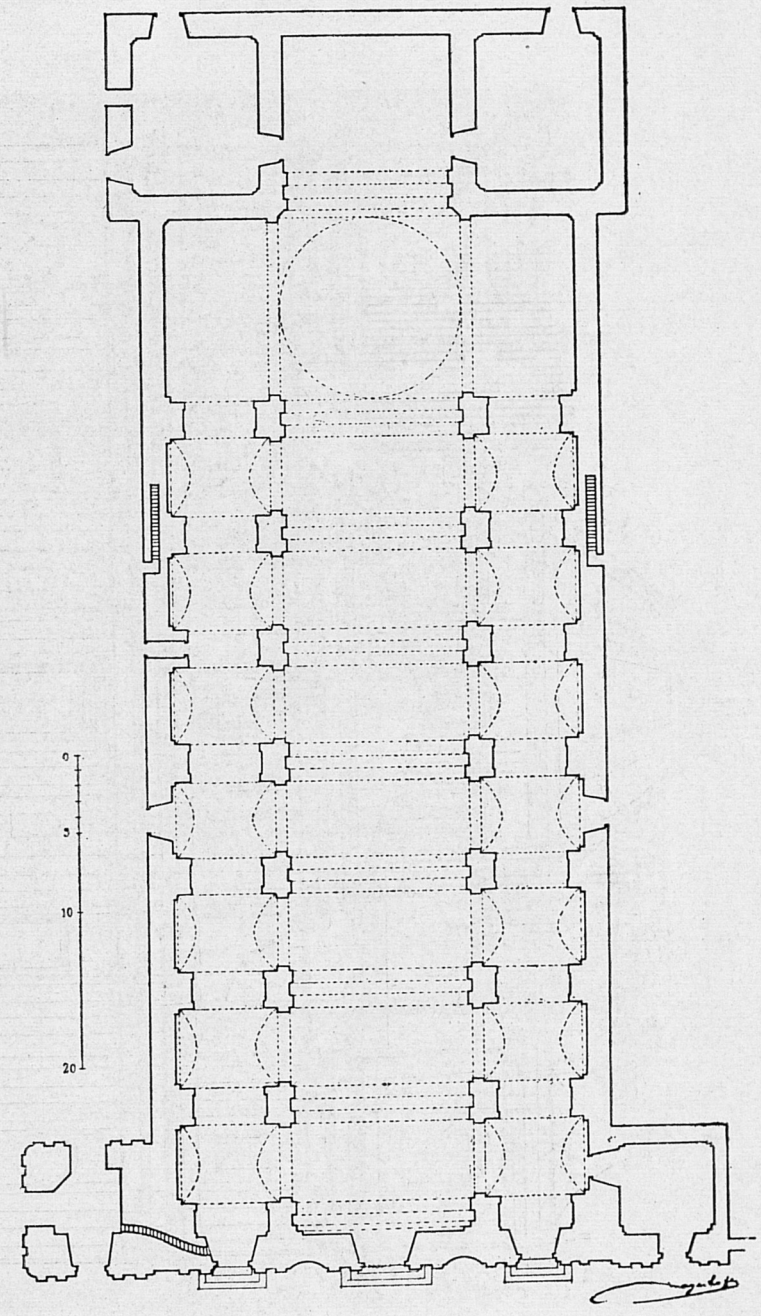


Foto 28 — Reconstituição da igreja de São Miguel. Como o autor procura reconstituir a concepção original do arquiteto que a projetou. ***Planta.***



Foto 29 — Reconstituição da igreja de São Miguel. Como o autor procura reconstituir a concepção original do arquiteto que a projetou. Elevação principal.

Foto 29 — Reconstituição da igreja de São Miguel. Como o autor procura reconstituir a concepção original do arquiteto que a projetou. Elevação principal.

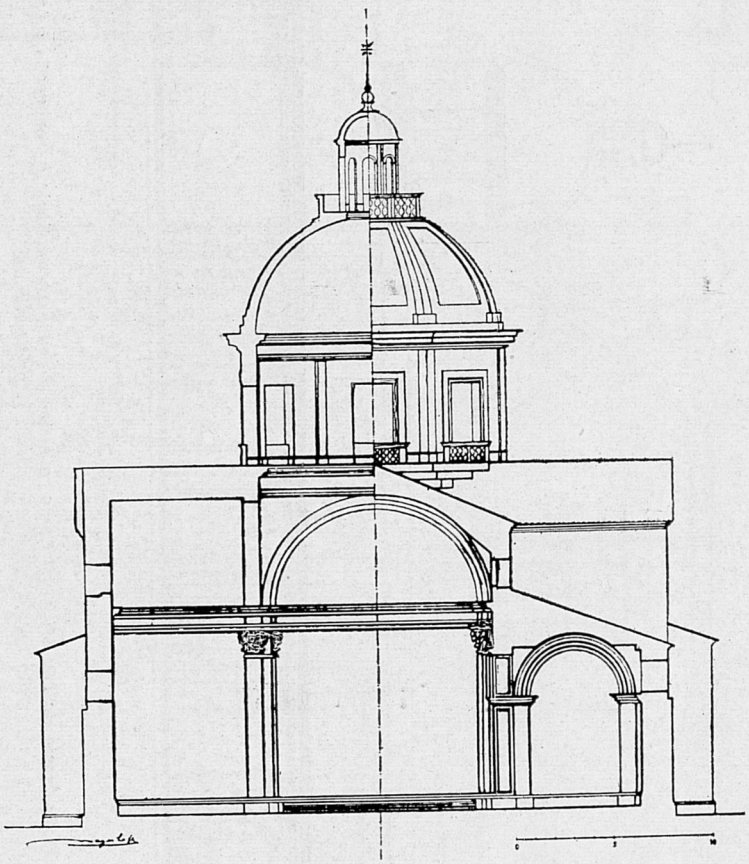


Foto 30 — Reconstituição da igreja de São Miguel. Como o autor procura reconstituir a concepção original do arquiteto que a projetou. Secção transversal.

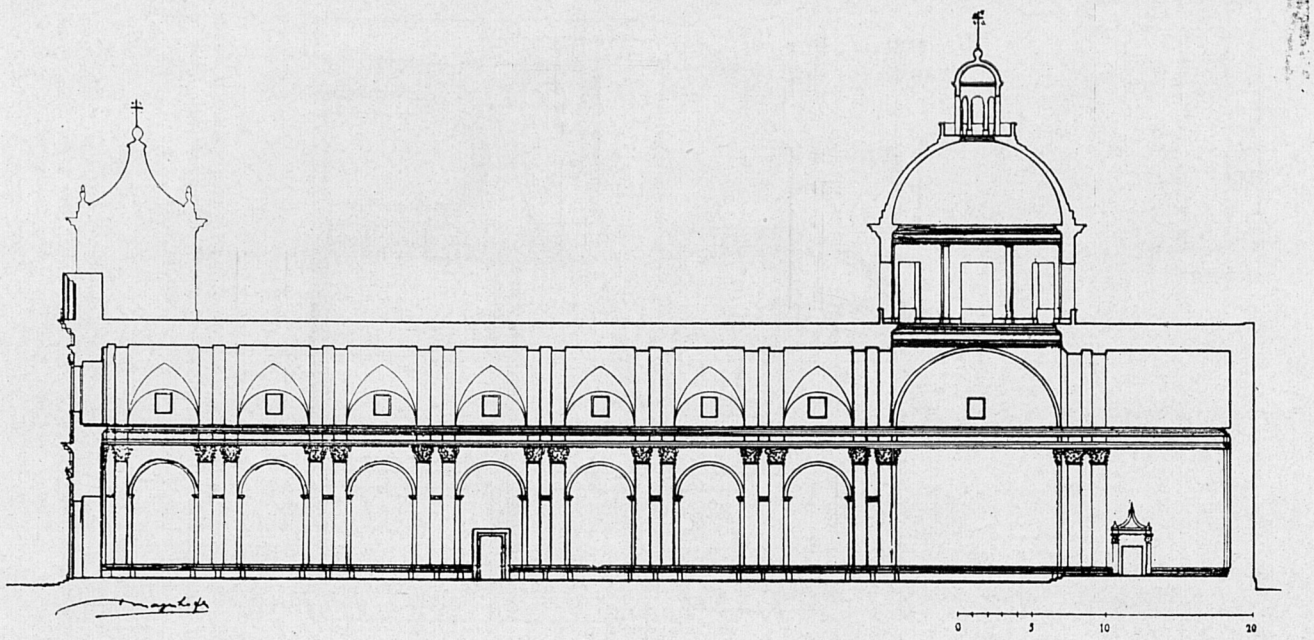


Foto 31 — Reconstituição da igreja de São Miguel. Como o autor procura reconstituir a concepção original do arquiteto que a projetou. Secção longitudinal.

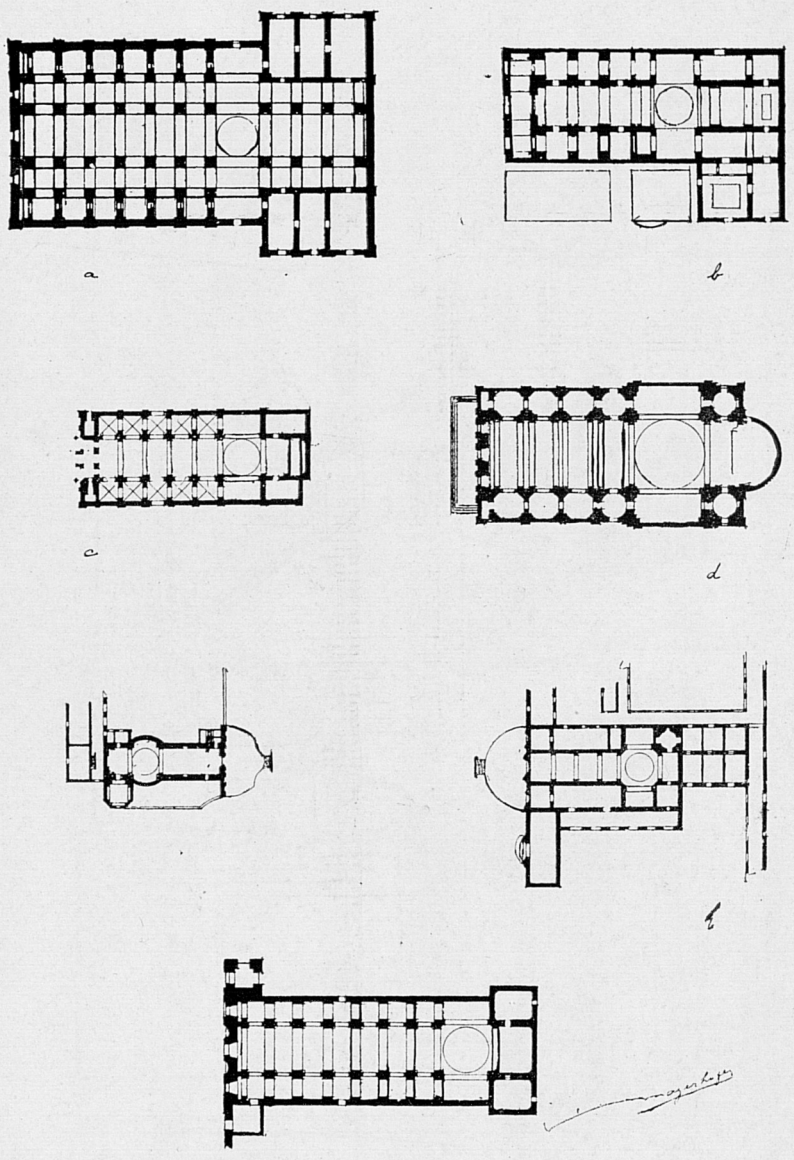


Foto 32 — Plantas comparativas: a) Catedral de Buenos-Aires, com a primitiva fachada; b) Catedral de Córdoba; c) igreja de San Ignacio em Buenos-Aires; dQ igreja do Gesú, em Roma; e) igreja de Alta Gracia, em Córdoba; f) igreja de Santa Catalina, em Córdoga; g) igreja de São Miguel das Missões.

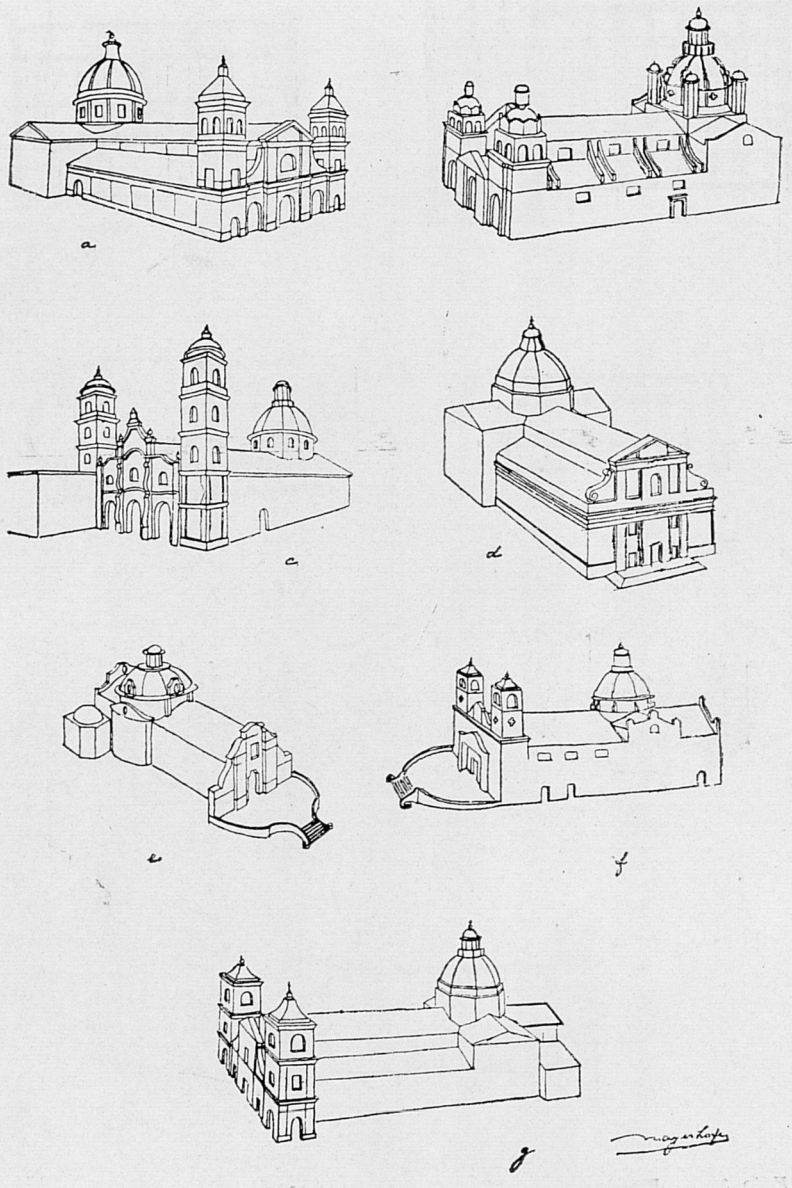


Foto 33 — Estudo comparativo de plástica geral.

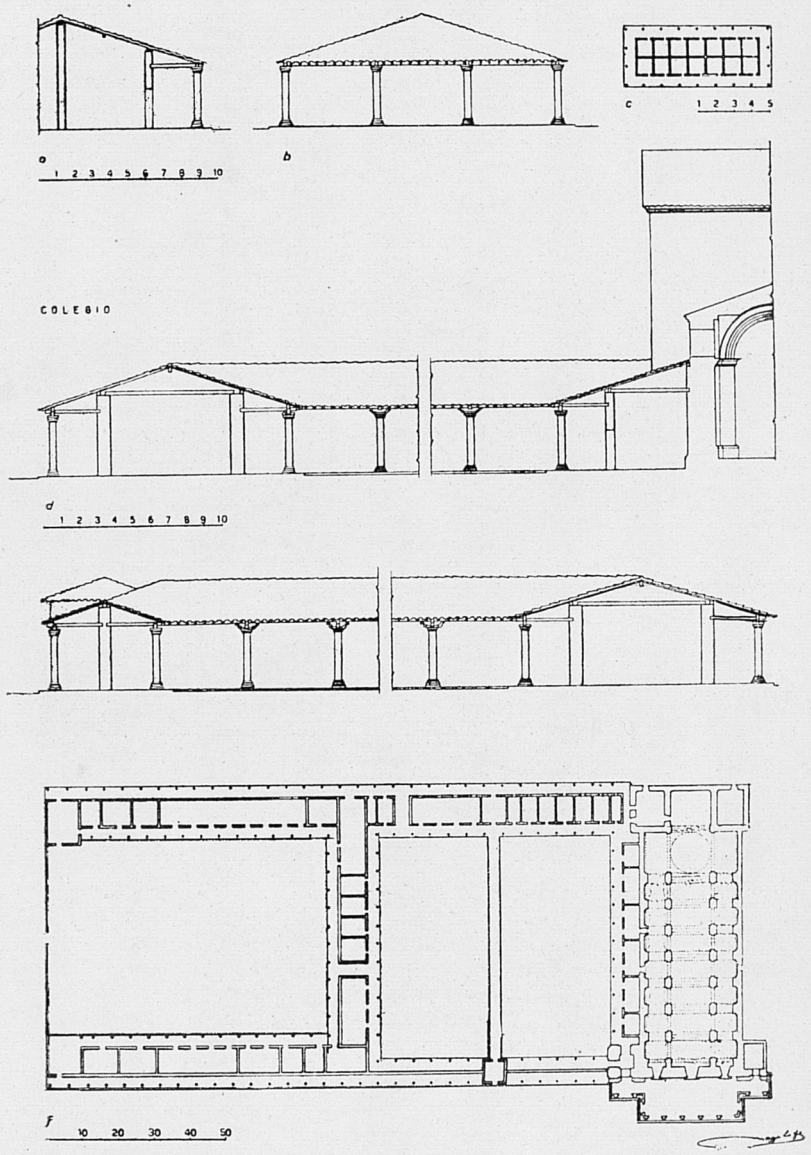


Foto 34 — Reconstituição do Povo de São Miguel: a) casa dos índios, secção transversal; b) casa dos índios, fachada; c) casa dos índios planta; d) Colégio dos Padres, secção transversal; e) Colégio dos Padres, secção longitudinal; f) Colégio dos Padres, planta.

Geografia

CONDIÇÕES GEO-ECONÔMICAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

ANTONIO ROCHA PENTEADO

I — *A terra e o homem*

A Amazônia Brasileira compreende uma vasta superfície do Brasil, pois sua extensão é avaliada em 3.581.180 km²; nessas condições, representa 42,07% do território nacional, que se acha distribuído entre os Estados do Pará, do Amazonas, do Acre e pelos Territórios Federais do Amapá, Roraima e Rondônia.

Em virtude de sua posição geográfica, nela predominam baixas latitudes; como primeira conseqüência dêste fato, seu clima é bastante quente e úmido. As temperaturas do ar variam normalmente, entre 25 e 27 graus centígrados (médias térmicas anuais); os meses mais quentes e mais frios, situam-se entre 16,5 e 34,2. A constância da temperatura determina uma permanente umidade do ar, que nunca baixa aquém de 65%; daí, ao registro de precipitações pluviométricas, a distância é muito pequena. Sem ser uma das regiões mais chuvosas do mundo, na Amazônia os índices pluviométricos são relativamente elevados: o total anual de chuvas é sempre superior a 1500 mm, chegando a casos extremos de 1523 mm (em Roraima) e 3496 mm (no oeste do Estado do Amazonas). Todavia, o fato das chuvas serem repartidas em períodos bem marcados favorece o reconhecimento de sub-tipos climáticos ligados a esta distribuição anual: para os habitantes da Amazônia, o período mais chuvoso é denominado *"inverno"* e o menos chuvoso ou mesmo sêco, é chamado *"verão"*. São estas, na realidade, as duas estações do ano reconhecidas por tôda a população da Amazônia; tal fato adquire uma extraordinária importância para a ocupação das terras amazônicas, pois o regime pluviométrico tropical (que predomina em largas porções do sul, do norte e do centro da Amazônia) interfere, de maneira deci-

siva, nos processos de erosão dos solos e nos métodos de aproveitamento agrícola dos mesmos.

Morfològicamente, a maior parte da Amazônia é constituída por um planalto sedimentar, de estrutura sub-tabular, em cuja constituição predominam argilas pliocênicas e arenitos paleo-mesozóicos; trabalhado por uma rêde de drenagem, que se aproveitou da presença de um amplo sistema de juntas, êstes sedimentos foram intensamente erodidos, formando-se vales amplos, de fundo plano e vertentes abruptas. O planalto sedimentar constitui a chamada *"terra firme"* (sempre à salvo das inundações), enquanto que, nos amplos vales, suas planícies de inundação, que formam o leito maior dos rios, são denominadas *"várzeas"*.

Normalmente, as várzeas são pouco elevadas e sujeitas às enchentes; já as terras firmes, com suas colinas sub-tabulares, têm seus topos situados a 200-250 m de altitude (excepcionalmente, se encontram cotas superiores, onde derrames basálticos interferiram na estrutura sedimentar, como na serra de Itauajuri, no Estado do Pará, junto a Alenquer, onde se atinge 350 m de altitude); o tôpo das terras firmes se prolonga, em direção ao norte e ao sul da zona ocupada pela bacia de sedimentação, pelos terrenos pré-cambrianos, que constituem os *escudos,* da *Guiânia* (ao norte) e *Sul-Amazônico* (ao Sul). Sòmente o percurso dos rios que procuram o Amazonas denuncia a passagem dos escudos citados para a bacia de sedimentação, em virtude da existência de duas *"falls zones"*, dispostas de leste para oeste, acompanhando os referidos contactos geológicos-estruturais. Dessas áreas de escudos, possui elevada importância para a Amazônia, aquela situada ao norte, não sòmente do ponto de vista geo-estratégico, como pelas condições de seu relêvo; alí, muito embora predominem formas topográficas derivadas de uma intensa peneplanização, nas áreas fronteiriças com as Guiânias, Venezuela e Colômbia, as altitudes que predominavam (em tôrno de 200-250 m) são substituídas por outras mais elevadas: a dos planaltos com 1000, 2000 e mesmo 2800 metros, que chegam a culminar, no Pico da Neblina quando se atinge 3100 metros. Estas áreas planálticas são zonas apropriadas a uma ampla ação de colonização a se efetuar brevemente, como é de se desejar.

A grande região brasileira apresenta, ainda, outra característica fundamental: ela é, essencialmente, uma área florestal. A floresta tropical, a "ever green forest" ou a "hyloeia" de Humboldt, domina a Amazônia; grande parte da mesma não é atingida pelas enchentes dos rios, pois situa-se sôbre a terra firme e por isso mesmo é chamada *mata de terra firme.* Ao contrário, nas áreas inundáveis que acompanham o leito dos principais rios da região, domina a *mata de várzea,* que diferencia inteiramente da primeira, por ser uma floresta muito densa, com sub-bosque, muitas palmeiras, com grande variedade de espécie, entrelaçadas por cipós, reino das parasitas e *habitat* das seringueiras (hevea brasiliensis), enquanto que aque-

la é caracterizada pela presença das mais elevadas árvores da Amazônia, domínio de boas madeiras de lei e de espécies de grande valor econômico como a castanheira (*bertolletia excelsa*). Sòmente em áreas restritas a floresta cede seu lugar aos campos; êstes, são constituídos por gramíneas (como os de Marajó), ou são tipos de savanas (como os do Rio Branco) ou ainda, são campos de várzea, localizados junto aos rios e sofrendo cheias anuais em virtude de sua posição altimétrica muito baixa e por estarem situados logo atrás dos diques marginais.

A estas características junta-se, ainda, a presença de uma possante rêde hidrográfica, da qual o rio Amazonas nada mais é do que um grande coletor de águas; êste rio, nos 3000 km de percurso em território brasileiro, desce apenas 65 m. O insignificante "gradient" do rio Amazonas (inferior a 20 milímetros por km), o grande volume de água que recebe de seus afluentes (alguns dêles com mais de 3000 km de extensão, como os rios Madeira, Juruá e Purus), o aporte dessas águas durante todo o ano em quantidade considerável por estarem uns afluentes no hemisfério sul e outros no hemisfério norte e terem seus regimes *fluviométricos tropicais* —, determinam a presença de um *débito fluvial* que não encontra rival em todo o mundo: medições recentes (ano de 1964) efetuadas em Óbidos, acusaram uma descarga média total de 212.377,5 metros cúbicos por segundo, o que assegura ao "rei dos rios" uma forte correnteza. Sua navegabilidade não deve ser exagerada, pois inúmeros são os obstáculos encontrados; muitos são os bancos de areia e lôdo, que mudam constantemente de posição e o mesmo acontece com o seu próprio talvegue e com o canal principal de seus afluentes, após as grandes enchentes anuais.

Finalmente, as idéias de que os solos lateríticos predominavam na Amazônia pode ser posta de lado; na realidade, os solos predominantes são, sobretudo, latossolos amarelos, latossolos concrecionários, regosolos e glei pouco úmido. De um modo geral podem ser aproveitados para a agricultura, desde que se façam as necessárias correções, pois o pH situa-se entre 4 e 5. São excepcionais, as chamadas *"terras prêtas de índio"* (onde é notável a freqüência de fragmentos de cerâmica indígena e dá margem a uma série de controvérsias sôbre suas origens) onde o pH atinge 6. Em outros pontos da terra firme, há solos derivados da decomposição de basaltos, onde o pH atinge 7 (como se registrou em Altamira, em Alenquer, no Território Federal de Rondônia e no de Roraima). Nas várzeas, nem sempre a qualidade natural do solo é melhorada; na do rio Guamá (ao sul de Belém) o pH é igual a 4,5-5. Os sedimentos holocênicos (depósitos de enchente) nem mesmo possuem a riqueza mineral ou orgânica que muitos autores têm ressaltado erradamente, pois muitas tentativas agrícolas nessas áreas fracassaram inteiramente. Infelizmente, estas várzeas são as áreas tradicionalmente procuradas pelo homem e além dos problemas das enchentes, a "fertilidade natural" de suas terras deixa muito a desejar, pois as torrentes e as enxurradas provocadas pela *"pluviação"* não podem levar aos

rios senão elementos retirados das terras firmes que são muito pouco nutrientes: assim sendo, decaem os resultados das lavouras tentadas sem a devida assistência da moderna técnica agrícola, como é o caso da cana-de-açúcar, que de 170 t/ha no primeiro ano da colheita caiu para 72 t/ha no terceiro ano de produção.

Numa região como essa, vivem atualmente, cêrca de 3.000.000 de habitantes; em 1960, correspondiam a 3,67% da população brasileira e atingiam, apenas, a densidade demográfica de 0,73 hab/km². Apresentam-se distribuídos de forma irregular, numa espécie de *dispersão ordenada,* em nódulos ou coágulos, seguindo as direções marcadas pelos vales dos rios. As principais confluências hidrográficas correspondem, via de regra, às maiores concentrações demográficas; verdadeiramente excepcional é o caso da Região Bragantina do Pará (situada entre Belém e Bragança), onde em zona de terra firme que corresponde a 0,94% do Estado do Pará, vivem mais de 600.000 pessoas (45% de sua população) e se registra a densidade demográfica média de 51,59 hab/km². São pontos de maior concentração demográfica: ilha de Marajó (1 a 5 hab/km²); foz do Tocantins (10 a 16 hab/km²); foz do Tapajós (3 a 4 hab/km²); foz do rio Negro (3 a 13 hab/km²). São índices que se destacam para uma região onde normalmente não se atinge 0,50 hab/km² e a população urbana é bastante reduzida, pois sòmente 11 localidades possuem mais de 10.000 habitantes: Belém (380.667); Manaus (154.040); Santarém (32.615); Macapá (28.845); Pôrto Velho (22.284); Rio Branco (18.147); Bragança (17.920); Campanema (14.617); Boa Vista (11.785); Abaetetuba (11.703); Castanhal (10.224).

Nessa época, a população econômicamente ativa se distribuia de tal forma, que 68,6% se concentrava no setor *primário;* 7,1% no *secundário* e 24,3% no *terciário.* Muito expressiva é a composição da população ativa do setor primário: na *agricultura* trabalhavam 57,9%; na *produção animal,* 11,6; e, na *produção extrativa vegetal,* 30,5%. Esta composição é altamente significativa pelo que ela representa, pois, dos 584.032 hab. que compunham a totalidade da população ativa, 409.419 situavam-se no primário, e dêstes, 231.657 dedicavam-se à agricultura. São pessoas que possuem, geralmente, um nível de vida muito baixo; dedicando-se a atividades agrícolas rudimentares, praticam uma agricultura de subsistência do *tipo itinerante.* Sem grandes rendimentos, pouco consomem; o poder aquisitivo é baixo e o analfabetismo constitui um dos grandes problemas regionais, pois em 1964, nas áreas urbanas da Amazônia, freqüentavam escolas 196.020 habs., e *não freqüentavam* 110.517 habs. do que se achavam entre 7 e 14 anos de idade.

A vida dessa população nas zonas rurais é bastante difícil, pelo isolamento em que se acha; muito embora procurem se localizar sempre junto às margens de um rio, as habitações se dispersam de tal forma que se torna impossível prestar uma assistência efetiva aos habitantes da região. A ordem, na Amazônia, deve ser *reunir* e não *dispersar;* só assim, criando-

-se condições de desenvolvimento e dando nascimento a *polos de desenvolvimento* será possível ocupar racionalmente esta grande porção do território brasileiro.

II — *A agricultura e a pecuária*

A utilização do solo para práticas agrícolas e para a criação de gado, constitui, em virtude da grande importância do setor primário da população da Amazônia, um aspecto, ao mesmo tempo, fundamental e delicado da caracterização geo-econômica da região. Em 1960 os 138.338 estabelecimentos agro-pecuários que lá existiam, não sòmente correspondiam a 4% dos recenseados no Brasil, como também ocupavam uma área inferior a *10% da região amazônica;* se fôssem terras bem aproveitadas (o que não é verdade), a produção regional seria ligeiramente beneficiada, mas, mesmo assim, restariam mais de 90% da região, entregues à silvicultura ou simplesmente ao abandono às lei da natureza. Êsse aspecto torna-se ainda mais deprimente, quando se examina a área ocupada pelas lavouras, permanentes ou temporárias; estas não chegam *a 1,5% do total regional.* . .

Torna-se ainda necessário ressaltar que as lavouras temporárias ocupam mais de 73% da área agrícola da Amazônia e são praticadas com o caráter de agricultura de subsistência, já que 93% dos estabelecimentos agro-pecuários lá existentes não possuiam uma área superior a 100 ha e dêstes, *52% não chegavam a atingir 10 ha.* Tais fatos, aliados a uma falta quase que absoluta do emprêgo de recursos técnicos modernos nas atividades agro-pastoris, tem entravado o desenvolvimento dessas atividades na Amazônia.

A *agricultura de subsistência* é praticada pelos processos tradicionalmente conhecidos, com o largo emprêgo do fogo e das etapas comuns ao *sistema da roça* (semelhante a milpa, coamila, jhum, ray, tavy, etc., que se acham distribuídos pelo mundo tropical); o produto típico amazônico é a *mandioca,* da qual se obtém por processo rudimentar de torração, a *farinha de mandioca,* alimento básico da população amazônica. Entre 1940 e 1963 a área ocupada pelos mandiocais aumentou mais de 5 vêzes; uma parte dessa produção é também vendida nos mercados consumidores urbanos, o que explica que em 1963 sua produção tenha alcançado a cifra de 1.267.000 t, contribuindo, poderosamente, para a má alimentação regional.

Ao lado da mandioca, outros produtos de subsistência muito cultivados na Amazônia, são o milho, o feijão, o arroz e a cana-de-açúcar. O *milho,* embora tenha visto sua área aumentar, entre 1940 e 1963, apresenta uma sensível queda de produtividade: em 1940 era de 1.393 kg/ha e em 1963 chegou, apenas a 779 kg/ha., o que se explica pela prática de um sistema agrícola inadequado. O *feijão* tem sua área de cultivo mantida no mesmo

período, mas a produtividade apresenta um sensível decréscimo: de 1.037 kg/ha (ano de 1940) para 837 kg/ha (ano de 1963). O mesmo acontece com o arroz, no que se refere ao rendimento por hectare cultivado, já que a redução para o mesmo período foi sensìvelmente semelhante.

A *cana-de-açúcar,* que tem por finalidade a fabricação de aguardente e de álcool de baixa qualidade, muito embora veja sua área de cultivo aumentar, assiste, melancòlicamente a queda vertiginosa de seus índices de produtividade por hectare, pois na mesma época se passou de 37 t para 25 t/ha. Êsses dados, somados aos demais, permitem avaliar o estado de abandono em que se acham as lavouras de subsistência na região, uma vez que em outras áreas do Brasil têm aumentado áreas de cultivo e rendimento por hectare das mesmas. O fato torna-se importante, ainda, porque êstes produtos derivados da lavoura de subsistência se espalham por todo o ecúmeno amazônico, e não podem suportar um rápido aumento de sobrecarga demográfica, o que constitui sério problema a ser resolvido, se colocado em têrmos de uma política de povoamento efetivo da Amazônia.

No que diz respeito à *agricultura comercial,* a situação da Amazônia já é bem melhor, pois tem havido inegáveis progressos nesse setor: juta, malva, pimenta-do-reino e cacau são os mais importantes produtos. Os três primeiros possuem expressão nacional, pois representam, malva e juta, 100% da produção brasileira, enquanto que a de pimenta-do-reino constitui 90% produzida no país. A *juta* (*corchurus capsularis*) foi levada à Amazônia por colonos japonêses; após longo período de adaptação, atingiu índices expressivos em 1961: 14% da área cultivada da Amazônia, 33% do valor da produção agrícola total da região, utilização de 42.000 pessoas (ou seja, 13% do pessoal ocupado na agro-pecuária amazônica) o que faz com que cêrca de 200.000 habitantes da região dela dependam para seu sustento. Como planta que se adapta muito bem aos terrenos úmidos, a juta encontrou um *habitat ideal* nas várzeas existentes nas amplas planícies de inundações, especialmente no médio Amazonas junto à confluência com o rio Negro e vale do Solimões, muito embora também existam jutais no baixo-Amazonas. Ao contrário, a *malva* (urena lobata) é planta de terra firme; sua cultura se faz em terras onde até a degradação de outras espécies vegetais atingiu o máximo, em áreas onde o fogo destruiu a cobertura vegetal e os roçados de mandioca e de milho entraram em decadência. Pouco exigente no que se refere aos solos, prestou-se admiràvelmente a uma agricultura cabocla: a região leste do Pará, especialmente a Bragantina, é a grande produtora da Amazônia. Ambas, juta e malva, fornecem matéria prima para indústrias de fiação e tecelagem de sacaria e aniagem, localizadas, notadamente, em Manaus e Belém.

A *pimenta-do-reino* (*piper nigrum*) foi trazida em 1933 por imigrantes japonêses que vinham de Singapura; o plantio se faz hoje na Região Bragantina do Pará, e, especialmente no vale do rio Acará, em Tomé-Açu, o

grande núcleo de colonização japonêsa existente no Estado do Pará. Embora a área cultivada com pimentais seja pequena (0,6% da área de lavouras) seu valor correspondia a 17% do total da produção agrícola da Amazônia em 1960. O sucesso do cultivo da piperácea está intimamente ligado a existência de uma técnica aprimorada, posta em prática pelos colonos japonêses e seguida, também, por muitos pequenos produtores brasileiros: trata-se de uma verdadeira *"cultura em vaso"*, pois as covas abertas nos latossolos das terras firmes, são convenientemente preparadas, recebendo solo de várzea e adubação química e orgânica. Nelas, em estacas de acapu (madeira muito resistente), que tem 2,60 m de comprimento, se enroscam as pimenteiras; 3 a 4 quilos por pé, são comumente obtidos na Amazônia, proporcionando uma rentabilidade agrícola que não tem rival na região. Daí o produtor de pimenta-do-reino poder apresentar, como é o caso de muitos japonêses e seus descendentes, um *padrão de vida muito acima* daquele de que é possuidor o caboclo da região.

Já o *cacau* se encontra em acentuada decadência; perdeu seu lugar na economia brasileira, para o cacau baiano e pouco representa regionalmente: apenas, 1,8% do valor da produção agrícola. Muito mais importante que o cacau, é a *lavoura de fumo* que se desenvolve nos campos de Bragança e Tracateua (Estado do Pará); ali é feita a *associação* da agricultura à criação de gado, ainda que de modo primitivo, através dos *"currais ou lotes de fumo"* onde o estêrco do animal é ministrado ao solo antes do plantio do fumo. Mesmo assim, a produção decai, em virtude da concorrência que está sofrendo de outras zonas produtoras de fumo de má qualidade (fumo cultivado em capoeiras) onde tal sistema agrícola não é empregado, numa demonstração de que também os processos de comercialização da produção também devem ser levados em conta num estudo de desenvolvimento geo-econômico.

A êstes tipos de agricultura, devem ser juntados os estabelecimentos ligados a agro-indústria; os incentivos fiscais e a legislação brasileira em geral, fizeram com que alguns verdadeiros *"plantations"* se instalassem na Amazônia, visando obter látex para a produção de borracha. Nesse particular, além da conhecida experiência desenvolvida pela Ford no vale do Tapajós (Fordlândia e Belterra), convém assinalar a presença de dois outros empreendimentos dêsse gênero localizados na Região Bragantina: os seringais da Pirelli S/A e da Good-Year S/A, o primeiro no município de Ananindeua e o segundo no de Anhanga, abrangem uma área, ainda não totalmente aproveitada, de, respectivamente, 7.579 ha e 4.451 ha, onde se acham plantados mais de 150.000 seringueiras. Na Fazenda Oriboca (Pirelli S/A) e em Granja Marathon (Good-Year S/A), tôda a organização do espaço foi cuidadosamente planejada; o *habitat* no seu interior é fortemente concentrado; os cuidados técnicos são esmerados e a produção bem avaliada; uma completa separação entre a mão-de-obra e sua direção; relativa assistência social é dada aos trabalhadores, etc. Sem ter o caráter coope-

rativo da organização nipo-brasileira do núcleo de Tomé-Açu, tais empreendimentos pelo nucleamento da população parece que atingirão os objetivos a que se destinam e poderão se constituir em valioso instrumento para a análise do comportamento de tais sistemas, para uma *política de ocupação das terras firmes da Amazônia.*

No que se refere à *criação de gado,* o rebanho da Amazônia, calculado em 1.200.000 cabeças (1960), é constituído por gado resultante do cruzamento sucessivo, de bovinos trazidos por portuguêses no séc. XVII e XVIII. Daí resultou um gado rústico, que só recentemente recebeu sangue nôvo, trazido pelas importações de reprodutores Guzerat, Nelore, Gir e Indubrasil; houve, também, tentativas de introdução do búfalo indiano e desenvolvimento de sua criação em Marajó, sem maiores sucessos. Pouco ou nada se faz, no sentido de serem plantadas pastagens; o gado é criado à sôlta, nas áreas de campos naturais, sem nenhum cuidado especial, além do de salvá-lo das enchentes, pois que, como os campos são baixos e alagáveis, na estação chuvosa é costume colocá-lo em *"marombas"* (espécie de estrado elevado), visitadas periòdicamente pelos vaqueiros, que para tanto se utilizam de canoas a remo. A principal área de criação é a *Ilha de Marajó*: nela, além dos bovinos, existem 45.000 búfalos; o gado é criado de *maneira extensiva* visando apenas o fornecimento de carne para o mercado de Belém. Outros núcleos de criação existem na região de Santarém, no território de Roraima e no crescente centro agro-pastoril de Paragominas (sul do Pará-norte de Goiás), único local onde já se iniciou o plantio de pastagens. Não se pensa em indústria de laticínios, mas apenas no fornecimento de carne para os principais centro de consumo: Belém e Brasília. Criadores de Minas, Goiás e São Paulo estão se interessando por êste núcleo de Paragominas. A participação da população ativa na produção animal é a menos representativa do setor primário: 46.448 pessoas estão ligadas a ela, o que se compreende pelo sistema extensivo que impera na criação de gado na região Amazônica.

Também, no que se refere à criação de gado, o sistema extensivo precisa ser gradativamente substituído por outro mais racional, que possa ser dirigido também para a pecuária leiteira; o manejo das pastagens e mesmo a plantação do pasto, a introdução de novas raças bovinas e a necessária assistência aos criadores de gado devem ser, com brevidade, postas em prática na região.

III — *Aproveitamento de recursos naturais*

A existência dos diversos sub-tipos de florestas na Amazônia, recobrindo a maior parte da região, criou no homem, desde os primórdios da colonização, uma verdadeira *"mentalidade de coleta"*; o colonizador herdou também do indígena êsse hábito: das *"drogas do sertão"*, tão procuradas no passado

(a canela, o cravo, a salsaparilha, a baunilha, etc.), passando pela extração de madeira para os mais variados fins, chegou-se a explotação do látex (que fêz a riqueza da Amazônia, de 1870 a 1910) e a coleta da castanha (noix du Para) e extração de óleos vegetais. Ainda hoje, essa mentalidade persiste, quando não, pelo menos para a obtenção de lenha e carvão de madeira, de material para construção de habitações, barcos, utensílios domésticos, etc., comprovando a existência de uma *"civilização vegetal"*.

A *borracha* da Amazônia, corresponde a 88% da produzida no Brasil; mais de 32.000 t são anualmente produzidas na região, mas seu valor vem perdendo, progressivamente, a importância que possuía como o grande produto regional, para àqueles derivados das atividades agrícolas. O processo de extração e produção é ainda rudimentar; um seringueiro trabalha 12 a 14 hs por dia, a percorrer as *"estradas"* (caminhos abertos na floresta) que existem no trecho do seringal entregue à sua exploração (é o que se chama *"colocação"*). Em cada uma delas, há duas ou quatro "estradas" no máximo; em cada uma, com mais de dois ou três quilômetros de extensão, entre as muitas árvores existentes, encontram-se de 100 a 200 seringueiras. Seu trabalho, não consiste só em sangrar as seringueiras, mas também em recolher o látex e defumá-lo; é pago pelo dono do seringal, em função das bolas de borracha defumada que produziu. A chuva, o tempo necessário para pescar e caçar, as doenças a que se sujeita, etc., fazem com que êle trabalhe, em média, 4 a 5 dias por semana (200 a 250 dias por ano). O regime de pagamento do trabalho realizado oferece, ainda hoje, lucros extraordinários ao dono do seringal, em virtude de ser efetuado em espécie e não em dinheiro, chegando-se a cobrar preços verdadeiramente extorsivos por mrcadorias de baixo custo. Grande parte do volume da produção regional é exportado para portos da Europa e da América do Norte.

A *castanha*, obtida de árvores que chegam a ter mais de 40 metros de altura, constitui a grande riqueza das matas de terra firme, especialmente do vale do Tocantins e de seu afluente — o Itacaiunas, e da bacia do Purus; mais de 44.000 t são anualmente produzidas na Amazônia, das quais, cêrca de 70% são exportadas (Inglaterra, Alemanha, EE.UU., Canadá). A obtenção dos *"ouriços"* da castanheira (dentro dos quais estão os frutos) constitui uma *verdadeira coleta*, pois, no fim da estação chuvosa, os apanhadores de castanha se dirigem para as matas onde há concentração da *Bertolletia Excelsa* e apanham, no chão, os frutos caídos (ouriços); êstes são abertos e dêles se retiram as sementes. Pode-se abrir cêrca de seiscentos a oitocentos ouriços por dia e produzir duzentos litros de castanhas diárias. O pagamento é feito da mesma forma como se faz para o seringueiro, remunerando-se em espécie, por hectolitro de sementes colhidas pelo trabalhador. A maior parte das terras onde se situam castanhais são do Estado e arrendadas, anualmente, aos interessados em explotar tal recurso, que empregando trabalhadores de zonas rurais ou habitantes das pequenas cidades e povoados da região, conseguem provocar uma espécie de *migração sazonária*, uma vez que

os castanhais passam a ser habitados durante os meses da safra da castanha. Resta, ainda, o problema de fazer chegar a castanha coletada aos centros comerciais (Belém e Manaus, principalmente), pois, sendo o fruto obtido em áreas de terras firmes, os rios que dela descem para o Amazonas possuem numerosas cachoeiras, de travessia perigosa; além disso o calor e chuva podem prejudicar, sèriamente, as castanhas durante seu transporte.

Todo o primitivismo dos processos de obtenção do látex e da castanha se repete na explotação das *plantas fornecedoras de resinas, essências e óleos vegetais*: a dispersão das espécies na imensidão da mata tropical dificulta sua explotação. Delas, nenhuma possui a importância de que se reveste o *pau-rosa* (*Aniba roseadora*); pela distilação da madeira se obtém um óleo muito fluido (com odor de rosa e limão) e de larga utilização na indústria de perfumes, como excelente fixador. A essência de pau-rosa está aumentando e figurando com destaque na exportação amazônica para Europa e EE.UU.; em 1964 foram produzidas 204 t dessa essência, o que determinou uma devastação muito sensível das matas de várzea do baixo e médio Amazonas, visto que para serem obtidos 8 a 14 quilos de essência, é necessário uma tonelada de madeira. A continuar nêste rítmo, quando a produção atingir 2.000 t serão necessàriamente cortadas 100.000 árvores; como se calcula que existe em estado nativo uma árvore para cada 50 ou 100 hectares de mata, a paisagem vegetal não será sensìvelmente alterada, mas a fonte dessa indústria extrativa poderá desaparecer. Dado o valor comercial (NCr$ 725.449,00 em 1964) da produção, já há estudos visando a plantação do pau-rosa, sendo que na base de 400 árvores por ha, ter-se-iam 15 t de madeira por ha, o que sendo feito inicialmente, em 200 ha, garantiria o suprimento dessa matéria prima pelos próximos dez anos.

A *explotação da madeira* é feita para os mais diversos fins, pois, a grande variedade de espécies existentes na floresta amazônica faz com que existam madeiras com pêso, densidade, comprimento, etc. muito heterogêneos. Êste fato, durante muitos anos, foi considerado sinal de riqueza; atualmente, a heterogeneidade da floresta tropical é uma das maiores deficiências que ela possui. Entretanto, é preciso levar em conta que os modernos processos de explotação da madeira postos em prática em áreas de floresta tropical (sobretudo na África) têm permitido a explotação altamente rentável de trechos de mata heterogênea. Na Amazônia, além disso, estudos recentes mostraram existir *faixas de matas relativamente homogêneas* e de explotação econômicamente, não só possível, como até mesmo recomendável, como acontece junto à rodovia Belém-Brasília, ao sul do Pará.

Atualmente, a atividade madeireira é feita sem qualquer orientação metodológica; as derrubadas se sucedem, visando apenas o lucro imediato. Das áreas de derrubada, a madeira levada pelas correntes fluviais chega às serrarias; delas, embarcadas em canoas à vela ou em barcos a motor são levadas à Belém, de onde são exportadas para a América do Norte, Europa,

Argentina e Japão. A riqueza está patente, entretanto, em um recente relatório da Missão Florestal da FAO, sôbre uma área de 20 milhões de ha submetidos a inventário, quando foram encontradas mais de 400 espécies com mais de 0,25 m de diâmetro, pertencentes a 47 famílias botânicas. Êstes estudos podem contribuir para melhoria das explotações, hoje rendendo apenas 5 m^3 por ha, quando se poderiam obter de 40 a 60 m^3 por ha. Faltam técnicos, equipamentos, mão-de-obra especializada, transporte adequado e um sistema de comercialização mais racional, para que a explotação da madeira, que se faz um pouco por tôda a parte, seja disciplinada e se transforme em uma das *grandes fontes de atração* para a ocupação da Amazônia.

Assim sendo, muito embora a Amazônia possua a mais extensa região florestal do mundo, a explotação dêsse recurso fornecido pela natureza não contribui, senão, com *1,93% do valor da produção* regional; algumas áreas estão sendo mesmo abertas à colonização moderna, baseadas na explotação de madeira, especialmente no baixo vale do rio Negro e às margens da rodovia Belém-Brasília, rumo ao vale do Araguaia: cedro e louro, na primeira, e mogno, na segunda, são as espécies mais procuradas. Também algumas novas indústrias de pasta de madeira e de compensados estão surgindo: a mais nova é a BRUMASA, recentemente inaugurada no Território Federal do Amapá. Mas, em Manaus, desde há alguns anos está em funcionamento uma grande indústria de compensados.

Já no que diz respeito às *indústrias extrativas de base mineral,* a situação é bem diferente, porque a região ainda poderá oferecer surprêsas aos pesquisadores; na realidade, poucas são as áreas situadas fora das margens dos grandes rios e das poucas estradas que percorrem a Amazônia, que tem sua estrutura geológica bem conhecida. Os interflúvios, por serem despovoados na sua maior parte, têm sido reconhecidos através de fotos aéreas, extremamente deficientes para uma interpretação fotogeológica, em virtude da cobertura florestal; não é de se admirar, portanto, que a cada viagem realizada na Amazônia, os pesquisadores de sua geologia tragam sempre novidades e que as prospecções e sondagens realizadas pela Petrobrás sempre acrescentem conhecimentos notáveis sôbre a região.

Assim sendo, de acôrdo com o estado atual dos conhecimentos que possuimos sôbre os recursos minerais da Amazônia que estão sendo explotados ou que se acham em estado potencial, é possível reconhecer *nas áreas ocupadas pelos escudos pré-cambrianos* atividades mineradoras ligadas ao *ouro e diamantes,* no vale médio do Tapajós (o primeiro) e no Território de Roraima (os dois). Em alguns afluentes da margem norte do Amazonas, também o diamante é explotado, como no alto vale do Jarí; o mesmo acontece em outros afluentes da margem esquerda do rio Negro. Mas, os dados de produtividade são desconhecidos, em virtude da fiscalização ser deficiente e o contrabando muito ativo. Muito importantes são as reservas de *cassiterita*

(Território Federal de Rondônia), *minério de ferro* (Amazonas) e *minério de manganês* (Território Federal do Amapá); as jazidas de cassiterita da Rondônia, produzem 45% daquela oriunda do Brasil; as de manganês do Amapá, correspondem a 82% da produção nacional e suas reservas são calculadas, em, seguramente, 30 milhões de toneladas, a de minério de ferro do Amazonas é a mais extensa de todo o norte brasileiro e se estima sua capacidade em 200 milhões de toneladas.

O minério de manganês do Amapá é explotado a céu aberto, no distrito da *Serra do Navio;* a companhia exploradora (ICOMI SA), construiu uma ferrovia para trazer o minério até pôrto Santana, de onde é exportado, sobretudo para os EE.UU.; uma das grandes razões do sucesso econômico do empreendimento é a sua localização, à entrada da Amazônia, e com fácil acesso ao grande estuário do rio Amazonas e conseqüentemente ao oceano. Tal não acontece com as jazidas de minério de ferro do *rio Jatapu,* distante 258 milhas marítimas da cidade de Manaus, em pleno interior da Amazônia, onde, no local em que se acha a jazida, durante as enchentes podem navegar embarcações com seis pés de calado, enquanto que nas vazantes só é permitida a navegação de barcos com até três pés de calado. Isto dificultará a explotação dêsse minério, que é de muito boa qualidade, pois tem alto teor de ferro, baixa sílica e algum fósforo (56,9% de ferro) e poderá, futuramente, dar nascimento a um nôvo distrito siderúrgico em plena floresta. Mas para que tal aconteça será necessário a existência de condições de mercado até agora desconhecidas na Amazônia Brasileira, pois basta saber, que do rio Jatapu até o oceano existem mais de 1.000 quilômetros de distância.

Juntam-se ao minério de ferro e de manganês, as novas ocorrências, já assinaladas, de carvão de pedra na *porção ocidental da bacia de sedimentação amazônica;* sua qualidade é ainda discutível, mas a área é tão extensa, que as avaliações são acima de dois trilhões de toneladas, o que colocará esta região como a de maior reserva carbonífera do Brasil, caso sejam confirmados os resultados preliminares que conhecemos.

O *enorme aparelho hidrográfico amazônico,* por outro lado, apresenta condições *sui-generis* para seu aproveitamento; é aberto para o mar (ao contrário do Congo), apresenta boa possibilidade para a navegação fluvial (nos principais rios), mas é pobre em quedas d'águas. Estas, aparecem nas áreas de "fall-zones" que, em virtude das condições estruturais da Amazônia, se estendem de oeste para leste; êste fato é auspicioso, no sentido de que as muitas pequenas quedas poderão ser aproveitadas em têrmos de um planejamento local. Portanto, não são desprezíveis os 6 milhões de kw que constituem o potencial hidrelétrico amazônico; mesmo em alguns pontos, já se pensa em aproveitar êsses desníveis, como no Paredão (Território Federal do Amapá) onde, no vale do rio Araguari, se instala uma usina para 100.000 HP; o mesmo se pensa com a de Curuá-Una, no Estado do Pará.

O aproveitamento dos cursos dágua para navegação fêz da Amazônia uma das regiões de maior utilização da navegação interior do continente, pois nela existem 25.00 km de rios navegáveis; tôda circulação regional (exceção feita de alguns trechos do leste paraense, dos arredores de Manaus, de algumas capitais de territórios, da região pôrto Santana-Serra do Navio, etc.) é feita à base dos rios. Foram êle quem orientaram as correntes povoadoras e às suas margens crescem os principais aglomerados humanos da região. Entretanto, os bancos de aluvião, a mudança dos canais dos rios após as enchentes, a grande variação dos níveis dos rios, a presença de troncos de árvores flutuantes, etc., constituem sérios embaraços à navegação, que para ser melhor desenvolvida necessita de uma série de obras de engenharia que visem à correção dêsses defeitos; dessa forma, o potencial hidroviário precisa ser domesticado pelo homem, ao contrário de permanecer ao sabor das alterações do clima do vale amazônico.

IV — *O desenvolvimento industrial*

As características da estrutura urbana amazônica não permitem, ainda, que se fale na existência de uma verdadeira rêde urbana na região. O que existe às vêzes na Amazônia são polos de desenvolvimento, com caráter urbano, que servem regiões imediatamente próximas, como é o caso de Belém ou de Manaus. Êsses dois centros, o primeiro, com mais de 380.000 habitantes e o segundo com cêrca de 154.000 habitantes nas áreas urbanas (ano de 1960), são, por assim dizer, os dois grandes núcleos da região; Belém, é a Metrópole da Amazônia e Manaus, a capital regional da Amazônia Ocidental. Os demais são muito menores e de desenvolvimento industrial inexpressivo.

A *indústria de transformação* conta com uma série de problemas para resolver: deficiência de mão-de-obra (em quantidade e qualidade), deficiências de mercado consumidor, ausência de algumas matérias primas básicas na região, dificuldades para escoamento da produção, falta de maiores capitais ou dificuldades para obtenção de crédito a longo prazo, pouca energia disponível, concorrência de produtos similares importados de outras regiões do país, etc. Mesmo assim, tem havido um acentuado progresso nesse setor de desenvolvimento, em virtude de prática de uma série de medidas pelo govêrno do Brasil, provocando condições artificiais de defesa das indústrias nascentes ou que estejam em fase de expansão (isenção de impostos, aplicações de incentivos fiscais na Amazônia, etc.).

Cinco indústrias mantêm 74% da renda industrial da Amazônia: química-farmacêutica, produtos alimentares, têxtil, bebidas e madeiras. A indústria *química-farmacêutica* concorre com 24,8% do valor da produção industrial da região; sendo de base local, com matérias primas regionais, se

expandiu, notadamente em Belém. A de *produtos alimentares* (massas, farinhas, etc.) abrange 20,7% do valor da produção industrial e tem em Manaus e Belém seus dois grandes centros; a *indústria têxtil* se desenvolve em tôrno da fiação e tecelagem da juta e da malva, correspondendo a 16,4% do valor regional da produção industrial: modernos estabelecimentos existem em Belém (como a CATA) ou, em Manaus (como a Brasil Juta e a Fitejul), ou, então em Santarém (como a Tecejuta). Pequenas tecelagens podem ser encontradas em cidades menores como em Capanema e Castanhal, dedicando-se à fiação da malva. A *indústria da madeira,* com 6,4% do valor da produção, embora devesse ser mais disseminada, se concentra nas maiores cidades; em Belém, por exemplo, a febre de edificações por que passa a cidade, exigiu e garante o funcionamento de muitos estabelecimentos ligados a êste tipo de indústria (as chamadas "estâncias") que produzem táboas, ripas, caibros e artefatos de madeira para instalações residenciais e industriais: portas, janelas, tacos, etc. Finalmente, a *indústria de bebidas,* que contribui com 6,1% do valor da produção industrial, é representada por alguns grandes estabelecimentos dos quais o mais notável é a CERPASA (Companhia de Cerveja do Pará), situado em Belém. Apesar de importar a matéria prima, a produção local consegue suplantar em preço a cerveja importada de outros estados do Brasil e manter o mercado conquistado. Ao lado dessas grandes emprêsas, funcionam pequenas indústrias de caráter local; em um clima tropical, a indústria de refrigerantes tem grande desenvolvimento: Manaus, Belém, Santarém, etc. possuem várias fábricas de refrigerantes baseados numa matéria prima tìpicamente amazônica: *o guaraná* (*Paullinia cupana*).

Finalmente, um outro aspecto que a indústria de transformação apresenta na Amazônia é a sua recente diversificação; até alguns anos atrás (1940-1950), sòmente aquelas que eram consideradas tradicionais (madeira, produtos farmacêuticos, doces, refrigerantes, couros e peles) tinham algum significado. Empregavam poucos operários e produziam para um mercado muito pouco exigente quanto à qualidade da produção. Com a abertura da rodovia Belém-Brasília, a produção industrial de Belém aumentou consideràvelmente, o que se pode explicar pelo afluxo mais fácil de matérias primas, pela citada rodovia. Os incentivos fiscais concedidos às indústrias pelo govêrno brasileiro, por outro lado, justificam a ampliação do setor industrial da cidade e criação, até mesmo de um nôvo distrito industrial entre Belém e Icoaraci (pequena vila a 30 km ao norte), às margens da baia de Guajará, alí se instalaram, a CERPASA, uma indústria de artefatos de cimento e amianto, etc. Da mesma maneira, em Manaus, com a abertura de uma "zona-franca", poderá haver um desenvolvimento industrial baseada em matérias primas importadas do exterior do País. Todavia, o grande impasse para o desenvolvimento das indústrias de transformação na Amazônia, reside nas deficiências do poder aquisitivo do mercado regional; poderia, então, se pensar em enviar a produção para outros pontos

do País, mas, nesse caso, além da concorrência a enfrentar, resta ainda a resolver o problema das vias de comunicação e dos meios de transportes vitais para o acesso a tais mercados, ainda mais num país em que as distâncias são medidas em escala de um continente, como é o caso do Brasil.

V — *As bases do moderno desenvolvimento da Amazônia*

Desde a década 1940-1950 que se pensa sèriamente em desenvolvimento da Amazônia, visando a sua integração na esconomia brasileira. Em 1953, criou-se o *Plano da Valorização da Amazônia,* que deveria ordenar a aplicação na região de 3% da receita tributária da União. Para tanto, criou-se a *Superintendência do Plano da Valorização Econômica da Amazônia* (SPVEA), que coordenaria a aplicação dos citados recursos, num prazo estipulado por lei, em 20 anos. Apesar dos esforços realizados, esta autarquia não conseguiu obter grandes resultados; foram mesmo elaborados dois planos quinqüenais, porém não executados, por uma série de defeitos, inclusive, pela precipitação como foram feitos, sem levar em conta, até mesmo, certas condições peculiares da geografia amazônica. Em 1966, foi a mesma entidade substituída por outra, a SUDAM (*Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia*), com a finalidade de promover a integração da Amazônia, coordenando a ação do govêrno federal na Amazônia para criar uma infra-estrutura econômico-social na região.

Levantadas as condições sócio-econômicas da Amazônia, verificadas as deficiências de desenvolvimento regional, a SUDAM se propõe a desenvolver uma nova política de ocupação da Amazônia, através de um *Plano Diretor,* visando a realização de programas de pesquisas e levantamento do potencial econômico da região, a concentração de recursos em áreas para tanto selecionadas, fixação de população nas fronteiras em zonas estratègicamente recomendadas, aplicação conjunta de recursos do govêrno federal e de contribuições do setor privado (graças a incentivos fiscais), assegurando uma elevada taxa de reversão local dos recursos gerados na própria região. Através de reduções e mesmo de completa isenção do pagamento de impostos de renda, da isenção e redução de outros impostos e taxas, se procura, no momento, atrair o máximo de capitais para a região; ao mesmo tempo, por meio de um nôvo plano quinqüenal que prevê investimentos da ordem de NCr$ 3.585.000.000,00, irá a SUDAM aplicar 23,2% dêsse total no setor de transportes, 20,3% para a agricultura e pecuária, 20,3% na indústria, 11,2% na energia elétrica, 4,5% para saúde, educação, saneamento e aproveitamento de recursos naturais (cada um) e os restantes 11,0% destinados a outros setores. Um total de 118 projetos foram aprovados pela SUDAM até dezembro de 1967, com a seguinte distribuição: agro-pecuária, 50; beneficiamento de madeira, 8; produção de óleos vegetais, 16; produtos alimentícios, 6; mineração, siderurgia e metalurgia, 6; artefatos de borracha, fós-

foros, castanha do pará, cerveja, celulose e papel, móveis, navegação, perfumes, frigoríficos, sal, tintas e vernizes, 21.

Êstes projetos, alguns dos quais já em plena execução, apresentam um volume de investimentos superior a 500 milhões de cruzeiros novos; a maior parte se situa no Estado do Pará, 56; no Amazonas, 8; no Amapá, 2; em Rondônia, 2. Os restantes se acham na periferia da Amazônia pròpriamente dita, em terras de Mato Grosso, 30; do Maranhão, 14; de Goiás, 6. Isto se explica, por ter sido criada, por lei, uma chamada *"Amazônia Legal"*, muito maior que a Amazônia-Região, que se beneficia também das isenções e reduções de impostos a que nos referimos. Assim sendo, verifica-se atualmente no Brasil um grande movimento a favor da Amazônia; a política de criação de polos de desenvolvimento regional no norte brasileiro será feita em função de algumas áreas com caráter prioritário. São elas: Bacabal-Pres. Dutra; Belém-Bragança; São Luiz-Pindaré; Cuiabá; Tocantinópolis; Santarém-Monte Alegre; Manaus; Macapá-Serra do Navio.

Sòmente mediante a execução de um plano muito bem idealizado, que não esqueça as condições geográficas e sócio-econômicas da Amazônia, é que se poderá fazer algo por ela, já que sua infra-estrutura precisa ser quase que inteiramente criada, apesar de decorridos mais de 350 anos de colonização; os números são eloqüentes: a potência de energia têrmo-elétrica instalada na região, por habitante/ano, é de apenas 25 watts; 4.758 escolas, das quais 947 em zonas urbanas; 71 hospitais com 7.111 leitos; sòmente 46 municípios dos 412 da região têm rêde de água; movimento bancário concentrado em Belém e Manaus (61,7% da caixa em moeda corrente; 49,7% dos empréstimos em conta corrente e hipotecários; 73,6% dos títulos descontados; 90,3% dos depósitos à vista e a curto prazo; 98,8% dos depósitos a prazo); renda per capita, por hab/ano, NCr$ 11,90.

Tendo em vista as amplas possibilidades que esta região oferece à moderna colonização, é de se esperar que sua ocupação efetiva venha a ser efetuada com a brevidade que se recomenda; no momento, ela é um verdadiro desafio aos brasileiros, que parecem ter acordado e mais do que tudo, parecem estar dispostos não só a aceitar êste desafio, como também a vencer a dura luta pela integração da Amazônia na vida econômica e social do Brasil.

BIBLIOGRAFIA

BANCO DA AMAZÔNIA S/A — «Relatório do Exercício de 1966», 118 pp., Belém, 1967.

BRASTEC — **Desenvolvimento Econômico da Amazônia,** 290 pp., «Col. Amazônica», série Augusto Montenegro, Universidade Federal do Pará, Belém, 1966.

DIVERSOS — **Amazônia é Brasil,** 128 pp., Vitória Régia Editôra, Brasília, 1967.

FUNDAÇÃO I B G E — **Paisagens do Brasil,** 290 pp., Instituto Brasileiro de Geografia, Rio de Janeiro, 1968.

Fundação I B G E — **Subsídios à Regionalização,** 208 pp., com ilustrações, Instituto Brasileiro de Geografia, Rio de Janeiro, 1968.

FERREIRA FILHO, Cosme — **Amazônia em Novas Dimensões,** 271 pp., Ed. Conquista, Manaus, 1961.

FERREIRA NETTO, F. — **Realidade Amazônica,** 155 pp., Imprensa Naval, Rio de Janeiro, 1954.

HERMES FILHO, Gabriel — **O Baixo-Amazonas,** 214 pp., Ed. Leitura S/A, Rio de Janeiro, 1966.

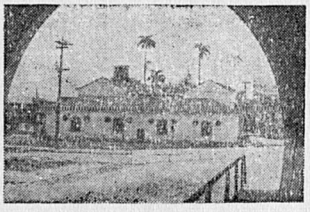
PENTEADO, Antonio Rocha — **Atlas Geo-econômico do Estado do Amazonas,** 375 pp., Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas, Manaus, 1966.

PENTEADO, Antonio Rocha — **Problemas de Colonização e de Uso da Terra na Região Bragantina do Estado do Pará,** 2 vols., 488 pp., «Col. Amazônica», série José Veríssimo, Universidade Federal do Pará, Belém, 1967.

PENTEADO, Antonio Rocha — **O Uso da Terra na Região Bragantina - Pará,** 112 pp., Publicação n.º 8, Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1967.

PENTEADO, Antonio Rocha — **Belém do Pará — Estudo de Geografia Urbana,** 2 vols., 448 pp., «Col. Amazônica, série José Veríssimo, Universidade Federal do Pará, Belém, 1968.

SOARES, Lucio de Castro — **Amazônia, 341 pp.,** Guia da Excursão n.º 8 do XVIII.º Congresso Internacional de Geografia, Ed. Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1963.



História

CONSIDERAÇÕES SÔBRE O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO

FERNANDO A. NOVAIS

As páginas introdutórias de *Formação do Brasil contemporâneo* (1.ª edição, 1942), em que Caio Prado Jr. procura definir o "sentido" mais geral e profundo da colonização portuguêsa no Brasil (1), constituem indiscutìvelmente até hoje o texto mais rico e sugestivo para a compreensão dos mecanismos estruturais de nossa história colonial. Todo o andamento da obra aliás gira em tôrno daquelas idéias básicas; ao examinar as várias manifestações da vida colonial (povoamento, economia, sociedade, administração, etc), o autor volta constantemente às formulações iniciais, comprovando-as e enriquecendo-as. Curiosamente e infelizmente, o impacto do livro, sem dúvida um marco na nossa historiografia, fêz-se sentir quase que exclusivamente nas análises particulares e não na visão global que sugeria. Como tôda grande obra, apresenta uma espinha dorsal de análise, ao mesmo tempo que indica numerosas pistas para investigações particulares; estas fecundaram pesquisas ulteriores, mas aquela visão mais profunda do processo não foi devidamente assimilada.

Assim, continua sendo um lugar comum afirmar-se que o Brasil é fruto da colonização européia, reservar-se, nas histórias gerais do País, alguns capítulos ou mesmo volumes sôbre o "período colonial", sem levar em conta tôdas as implicações que envolvem a nossa "formação colonial". É, entretanto, óbvio que sem a visão estrutural mais profunda perdem sentido as manifestações particulares e superficiais; e não sòmente para a compreensão daquela fase do nosso passado, senão ainda para um efetivo entendimento do Brasil de hoje torna-se indispensável uma análise explicitadora dos mecanismos do antigo sistema colonial, em cujo bôjo se desenrolou a colonização da América

(1) Cf. Caio Prado Jr., **Formação do Brasil contemporâneo**, 4.ª ed., São Paulo, 1953, pp. 13-26.

portuguêsa. Basta ver o papel que ocupam nas discussões contemporâneas sôbre o desenvolvimento econômico os problemas de persistência ou superação da "economia colonial". Vale pois a pena tentar rediscutir o assunto.

* * *

Comecemos por fixar o significado mais geral do fenômeno *colonização*: encarada do ângulo das relações dos homens com a natureza, colonização envolve sempre uma forma de ocupação, povoamento e valorização de novas áreas, isto é, alargamento e organização do ecúmero (2). Êste conceito geográfico apanha efetivamente o denominador comum de tôda e qualquer colonização, mas deixa por isso mesmo de lado os componentes pròpriamente históricos que o fenômeno vai assumindo em cada momento de sua manifestação; assim, na época moderna, entre o Renascimento e a Revolução Francesa, a política Mercantilista imprime um caráter específico à ocupação e valorização das novas regiões, conformando-as de acôrdo com as tendências do capitalismo comercial em curso de desenvolvimento, isto é, noutras palavras, a colonização dos séculos XVI, XVII e XVIII assume a forma mercantilista.

Não obstante, essa conceituação é importante e mesmo imprescindível para discutirmos e criticarmos a *tipologia das colônias*, elaborada pelos teóricos do colonialismo, e desta forma aproximarmo-nos da colonização portuguêsa na América. Se, de fato, colonização envolve sempre ocupação, povoamento e valorização de novas áreas, — ficam naturalmente excluídas categorias como "colônias de conquista" de classificação de Roscher (áreas em que os conquistadores visam vantagens não da produção, mas da exploração política e militar dos indígenas, como por ex. as dominações de Alexandre Magno no Oriente, ou dos normandos no sul da Itália), "colônias comerciais" das classificações de Roscher e Leroy-Beaulieu (entrepostos, fixados em países ricos mas onde o comércio não adquiriu a liberdade de movimentos das nações civilizadas), e "coloniais de posição" do esquema classificatório de Georges Hardy (estabelecimentos militares para garantir posições estratégicas, rotas, etc.) (3). São fenômenos de outra ordem, que não envolvem expansão do ecúmeno, e não entram pois no âmbito da colonização pròpriamente dita; o que não quer dizer que não se possam ligar, estar mesmo na raiz do processo colonizador. Em si mesmos porém não constituem colonização.

Feitas estas exclusões, defrontamo-nos com a clássica distinção entre colônias de *povoamento* e de *exploração*. Formulada primeiramente por Roscher (1848) retomada e melhor explicitada por Leroy-Beaulieu (1874), a

(2) Cf. Maximilien Sorre, **Les migrations des peuples**, Paris, 1955, p. 125 e segs.
(3) Cf. W. Roscher e R. Jannasch, **Kolonien, Kolonialpolitik und Auswanderung**, 3.ª ed., Leipzig, 1885 (a primeira edição é de 1848). Paul Leroy-Beaulieu, **De la colonisation chez les peuples modernes**, Paris, 1874. Georges Hardy, **La politique coloniale et le partage de la terre**, Paris, 1937.

classificação se orienta não só pela forma que assume a ocupação e valorização da nova área, mas também pelo tipo de relações que mantêm com o centro de origem, isto é, relações metrópole-colônia. As "colônias de povoamento" ("agrícolas", na nomenclatura de Roscher) instalam-se em regiões pouco habitadas, de ambiente geográfico semelhante ao da metrópole; para elas dirigem-se povoadores com bens e famílias, instalam-se autônomamente, e pouco a pouco progridem. São assim frouxos os laços com a mãe-pátria; esta deve ser grande e populosa para promover uma grande emigração para o ultramar — do contrário perdem-nas, como ocorreu com os estabelecimentos da Holanda e da Suécia na América do Norte. Não se exigem grandes investimentos, mas sim volumosa migração, pois se trata de povoamento. A produção é em grande parte semelhante à metropolitana, o progresso é lento, a ambiência democrática, a independência inevitável. Exemplo: a Nova Inglaterra. As colônias de plantação ("Pflanzungskolonien") ou de exploração (4) instalam-se para abastecer a metrópole dos chamados "produtos coloniais": açúcar, café, indigo, tabaco, algodão... O meio geográfico será necessàriamente diverso do metropolitano para produzir essas "Kolonialwaren"; o inter-trópico é a zona de eleição para êsse gênero de empreendimento. O colono é, aqui, antes de tudo, empresário; reclamam por isso essas colônias grandes inversões de capital, e organização "artificial" (sic!) do trabalho, tais a escravidão ou migração engajada ("indentured") ou mesmo a colonização "sistemática" preconizada por Wakefield, que recomendava primeiro uma organização "racional" da propriedade (isto é, as terras coloniais deviam ser vendidas a empresários) e só depois se fomentaria a emigração, pois do contrário (os emigrantes se apropriando da terra abundante e livre) escassearíam braços na colônia... (5) A produção dessas colônias de exploração visa pois o mercado metropolitano, a riqueza cresce ràpidamente; o crescimento demográfico é porém lento, a sociedade "deixa muito a desejar". O espírito democrático é débil e não amadurece cedo para a liberdade. As colônias antilhanas exemplificam a "plantation" típica. Percebe-se fàcilmente as intenções que motivaram os autores a estabelecer êsse critério de diferenciação: aliás, êles o dizem explìcitamente; visava-se antes de tudo orientar a política colonial das potências européias. Sem embargo, ao estabelecerem os tipos de colônias, as classificações procuram ordenar os vários componentes da realidade histórica, e desta forma dão-nos uma aproximação para equacionarmos a colonização que lastreia a formação brasileira. Fica claro que, em suas linhas gerais (os tipos, como já notava Leroy-Beaulieu, nunca se apresentam em estado puro), a colonização do Brasil se insere nos quadros do segundo tipo, isto é, colônia de exploração.

---

(4) Na primeira edição de sua obra (1874) Leroy-Beaulieu não usa as expresões «povoamento» e «exploração», na realidade modelares para caracterizar duas estruturas fundamentalmente distintas, como já acentuou incisivamente Caio Prado Jr. (op. cit.). Tal nomenclatura, contudo, ocorre nas numerosas reedições do **De la colonisation chez les peuples modernes**; veja-se por exemplo a 5.ª edição, Paris, 1902, t. II, pp. 563 e segs.

(5) Cr. A. Siegfried, «Edward Gibbon Wakefield», in **Les Techniciens de la Colonisation**, Paris, 1947, pp. 175-193.

Façamos aqui um parêntese, para comentar a crítica que mais recentemente Georges Hardy apresentou a essa distinção clássica. Povoamento, diz êle, cobre realidades distintas, nem há exploração sem povoamento; são tôdas áreas do povoamento europeu: há que distinguir a forma do povoamento. De aí, classificar as colônias em colônias de "enraizamento" (nas quais predominam a população de origem européia) e colônias de "enquadramento" (onde o elemento indígena continua sendo a massa da população — naturalmente "enquadrada" pelos europeus..."). Ora, tal crítica não nos parece de forma alguma convincente. Ao substituir-se o critério sócio-econômico por um critério no fundo étnico, perdem-se de vista as relações entre metrópole e colônia. O que Hardy verdadeiramente não compreendeu é que, pôsto que òbviamente não possa haver exploração sem povoamento, nem êste sem aquela, numa estrutura o essencial é a exploração, noutra o povoamento; as colônias de exploração povoam-se para explorar (isto é, produzir para o mercado metropolitano), as de povoamento exploram os recursos do ambiente no fundamental para prover o seu próprio mercado (isto é, exploração para o povoamento); numa situação, povoamento explica a exploração, noutra é a partir da exploração que se pode entender o próprio povoamento. Caio Prado Jr., que penetrantemente identificou a fecundidade destas duas configurações e lhes marcou nìtidamente os contornos na introdução de sua extraordinária obra já citada, parte daí para a análise da estrutura econômica da colônia em dois setores básicos: um, essencial e imediatamente voltado para o centro dinâmico metropolitano (economia de exportação), outro dependente e que se explica a partir do primeiro (economia de subsistência), acentuando que naturalmente os produtos de exportação podem ser, e o são, também, consumidos na colônia, e os de subsistência eventualmente exportados (ou passar de subsistência para exportação) sem que isso em nada retire a validez explicativa daquela caracterização (6). Também para Celso Furtado, que sob outros aspectos se afasta das análises de Caio Prado Jr., são as duas categorias fundamentais de colônias de exportação ou exploração e colônias de povoamento que interessam, para situar a formação econômica brasileira no quadro da expansão colonial européia (7). Já o velho Roscher parece que percebia bem o alcance da distinção; no curso de sua classificação, tendo fixado o tipo de "colônias agrícolas" (que como vimos já esboça o conceito de colônias do povoamento), ao passar a tratar das "colônias de plantação" (exploração) como categoria distinta, pergunta-se se não seria o caso de considerá-las um subtipo das colônias agrícolas, pois que de agricultura se trata; mas, insiste com acuidade, a diferença é tão essencial que se tornou o fundamento da tenebrosa guerra e seccessão nos Estados Unidos da América (8). Portanto: *colonização* significa, no plano mais genérico, alargamento do espaço humanizado, envolvendo ocupação, povoamento e valorização

(6) Cf. **Formação do Brasil Contemporâneo**, 4.ª ed., São Paulo, 1953, pp. 13-26, 113-123, 151-154.
(7) Cf. Celso Furtado, **Formação Econômica do Brasil**, Rio de Janeiro, 1959, pp. 11-52.
(8) Cf. **Kolonien...**, pp. 23-24.

de novas áreas (Sorre); històricamente, na época moderna, entre a expansão ultramarina e européia e a revolução industrial, *exploração* e *povoamento* (Leroy-Beaulieu) constituem-se nos dois sentidos básicos em que se processa o movimento de europeização do mundo, delimitando as duas categorias fundamentais de colônias geradas nesse período. Assim, a pouco e pouco, através a crítica dos conceitos, vamo-nos aproximando da perspectiva histórica, pois sòmente ela permite enlaçar todos êsses elementos, revelando-lhes o sentido como partes de uma totalidade concreta e dinâmica, que procuraremos agora explicitar.

* * *

Rigorosamente, a consecução do desiderato acima formulado exigiria nada menos que tôda a história da expansão ultramarina e colonial européia nos séculos XVI, XVII e XVIII. O que evidentemente está além de nosso alcance e fora de nosso propósito, neste artigo. Na verdade, pôsto que sòmente o estudo histórico concreto do período pode resolver os problemas e explicitar as conexões entre os vários segmentos da realidade nas suas múltiplas manifestações, não será de certo inútil a tentativa de estabelecer, à base das linhas mais gerais da história da época, o esquema conceitual e explicativo com que se deva abordar a análise de uma das manifestações dêsse complexo: no caso, a história da colonização portuguêsa no Brasil, no quadro do antigo sistema colonial. É nesta faixa de indagações que nos colocamos, procurando fixar e explicitar os pressupostos com que se deve enfocar, de maneira efetivamente compreensiva, o Brasil-colônia.

Visualizada em conjunto, a chamada Época Moderna, isto é, o período que transcorre entre o Renascimento e a Revolução Francesa, ou entre a expansão ultramarina e a revolução industrial, se nos apresenta como a etapa da história do Ocidente em que predominam as formas políticas do absolutismo, e, no plano social, a organização da sociedade em "estados" ou "ordens"; deslocando o ângulo de observação para o universo das relações econômicas, defrontamo-nos com o capitalismo comercial (9) e a política mercantilista; contemporâneamente, assiste-se à prodigiosa expansão marítima e comercial da Europa, e seu conseqüente desdobramento na implantação das colônias no ultramar. Tais as peças do sistema, e o seu simples enunciado já nos conduz à procura das conexões recíprocas. Entre a monarquia unitária e centralizada, ou mais exatamente entre o processo de unificação e

(9) Sôbre «capitalismo comercial», veja-se: Frédéric Mauro, «Pour une théorie du capitalisme commercial», in **Vierteljarschrift für Sozial-und Wirtschaftgeschichte,** vol. 42 (1955), pp. 117-121; «Towards an Intercontinental Model: European Overseas Expansion between 1500 and 1800», **Economic History Review,** vol. XIV (1961), pp. 1-17.

(10) Cf. E. F. Heckscher, **La Época mercantilista,** trad. esp., México, 1943, pp. 17-29.

centralização, e a política mercantilista são claras as relações, pois, como demonstrou definitivamente Heckscher (10), a política mercantilista foi um instrumento de unificação ao mesmo tempo aliás que pressupunha certo grau de integração nacional para que se pudesse executar. Na base de ambos êsses segmentos, a expansão da economia de mercado em detrimento da economia dominial da Idade Média, envolve a conseqüente emersão das classes burguesas no bôjo do terceiro estado que assim tende a se diferenciar cada vez mais: efetivamente, a subordinação de tôda a sociedade ao poder da realeza — essa estranha e aparente projeção do poder para fora da estrutura social, a passagem da suzerania à soberania — representou no conjunto a forma de a burguesia assegurar-se das condições de garantir a sua própria ascensão e criar o quadro institucional do desenvolvimento do capitalismo comercial. Tratava-se, em última instância, de subordinar todos ao rei, e orientar a política da realeza no sentido do progresso burguês, até que, a partir da Revolução Francesa e pelo século XIX afora, a burguesia se pudesse tornar, como diria Charles Morazé, "conquistadora" e modelar a sociedade à sua imagem, de acôrdo com seus interêsses, segundo os seus valores. Estratégia nem sempre explícita ao nível da consciência individual, e sempre inçada de dificuldades sem conta; a história concreta dêsse processo é sobremaneira tortuosa e F. Braudel pôde falar nas "traições" da burguesia (11). De qualquer forma, Roland Mousnier, especialista no assunto, equaciona as variações do regime político dessa época em função da importância maior ou menor da burguesia nas várias partes da Europa, e pois do grau mais ou menos intenso de desenvolvimento do capitalismo mercantil (12).

Se, por outro lado, o regime político predominante nos séculos da época moderna, contrastado com o feudalismo típico, afigura-se quase o seu oposto, — o mesmo não se dá quando aproximamos os dois períodos nos seus aspectos sociais. Apesar do surto capitalista e burguês, persiste a estrutura estamental da sociedade organizada em "estados" jurìdicamente estanques, que se definem pelo nascimento, e isto significa a preservação da nobreza com seus privilégios, direitos senhoriais e em contrapartida necessária à mantença das relações servis ou pelo menos de resquícios da servidão. Ora, isto revela o caráter de acomodação e ajustamento, o traço, digamos, menos revolucionário ou mesmo não-revolucionário dessa transição entre o feudalismo e a sociedade burguesa plenamente configurada (13). Os séculos XVI a XVIII surgem-nos, assim, portadores de permanências do passado e germes do futuro, tìpicamente transitórios; o que não teria maior significado, já que essa é uma constante da história, se a representação dominante ou oficial que essa etapa se fazia de si própria não insistisse em considerar a estabilidade como o valor por excelência a se preservar: instaura-se, então, a "crise da

(11) Cf. F. Braudel, **La Méditerrané et le Monde Méditerranéen à l'époque de Philippe II**, Paris, 1949, pp. 619 e segs.
(12) Cf. Roland Mousnier, **Os séculos XVI e XVII**, trad. port., São Paulo, 1957, p. 116 (col. **História Geral das Civilizações**, dirigida por M. Crouzet, t. IV, vol. I).
(13) Revolução, como se sabe, significa mudança estrutural em ritmo acelerado, cf. A. Mathiez, **La Révolution Française**, 4.ª ed., Paris, 1960, vol. I, pp. 1-2.

consciência européia" (14). De aí as tensões e crises constantes, e as múltiplas formas de ajustamento; é na Inglaterra que as revoluções do século XVII, moderando o absolutismo, ajustam por assim dizer o sistema aos seus fins históricos (15), e nem é por acaso que é êsse país que se vai tornando paulatinamente hegemônico entre as grandes potências e se tornando o teatro das grandes transformações econômicas que marcam o advento do capitalismo industrial.

Absolutismo, sociedade estamental, capitalismo comercial, política mercantilista são portanto partes de um todo, inter-agem reversivamente neste complexo que se poderia denominar, mantendo um têrmo da tradição, *Antigo Regime*. É neste contexto e inseparàvelmente dêle que se pode focalizar a expansão ultramarina européia e a criação das colônias no Nôvo Mundo. No plano ideológico, a política econômica do mercantilismo recomenda, para a obtenção de balança favorável de comércio, a abertura de novos mercados e sua preservação monopolista; numa forma mais elaborada, preconiza-se o estabelecimento de colônias como respaldo da riqueza da metrópole. E note-se a coerência dessa forma de política de desenvolvimento que foi o mercantilismo: ao mesmo tempo em que se procuram remover os obstáculos institucionais internos (esforços de supressão das aduanas interiores, burocratização da administração, etc.) diligencia-se a criação de complementos externos (*colônias*, que agora vão adquirindo seu verdadeiro sentido), que permitam à economia metropolitana adquirir o máximo possível de auto-suficiência, e pois situar-se vantajosamente no comércio internacional para o qual pode assim carrear os seus excedentes. Note-se também que neste quadro a função das economias complementares coloniais é verdadeiramente essencial: são elas, as colônias, que irão permitir o funcionamento integrado da política mercantilista, criar-lhe as pré-condições.

A política mercantilista oferece-nos, pois, um prisma estratégico para apreendermos as conexões entre os diversos componentes do Antigo Regime. Executada pelo estado, que ao praticá-la se constitui e fortalece, abre condições para a expansão da economia de mercado em tôdas as direções, tudo convergindo no ativamento dessa acumulação de capital que Marx chamou de "originária" ou "primitiva" por se realizar predominantemente na órbita da circulação (incorporando entretanto excedente econômico gerado fora do sistema), mas que constitui ao mesmo tempo pré-requisito para a penetração e expansão das relações capitalistas no parque pròpriamente produtor (16).

Efetivamente, a expansão ultramarina européia, que se inaugura com os descobrimentos portuguêses no século XV, significou, na sua primeira fase digamos pré-colonizadora, uma extraordinária redefinição da geografia eco-

(14) Cf. Paul Hazard, **La Crise de la Conscience européenne**, Paris, 1935, **passim**, especialmente pp. 3-29.
(15) Cf. Christopher Hill, «La Révolution anglaise du XVII^{e} siècle. Essai d'interpretation», **Revue Historique**, vol. CCXXI, janeiro-março 1959, pp. 5-32.
(16) Cf. K. Marx, **Capital**, trad. esp., México, 1946, t. I, pp. 801 e segs.

nômica do ocidente pela abertura de novos mercados, montagem de novas rotas, conquista monopolista de novas linhas para a circulação econômica internacional; já na sua gênese, êste movimento expansionista revela pois suas relações profundas com o estado moderno em formação. Assim, enquanto tradicionalmente se procurava explicar os descobrimentos ultramarinos em função de fatôres externos, extra-europeus, a colocação moderna do problema (17) encara a expansão ultramarina como produto das "condições particulares dos próprios países atlânticos", isto é, são os problemas da economia da Europa Ocidental que levam ao esfôrço para a abertura de novas frentes de expansão comercial à abertura de novos mercados — a expansão atlântica apresenta-se, de fato, como forma de "superação da crise" européia do fim da Idade Média (18). Ora, na organização e execução do movimento expansionista teve papel relevante o estado monárquico absolutista (19), e mais uma vez vêm à tona as conexões entre os componentes do antigo regime; por outro lado, a exploração do ultramar fortalece a posição do estado monárquico que a promove, internamente em face das resistência feudais, externamente diante das outras nações. Da inter-relação dêsses elementos é que resulta a conformação a pouco e pouco da doutrina e da prática da política mercantilista.

Esta primeira fase da expansão européia consistiu pois, bàsicamente, na abertura de novos mercados, e no estabelecimento de condições vantajosas para a realização dêste comércio ultramarino; acelerava-se, assim, a acumulação capitalista na Europa. Mas, no processo de expansão, como é sabido, os europeus acabaram por descobrir (ou redescobrir) o nôvo Mundo; aqui as condições diferiam radicalmente daquelas encontradas no Oriente: seria impossível prosseguir na exploração puramente comercial do ultramar, dado que inexistia nesta parte a produção organizada de produtos que interessassem ao mercado europeu. Para integrar essas áreas nas linhas do comércio europeu (e para preservar a soberania sôbre elas, dado que a expansão se dá no quadro da competição entre as potências européias), havia mister organizar aí a produção para o mercado da economia central, européia; tornam-se indispensáveis, ocupação, povoamento, valorização — colonização em suma. Mas colonização de uma forma específica, dentro da expansão do capitalismo comercial e em conexão indissolúvel com todos os outros aspectos envolvidos nesse processo. A *colonização* moderna significou, pois, no fundo, um desdobramento da expansão puramente comercial, a transição da órbita da circulação para o nível da produção econômica no ultramar. Caio Prado Júnior, ainda uma vez, foi quem primeiro caracterizou a colonização como fenômeno

---

(17) Cf. Vitorino Magalhães Godinho, «Création et Dynamisme économique du Monde Atlantique (1420-1670)», **Annales (Économies. Sociétés. Civilisations).** Janeiro-março 1950, pp. 32 e segs.

(18) M. Nunes Dias, **O Capitalismo Monárquico português** (1415-1549), Coimbra, 1963, t. I, pp. 35 e segs.

(19) V. M. Godinho estuda (in **A Expansão quatrocentista portuguêsa**, Lisboa, 1945) as etapas dos descobrimentos portuguêses no século XV em função das vicissitudes do absolutismo monárquico em Portugal.

essencialmente *comercial,* como um desdobramento da expansão comercial européia; produzir para o mercado exterior, fornecer produtos tropicais ou metal nobre ao comércio europeu — eis o "sentido da colonização" (20), e é sem dúvida a formulação dessa categoria (ou descoberta dêsse "sentido") que permitiu ao autor definir os dois setores básicos (exportação, subsistência) a partir dos quais analisa a estrutura econômica da colônia.

Todavia, as indagações que fizemos até aqui, cremos, permitem levar ainda mais longe a análise do "sentido" da colonização. Efetivamente, inserida no contexto mais geral do Antigo Regime — isto é, no contexto da política mercantilista do capitalismo comercial executada pelo estado absolutista — a colonização da época moderna revela nos traços essenciais seu caráter mercantil e *capitalista;* queremos dizer, os empreendimentos colonizadores se promovem e se realizam com vistas, sim, ao mercado europeu, mas, tendo em consideração a etapa em que isto se dá, a economia européia assimila êsses estímulos coloniais, acelerando a acumulação primitiva, por parte da burguesia comercial. A *aceleração da acumulação primitiva* configura, pois, o sentido último da colonização moderna. Note-se que ao nos expressarmos assim envolvemos na formulação várias decorrências: situa-se, por um lado, o momento histórico-econômico em que se localiza o processo; mais ainda, a colonização fica indissolùvelmente ligada ao processo histórico de formação do capitalismo moderno, à transição do capitalismo comercial para o industrial (capitalismo pleno). Caio Prado Júnior, que abriu decisivamente o caminho para esta análise, talvez tenha pago até certo ponto seu tributo à tradição da historiografia brasileira sempre menos voltada para as vinculações da história do Brasil com a história geral da civilização ocidental; assim, apesar do passo fundamental que a sua obra representa, pensamos ser ainda possível ir além no esfôrço de apreender o sentido da colonização. De fato, ela se apresenta agora como uma peça no conjunto de mecanismos que, promovendo a acumulação originária, tendiam a possibilitar a superação dos entraves institucionais e econômicos que ainda perturbavam a expansão do capitalismo moderno europeu (21). Peça aliás essencial; como parte integrante da política mercantilista, já vimos que a colonização fornecia uma espécie de retaguarda à economia metropolitana, tornando-a independente das outras potências nacionais; promovendo a acumulação de capital e ao mesmo tempo ampliando o mercado consumidor de manufatura, criava os pré-requisitos da transição para o capitalismo industrial.

Situada neste contexto, articulada nos componentes do Antigo Regime, a colonização moderna revela, portanto, como traços essenciais aquêles mecanismos através dos quais o processo colonizador promove a aceleração da acumulação capitalista; a acumulação na economia européia configura os fins, os mecanismos de exploração colonial, os meios. O conjunto dêsses me-

(20) Cf. **Formação do Brasil Contemporâneo,** pp. 13-26.
(21) Cf. Maurice Dobb, **Studies in the Development of Capitalism,** Londres, 1954, p. 177 e segs.

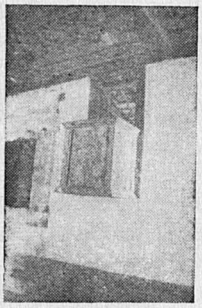
canismos — processos econômicos e normas da política econômica — constituem o *sistema colonial* que integra e articula a colonização com as economias centrais européias; tal sistema de relações torna-se portanto a categoria fundamental de tôda esta análise. Reformulando agora: a colonização do Nôvo Mundo dá-se nos quadros do Antigo Sistema Colonial, isto é, o sistema colonial do Antigo Regime. A colonização portuguêsa no Brasil se desenrola dentro dêsse sistema de relações, que lhe imprime a sua marca, determinando as linhas definidoras da estrutura sócio-econômica que aqui se instaura, dando sentido às expressões "Brasil-colônia" e "período colonial".

Nem tôda a colonização da América, porém, se desenrola dentro das traves do sistema colonial. Os sistemas nunca se apresentam, històricamente, em estado puro. Apesar de coeva, a colonização da América setentrional temperada dá-se fora dos mecanismos definidores do sistema colonial mercantilista; é em função dos problemas religiosos da Inglaterra, e sobretudo dos ajustamentos e das crises do absolutismo dêsse país durante o século XVII — época em que se inicia e se consolida a colonização da América do Norte — que se pode compreender a colonização de povoamento, e não de exploração que lá se realizou. E aqui retomamos as duas categorias — povoamento, exploração — para lhes explicitar o verdadeiro sentido na época moderna: colônias de exploração são as que se formam e se desenvolvem dentro dos quadros do sistema colonial; as de povoamento, pôsto que contemporâneas, situam-se à margem do sistema. A independência dos Estados Unidos da América originou-se, como se sabe, da resistência dos colonos à tentativa de aplicação, por parte da velha metrópole, do pacto colonial à Nova Inglaterra — revelando-se, assim, incompatibilidade entre sistema colonial e colônias de povoamento.

Isto nos conduz a uma última observação, indispensável antes de concluir. Inserindo a colonização moderna no contexto do Antigo Regime — absolutismo, capitalismo comercial, política mercantilista, sistema colonial — e procurando esclarecer as conexões que articulam os vários componentes dêsse todo, destacando as tensões sociais derivadas da ascensão burguesa a partir da estrutura feudal e através da época moderna, cremos ter escapado a um possível economismo que nos poderia ter viciado a análise, que se pretende globalizadora. Além disso, importa ficar bem claro que, ao tentarmos fixar as categorias essenciais dêsse processo histórico, não buscamos de forma alguma os denominadores comuns presentes necessàriamente em tôdas as manifestações concretas, mas sim as determinantes estruturais, isto é, os componentes a partir dos quais é possível compreender o conjunto das manifestações, aquêles componentes que definem, explicitam, tornam inteligíveis os demais, e se não definem por êles. Em suma, tentamos demarcar a posição metodológica a partir da qual se deve proceder a análise da colonização.

Aceita essa perspectiva, torna-se claro que, por exemplo, existindo colônias de povoamento no bôjo da expansão ultramarina mercantilista que exige

exploração — é a partir da colonização exploradora que se pode entender o conjunto e pois também as colônias de povoamento, e não o contrário. Igualmente, se o "Brasil-colônia" se enquadra como colônia de exploração nas linhas do Antigo Sistema Colonial, não quer isto dizer que tôdas as manifestações da colonização portuguêsa do Brasil expressem diretamente êsse mecanismo; mas, mais uma vez, os mecanismos do sistema colonial mercantilista constituem o componente básico do conjunto, a partir do qual deve pois ser analisado. No caso vertente, torna-se logo essencial analisar a posição de Portugal no quadro do desenvolvimento econômico do Ocidente e no das relações políticas internacionais, para se perceber as mediações através das quais o sistema mais geral se expressa no segmento particular. Sistema global: as relações entre o capitalismo mercantil europeu em desenvolvimento e as economias coloniais periféricas; segmento particular: relações da metrópole portuguêsa com a colônia-Brasil.



A DÉCADA DE 1920 E SUAS CRISES

NÍCIA VILELA LUZ

A década de vinte tem importância fundamental para se compreender a história mais recente do Brasil. Época pré-revolucionária, que já anuncia a desintegração da Primeira República, apresentou-se particularmente agitada no campo político, com as revoluções tenentistas de 1922 e 1924 e as várias revoltas no Rio Grande do Sul, para nos limitarmos às mais importantes. Insurreições e pequenos levantes irrompiam, porém, por vários cantos do País. O próprio setor literário inflamava-se com o chamado Movimento Modernista. São aliás êstes dois aspectos, o político e o literário, que têm chamado a atenção de nossos estudiosos e merecido maior número de obras.

Uma análise global do período ainda não foi tentada e pouco estudada tem sido a inquietação social dêsses anos, assim como a crise econômica que a gerou. Fala-se muito vagamente do crescimento dos setores médios da população urbana como fator dessa inquietação político-social e procura-se opor êsses elementos urbanos em expansão ao setor agrário que constituía até então a viga mestra da sociedade brasileira. Está, porém, ausente da historiografia da época um estudo mais minucioso, mais preciso dessas transformações sociais e de suas repercussões na vida do País.

Não é o intuito dêsse artigo preencher essa lacuna. Resultado antes de questões levantadas em classe, do que de pesquisas mais aprofundadas, seu objetivo é apenas chamar a atenção para certos problemas e particularmente para a necessidade de uma abordagem global do período. Procuraremos, pois, relacionar aspectos da crise brasileira dos anos vinte, crise que se desenvolveu em três níveis: o econômico, o político-social e o intelectual.

Quando se aborda o período procura-se, como já afirmamos, explicar a inquietação político-social pela insatisfação dos setores médios da população

urbana, descontentes com as instituições de uma república dominada pela oligarquia rural. É inegável essa insatisfação. Mas, ao procurar explicá-la por uma simples oposição entre o elemento agrário e o urbano, por um suposto conflito entre a burguesia e a oligarquia rural dominante, parece-nos uma excessiva simplificação dos fatos.

Não se menciona ou dá-se muito pouca atenção à crise econômica que marca a segunda metade da década de vinte, crise que atinge particularmente o setor industrial e que portanto vai afetar principalmente a população urbana. Provàvelmente a magnitude do desastre representado pelo craque mundial de 1929 tenha obscurecido nossas dificuldades econômicas nos anos precedentes, quando um analista mais atento já podia vislumbrar tôda a fragilidade de nossa economia sustentada por um único produto exportável e na dependência, a mais estrita, de mercados estrangeiros.

Graças à expansão do mercado interno, desenvolviam-se lenta e penosamente nossas atividades industriais e com ela intensificava-se a urbanização do País (1). As dificuldades financeiras da Primeira República (2) vieram dar às nossas manufaturas certa proteção que uma pauta alfandegária essencialmente fiscal era incapaz de oferecer.

Segundo Stanley J. Stein (3) a idade de ouro de nossa indústria situa-se no período de 1900 a 1930. Vários fatôres o explicam, mas indubitàvelmente o maior impulso foi dado pela Primeira Guerra Mundial que, se à princípio provocou certo mal-estar, logo em seguida acelerou nosso desenvolvimento industrial, pois, fechados os mercados exportadores europeus, nosso mercado interno voltou-se para a indústria nacional.

Muito contribuiu também para o desenvolvimento industrial dessa época o auxílio financeiro do Estado. Sob pressão dos setores industriais e comerciais, o govêrno federal dispôs-se a fazer uma emisão de 250 mil contos em agôsto de 1914 e mais 250 mil um ano após (4). Constituiram essas emissões pouco menos de 50% do papel inconversível em circulação em 1918 (4). Vê-se, pois, que o setor agrário não era o único a merecer o apoio dêsse govêrno supostamente constituído pela oligarquia rural.

---

(1) Infelizmente não existem dados que nos indiquem o grau de urbanização alcançado pelo Brasil durante as primeiras décadas republicanas, pois os recenseamentos existentes não distinguem as populações urbanas das rurais. Considerando, porém, as duas principais capitais — Rio de Janeiro e São Paulo, onde o elemento rural é desprezível e onde se processou a maior industrialização, na época estudada — verificamos as seguintes percentagens apresentadas pelos respectivos municípios, sôbre o conjunto da população total do País:

	1890	1900	1920
Rio de Janeiro	3,65%	3,99%	4,23%
S. Paulo	0,45%	1,38%	2,11%

(2) Ver Nícia Villela Luz, **A Luta pela Industrialização do Brasil**, S. Paulo, Difusão Européia do Livro, 1961, pp. 118-119, 130-131.

(3) Stanley J. Stein, **The Brazilian Cotton Manufacture. Textila Enterprise in an Underdeveloped Area, 1850-1950**, Cambridge, Mass., Havard University Press, 1957, p. 98.

(4) **Ibid.**, p. 106.

O término da Primeira Guerra Mundial traria mudanças sensíveis em nossa economia, sendo particularmente atingido o setor industrial. Mas apesar dos prenúncios desfavoráveis, êste setor continuou a expandir-se. Se considerarmos a indústria têxtil, por exemplo, que em valor de produção era a segunda do País (5), verificamos que apresentava, em 1920, 242 estabelecimentos, e que entre 1921 e 1927 ergueram-se mais 112 fábricas, enquanto o número de fusos aumentava 59%, o de teares 33% e o valor da produção 120% (6).

Procurando adequar-se a nova conjuntura de após-guerra, nossas indústrias, que antes localizavam-se nos grandes centros urbanos como S. Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Juiz de Fora e Recife, procuraram então áreas rurais ou pequenas cidades onde as taxas municipais eram mais baixas e onde poderiam melhor utilizar o trabalho de menores e mulheres (7).

Segundo Stanley J. Stein (8) é a época da formação das grandes fortunas na indústria brasileira, a ponto de despertar os ciúmes da velha oligarquia rural. Começam, com efeito, a substituir os fazendeiros na preferência do govêrno, quanto à dispensa de favores, e dos estabelecimentos bancários, quanto a financiamentos.

A influência das indústrias exerceu-se principalmente através do Centro Industrial do Brasil constituído em 1904 pela fusão do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro e da antiga Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional que datava da época imperial. O nôvo Centro Industrial muito se beneficiou com a ação dinâmica de seu presidente Jorge Street que conferiu à entidade grande prestígio e fôrça. Mais tarde, Street muda-se para São Paulo onde se torna presidente do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem.

Além de Street outros líderes prestigiosos da indústria no Brasil foram: Seabra, do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro, Oliveira Passos, presidente do Centro Industrial do Brasil, Galiez e Pupo Nogueira, respectivamente secretário geral das associações de Indústrias Têxteis do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Os centros industriais multiplicaram-se pelos Estados durante a década de vinte, revelando o poder crescente do setor. Os de São Paulo, mobilizavam consideráveis fundos para o Partido Republicano de São Paulo, fundos mais consideráveis do que os arrecadados pela tradicional Sociedade Rural (9).

---

(5) Wener Baer, **Industrialization and Economic Development in Brazil**, Homewood, Illinois, Richard D. Irwin, Inc., 1965, p. 269.
(6) Stanley J. Stein, **op. cit**, p. 110-11.
(7) **Ibid.**, p. 111.
(8) **Ibid**.
(9) **Ibid.**, p. 125.

Afirmava-se, pois, a indústria como vigoroso grupo econômico cuja influência política já se fazia sentir. Em 1927, Afonso Vizeu, atacadista de tecidos e acionista da América Fabril referia-se a esta emprêsa particular como se fizesse parte do patrimônio nacional. E Epitácio Pessoa que de início confessara-se adversário da indústria, acabou revelando-se seu amigo e colaborador. Enquanto os presidentes subseqüentes, Arthur Bernardes e Washington Luís já admitiam a indústria como potência a ser levada em conta.

Não é, pois, de se estranhar os ciúmes da classe rural ao perceber que começava a ser preterida e que, em reação, passou a acusar nossa indústria de estar dominada por estrangeiros, pelo fato da maioria de seus líderes, embora brasileiros e alguns de várias gerações como Street, possuirem nomes estrangeiros.

Pode-se aquilatar justamente o poder da classe industrial por ocasião da crise que irrompeu em meados da década. Já em 1924, a situação econômica do País inquietava. O custo de vida subira a nível tal (10) a ponto de contrair o poder aquisitivo da população. Foram canceladas várias encomendas feitas às fábricas, em vista da retração do consumidor. À essa retração acrescentou-se outra, a do crédito, enquanto, de outro lado, nosso mercado era invadido por manufaturas estrangeiras.

Nossa tarifa, desatualizada, já não oferecia proteção à invasão dos produtos estrangeiros. O que ainda dificultava, até certo ponto, a importação era o valor baixo de nossa moeda. Mas, em 1925, tivemos uma ligeira elevação cambial (11), suficiente, porém, para lançar o pânico entre nossos industriais. A concorrência estrangeira tornou particularmente precária a situação das indústrias têxteis de algodão e lã. Entre 1922 e 1926 duplicou-se a importação de tecidos de algodão, no Brasil. Em São Paulo, quadruplicou-se a entrada desta mercadoria pelo pôrto de Santos (12).

Oliveira Passos, presidente do Centro Industrial do Brasil, pleiteia em nome da indústria nacional uma série de medidas: maiores facilidades de crédito pelo Banco do Brasil, estabilização da taxa cambial e elevação das tarifas aduaneiras para o algodão e lã. Alguns órgãos de imprensa chegam mesmo a conclamar a proibição da entrada de tecidos e fios estrangeiros.

---

(10) **O Jornal do Comércio,** citando o **Economical Data About Brazil** (1910-1928) dá os seguintes índices para o custo de vida no Rio de Janeiro, na década de vinte, tomando como base o ano de 1912 (índice 100):

Anos	Gêneros Alimentícios	Combustível	Vestuário	Aluguel
1920	170	208	200	150
1924	244	222	240	250
1928	245	195	320	305

(11)

Anos	Máxima	Mínima
1924	6 15/16d.	5d.
1925	7 5/8d.	4 7/8d.

(12) Stanley J. Stein, **op. cit.**, p. 122.

Contra maior proteção alfandegária levantam-se a lavoura e os consumidores urbanos. Representantes do Distrito Federal já colocavam a questão em têrmos de conflito entre ricos e pobres, entre o capital e o trabalho (13). Daí para um ataque aberto ao regime capitalista bastava um passo.

Se os industriais não conseguiram uma pauta alfandegária mais protecionista, chegou-se, entretanto, à solução que conciliava os interêsses das classes rural e industrial, embora sacrificando os consumidores urbanos, isto é, adotava-se a estabilização do câmbio a nível baixo. Reeditava-se a política monetária de Afonso Pena e sua Caixa de Conversão. Em 1926, Washington Luís criou a Caixa de Estabilização, fixando o câmbio a 6 dinheiros por mil réis. A indústria têxtil de algodão, contudo, mereceu mais do que isto, pois conseguiu, depois de violenta campanha em 1928 contra o *dumping* dos tecidos inglêses, elevação das taxas alfandegárias para a sua classe (14). Logo, porém, irrompe a crise de 1929 e a seguir a Revolução de 1930, acontecimentos que vêm transformar os dados do problema.

A alta do custo de vida nos anos vinte contribuiu para a inquietação social já provocada por transformações na estrutura da sociedade brasileira. Esta inquietação, aliada ao descontentamento em face à corrupção e métodos políticos da Primeira República, vão levar à revolta aberta os setores militares mais jovens. Surge o Movimento Tenentista que parece incorporar e de certo modo será o porta-voz da insatisfação da classe média urbana (15).

Pode-se traçar as origens do movimento em 1910, por ocasião da eleição de Hermes da Fonseca, data que, para Sérgio Buarque de Holanda, representa também o início da crise da idéia liberal, no Brasil. Profundas divergências acabaram separando os dois grupos que se haviam aliado para eleger Hermes: O de certa facção oligarca chefiada por Pinheiro Machado e o dos milatares.

Irritados com esta constante da política brasileira que é a escolha e imposição dos candidatos pela cúpula, pretendiam os militares restaurar a pureza do regime republicano e representativo conspurcado, segundo êles, pelas oligarquias dominantes. Iniciaram pois as célebres intervenções "salvadoras" destinadas a derrubar as oligarquias reinantes em diversos Esta-

(13) Ver Nícia Villela Luz, **op. cit.**, p. 154.
(14) **Ibid.**, p. 194.
(15) Difícil será dizer até que ponto esta afirmação é válida. Não existe estudo adequado do movimento tenentista e só uma análise mais aprofundada, que êste artigo não pretende ser, poderá esclarecer devidamente as conexões entre o movimento tenentista e o descontentamento dos setores médios urbanos. Pelo menos, nos anos vinte, quando os jovens militares defendem um programa liberal parece haver uma concordância entre os dois setores, como mostra John D. Wirth, «Tenentismo in the Brazilian Revolution of 1930», **Hispanic American Historical Review**, v. 44, n.º 2 (maio, 1964), p. 166. Segundo Edgard Carone, **in Revoluções do Brasil Contemporâneo**, S. Paulo, 1965, «Coleção Buriti», São Paulo Editôra, p. 66, a burguesia paulista recusou-se a apoiar a revolução de 1924, embora Isidoro tivesse procurado seu apoio.

dos. Só escaparam São Paulo, graças à sua organização partidária mais disciplinada e à habilidade de seus políticos, e o Rio Grande do Sul em razão da fôrça e prestígio de Pinheiro Machado.

Evidentemente, só conseguiram substituir uma facção oligárquica por outra, mas a idéia de salvação e regeneração permaneceu. Os tenentes irão herdá-la e como os militares de Hermes irão pretender reformar e regenerar a nação e seu regime republicano. Não manifestam ainda, na década de vinte, o radicalismo que revelarão em 1930. Seu programa é o mesmo programa liberal defendido pelos setores médios urbanos: eleições livres, voto secreto, administração honesta, etc. Significativos são seus ataques à dominação política da oligarquia rural e ao latifúndio, base da sustentação desta oligarquia.

Não souberam, entretanto, formular um programa consistente, nem uma idologia coerente. Como observa John D. Wirth (16), em suas idéias podem-se discernir gérmens do corporativismo e um certo radicalismo facista que se confundem com um vago socialismo. Os mais autênticamente brasileiros, quando no poder, depois da revolução de 1930, procurarão conciliar a realidade nacional e o idealismo inicial que os impulsionara. Terminarão, pois, adotando uma política de compromissos. Revelaram mais uma vez êsse pragmatismo improvisador que Cruz Costa encontra caracterizando o brasileiro (17). Mas nos anos vinte não se afastaram do programa liberal e suas intenções limitaram-se a regenerar as instituições representativas da República.

John D. Wirth (18) estranha a importância do papel desempenhado pelos tenentes em 1930. A freqüente recorrência, na vida brasileira, dos ideais de regeneração que defendiam está, ao contrário, indicando a persistência de certas fôrças cuja elucidação parece-me importante para o conhecimento de nossa sociedade. Do mesmo modo que me parece fundamental focar, no pensamento brasileiro, uma corrente de tendências tradicionalistas, mas ao mesmo tempo reformistas, que também se preocupa em "regenerar".

Se as revoluções da década de vinte foram, do ponto de vista político, os acontecimentos mais espetaculares, no plano intelectual surgiu com alarde o chamado Movimento Modernista, pretendendo revolucionar e inovar no setor das letras e artes plásticas. De origem exógena, não deixou, entretanto, de refletir a inquietação intelectual da época, suas preocupações nacionalistas e de modernização da arcaica estrutura rural do País.

Apesar de representar provàvelmente as fôrças mais dinâmicas da sociedade brasileira (observe-se que surge com maior intensidade na região

(16) John D. Wirth, **op. cit.**, p. 167.
(17) João Cruz Costa, **Contribuição à História das Idéias no Brasil**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1956, p. 394.
(18) John D. Wirth, **op. cit.**, p. 178.

mais modernizada do País, isto é São Paulo), parece-me, entretanto, que constituiu um fato mais espetacular que profundo, no sentido em que não ultrapassou a área cosmopolita da nação, nem o meio da alta burguesia, particularmente de São Paulo, além dos círculos pròpriamente literários e artísticos. O Brasil arcaico e tradicional permanecia em seu imobilismo, pouco afetado pelo desvario modernista.

Mais significativas e no entanto menos estudadas e comentadas são as preocupações que revela certa corrente de nosso pensamento social e que podem ser conhecidas através de uma coleção de ensaios reunidos sob o título — *A Margem da História da República* (*Ideais, crenças e afirmações*), e publicada em 1924 (19). Mais significativas me parecem por estarem mais dentro de uma linha tradicional do pensamento brasileiro e de uma linha que teima em persistir apesar de tôdas as mudanças sofridas pelo País.

Os autores, discípulos de Alberto Tôrres, dêle herdaram o nacionalismo e a preocupação com o que denominam "a organização nacional". A república não modificara, segundo êles, o estado social vigente no império, isto é, não nos transformou num povo, numa nação. Continuamos, conforme a expressão de Gilberto Amado, sendo uma "gens complexa, pouco produtiva, entregue a sua própria miséria" (20). Ou como diz Licínio Cardoso — "Falta-nos coesão, densidade social; faltam-nos peças de ligação imprescindíveis, tecidos sociais econômicos fundamentais; faltam-nos, em suma, órgãos aparelhadores que nos pudessem facilitar e garantir a unidade nacional..." (21).

Para transformar o Brasil em uma nação e êsses elementos díspares num povo, cumpria, segundo essa corrente, organizar, isto é, integrar e assimilar. Integração geográfica pela expansão das vias de comunicação e pelo povoamento dos espaços vazios. Integração étnica através da educação e elevação cultural.

A importância que davam à educação como veículo de integração não resultava apenas do fato de sermos constituídos por raças diversas, mas também de nossa realidade política. A república, segundo Carneiro Leão, representara um nivelamento social do qual resultara o arrivismo, a corrupção. "O expurgo", continua êle, "tinha de ser demorado e doloroso. Daí que se começasse a efetuar, pelas imposições nacionais, pela melhora dos costumes, pela cultura, uma seleção conveniente decorreria muito tempo. O caldeamento, aliás, ainda não está feito" (22). Em decorrência dessa idéias, preconiza para o Brasil um sistema educacional que unifique, como

(19) Rio de Janeiro, Edição do Anuário do Brasil (1924).
(20) Gilberto Amado, «As Instituições Politicas e o Meio Social no Brasil», **in A Margem da História a República, op. cit.**, p. 72.
(21) Vicente Licinio Cardoso, «A Margem da República», **Ibid.**, p. 336.
(22) A. Carneiro Leão, «Os Deveres das novas Gerações brasileiras», **Ibid.**, p. 21.

o da Alemanha, condenando, em conseqüência, o sistema educacional diversificado dos Estados Unidos (23).

Como bons discípulos de Alberto Tôrres, são nacionalistas, mas fazem questão de salientar que não defendem um nacionalismo estreito, xenófobo e sim uma posição mais voltada para a realidade nacional. Condenando a mentalidade "sonhadora" dos nossos políticos "históricos", escreve Oliveira Viana — "Já não nos podemos inspirar mais nestes princípios abstratos, nem nos constringir dentro das estreitezas dêsse unilateralismo doutrinário. O nosso futuro legislador constituinte tem que possuir uma mentalidade mais ampla e mais iluminada, uma inteligência mais realística e objetiva, uma consciência mais *humana* (grifo do autor) da relatividade dos sistemas políticos. E, sobretudo, um conhecimento mais perfeito e completo da nossa realidade nacional, das nossas idiosincrasias, das nossa falhas, das nossa insuficiências, da nossa condição de povo em formação" (24).

São contra o imperialismo, seja europeu, *yankee* ou mesmo asiático, o que denota provàvelmente certa tendência racista.

Esta tendência talvez esteja também presente na ênfase que dão à tradição ibérica. José Antônio Nogueira, por exemplo, repudia o que denomina "orientação nacionalista" de Sílvio Romero e seu grupo, segundo o qual "o legítimo represente do nosso povo será o mestiço, o luso-índio-negroide, quando não antropològicamente assim constituído, ao menos moral ou psìquicamente" (25). Dá preferência à orientação de outro grupo que também considera nacionalista, mas "mais progressista e não menos zeloso da grandeza e da integridade da pátria". Conforme êste segundo grupo "o Brasil representa, acima de tudo, um prolongamento da civilização ibérica, apenas *modificada* (grifo do autor) pelo trabalho sociogênico de redução indireta do africano e do aborígene, isto é, por meio da transitória mestiçagem" (26).

Êsse iberismo os leva naturalmente a pregar uma aproximação com a América Espanhola. "As novas gerações do nosso país", diz Ronald de Carvalho, "devem pôr todo o seu empenho no fecundo trabalho de aproximação entre os povos latino-americanos. Confinados em nossas fronteiras, só temos olhos para ver a insidiosa Europa. Sofremos de um particularismo nefasto" (27).

Pensamento tradicionalista e conservador, defende a atuação de uma elite de "diretores mentais". "A ação política", escreve Gilberto Amado, "não pode deixar de exercer-se senão através de homens bem intencionados

(23) **Ibid.**, p. 23.
(24) Oliveira Viana, «O Idealismo da Constituição», **Ibid.**, p. 160.
(25) José Antônio Nogueira, «O Ideal brasileiro desenvolvido na República», **Ibid.**, p. 94.
(26) **Ibid.**
(27) Ronald de Carvalho, «Bases da Nacionalidade Brasileira», **Ibid.**, p. 221.

que possam suprir pela própria energia construtiva, atividade e patriotismo — no sentido do desinterêsse pessoal e da capacidade de resistência às agitações improfícuas — as insuficiências de uma população ainda incapaz de exercer os seus direitos políticos e cumprir, como responsável pelos próprios destinos, os deveres cívicos que lhe incumbem" (28).

Essa elite deve estar, porém, voltada para as "realidades práticas" do País; "que saibam menos discutir questões "jurídicas" e mais questões "políticas, que mostrem menos erudição de constitucionalistas americanos e mais conhecimento das realidades práticas do Brasil" (29). Revelam, como os positivistas, uma posição crítica em relação ao bacharelismo que dominara a vida brasileira durante o império e cuja influência persiste sob a república.

Reconhecem a ação democratizadora dessa. Mais uma razão, porém, para se dar ênfase à educação. Com a república, elementos incultos foram encorporados à nossa vida política. Daí, segundo êles, a corrupção reinante e o predomínio dos interêsses pessoais sôbre os nacionais. É preciso, pois, educar. Segundo ainda Gilberto Amado "o dever máximo dos políticos em um país, como o nosso, em que as realidades sociais estão abaixo das instituições, é exercer justamente essa tutela, essa ditadura mental que José Bonifácio quis exercer e não o pôde, infelizmente para o Brasil senão por tão curto prazo" (30).

Observa-se a tônica conservadora também a respeito da política financeira e monetária preconizada. Adotam uma posição ortodoxa e tecem elogios a Murtinho. "Quando as necessidades exigem um sacrifício", comenta Gilberto Amado, "vemos Joaquim Murtinho sobrancear-se à altura dos obstáculos e sob a pressão da gravidade dos deveres que tomou a peito cumprir, realizar a obra que realizou" (31). Nuno Pinheiro é ainda mais explícito. Depois de se referir à atuação de Murtinho, conclui: "A política financeira que conseguir, a despeito dos eternos obstáculos da nossa vida interna, a redução do meio circulante e a creação de saldos orçamentários, — será uma política de salvação nacional e de redenção econômica" (32).

As crises sócio-econômicas da década de vinte vieram, pois, despertar a consciência nacional e levá-la a refletir sôbre nossa realidade e sôbre os meios de sôbre ela atuar. As soluções preconizadas revelam-se, de modo geral, bastante conservadoras em suas preocupações reformistas e regeneradoras. Dir-se-ía mesmo que mais pretendiam restaurar do que inovar. Só depois de 1930 começa a surgir um certo radicalismo que, mesmo então, não conseguiu despojar-se de seu idealismo regenerador.

(28) Gilberto Amado, **op. cit.**, p. 78.
(29) **Ibid.**, p. 76.
(30) **Ibid.**, p. 75.
(31) **Ibid.**, p. 73.
(32) Nuno Pinheiro, «Finanças nacionais», **Ibid.**, p. 125.

Literatura

O VERSO COMO UNIDADE FONO-SEMÂNTICA

ÁLVARO LORENCINI

> "Il faut comprendre la langue poétique en ce qui l'unit à la langue parlée et en ce qui l'en distingue; il faut comprendre sa nature proprement linguistique."
>
> (O. Brik, "Rythme et Syntaxe", *in Théorie de la Littérature,* textes des formalistes russes.)

Num artigo já clássico em que insiste na competência da Lingüística para estudar a Poética, Roman Jakobson faz uma distinção entre aquilo que conhecemos como *poesia* e aquilo que êle, Jakobson, chama de *função poética.* Reduzindo a têrmos simples o pensamento do lingüista russo, poder-se-ia dizer que, segundo êle, a poesia se caracteriza pela utilização de meios lingüísticos com intenção artística, ao passo que a função poética pela "utilização de meios poéticos com intenção heterogênea" (1). Êsses meios são os mais variados possíveis, assim como variados são os campos de aplicação dêles. Bem feitas as contas, seria possível dizer-se que a chamada função poética faz-se presente em quase todo ato de comunicação lingüística. Para glosar Jakobson com um exemplo nosso: por que é que se diz "Esaú e Jacó" e não "Jacó e Esaú"? Embora "Esaú" seja o primogênito, não é evidentemente a hierarquia que está em jôgo aqui porque, se assim fôsse, Jacó deveria vir em primeiro lugar, como o personagem mais importante da história bíblica. O que na realidade está em jôgo é a melhor configuração fônica da mensagem: se se dissesse "Jacó e Esaú", a sucessão das três vogais *ó, e, E,* poderia dar origem a dois fatos fonéticos diferentes: primeiro, poder-se-ía optar pela elisão dos dois *e,* o que preju-

(1) Roman Jakobson, «Closing Statement: Linguistics and Poetics», **in Style in Language,** New York, Ed. T. A. Sebeok, 1960, pp. 350-377. Esta obra coletiva reune as comunicações apresentadas num congresso sôbre Estilo, realizado na Universidade de Indiana, do qual participaram lingüistas, críticos literários, antropólogos e psicólogos.

dicaria o conteúdo semântico da mensagem, visto que se eliminaria a conjunção de coordenação ("Jacó Esaú"); segundo, poder-se-ía optar pelo hiato, distinguindo claramente na pronúncia os dois *e*, o que resultaria numa articulação incômoda para os órgãos da fala. Em suma, se dizemos "Esaú e Jacó" é porque assim é mais eufônico, e a eufonia, segundo Tomachevski, diz respeito mais à articulação da mensagem do que à sua recepção pelo ouvido. Como diz êle próprio textualmente: "Le discours euphonique est un discours facile à prononcer et non pas facile à entendre; le discours inharmonieux est celui qui évoquera pour nous la position incommode, inhabituelle des organes de la parole" (2).

Embora a eufonia da mensagem não seja o único recurso poético usado na comunicação lingüística, vamos insistir aqui apenas nesse aspecto que vai servir aos nossos propósitos. Nesse sentido, examinemos brevemente o aspecto fônico de algumas frases-feitas encontradas tanto nos provérbios populares como na propaganda de tôda espécie. Em geral, o fator responsável pela consagração de certos "slogans" publicitários, assim como de provérbios, à parte o aspecto puramente semântico, é, sobretudo, o aspecto eufônico da mensagem. Essa eufonia, entretanto, pouco ou nada tem a ver com a qualidade dos sons em si ou com a combinação harmônica dos fonemas: ela diz respeito mais ao ritmo regular da frase, determinado pela distribuição também regular dos acentos das palavras que a compõem. É em virtude dêsse fator que tais mensagens se consagram, e êsse fator, repetimos, é de ordem puramente poética, visto que êle faz com que tais mensagens se constituam em verdadeiros versos mnemônicos. Ao lermos, por exemplo, em veículos de transporte coletivo ou em placas de rodovias êste conhecido:

"Prevenir acidentes é dever de todos." ,

muitas vêzes não nos damos conta de que se trata de um verdadeiro verso alexandrino, ao qual não falta sequer a indefectível censura na sexta sílaba. Um tal ritmo poético pode ocorrer tanto num reclame comercial:

"O mundo gira e a Lusitana roda"
(decassílabo com acentos na 4.ª e 8.ª sílabas)

"Coca-Cola refresca melhor"
(eneassílabo com distribuição regular dos acentos, comparável a "Ó guerreiros da taba sagrada": 3-3-3)

como num refrão popular; êste, por exemplo, que é um verso redondilho:

"Quem muito quer nada tem"

(2) B. Tomachevski, «Sur le Vers», **in Théorie de la Littérature: textes des formalistes russes etc.** Paris, Seuil. 1965, p. 159.

ou, ainda, num título de uma obra de arte qualquer, destinado a chamar a atenção do destinatário. É o caso dêste outro eneassílabo com distribuição simétrica dos acentos:

"Deus e o Diabo na Terra do Sol"

Breve, outros recursos poéticos são usados nestes versos mnemônicos, seja a homofonia vocálica interior neste:

"Deus ajuda quem cedo madruga"

seja a aliteração neste:

"Só Esso dá ao seu carro o máximo".

Breve, também, tais mensagens passam a formar mais de um verso. Assim é que se quisermos um dístico em versos brancos, temos um neste "slogan" comercial:

"Uma loja em cada bairro
P'ra melhor servir você"

Se quisermos dísticos rimados, a própria propaganda assim como os provérbios nô-los fornecem:

"Ganhando ou perdendo
Martini vá bebendo"
(propaganda radiofônica em transmissões esportivas)

"Água mole em pedra dura
Tanto bate até que fura"

Tercetos rimados podem ser encontrados tanto numa placa de rodovia:

"Não corra
Não mate
Não morra"

como num para-choque de caminhão:

"Feliz era Adão/que não tinha sogra/nem caminhão"

Quadrinhas de propaganda abundam. Lembremos apenas esta de uma campanha eleitoral:

"Presidente Getúlio
Adhemar Senador
E Lucas Garcez
P'ra Governador"

Finalmente, quem andou de bonde em São Paulo conhece com certeza esta autêntica sextilha em versos redondilhos:

"Veja, ilustre passageiro,
O belo tipo faceiro
Que o senhor tem ao seu lado
E no entretanto acredite
Quase morreu de bronquite
Salvou-o o Rhum Creosotado"

Embora reconhecendo que versos dessa natureza ("versos puros") são produtos da função poética e não da poesia ("verso aplicado"), Jakobson aceita para todo e qualquer verso esta definição do poeta inglês Gerard Manley Hopkins: "discurso que repete total ou parcialmente a mesma figura sonora" (3). Resta saber agora o que vem a ser essa "figura sonora" de que fala Hopkins.

É possível que Hopkins ao dar a fórmula estivesse pensando principalmente no verso inglês. Êste, como se sabe, é silábico-acentual, ou seja, formado pela sucessão ordenada de sílabas acentuadas e não-acentuadas, de tal modo que essa sucessão forma aquilo que, com base em sílabas longas e breves, se chama "pé" no verso latino. Quando, por sua vez, Jakobson aplica êsse conceito ao verso russo, parece que o faz nesse mesmo sentido. Infere-se daí que a figura sonora de Hopkins, via Jakobson, corresponde a um pé do verso: como um pé geralmente se repete total ou parcialmente num mesmo verso, êle é a base da definição do próprio verso. Entretanto, êsse conceito, que se aplica perfeitamente tanto ao verso germânico como ao verso latino, poderia êle aplicar-se também ao verso românico, em especial ao de língua portuguêsa? Talvez sim, na medida em que pudéssemos dar às sílabas átonas e tônicas do Português um valor que correspondesse de algum modo às sílabas respectivamente fracas e fortes do Inglês ou breves e longas do Latim. Parece ser partidário dêsse princípio, mais precisamente do silábico-acentual, o Sr. Péricles Eugênio da Silva Ramos. Assim é que, rebatendo Wolfgang Kayser que opõe o sistema clássico ao germânico e êstes dois últimos ao romântico, P. E. da S. R. tenta aproximar o germânico do românico, escandindo versos de Camões, Castro Alves ou Gançalves Dias do mesmo modo como se escandem versos de Shakespeare. Quer-nos parecer, entretanto, que o problema que está em causa neste caso é o próprio problema do ritmo do verso: como dissemos no início o ritmo nada mais é que o resultado da distribuição regular dos acentos tônicos dentro de um determinado número de sílabas. Por essa razão, talvez se pudesse dizer do ritmo aquilo que Hopkins diz do próprio verso, ou seja, dizer que "o ritmo do verso é o resultado da repetição total ou parcial da mesma figura sonora". Em princípio cada verso tem o seu ritmo próprio, mas êste ritmo depende sempre do número de sílabas. Todo e qualquer alexandrino, por exemplo, se caracteriza por 12 sílabas e 4 figuras e, embora as combinações possíveis

(3) «Speech wholly or partially repeating the same figure of sound», **Apud** Roman Jakobson, **op. cit.**, p. 358-359.

dessas figuras sejam variadas, em princípio elas são sempre quatro. Vejamos algumas das possíveis variações nestes alexandrinos de Bilac.

"E apertan/do nos teus/ os meus de/dos gela/dos"
3 — 3 — 3 — 3

"Tôda azul/ no esplendor/ do fim/ da primave/ra"
3 — 3 — 2 — 4

"Nós dois/...e entre nós dois/implacá/vel e for/te"
2 — 4 — 3 — 3

(Bilac, "In Extremis")

Por sua vez, todo e qualquer decassílabo se caracteriza por 10 sílabas e 3 figuras sonoras, cujas combinações são também variadas. Por exemplo:

"Quando eu morrer/ não lan/cem meu cadá/ver" (4-2-4)
"No fô/sso de um sombri/o cemité/rio" (2-4-4)

(C. Alves, "Lembrança de Morrer")

"E tudo, ao ver-/me tão depres/sa andan/do" (4-4-2)
"Soube lo/go o lugar/ para onde eu i/a" (3-3-4)

(O. Bilac, "Via Láctea", XII)

O eneassílabo, por fim, define-se por 9 sílabas e três figuras sonoras geralmente iguais:

"Tu choras/te em presen/ça da mor/te?" (3-3-3)
"Por que dor/mes ó Pia/ga divi/no?" (3-3-3)

(*Cf.* "Coca-co/la refres/ca melhor/" de que falamos atrás)

Como se vê por êstes poucos exemplos, um verso pode repetir total (3-3-3-3: alexandrino) ou parcialmente (*3-3*-2-4, outro alexandrino; *4-4*-2, *3-3*-4, decassílabos) a mesma figura sonora. E quando nenhuma repetição ocorre — o que é raro mas acontece — o leitor que espera por ela e ela não vem, fica naquele estado que, em caso análogo, Jakobson chama de "expectativa frustrada" (4). É o que acontece, por exemplo, neste terceto em decassílabos:

"Contei, sorrindo, o meu segrêdo a Sírius:
Sei ao menos que ficará bem firme
Pois que as estrêlas não se movem nunca."

(Alph. de Guimarães, "Tema Secular", LXXX)

(4) «Frustated expectation», **op. cit.**, p. 363.

Como se vê, o 1.º e o 3.º versos têm esquema idêntico (4-4-2), com repetição parcial da figura 4, ao passo que o 2.º, embora tenha também três figuras, não repete nenhuma delas: o seu esquema é 3-5-2. E a observação tem-nos mostrado que a chamada "expectativa frustada" ocorre quase sempre quando o número de sílabas entre duas tônicas é 5, o que equivale a dizer que a figura sonora mais longa que o verso português (e românico) tolera é a figura que representamos pelo número 4, isto é, aquela que é formada por 3 sílabas átonas (*por natureza ou por posição*) seguidas de uma tônica. A sucessão de quatro átonas, portanto, quebra o ritmo e causa a expectativa frustrada. Quanto a examinar se êsse fato é ou não um recurso do poeta para quebrar a monotonia rítmica do poema ou tirar efeitos de outra ordem, não é o caso agora. O problema que se põe agora é o dos metros mais curtos, sobretudo do redondilho para baixo. Com efeito, como se caracterizaria o heptasílabo? Por um lado, por 7 sílabas e 3 figuras sonoras, duas das quais, como é óbvio, são repetidas. Por exemplo:

"São uns o/lhos ver/des, ver/des (3-2-2)
"Uns o/lhos de ver/de mar/ (2-3-2)
"Uns o/lhos côr/ de esperan/ça (2-2-3)

(G. Dias, "Olhos Verdes")

Mas, por outro lado, também por 7 sílabas e 2 figuras, não havendo, neste caso, qualquer possibilidade de repetição:

"Como se lê/ num espe/lho (4-3)
"Pude ler/ nos olhos seus/ (3-4)

(G. Dias, "Olhos Verdes")

Êste caso do redondilho, que colocamos aqui só como exemplo, leva-nos, então, a revisar a fórmula de Hopkins. Com efeito, quanto menor o número de sílabas de um verso, menor será também a probabilidade de se encontrar nêle figuras sonoras repetidas, e isso é mesmo impossível nos versos de três, duas e uma sílabas, porque a menor figura sonora possível é aquela que designamos pelo número 2 (uma átona seguida de uma tônica"). Portanto, a definição de Hopkins via Jakobson está aqui prejudicada, visto que ela não se aplica a todo e qualquer metro ou, por outras palavras, não se aplica a todo o definido, que é o verso em geral.

Todavia, há uma outra maneira de interpretar a fórmula de Hopkins, isto é, aceitá-la via Jean Cohen. Êste último, depois de dizer que todo verso é "versus" (= volta) e de citar, êle também, a fórmula de Hopkins, acrescenta em seguida: "Le versus se fonde sur des éléments sonores variables de langue à langue. En français, on le sait, c'est l'isosyllabisme, ou nombre égal de syllabes, qui fonde la répétition. Toutes les syllabes étant tenues pour égales, on appellera discours versifié tout discours qui se laisse diviser en segments comptant, au moins deux à deux, un nombre égal de

syllabes" (5). Como se percebe, para Cohen, a figura sonora que se repete não é aquela que designamos pelos números 2, 3 e 4 e que se encontra no interior do verso, mas sim o próprio verso. Por outras palavras, Cohen invoca para o verso francês o mesmo princípio silábico que se costuma invocar também para o verso português. Note-se, porém, que um tal conceito de verso transcende o próprio verso isolado para aplicar-se mais pròpriamente àquilo que Cohen chama de "discurso versificado" (que outra coisa não é que o "speech" da fórmula de Hopkins), visto que só é possível falar-se em isossilabismo quando se compara um verso com outro. De certo modo, é êsse também o conceito de Wolfgang Kayser. Êste autor, depois de dizer que "o verso faz de um grupo de unidades menores articulatórias (as sílabas) uma unidade ordenada, acrescenta em seguida: "Esta unidade transcende-se a si mesma, isto é, exige uma continuação correspondente" (6). E se depois Kayser parece encontrar-se com Jakobson ao dizer que "o verso apresenta-se como uma série ordenada de sílabas acentuadas e não-acentuadas", êle volta a encontrar-se com Cohen ao dizer que "a característica do verso reside no número igual das sílabas, usadas em cada linha" (1). Tomemos, então, Cohen reforçado por Kayser e retenhamos dêles apenas isto: número igual de sílabas pelo menos dois a dois. Isto implica em dizer que a figura sonora representada pelo verso pode combinar-se com outra diferente desde que esta também se deixe contar pelo menos duas a duas: por outras palavras, o isossilabismo não implica essencialmente em homometria, isto é, dois metros diferentes podem ser usados alternadamente ou não no discurso versificado. Nesta estrofe de Gonçalves Dias, por exemplo:

"Debruçada nas águas de um regato
A flor dizia em vão
À corrente, onde bela se mirava...
"Ai, não me deixes, não!"
(G. Dias, "Não me deixes")

Aqui, a um primeiro verso de dez sílabas sucede um segundo de seis; neste caso o terceiro só pode ser de dez ou de seis para poder repetir uma das duas figuras sonoras. Como é de dez, é o quarto que é de seis. E se êste também fôsse de dez, ficar-se-ia esperando sempre a repetição da figura sonora do segundo: se esta não viesse, dar-se-ia aqui mais um caso de expectativa frustrada. Outra combinação possível:

"Na minha terra, no bulir do mato,
A juriti suspira;
E como o arrulo dos gentis amôres,
São os meus cantos de secretas dores
No chorar da lira."
(C. Alves, "Juriti")

(5) Jean Cohen, **Structure du Langage Poétique.** Paris, Flammarion, 1966, p. 55.
(6) Wolfgang Kayser, **Análise e Interpretação da Obra Literária.** Coimbra, Arménio Amado E., 1958, vol. I, p. 118.

Aqui o 3.º e o 4.º versos repetem a figura sonora do 1.º, ao passo que o 5.º repete a do segundo.

Mesmo que três metros diferentes sejam usados no discurso poético, cada um dêles deverá repetir-se pelo menos uma vez para que o "versus" seja assegurado. É o caso desta outra estrofe de Castro Alves, onde há versos de cinco, duas e onze sílabas:

"Bem longe da festa...
Modesta
Prodígios de aroma guardando discreta...
Existe da sombra,
Na lânguida alfombra,
Medrosa,
Mimosa,
Dos anjos errantes a flor predileta."

(C. Alves, "A Violeta")

Já a combinação de quatro ou mais metros diferentes é quase impossível no discurso versificado tradicional: uma tal heterometria já atinge os domínios do chamado "verso livre" pôsto em voga do simbolismo francês para cá. Mas, e o "verso livre"? Seria possível encontrar um conceito que também o abrangesse na caracterização de verso? Talvez êste de Manuel Bandeira: "Verso é a unidade rítmica do discurso poético" (7). Tal conceito pode servir para todo e qualquer verso porque, embora Bandeira não defina o verso isoladamente mas sim relacionando-o com o discurso poético, êle não diz se essa unidade rítmica é ou não reiterativa. Como quer que seja, o verso livre como o verso regular é também uma unidade rítmica ou, para empregar agora a terminologia de Hopkins, uma figura sonora. O que é difícil, entretanto, é determinar o esquema rítmico dessa figura por meio de figuras sonoras menores, como o fizemos para o verso regular: como qualquer tipo de prosa, o poema em versos livres admite perfeitamente figuras de mais de 5 sílabas. Apesar disso, parece-nos evidente que o poeta toma cada verso como uma figura sonora. Com efeito, por mais livres que sejam os versos do poema, êles nunca avançam linearmente como a frase da prosa: antes de atingir o fim da página, o poeta passa sempre para a outra "linha", começando esta geralmente com letra maiúscula, como se se tratasse de uma nova "frase" depois de ponto final. E, também, quando o verso atinge o limite da página sem estar acabado, o poeta se vale de recursos tipográficos variados — colchetes, minúsculas, afastamento maior da margem etc. — como para indicar que o que está na outra "linha" pertence ainda à mesma unidade rítmica. Como neste exemplo do próprio Bandeira:

(7) Manuel Bandeira, **A Versificação em Língua Portuguêsa, in** «Enciclopédia Delta-Larousse», Rio de Janeiro, Delta S. A., p. 3239.

"Estou farto do lirismo que pára e vai averiguar no
(dicionário o cunho vernáculo de um vocábulo
Abaixo os puristas"

(Manuel Bandeira, "Poética")

Vale dizer que se o verso não coube na largura da página a culpa é da página e não do verso. Num certo sentido, é isso que distingue um poema em versos livres de um poema em prosa: êste último sempre avança linearmente e não admite espaços em branco antes do fim da página, a não ser depois de um sinal de pontuação conclusivo. O que quer dizer que êle não corta nunca uma frase ao meio como fêz acima Bandeira e como faz aqui Murilo Mendes:

"Me colaram no tempo, me puseram
Uma alma nova e um corpo escangalhado. Estou
Limitado ao Norte pelos sentidos, ao Sul pelo mêdo,
A Leste pelo apóstolo São Paulo, a Oeste pela minha educação."

(Murilo Mendes, "Mapa")

Mas voltemos ao verso regular. Combinando agora Cohen com Bandeira, poderíamos caracterizá-lo ao nível fônico da seguinte maneira: "O verso do discurso poético regular é a unidade rítmica que se repete total ou parcialmente nesse mesmo discurso". O problema que agora se põe é saber como é que essas unidades se distinguem umas das outras dentro do discurso. No poema escrito essa distinção é, antes de mais nada, visual: depois de cada verso há um espaço em branco; no poema declamado a distinção é marcada por uma pausa, comparável a um "espaço em branco de silêncio". Dito de outro modo, o espaço em branco depois do verso assume tôdas as características de um signo pausal qualquer da prosa, com a diferença de que nesta as pausas são sempre semânticas, ao passo que no verso nem sempre o são. Nesta estrofe de Santa Rita Durão, todo fim de verso coincide com um sinal de pontuação;

"Mais arma não levou, que uma espingarda;
E, pôsto ao lado de Gupeva amigo,
Pronto a todo acidente, e pôsto em guarda,
Traz na cautela o escudo ao seu perigo.
Entanto a destra gente a caça aguarda,
E algum se afoita a penetrar no abrigo,
Onde esconde a pantera os seus cachorros;
Outro a segue por brenhas, e por morros."

(Sta. Rita Durão, *O Caramuru*)

Mas nesta outra de Cláudio Manoel da Costa não há qualquer sinal de pontuação ao fim de cada verso:

"A cada instante, Amor, a cada instante
No duvidoso mar de meu cuidado
Sinto de nôvo um mal, e desmaiado
Entrego aos ventos a esperança errante."

Como justificar a falta de pontuação neste caso? O 1.º e 2.º versos são dois adjuntos adverbiais e o 3.º termina por um apôsto circunstancial, casos em que a gramática normativa recomenda o uso da vírgula. Aqui, entretanto, parece que o poeta prefere confiar à própria pausa métrica essa missão de separar elementos que o discurso em prosa separa por meio de sinais. Por outras palavras, parece que o poeta toma o fim do verso como índice de pausa, até mesmo semântica. Mas o que dizer agora desta estrofe de Alberto de Oliveira:

"Ouço como a voz sincera
Das fôlhas, dos ramos, quando
Pergunto se a primavera
É que anda ao longe cantando."

(Alberto de Oliveira, "Vida Nova")

Talvez se pudesse dizer que se aqui não há sinais de pontuação entre os versos é simplesmente porque não há também pausa semântica entre êles: "sincera" tem um adjunto adnominal no comêço do 2.º verso, a conjunção "quando" rege a subordinada temporal do 3.º verso e "primavera" é o sujeito da oração do 4.º verso. O problema que se põe agora é êste: numa leitura dêsses versos deve-se ligar êsses elementos semânticamente solidários ao invés de separá-los pela pausa métrica? Há os que pensam assim. É o caso, por exemplo, de Soares Amora na sua *Teoria da Literatura,* onde êsse Autor diz em nota: "Tratando-se de encadeamento (v. adiante) não há, naturalmente, ao fim da linha da poesia, a pausa de dois tempos. Nesse caso essa linha não constitui um verso, pelo menos do ponto de vista da ciência da linguagem poética. E é dentro dêste ponto de vista que condenamos o conceito comum de verso — "verso é uma linha da poesia" (8). Como se percebe, estamos aqui às voltas com o problema do *enjambement* que Soares Amora designa pelo nome de encadeamento (9). Mas o que é o *enjambement* do ponto de vista da "ciência da linguagem poética" invocada pelo Autor? Num sentido muito lato, seria todo fim de verso não pontuado. Jean Cohen define-o como "a frase que termina no meio do verso" (10), isto é, como a frase é uma unidade que tem sentido completo e pausa subseqüentemente, haverá *enjambement* quando êsse paralelismo

(8) Soares Amora, **Teoria da Literatura.** São Paulo, Ed. Clássico-Científica, s. d., p. 82.
(9) Embora **encadeamento** nos pareça menos mau que o espanholismo **cavalgamento,** de evidente mau gôsto, proposto por outros, êle nos parece equívoco: Bandeira dá ao têrmo outro sentido (repetição). Daí por que preferimos conservar **enjambement:** apesar de galicismo, êle parece já consagrado.
(10) Jean Cohen, **op. cit.,** p. 63.

som-sentido fôr rompido por dois versos dos quais o primeiro não é pontuado. Cumpre acrescentar, todavia, que o *enjambement* — êsse conflito entre a sintaxe e o metro, como o caracteriza Grammont (11) — pode apresentar vários graus de conflito. Na estrofe de Cláudio Manoel da Costa atrás citada, por exemplo, o conflito é de grau baixo, visto que as unidades separadas pelo metro gozam de certa autonomia sintática; já na estrofe de Alberto de Oliveira êle é de grau elevado: as unidades separadas formam um todo semântico constituído de palavra regente e palavra regida. Insistindo apenas no aspecto puramente gramatical do *enjambement*, tentemos, então, fazer aqui uma sistematização dêsses graus de conflito, examinando-os em ordem crescente.

Primeiramente, chamaríamos de *ENJAMBEMENT DO 3.º GRAU*, aquêle que separa unidades da frase que são interdependente, como, por exemplo:

1. Duas orações (coordenadas, subordinadas ou principais)

"Rompeste a alva túnica luzente (principal)
Que eu doirava por ti de amor demente (subord.)
E aromei de abusões..." (coord.)

(A. de Azevedo, "Esperanças")

2. Têrmos acessórios da oração que, geralmente, são separados por vírgula na frase, como é o caso do adjunto adverbial e do apôsto.

"No duvidoso mar do meu cuidado (adj. adv.)
Sinto de nôvo um mal, e desmaiado (apôsto)
Entrego aos ventos a esperança errante."

(Cládio Manoel da Costa)

O *ENJAMBEMENT DO 2.º GRAU*, por sua vez, consiste na quebra da seqüência normal sujeito-verbo-complemento, quando êstes se sucedem imediatamente no discurso. Assim é que podemos ter no fim de um verso e no comêço de outro:

1. Sujeito/Verbo

"Minhas irmãs e minha mãe... O pranto
Jorrou-me em ondas... Resistir quem há-de?"

(Luís Guimarães Jr., "Visita à Casa Paterna")

2. Verbo/Complemento

(11) Maurice Grammont, **Le Vers Français.** Paris, Delagrave, 1947, p. 35.

"E bem ou mal, aos versos me haver dado
Um raio do esplendor da minha terra."

"Alb. de Oliveira, "Agora é tarde para nôvo rumo")

Finalmente, o *ENJAMBEMENT DO 1.º GRAU* consiste na separação de um grupo sintático formado por palavra regente e palavra regida que formam um todo semântico. Vejamos, primeiramente, o caso do substantivo acompanhado de adjunto adnominal, visto que êste conflito admite outras sub-medidas, como segue sempre em ordem crescente:

1. Substantivo/Locução Prepositiva

"Eu deixo a vida como deixa o tédio
Do deserto, o poento caminheiro."

(A. de Azevedo, "Lembrança de Morrer")

2. Substantivo/Epíteto (e vice-versa)

Flagrante, arroja um vulcão
"No centro, abrindo a cratera

(Raimundo Correa, "Ondas")

"Estrada ideal de São Tiago, antigo
Templo da minha Fé, casta e divina"

(Cruz e Souza, "Anima Mea")

3. Pronome Adjetivo/Substantivo

"E eu olhava-a de baixo, olhava-a... Em cada
Degrau, que o ouro mais límpido vestia"

(Olavo Bilac, "Via Láctea" I)

"Têm êles a existência prêsa àquela
Água escassa, ..."

(Alb. de Oliveira, "Fio d'Água")

4. Artigo/Substantivo

"... seu campanário
de ideal ladrilho,
entre o azul do ar e o
chão que palmilho."

(Geir Campos, "O Sino")

Acrescentaríamos a êste conflito de 1.º grau, aquêle que coloca de um lado uma palavra gramatical regente, vazia de sentido, e do outro uma palavra lexical regida, como segue:

5. Preposição:

"Amo-te, ó tarde triste, ó tarde augusta, que, entre
Os primeiros clarões das estrêlas no ventre,"

(O. Bilac, "Hino à Tarde")

6. Conjunção:

"Dizem que ensandeceu, e que não se sabe como
Perdeu a sua môsca azul."

(Machado de Assis, "A Môsca Azul")

7. Advérbios:

".....(dezenas)
De pombas vão-se dos pombais, apenas
Raia sanguínea e fresca a madrugada..."

(R. Correa, "As Pombas")

Além dos citados acima, há outros casos de *enjambement,* embora sejam raros. Veja-se primeiro êste:

"Boa filha, boa irmã e
Boa espôsa. Ó anjos, dai-
Lhe a gentileza da mãe
A inteligncia do pai."

(Manuel Bandeira, "Maria da Glória Chagas")

Aqui, a pausa métrica do 2.º verso coincide justamente com um traço de união, destinado a ligar o pronome ao verbo de que depende. Citando um exemplo semelhante de Aragon:

"Je crierai Je crierai Mes yeux que j'aime où êtes-
Vous Où es-tu mon alouette ma mouette,"

Jean Cohen faz o seguinte comentário: "Sauf à couper le mot en son milieu, on touche ici aux limites du procédé" (12). Êsse limite, entretanto, já foi muitas vêzes ultrapassado, tanto em Francês como em Português, Espanhol e Italiano. Parece que essa prática remonta ao Latim, conforme comprova Melo Nóbrega (13). Em Português ela pode ser atestada em D. Dinis:

(12) **Op. cit.**, p. 68.
(13) Melo Nóbrega, **Rima e Poesia.** Rio de Janeiro, MEC, 1965.

"se mi non val a que en for-
te ponto vi, ca ja da mor-
t'ei prazer e nenhum valor" (14)

chegando até os dias atuais com Cassiano Ricardo:

"uma cauda trançada em madressil-
va e orelhas longas, feitas com dois tufos
floridos." (15)

ou com Carlos Drummond de Andrade:

"Assim desejam, com afeto
Certo garôto da Argentina
e certo velhote em Joaquim Na-
buco — o avô meloso e seu neto" (16)

A todos êstes casos extremos de conflito entre o metro e a sintaxe daríamos o nome de *ENJAMBEMENT DE GRAU ABSOLUTO.*

Voltemos agora ao problema da pausa. Vimos acima que há os que pregam a não-pausa quando ocorre o *enjambement* e acrescentam ainda isto: "O encadeamento, anulando a pausa de fim de verso, anula também o verso, que passa a formar com o seguinte um só verso" (17). A aceitarmos êsse critério, tôda aquela estrofe de Alberto de Oliveira já citada:

"Ouço como a voz sincera
Das fôlhas, dos ramos, quando
Pergunto se a primavera
É que anda ao longe cantando."

seria um só verso (de 32 sílabas!) por que nela os *enjambements* se sucedem até o ponto final do último verso. Mas não pensam assim outros autores, principalmente francêses. Assim é que Grammont, após caracterizar o *enjambement* como uma discordância entre o metro e a sintaxe, acrescenta em seguida: "Qu'est-ce qui résulte de cette discordance entre la syntaxe et le mètre au point de vue de la diction? Doit-on dire la propositon d'un trait comme font la plupart de nos acteurs jusqu'à ce qu'elle soit terminée? Jamais. (...) Quand il y a conflit entre le mètre et la syntaxe, c'est toujours le mètre qui l'emporte, et la phrase doit se plier à ses exigences. Tout vers, *sans aucune exception possible,* est suivi d'une pause plus ou moins longue" (18). É da mesma opinião o autor de um *Dictionnaire de Poétique et de Rhétorique,* Jean Morier: "Croire que cette discordance n'est

(14) **Id.**, p. 33.
(15) **Id.**, p. 36.
(16) **Apud** Melo Nóbrega, **op. cit.**, p. 37.
(17) Soares Amora, **op. cit.**, p. 95.
(18) Maurice Grammont, **Le Vers Français,** p. 35. Grifo do Autor.

qu'une suppression de la halte finale du vers et qu'il faut lire la phrase *exactement comme en prose* dénote une ignorance intégrale des vertus rythmiques classiques." (19)

Mas, é de se perguntar agora, por que o *enjambement?* Para alguns êle nada mais é que uma imposição do metro e da rima. Vejamos em primeiro lugar a alegação do metro. Ela não procede pela simples razão de que o *enjambement* aparece também nos versos livres. Vejam-se êstes exemplos:

"O que disputamos
é a entrada que vai ter ao céu, nesta terrível
(luta
perpendicular."

(Cassiano Ricardo, "A Manhã que Conquistamos ao Inimigo")

"Não recomponhas
tua sepultada e merencória infância.
Não osciles entre o espelho e a
memória em dissipação."

(Carlos Drummond de Andrade)

Quanto à alegação da rima, ela também não procede porque o *enjambement* aparece também nos versos brancos. Por exemplo:

"Ao som final da orquestra, ao derradeiro
Clarão, que as luzes no morrer despedem."

(Gonçalves Dias, "Se se morre de Amor")

"Antes a noite fria — o cemitério
Êrmo e isolado, como seu chão de lousas."

(Álvares de Azevedo, "Conde Lopo")

Ora, se no caso dos versos livres não há a imposição do metro, e no dos versos brancos não há a da rima, então por que o poeta, também nestes casos, rompe o paralelismo som-sentido terminando o verso no meio da frase? A resposta parece-nos banal: como o metro, como a rima, como o ritmo etc., o *enjambement* é também um traço peculiar do discurso poético versificado, seja tradicional, seja moderno. Por outras palavras, é êle que permite distinguir o discurso poético versificado das outras formas de discurso poético. Quer essas formas se chamem poema em prosa ou prosa poética, elas nunca cortam uma frase ao meio para passar para outra linha quando ainda há espaço em branco na página, ou seja, elas avançam sempre linearmente como

(19) Henri Morier, **Dictionnaire de Poétique et de Rhétorique.** Paris, Presses Universitaires de France, 1961, p. 159.

tôda e qualquer prosa. Mas é evidente — apressemo-nos em dizê-lo — que essa circunstância não retira a essas formas de discurso o seu caráter poético. Todavia, êsse aspecto poético só pode ser determinado ao nível semântico e não ao nível fônico porque, como diz um crítico inglês, "the antonym of prose is not poetry but verse" (20).

Tanto o discurso em verso como o discurso em prosa são formados pela sucessão de unidades menores que terminam numa pausa: a unidade do primeiro é o verso e a do segundo a frase. Não há dúvida que esta última é uma unidade fono-semântica. Assim é que resumindo as definições de vários linguistas modernos, Jean Cohen dá dela o seguinte conceito: "On peut donc en définitive donner de la phrase une double définition: d'une parte comme ce qui présente un sens complet, d'autre part comme ce qui est compris entre deux pauses" (21). E o verso? Se aceitarmos que o espaço em branco depois dêle é um signo pausal comparável ao ponto final da frase, ao nível fônico êle também pode ser definido como aquilo que é compreendido entre duas pausas. Mas, e ao nível semântico, êle tem também sentido completo como a frase? Ao que tudo indica, o *enjambement,* sendo um conflito entre a pausa e a sintaxe, é também um obstáculo a uma identificação por êsse lado. Mas seria realmente um obstáculo a um identificação por êsse lado. Mas seria realmente um obstáculo? Talvez não na medida em que se aceitasse a linguagem poética com tôdas as suas leis próprias. Por outras palavras, se o ritmo e a pausa do verso são diferentes do ritmo e da pausa da frase, essa diferença fônica implica também numa diferença semântica. Portanto, é preciso começar pela reformulação do conceito corrente de leitura e declamação de poesia. Em primeiro lugar é preciso abolir do verso os chamados ritmos lógico e emotivo porque êstes, principalmente o primeiro, são característicos da prosa e não da poesia. Isto implica em dizer que na leitura do verso devem ser ignoradas tôdas e quaisquer pausas semânticas, salvo se estas coincidirem com pausas métricas. Com efeito, o ritmo do verso, formado pela sucessão de figuras fônicas, impede muitas vêzes que se faça pausa entre duas palavras separadas por sinal de pontuação. Por exemplo:

"Oh dai, Senhor, a fé a quem por ela clame"

(Alph. de Guimarães, "Escada de Jacó")

O ritmo dêsse alexandrino é:

"Oh dai,/ Senhor a fé/ a quem/ por ela cla/me"

ou seja, 2-4-2-4. Como se vê, a segunda figura fônica é formada por "Senhor, a fé", palavras entre as quais há uma vírgula, o que não impede, entretanto, que se pronuncie /Senhôrafé/ com o "r" de "Senhor" e o artigo

(20) Robin Skelton, **The Poetic Pattern.** London, p. 6.
(21) Jean Cohen, **op. cit.,** p. 73.

formando a sílaba "ra". Mas se aqui houve a formação de uma sílaba entre duas pausas semânticas, o contrário também pode ocorrer, isto é, a chamada *elisão,* tão comum na poesia, pode dar-se também entre duas vogais separadas por um sinal de pontuação. Veja-se êste caso:

"Formosa ancila canta. A aurilavrada lira
Em suas não solução. Os ares perfumando,"

(O. Bilac, "A sesta de Nero")

O esquema rítmico do primeiro verso é 2-4-4-2 e há nêle uma sílaba poética, "tau", formada pelo "ta" de "canta", pelo artigo "a" e pelo "au" de "aurilavrada". Ora, entre "canta" e o que se segue há um sinal de pontuação conclusivo. E o que resultaria se se fizesse pausa depois de "canta"? O verso não seria mais um alexandrino, teria treze sílabas e, por conseguinte, outro esquema rítmico. O mesmo ocorre no segundo verso, cujo esquema é 2-4-2-4: o "ça" de "soluça" e o artigo "os" formam a sílaba poética "ços", repetindo-se tudo aquilo que dissemos acima.

Além da vírgula e do ponto final, outros signos pausais da prosa podem aparecer no meio de uma figura sonora. Pensemos, por exemplo, nos pontos de interrogação e de exclamação, signos chamados melódicos na prosa. Nem êles podem impedir a formação de uma figura:

"Que temes, ó guerreiro? Além dos Andes" (2-4-2-2)
(G. Dias, "I-Juca-Pirama")

"Palpando. — Alarma! alarma! — O velho pára." (2-2-2-4)
(*id. ib.*)

Multiplicar os exemplos seria fastidioso: é certo que os sinais de pontuação não criam barreiras pausais entre as palavras do verso e que, dêsse modo, não impedem a formação de figuras sonoras responsáveis pelo ritmo regular do verso.

Associemos agora êsse fato a tudo aquilo que dissemos mais atrás sôbre o *enjambement* e examinemos, de início, êstes versos de Cruz e Sousa:

"Estrada ideal de São Tiago, antigo
Templo da minha fé, casta e divina."
(Cruz e Sousa, "Anima mea")

Concentremos inicialmente nossa atenção na palavra "antigo" do 1.º verso. Ela é precedida de uma pausa semântica e seguida de uma pausa métrica. Vejamos qual dessas pausas se deveria respeitar numa leitura dêsses versos. Se se quisesse respeitar só a primeira, teríamos uma leitura assim:

"Estrada ideal de São Tiago,
Antigo templo da minha Fé, casta e divina"

Uma tal leitura, como se vê, respeita a semântica mas destrói os versos. Se se quisesse, agora, respeitar as duas pausas a leitura resultaria nisto:

"Estrada ideal de São Tiago,
Antigo
Templo da minha Fé, casta e divina"

Quer dizer, nem a sintaxe nem a versificação foram respeitadas. Como se deveria, então, ler êsses versos? Assim:

"Estrada ideal de São Tiago antigo
Templo da minha fé casta e divina"

Ou seja: suprimindo-se tôdas as pausas semânticas em benefício da pausa métrica, única pausa que o verso pode admitir. Uma tal leitura pode, à primeira vista, parecer aberrante. Dir-se-á que o poeta queria que "antigo" qualificasse "Templo" e não "São Tiago"; e que, portanto, tal leitura não respeita o pensamento do poeta. Mas, então, perguntamos nós agora: por que o poeta colocou "antigo" dentro da mesma figura sonora de "São Tiago"?

"Estra/da ideal/ de São/ Tia/go anti/go" (2-3-3-2)

Do ponto de vista lingüístico, parece-nos que uma tal solidariedade fônica implica também em solidariedade semântica. Ademais, "São Tiago antigo" parece-nos um sintagma ainda mais poético que "antigo templo". Mas não queremos insistir neste aspecto semântico.

Nestes outros versos de Castro Alves, ignorando-se as pausas da exclamação e das reticências, o substantivo "calhandra" que termina o 1.º verso pode perfeitamente assumir a função de objeto direto de "ouve", ao qual está ligado fônicamente, deixando de ser sujeito de "rumoreja" do qual é separado pela pausa métrica:

"Julieta do céu! Ouve... a calhandra
Já rumoreja o canto da matina."

(Castro Alves, "Boa-Noite")

A conseqüência disso para o 2.º verso seria que "o canto" poderia, então, assumir a função de sujeito de "rumoreja": em poesia, a inversão do sujeito é fato freqüente. Fique claro, porém, que não pretendemos levar tal fato até às suas últimas conseqüências, de tal modo que a parte do discurso solidária ao verso perca tôda a sua solidariedades semantânica com o verso seguinte. Achamos que é justamente nessa duplicidade que reside um dos segredos da poesia: a prosa evita a anfibologia, a poesia a cultiva. É bem verdade que às vêzes o faz de maneira grosseira. Como neste caso:

"Ai, que perfume de lima!
Ai, que perfume silvestre!...
Até me provoca a rima,
Dize, Silvestre de Lima,
Donde êste cheiro, Silvestre?...
Ai, que perfume de lima!
Ai, que perfume silvestre!

(Fontoura Xavier, triolet dedicado a um poeta chamado Silvestre de Lima, *Apud* Soares Amora, *Teoria da Literatura,* p. 118/119).

Como quer que seja, o próprio da poesia é ser ambígua. Mas ambigüidade em arte não é aquilo que nos permite pensar "isto *ou* aquilo" sôbre alguma coisa, mas sim o que nos permite pensar "isto *e* aquilo" ao mesmo tempo. Para dar um exemplo grosseiro: Capitu traiu Bentinho no célebre romance de Machado de Assis? Impossível responder, e o romance de Machado tira todo o seu efeito justamente dessa ambigüidade. Do mesmo modo a poesia cultiva a ambigüidade pela ambigüidade, visto que ela tem um fim em si mesma.

Não é raro que muitas vêzes tomemos um verso isolado como uma unidade fono-semântica. Se nos é permitido um depoimento pessoal, confessamos que durante muito tempo nosso espírito gravou um verso de Álvares de Azevedo do seguinte modo:

"Eu deixo a vida como deixo o tédio"

quando o correto é:

"Eu deixo a vida como *deixa* o tédio"

Quer dizer: levados pelo ritmo, praticamos uma elisão em "deixa o", que se transformou assim em "deixo o", dando então aos dois verbos "deixar" o mesmo sujeito "eu"; por outro lado, levados pela pausa métrica, resolvemos assim o conflito que havia aqui entre o metro e a sintaxe:

"Eu deixo a vida como deixa o tédio
Do deserto, o poento caminheiro"

E, para falar a verdade, a descoberta do nosso êrro tirou um pouco do encanto que êsse verso tinha para nós.

Mas não somos os únicos a tomar um verso como uma unidade fono-semântica. Numa conferência sôbre leitura de poesia, o conferencista citou de memória um verso de Raimundo Correa, mas fê-lo assim:

"Esbraseia-se o Ocidente na agonia"

quando o correto seria:

"Esbraseia o Ocidente na agonia"

Quer dizer: atentando apenas para a pausa de fim de verso, o orador introduziu uma sílaba naquilo que era um decassílabo, mas com isso resolveu um problema semântico: tornou "Ocidente" sujeito do verbo pronominal "esbraseia-se", destruindo assim o conflito que havia entre o metro e a sintaxe:

"Esbraseia o Ocidente na agonia
O sol... Aves em bandos destacados,"

Fato curioso: o conferencista é justamente daqueles que pregam a não-pausa quando ocorre o *enjambement*.

Retomemos para concluir. Pela sua estrutura *sui-generis*, a linguagem poética se opõe totalmente à prosa. À parte outras características fônicas de que não tratamos aqui (rima, aliteração, etc.) ou mesmo semânticas (inversão, predicação impertinente, etc.), o próprio verso em si já é característico nesse sentido: suprimindo pelo ritmo as pausas semânticas internas, o verso liga unidades que a prosa separa; por outro lado, introduzindo uma pausa métrica quando ocorre *enjambement*, o verso separa unidades que a prosa liga. Portanto, por oposição à prosa, o verso pode ser definido como a "anti-frase" (22), ou, se não quisermos essa oposição, como *a frase do discurso poético*. Porque, de resto, estamos de pleno acôrdo com O. Brik, quando diz: "Le vers n'est que le résultat du conflit entre le non-sens et la sémantique quotidienne, c'est une sémantique particulière qui éxiste de manière indépendante et qui se développe suivant ses propres lois" (23).

(22) Jean Cohen, **op. cit.**, p. 72.
(23) O. Brik, «Rythme et Syntaxe», **in Théorie de la Littérature**, p. 152.

JOAQUIM NABUCO

CLAUDE-HENRI FRÈCHES

Trad. NEUSA PINSARD CACCESE (*)

I — O Homem

A carreira de Nabuco acompanha o curso da história brasileira. Em Roma, para se tornar tribuno, o patrício solicitava sua adoção por um plebeu. Nosso autor, campeão da liberdade e do progresso, substitui sua família de senhores de engenho do Nordeste pela "negritude". Africanos deportados, mártires dos engenhos, comparados outrora às forjas de Vulcano por Antônio Vieira, os "santos negros" não teriam conquistado, ou pelo menos resgatado um Brasil de esperança? Joaquim Nabuco acredita dever-lhes sua volta ao catolicismo. É, certamente, devedor de seu modernismo. A abolição lançou realmente o elemento servil desorganizado e desarmado num aviltamento proteiforme. Pelo menos o colonialismo se esclerosou o bastante para não mais entravar o futuro do povo.

Do sistema escravocrata, entretanto, Joaquim tomou inicialmente apenas a côr patriarcal. Em Massangana, onde foi batizado no ano de seu nascimento, em 1849, sua madrinha Ana Rosa Falcão de Carvalho cuidava piedosamente de seus velhos escravos. As negras mimavam o menino branco. O mundo familiar era branco e negro. Mas logo o cenário bucólico se desmorona, revelando uma verdade mais crua: um negro recapturado suplica à criança que o resgate, para poupar-lhe o castigo reservado aos escravos fugitivos. O capitalismo impessoal acentua a injustiça da condição servil.

(*) O presente trabalho servirá de introdução à edição do original francês de **Foi Voulue de Joaquim Nabuco**, organizada pelo Prof. Claude-Henri Frèches. Agradeço o auxílio prestado, na tradução, pela Licenciada Maria Ignez Correia de Novaes.

Morta Ana Rosa, Massangana se industrializa. E mais tarde, Nabuco quase não reconhecerá o engenho onde habitara a Justiça e a Misericórdia.

A família e a escola destinam o adolescente para a vida política. Deixa o Recife pelo Rio de Janeiro, onde seu pai, o conselheiro Nabuco, é uma glória para a sociedade imperial. Antigo ministro da Justiça, sua opinião é ouvida. Confia seu filho ao barão de Tautphoeus, sábio bávaro, imigrado no Brasil. Será seu aluno, primeiro em Friburgo, depois no Colégio D. Pedro II, desde 1860. Brilhante e dissipado, êle namora sobretudo a poesia, e cultiva a filosofia. Machado de Assis saúda, no *Diário do Rio de Janeiro,* sua primeira publicação, *O Gigante da Polônia.*

Seis anos depois, na Faculdade de Direito de São Paulo, estuda a fundo a história da Revolução Francesa e enche-se de Quinet e de Hugo. Mesmo quando o pai retoma a pasta da Justiça, continua militando na oposição. Justifica o assassinato político, pois o tirano é a expressão de um mal de raízes profundas. Essas atividades, contudo, sua amizade com Rui Barbosa e Castro Alves, não o desviam da poesia. Enquanto o pai funda o *Centro Liberal,* partido que reivindica o sufrágio direto e a abolição, êle traduz o *Anti-slavery Reporter.* Freqüenta, naturalmente, os bastidores do teatro, onde sua beleza viril, já famosa, fere corações. A leitura de Renan faz com que perca a Fé. Sua admiração por Chateaubriand atiça-lhe a religiosidade.

Em 1869, Joaquim Nabuco matricula-se na Faculdade de Direito de Recife. Sua reflexão amadurece: pressente que o triunfo do progresso é dom das massas. A elite tradicional é incapaz de marchar para a frente. O jovem passa então para o campo dos oprimidos. Jules Sandeau acabara de revelar-lhe o conflito interior que dilacera qualquer sociedade. Por outro lado, Fox, Pitt e Bagehot garantem a excelência do liberalismo. O dandismo, entretanto, mascara esta conversão política. Apelidam Nabuco de *Quincas, o Belo.* Com efeito, suas roupas não temem a excentricidade; usa jóias vistosas.

Um dia, num julgamento no Palácio, salva um negro assassino. Panfletário, ataca o Imperador em *O Povo e O Trono.* Mas não chega a terminar uma obra sôbre a escravidão. Leitor de *René,* o suicídio o espreita. Sua mãe, a grandes penas, o salva.

Bacharel em direito, ei-lo no Rio, não sabendo mais se é republicano ou ainda monarquista, pois Laboulaye o disputa a Bagehot. Escreve para os jornais artigos filosóficos: como Platão, defende a existência de Deus e da alma. Mais ou menos na mesma época escreve um ensaio sôbre Camões, publicado em 1872. Bate-se também pela emancipação dos escravos, o sufrágio direto, a instrução obrigatória e a liberdade de consciência. Luta por um govêrno e uma Igreja livres, numa sociedade livre. Companheiro dos franco-maçons e dos livres-pensadores, ataca a Hierarquia. Conferencista do

Grande Oriente no Brasil, ataca Roma, o Concílio Vaticano, a infabilidade pontifícia, e publica uma série de artigos anti-clericais, com o título de *O Partido Ultramontano.*

É chegada, enfim, a hora da viagem à Europa, peça mestra da educação brasileira. No navio, Joaquim Nabuco apaixona-se por Eufrásia Teixeira Leite, rica proprietária de plantações de café: longo idílio, que jamais chegará ao casamento.

Em Paris, Gambetta o decepciona. Admira Thiers. Renan trata-o paternalmente e o apresenta a Taine. Schérer, Littré, Laboulaye e Charles Edmond o recebem bem. No dia 3 de janeiro de 1874, vai até Nohant e almoça na casa de George Sand. Depois é a Itália, o conhecimento de agradáveis viajantes. Na companhia de Eufrásia, visita Roma, Veneza, Come, Ouchy. O fruto da viagem é uma coleção de poemas franceses, *Amour et Dieu.* Em Londres, depois em Fontainebleau, mergulha em Thackeray. De volta ao Rio, Nabuco faz uma série de conferências sôbre os pintores italianos. O *Globo* faz dêle seu crítico literário. Com Machado de Assis, funda a revista *Época,* da qual só apareceram quatro números.

Em 1876, nós o reencontramos adido de legação nos Estados Unidos. Para voltar ao cargo, passa por Londres e Paris. Renan lhe oferece seus *Dialogues philosophiques,* com uma dedicatória lisongeira.

Mas, em Washington, o diplomata se aborrece: instala-se em Nova York. Dedica suas horas livres a escrever um drama francês, *Option.* Para melhor compreender Goethe, estuda alemão. Uma ligação com Fanny Work acaba de curar sua melancolia. Enfim, uma licença remunerada de seis meses permite-lhe visitar o Canadá, as quedas do Niagara, e permanecer em Londres, onde o ministro Vila Bela logo substitui o adido de legação. Em 1878, o velho Nabuco arranca o filho das delícias da diplomacia, pois o partido liberal pretende elegê-lo deputado por Recife. Por mais que seus adversários o caluniem, tratem-no de "Cupidona", por causa de suas pulseiras e do corte londrino de seus ternos, êle faz parte de uma assembléia em que se destacam Rui Barbosa, Afonso Pena, Homem de Melo e José Bonifácio. Joaquim Nabuco apressa-se a fundar a Associação Brasileira contra a escravidão. Dota-a de um jornal, *O Abolicionista.* Orador vigoroso, critica a política do Govêrno Rio Branco. Preconiza a secularização dos cemitérios, reivindica a eleição dos não-católicos. Para desencadear uma campanha em prol da abolição, Nabuco parte bruscamente para a Europa. Em Lisboa, oferecem-lhe um banquete em que figuram o escritor Ramalho Ortigão e o ator Augusto Rosa. Em Madri os deputados de Cuba prestam-lhe uma homenagem: torna-se membro da "Junta" da Sociedade Abolicionista. Em Paris, esforça-se por reencontrar o velho Victor Schoelcher, veterano da luta contra a escravatura. Em Londres, é apresentado ao Príncipe de Gales. Em Brighton, enfim, consegue uma entrevista com Samuel Gurney, presidente da *Anti-slavery Society.*

Em 1881, as eleições são desfavoráveis aos liberais. Por isso, vencido, Nabuco decide permanecer em Londres, onde escreve *O Abolicionismo*. A amizade de Miss Schlesinger ajuda-o a suportar um exílio que a escassez dos recursos financeiros torna penoso.

Em 1884, Recife o reelege. Mas algum tempo depois é novamente vencido. Colaborador do jornal *O País*, embora sendo monarquista, publica o panfleto *O Êrro do Imperador*, que anuncia a morte do Império. Com José Mariano, funda a *Sociedade Pernambucana contra a Escravidão*. A partir dêsse momento, os escravos começam a fugir de seus engenhos e usinas de açúcar.

Enquanto o escritor percorre uma vez mais a Europa, em 1887, ei-lo reeleito deputado de Recife. Os bispos brasileiros redigem uma carta pastoral contra a escravidão. O próprio Nabuco entrega ao Cardeal Rampolla um trabalho sôbre a abolição. Leão XIII concede-lhe uma audiência de três quartos de hora. O deputado pede ao papa que publique a encíclica sôbre a escravidão, antes da abertura do Parlamento do Rio. Apesar da oposição do govêrno brasileiro, o papa acede ao desejo do jovem. A encíclica *In Plurimus*, dirigida aos bispos do Brasil, é publicada a 5 de maio de 1888. Enquanto isso, no Rio, o ministério João Alfredo apresenta o projeto da abolição. A 13 de maio de 1888, a lei é, enfim, votada. Um banquete reúne, em Paris, Jules Simon, Schoelcher, Royez, Gibbet e o príncipe D. Pedro.

A Regente D. Isabel tinha trabalhado a favor da abolição. Por isso o escritor continua monarquista, por reconhecimento tanto quanto por lealdade. Nessa ocasião, encontra Evelina, filha do Barão de Inhoã. O casamento, fonte de suas mais secretas transformações, realiza-se em 13 de abril de 1889. Nabuco luta agora em prol da federação e da autonomia das províncias. Durante sua viagem pela Argentina, o visconde de Ouro Prêto o expulsa do partido liberal. Isso não o impede de ser reeleito deputado por Recife.

Dois acontecimentos alteram, a partir dêsse momento, o destino de nosso político. A República é proclamada em 15 de novembro de 1889. A fortuna de Evelina, aplicada na Argentina, é absorvida pela derrocada financeira.

Nabuco se refugia na Inglaterra. Mas a preocupação financeira o persegue. Por isso, a notícia de que uma parte dos haveres de Evelina é recuperável traz de volta tôda a família para o Brasil.

Data de então a série de artigos moralizadores do *Jornal do Brasil*. Mas os militares dominam o Estado. Por causa disso o escritor volta a Londres com os seus. Sua vida aí não é brilhante. O tédio e as preocupações financeiras tornam sua existência morosa. Aos domingos, Joaquim acompanha Evelina à missa, ora em Farm Street, na Igreja dos Jesuítas, ora no

Oratório de Brampton. A beleza da liturgia comove o discípulo de Chateaubriand. Sua meditação sonda o mistério das multidões ajoelhadas. Logo, o agnóstico chora aos pés de Nossa Senhora. O anticlerical segreda suas confidências no confessionário de Brampton. O padre Gordon consola essa alma generosa e ferida. "Quem sabe, escreverá Nabuco, se as orações dos escravos e as de Evelina não concorreram para me dar coragem de me purificar assim?".

Volta ao Brasil. A família Nabuco mora na casa dos Guimarães, em Petrópolis. Renan acabava de morrer. Seu discípulo está redigindo *Foi Voulue*: "Sem Renan, eu não teria sentido durante todo o meu afastamento da fé esta nostalgia que sentem sempre aquêles a quem Deus reserva ainda o retôrno". A um amigo: "Nestes últimos anos realizou-se em mim uma perfeita evolução católica e estou escrevendo sôbre isto, embora não seja para o público".

Por outro lado, as vicissitudes políticas, por volta de 1893, oferecem pouca oportunidade ao ex-deputado de participar da vida pública. Voltado para a História, redige *Um Estadista do Império* e *Minha Formação*.

No Rio, Joaquim Nabuco se associa a João Alfredo para abrir um escritório de advocacia. Escreve também no *Comércio*. Na sede da *Revista Brasileira,* Travessa do Ouvidor, encontra o diretor José Veríssimo e seus amigos, Machado de Assis, Taunay, Eduardo Prado e Graça Aranha.

Já uma vez repelido pelos liberais, é um dia excluído do partido monarquista. Os Jacobinos, por outro lado, possuem dois jornais, o *Comércio de São Paulo* e o *Liberdade,* dos quais lhe é oferecida a direção. Partidário da revolta de Canudos e admirador de Antônio Conselheiro, o escritor é atormentado pelo rancor dos Republicanos.

No entanto, o Govêrno pede-lhe que defenda a causa do Brasil contra a Inglaterra, na questão das Guianas. Nabuco coloca a Pátria acima do rancor político. Em revanche, os monarquistas se afastam dêle definitivamente. Nada mais se opõe à sua adesão efetiva à República. Como secretário da missão, leva Graça Aranha, a quem está unido por sólida amizade.

Algum tempo depois, é nomeado legado em Londres. Durante uma viagem à Escócia, o diplomata é atacado por uma surdez que se revelerá definitiva. Ora, a questão das fronteiras das Guianas prosseguia. O ministro plenipotenciário do Brasil tinha desejado e pensado obter a arbitragem do Grão Duque de Bade. O rei Vítor Emanuel da Itália é solicitado. Êste, preocupado em agradar a Grã Bretanha, pronuncia em 1904 uma sentença salomônica: atribui ao Brasil apenas uma parte do território em litígio. Nabuco escrevera dezoito volumes sôbre a questão. Trabalho imenso, pouco eficaz. Entretanto, os brasileiros saudavam seu defensor como um pai da Pátria. Em recompensa, o ministro Paranhos faz do legado em Londres embaixador em Washington.

Nabuco ocupa sem entusiasmo êste pôsto honroso. Mas, logo após sua instalação em 1905, fiel a Monroe, lança-se ao pan-americanismo. A fim de tomar parte nos debates do Congresso Pan-americano, volta ao Brasil em 1906. Cada etapa é um triunfo. É aclamado paladino dos escravos, defensor da Pátria, e pela promoção da federação das Américas. Durante um banquete, no Rio, pronuncia-se oficialmente a favor do regime republicano: êle se compara a Thiers, monarquista que se tornou servidor ùnicamente da França.

Nesse ínterim, aparecem *Pensées Détachées et Souvenirs*. Esta obra, que decorre de *Foi Voulue,* desorienta amigos e críticos. A mística aí se sobrepõe à razão: não seria o casamento da carpa e do coelho? Muito tempo passará antes que Teilhard de Chardin tente a simbiose da ciência e da religião! Entretanto, Emile Faguet saudava êsse livro com um artigo elogioso: tomara o autor por um filósofo francês!

De volta a Washington, Joaquim Nabuco retoca *Option*. Mas agora sofre de palpitações, de vertigens. Admite-se que seja por excesso de glóbulos vermelhos. Quando se acreditava designado para representar o Brasil em Haia, em 1907, o govêrno indica Rui Barbosa, mas o encarrega de aplainar o caminho para êste seu colega da Faculdade de Direito de São Paulo. No entanto, apesar de lançar a idéia da igualdade dos direitos no que concerne às pequenas nações, o exaltado orador Rui Barbosa melindra o delegado dos Estados Unidos.

O embaixador Nabuco continua a trabalhar pela aproximação das Américas, não obstante continuar atormentado por vertigens. Cai, um dia, vítima de uma miocardite. Convalescente, lê a vida de Spencer, a *Imitação de Cristo,* Platão. Consegue restabelecer a paz entre o Chile e os Estados Unidos. Ora, esta vida posta a serviço da abolição, em seguida da jovem república brasileira, e, por fim, da paz e da solidariedade entre os povos, chega a seu têrmo.

Despojado de suas jovens vaidades, pacificado por Evelina, espôsa e mãe notável, reconvertido à fé católica, promotor de soluções originais para a América, o embaixador Joaquim Nabuco falece em Washington, no dia 17 de janeiro de 1910.

Transportados num navio de guerra, os restos mortais recebem em Recife honras extraordinárias. Os estandartes das sociedades abolicionistas se inclinam sôbre o esquife, enquanto um canhão dispara para o céu uma explosão de glória.

II — Foi Voulue

Foi Voulue é a obra de um homem amadurecido. Joaquim Nabuco tinha quarenta e quatro anos, quando a redigiu, em Petrópolis, de 1892 a 1893 (1). Sua conversão era, em parte, fruto do isolamento moral em que o advento da jovem república brasileira o havia feito perder-se. Londres favorecia a introspecção, iluminada pela lâmpada familiar. Para dizer a verdade, a fé em Deus estava apenas encoberta. A emoção religiosa provocada pela liturgia, o testemunho dos adoradores de Cristo que o discípulo de Renan não tinha deixado de amar, iriam impulsionar a tôda uma série de reflexões de que *Mysterium Fidei* — é o segundo título de *Foi Voulue* — explica pormenorizadamente.

Esta obra é ao mesmo tempo uma apologia do catolicismo, tal como poderia escrevê-la um Pascal moderno, e um diário metafísico. Pois Nabuco narra as etapas de sua conversão, e defende-a diante da Razão e da Ciência. Nesses têrmos, ela faz do autor brasileiro um precursor, não menos interessante, de Teilhard de Chardin.

Os capítulos de "Massangana" e "Influence de Renan" relatam a infância e a adolescência do autor, as influências que sofreu. Num estilo elevado, comovem pela qualidade do sentimento. Nabuco evoca o pacto místico que o liga ao mundo dos Negros: "A mais autêntica nobreza aos olhos de Deus é a das gerações de mártires que se sucederam no cativeiro. Os Santos Negros! Possam êles sempre interceder por nossa terra, que não cessaram de abençoar com seu amor, mesmo regando-a com suas lágrimas"... Renan o havia fascinado; êste diamante só pode ser quebrado por êle mesmo: "Só a arte mata as religiões, a ciência não, e, felizmente para o catolicismo, foi êle que inspirou as últimas grandes artes... O futuro bastante avançado... o tomará (Renan) por um amigo do Salmista ou por um daqueles que não censuraram Maria pelo preço dos perfumes que verteu em Cristo". Joaquim Nabuco deve a Renan sua volta à fé: "Sem Renan, eu não teria sentido, durante o exílio, a nostalgia da fé perdida, que só conhecem aquêles a quem é reservado o retôrno".

Ora, *Foi Voulue* exprime êste "retôrno". *Mysterium Fidei?* Mistério da raça! No Brasil, seu pai havia extinguido as ordens monásticas (2). O filho liberta os escravos. Lança o clarão profético até além do Brasil, anunciando o ecumenismo, a conciliação das famílias cristãs e não-cristãs. Talvez sua juventude encobrisse o germe da conversão: tesouro escondido por sua madrinha, católica, mas do tipo colonial. Tautphoeus, o barão-professor,

(1) **Cf.** a nota inicial de **Pensées Détachées et Souvenirs**, Paris, 1906: «As notas reunidas agora com o título de **Pensées Détachées** foram feitas, quase tôdas, há treze anos em Petrópolis, enquanto o autor trabalhava numa obra cujos fragmentos, «Massangana» e «Influence de Renan», formavam capítulos. Com exceção de algumas páginas, êste volume, incluindo o prefácio, poderia ser datado de 1893».

(2) Grão-mestre da Franco-Maçonaria, o Conselheiro Nabuco, em 1854, empreendeu uma sindicância nos conventos, com o apoio do soberano e do próprio episcopado.

seguia uma religião sincera, mas conservadora. Um outro cristão, Lamennais, fêz de Joaquim um liberal não-conformista. Mas Renan e Strauss puseram por terra as crenças de Quincas Belo. Os nove artigos de *Reforma* não destroem nem dogmas, nem mistérios: atacam o clericalismo, o partido ultramontano; preconizam uma igreja brasileira, a secularização dos cemitérios, a abolição do juramento por Deus. Por ocasião da questão D. Vital (3), o jornalista critica vivamente o episcopado brasileiro. Contudo, anos depois, a Graça o arrebata. No círculo dos Jesuítas de Farm Street, no Oratório de Brampton, consolidará a fé convalescente.

Quando Nabuco decide questionar, por causa da idade e do saber, suas crenças e o agnosticismo, constata que nunca deixou de acreditar em Deus, nem na reversibilidade dos méritos. Das três virtudes teologais, possui, portanto, embora esmaecidas, as duas principais. A Esperança lhe faria falta? Mas a *Ode aux Révolutions*, de Lamartine, ensina que o progresso se compra com o preço de dolorosas convulsões. O sofrimento do povo paga um futuro melhor. Cedo Joaquim descobre o martírio do Trabalho. No Brasil, Cristo é negro, injuriado, açoitado, torturado. Sua inocência redime o pecado original da Pátria: extinguida a crueldade, instaurada a liberdade, o país tocará no concêrto das Nações.

Coincidência notável: Joaquim vem ao mundo no momento em que o Positivismo penetra no Brasil (4). Esta filosofia, como se sabe, impregna sobretudo a Escola Central e a Escola Militar. Contudo, a primeira associação de positivistas é fundada no dia 1.º de abril de 1876. Como êles, o escritor encetará campanha pela autonomia das províncias, sob a República. Mas êle encarna, com perfeição, o ideal de uma burguesia esclarecida, saída dos engenhos, provàvelmente associada à elite de cristãos novos (5), que pretende ser moderna. As escolas do Império lembram a Nabuco que é preciso alinhar o Brasil com a Europa. O evolucionismo justifica suas aspirações políticas e sociais. O agnosticismo permite-lhe aceitar as conclusões do materialismo, rejeitando-o, ao mesmo tempo, pùblicamente. O Sul adere ao spencerismo; o Norte e o Nordeste abrem-se para as filosofias alemãs, por intermédio de Edmond Scherer (6). Talvez Nabuco seja um dos primeiros sectários de Spencer em seu país. Mas cai também no intelectualismo de Renan e de Taine.

Surge o casamento. Afastando a disponibilidade e "despedindo o prazer", faz com que o escritor deseje a verdade absoluta. Beirando a velhice, no sentido montainiano do têrmo, pára, a fim de "construir um abrigo".

---

(3) Em 1872-73, o bispo de Olinda, Frei D. Vital Gonçalo de Oliveira, para obedecer a Bula **Quanta Cura** de Pio IX, decidiu excomungar os franco-maçons de sua diocese.

(4) Cruz Costa (João) — **Contribuição à História das Idéias no Brasil.** Rio de Janeiro, 1956.

(5) Inúmeros judeus convertidos ao Cristianismo se instalam no Brasil, desde o século XVI.

(6) Cruz Costa, **op. cit.**, p. 309.

É evidente que Deus existe. A descrença não poderia provar sua inexistência. A divindade revela-se no sentimento da natureza. Fénelon, Rousseau e os românticos preservaram, portanto, a religiosidade, ou, pelo menos, a fé de Nabuco, para quem qualquer emoção é religiosa.

No entanto, êste Deus sensível ao coração se confunde com o de Voltaire e o dos Franco-Maçons. O arquiteto do Universo é uma "inteligência independente e anterior". Não é observando a natureza que o homem inventa? Mas a inteligência talvez seja a matéria. Examinando êste ponto, o filósofo ultrapassa Teilhard de Chardin: "Os materialistas serão forçados a sutilizar de tal forma a matéria que o mais intransigente intelectualista não hesitará também em materializar a inteligência". De resto, Nabuco constata que a evolução no seio da Natureza não exclui a inteligência infinita. E por que não haveria séries de inteligências, sendo as últimas colossais?" Na série de reatores intelectuais pode-se imaginar uma seqüência de espelhos cada vez mais aperfeiçoados, antes de chegar ao primeiro grau dos corpos luminosos por si mesmos. Aí começaria uma outra série de aparelhos cada vez mais poderosos, além dos quais, sòmente, chegar-se-ia a Deus, fonte infinita da inteligência, a luz em si".

Entretanto, a noção de Deus é também semelhante à consciência moral, que se desprende da natureza. "A ciência se desembaraça muito fàcilmente da importância do mundo interior, como complementação científica... A crença num princípio moral é um fato natural semelhante à existência do homem". Aliás, não depende a ciência da procura da verdade? É impensável que o ser humano, submetido à Natureza para a vida vegetativa, escape dela para o pensamento e a ação. O livro da Natureza é isento de êrro.

Deus revela-se, portanto, inseparável da Criação e da consciência humana. Mas seria Êle o criador de tudo, "um pensamento, um suspiro ou a necessidade das coisas por acontecer?" A razão, neste ponto, titubeia. A elevação ultrapassa a capacidade intelectual do Homem. Êle apreende, pelo menos, o dinamismo e a permanência do ato criador, sua eminente dignidade. Aqui o filósofo rejeita o panteísmo. Deus não poderia ser prisioneiro de uma forma. Não se poderia também imputar-lhe o mal. Nabuco admite a liberdade humana, fonte do bem, mas do mal também. Êste pode atingir a Deus, que sofre com isso. Sôbre êsse patamar desemboca um dia a Redenção. Resta medir o mal no Tempo. "Quem sabe se o olhar de Deus não leva, como a luz, milhares de anos para chegar a cada astro nôvo, e regular, então, juntos o passado, o presente e o futuro, de maneira que haja bastante tempo para que a triste vegetação do mal cresça e desapareça por tôda parte sem ser vista?" Mas o importante é saber se Deus criador se relaciona com os homens. Nabuco se esforça, então, para transpor a etapa do deísmo voltairiano. Certamente o homem não procuraria instintivamente a paternidade divina, se Deus se tivesse querido inacessível.

Contudo, as armas naturais do ser humano não lhe permitem atingir um objetivo tão elevado. O escritor se manteve muito tempo na crença em um Deus criador do homem livre. Filho de Deus, vota-lhe admiração e reconhecimento. Êle é "a única continuidade imaginável para a Humanidade, pois é a única confiança possível". Traço de união entre os homens, pois não criou o homem sòzinho, e se revê na coletividade.

Mas reconhecer a existência de Deus não constitui um ato religioso. O escritor descobre que "não há verdadeira religião sem a consciência de que Deus e o homem estão em contínua relação de atração".

Isso recoloca o problema da alma. Nabuco intui sua existência e sua imortalidade. Por outro lado, a outra vida se impõe à razão "como necessária ao próprio conceito de Deus". O que determina a necessidade de um culto e de uma moral, em outros têrmos, de uma religião. Joaquim Nabuco tem o direito de formar uma, à sua vontade? Mas a razão faz com que admita o caráter necessàriamente coletivo de uma religião: "a criação só procede das grandes massas". À procura do infinito, o filósofo rejeita, portanto, o politeísmo, o budismo, que não compreende, o positivismo, "que mutila a imaginação". Por que não voltar ao catolicismo ancestral, "sem ter a fé de seus crentes", apenas para dar testemunho de Deus e, diante dêle, empenhar sua responsabilidade? O autor se engajará provisòriamente nesse caminho, encorajado pelo prazer estético: a arte religiosa é a arte suprema.

Assim, toma impulso a reflexão de Nabuco. O ponto de partida, porém, continua a ser a filosofia das luzes, talvez a espiritualidade franco-maçônica. Descartes e Pascal emprestam-lhe a ajuda dos sistemas. Evolucionista, o autor toma de acréscimo a mobilidade divina e o homem coletivo. Seu sonho, entretanto, penetra num mundo ajoelhado em que despertam as "reminiscências adormecidas".

A simbologia parece-lhe "a arte soberana, aquela que põe tôdas as outras a seu serviço, ou melhor, a serviço de Deus". A missa é, portanto, a obra-prima sem preço. Se o autor vê nela uma "miniatura da Ceia", constata que a alma pagã também foi incorporada nesse "poema sem palavras". Pois "a fé cristã não podia crescer durante cinco séculos no seio do politeísmo, êste grande criador de símbolos, sem salvar, no dia do naufrágio, uma parte da riqueza submersa". Os reflexos do culto cristão lembram, com efeito, vestais e flâmines, a Sinagoga e o Templo. "A missa, diz admiràvelmente Nabuco, é um espelho da unidade divina refletida em tôdas as religiões; mas o que aumenta sua grandeza, como a órbita se justapõe à grandeza do astro, é a inspiração que ela insufla em tôdas as artes que lhe servem de complemento, desde a arquitetura que constrói seu templo, a escultura que lhe fornece as imagens santas, a pintura que a cerca de afrescos, a música que a acompanha de harmonias, a eloqüência que a oferece a Deus, até as artes que se poderia chamar de menores, se o amor não fôsse ainda maior, como aquela do cinzelador que toca com suas mãos o ostensório e o cálice, do

bordador que faz brilhar o pálio e as dalmáticas, do vidraceiro que santifica a luz, do mosaísta que substitui o horizonte terrestre pelas portas de ouro do paraíso, e tantos outros". Mas Jesus, o objeto desta grandeza, continua sendo o herói de Renan: acima da Humanidade, à parte de sua antiga realeza guarda a majestade divina. Talvez encarne a mais alta expressão do ideal, mas infinitamente distante de Deus. Nabuco remexe então as cinzas do passado. Como perdeu a fé em Cristo? Aos argumentos da descrença, sua alma opõe agora uma dúvida profunda, que "se prepara para tudo reconstruir lentamente". Pois a assembléia cristã testemunha o poder da fé: associa sêres desinteressados; retira dos crentes, para um fundo comum, a generosidade gratuita de que são capazes. Certamente a Pátria é um motor possante, embora a ambição possa, egoìsticamente, desviar essa fôrça: não há na história uma única nação que tenha sobrevivido à sua fé orgânica; e a fé originou, no seio da mesma raça, nações diferentes. "A nacionalidade que atravessou incólume os séculos teve uma religião por vínculo".

Em seguida, chega para Nabuco o momento de pôr à prova a promessa de Pascal: "Você deseja chegar à fé, e não sabe o caminho, deseja curar-se da infidelidade, e procura o remédio: aprenda com aquêles que estiveram presos como você, e que agora apostam todos os seus bens; são pessoas que conhecem o caminho que você desejaria seguir, e estão curados de um mal de que deseja curar-se. Siga o caminho por onde começaram: agindo como se acreditassem, tomando água benta, mandando rezar missas etc." Mas, Jesus é Deus, ou, pelo menos, o cristianismo é de origem divina? De fato, cada nova religião imprime à Humanidade um elã que diminui e leva séculos para esgotar-se. Portanto, Deus serviu-se disso para orientar as civilizações. Ora, mais a gente O conhece, mais Êle se afasta: "para além dos limites indefiníveis do futuro, dos últimos limites até onde vai a imaginação humana, encadeando e fecundando as fôrças ocultas da natureza, haverá sempre o santo dos santos, onde o próprio Deus trabalha". Certamente a revelação não assusta nosso filósofo. Êle a vê trabalhando por tôda parte, sobretudo no domínio científico: "ela é o milagre de cada dia para a inteligência". Que Deus se esconda, nada mais lógico, se pensarmos na imperfeição da razão humana: "nosso organismo inferior é evidentemente daqueles que não suportariam nem a visão nem o pensamento claro de Deus". É por isso que a divindade revela principalmente o decálogo. De resto, "não há nada de absurdo em que Deus tenha consentido em ser adorado sob a forma de mil deuses colocados hoje no museu de antigüidades". Êle deixa "o fetichista e o cristão adorá-lo, cada um como pode". Se as religiões morrem, é que a lei da evolução — que é também lei de aperfeiçoamento, as atinge. Ora, "essas mensagens divinas são tanto mais verdadeiras quanto mais correspondem a uma consciência humana mais avançada".

Não se deve, portanto, estranhar se o Cristianismo, "a última mensagem de Deus", deixa subsistir outros contratos religiosos em épocas e para as raças "em que são melhor compreendidos pelo órgão intelectual do que seria

o ideal cristão". Vê-se que Nabuco não faz do Cristianismo a religião definitiva do Universo. Mas liga-se a êle no tempo e na história. Ora, quanto mais reflete, mais sua razão lhe parece um mau instrumento de certeza moral. Esta dúvida razoável sôbre si mesmo não pressupõe já a Fé? Identificando novamente Natureza e coletividade humana, procura integrar sua consciência na Humanidade e recusa considerar-se isoladamente.

O escritor aborda, em seguida, a queda e a redenção. Para os judeus, o mundo do pecado é condenado ao castigo perpétuo. Para os cristãos, Deus intervém em sua obra para reerguê-la. Sua morte "faz da Humanidade um só corpo". Nabuco pensa que esta substituição divina explica o triunfo do Cristianismo. Com efeito, a humilhação de Cristo, sua identificação com os pobres e os oprimidos, seu fim ignominioso definem um reino paradoxal, de tal maneira que a partir de então "a Humanidade, no seu conjunto, só pode apoiar-se em Deus, e a religião deve sempre ser concebida para a massa". Ao contrário do politeísmo e do budismo, "o Cristianismo dirige-se para o homem, seu fim divino". Poderia ser êle substituído por um Cristianismo sem Cristo, como o conceberá mais tarde Bultmann? Fora dêle, certamente pode haver filosofias válidas. Mas êle completa o círculo das religiões. Por isso resistirá a todos os ataques.

Acusa-se às vêzes o Cristianismo de ter, destruindo o politeísmo, esgotado as fontes artísticas. Na verdade, salvou da arte pagã tudo o que poderia ser arte, no momento das invasões. Mais tarde, identificou-se com os bárbaros; mas a iconoclastia é o fato de uma cristandade tornada bárbara, não de bárbaros tornados cristãos. De qualquer maneira, êle salvou o legado moral, tudo o que foi reconstruído procede daí.

Nabuco defende então a Idade Média e, sempre evolucionista, mostra que esta trazia em si o germe da Renascença. A Igreja retrógrada, campeã do imobilismo, deve ser julgada à luz da época, segundo a regra da História. Em compensação, a Ciência corre o risco de ser um dia também o elemento conservador por excelência. Os tumultos do século XVI foram benéficos. O Protestantismo é um ramo "fecundo em obras vivas, em seriedade moral, em virilidade religiosa". Na época em que o autor redige *Foi Voulue,* constata que o Cristianismo ainda não se organizou socialmente. Está ainda por formar-se a alma cristã do futuro, que corresponde à esperança. Enquanto se espera, a hora da caridade, segundo São Paulo, já chegou: "transformar êste vasto aparelho de egoísmo num aparelho de caridade, sem entristecer a vida, eis a obra que o cristianismo tem diante de si". Pois é o "primeiro instrumento com que Deus prepara seu reino neste mundo".

Neste ponto de sua meditação, Joaquim Nabuco já recuperou "a fé no estado gasoso". A Encarnação lhe parece lógica em sua perspectiva de imolação e de resgate. Falta eliminar da Encarnação todo antropomorfis-

mo: Nabuco realiza isso magistralmente. Examinando as obras que outrora o afastaram da religião, conclui que o objeto da fé forma um todo.

Quanto aos milagres, julga-os um complemento das profecias, para afirmar a divindade de Jesus. Apesar de ser muito fácil de admiti-los pela fé, Nabuco percebe outra importância: "a Igreja impõe sempre a crença na materialidade dos milagres; mas chegará o dia em que talvez ela permitirá sua interpretação simbólica, como as parábolas".

A pessoa de Jesus supõe, além disso, a autenticidade dos Livros Santos. Ora, a Bíblia dataria do século VIII antes de Cristo. Ainda que os textos fôssem apócrifos e de períodos posteriores, seu conteúdo se inspiraria sempre numa respeitável tradição religiosa. Mas é preciso aprender a lê-los: o darwinismo contribuirá talvez, um dia, "com interpretações mais amplas dos textos". Enfim, ninguém contestará que a verdade moral aí está contida.

Folheando seus cadernos de 1869-71, Joaquim Nabuco encontra finalmente os "sortilégios que fizeram adormecer sua fé em Cristo": "envolvendo-o numa fumaça de incenso jamais queimado diante dêle, roubaram — escreve êle — sem que o pressentisse, seu pedestal divino, deixando diante de meus olhos, suspenso entre o céu e a terra". Constata que êsses historiadores de Jesus se limitaram a edificar sua própria filosofia sob os traços do Nazareno, ainda que sua figura se confunda com um cristianismo de vinte séculos. O Cristo que encontra nessas notas esquece sua divindade. É exatamente "o ponto de intersecção do finito e do infinito, o ângulo de refração de Deus na Humanidade, a síntese pessoal da criação moral". A meditação diante da Cruz acaba, um pouco mais tarde, de abrir a fonte obstruída. Inicialmente jorra o amor, depois a fé clara e abundante. Lògicamente, Nabuco deve ligar-se à Igreja, apesar de querer guardar sua liberdade interior. Em Londres, onde se dá a conversão, o protestantismo e o catolicismo podem, tanto um como o outro, acolher esta fé renovada. Por isso é conveniente criticar agora êsses dois ramos do cristianismo moderno.

Ora, Nabuco responsabiliza o protestantismo pelo isolamento da Inglaterra, mais do que por seu liberalismo. E na Alemanha de seu tempo, "a liberdade ainda não amadureceu". No que concerne ao papado, é preciso reconhecer honestamente que foi, pelo menos durante doze séculos, o pastor de um só rebanho. Essa unidade não deve ser um mero acidente histórico. Por outro lado, o Cristo não fundou uma igreja cujo sacerdócio fôsse isento de tentações ou de pecado. Sabe-se que, apesar dos crimes de alguns pontífices, o papado correspondeu à sua missão de depositário da fé cristã. Nabuco anuncia profèticamente que a Igreja se penitenciará dessas faltas pública e honrosamente. Quanto à Inquisição, o autor considera com razão seu caráter local e político, mas isso não poderia justificá-la. "As fogueiras do Santo-Ofício... servem para provar que a fé, na época em que ardiam, não tinha ainda uma alma... tudo o que se opõe ao espírito de tolerância" — acrescenta, como precursor do Conselho Vaticano II — "pre-

judica muito e prejudicará — cada vez mais a reputação de qualquer instituição". É certo que a Igreja foi outrora inimiga da Ciência. Obedecia ao instinto próprio de todo sistema que acredita bastar-se por si mesmo para tôdas as necessidades do espírito. Mas hoje "não há perigo de que a fé se transforme novamente em intolerância, numa sociedade como a moderna, em que a tolerância é o laço ético, o verdadeiro processo de amalgamento". De qualquer maneira, o papel da Igreja é o de incorporar as verdades novas no velho fundo humano. O profetismo de Nabuco exprime-se aqui plenamente: "... via-a através de seus escritores modernos, bastante ampla para acolher não apenas aquêles que respeitam tôdas as suas tradições, como partes de seu corpo místico, mas também aquêles que crêem que tudo pode passar sem que ela deixe de ser a mesma. Exteriormente, via-a cooperar lealmente com outras religiões na obra da civilização, não exigindo nenhuma submissão intelectual fora do terreno da fé, deixando a ciência seguir seu curso e acompanhando-a em sua colheita da verdade. Essa tolerância, que não é senão a volta à sua mais antiga tradição, não estaria encarnada na figura de Leão XIII celebrando a missa de seu jubileu em São Pedro?"

Mas, entrar na Igreja não é enterrar a razão? O escritor resolve demonstrar que a Igreja refaz sua unidade à medida que avança. "Condenados da Igreja militante são eleitos da Igreja triunfante... cadeias da unidade católica". Num *excursus* sôbre a conciliação dos interêsses italianos e do papado, Nabuco pressagia enfim que a Igreja "entrará dentro de pouco tempo numa corrente anglo-saxã".

Ser membro de uma Igreja obriga a receber os sacramentos. Nabuco chega logo a contestar a teologia protestante no que concerne, por exemplo, à confissão e ao culto da Virgem. A confissão se justifica, pela preocupação de restabelecer a verdade, ainda que a custo de sacrifício. Ela é garantia de pureza. O culto da Virgem é corolário da Encarnação. Maria é a mãe dos deserdados de tôda espécie, justamente porque é apenas uma mulher. As catedrais góticas revelam o enraizamento dêsse culto popular. Se Nossa Senhora é "a porta por onde Deus entrou na humanidade, não é, por isso mesmo, a porta por onde a humanidade entrará na casa de Deus?" Nabuco, como os negros, sincretiza o culto de Maria e o da maternidade, e mesmo o da mulher. Pois "foi às mulheres que Maria transmitiu sua reminiscência de Jesus".

A reflexão de Nabuco sôbre os anjos é hesitante. Êsses espíritos correspondem à necessidade humana de personificar os graus da perfeição. Além disso, não se pode conceber Deus na solidão, privado de servidores, de serês amantes que Êle ama. Na realidade vê um acôrdo tácito entre as potências e os instintos da natureza humana, por um lado, e as verdades do catolicismo, por outro. Liberta-se mal da influência hegeliana: por exemplo, o homem tem necessidade de venerar. Nesse terreno, vê-se, a reflexão do filósofo mal rasga a bruma.

Nabuco passa, em seguida, à vida eterna. Crentes e ateus estão de fato separados da outra vida ou do nada. Misterioso além! O certo é que "a estatística do Inferno mais e mais favorece a do Purgatório". O que é o Inferno? Uma mutilação voluntária, responde Nabuco, permitida a alguns sêres, do órgão que lhes permitiria ver Deus. Com efeito, certos pecados podem destruir o ponto desconhecido através do qual o homem se prende à divindade. Nesse domínio o filósofo caminha, como se deve, com timidez. Por isso o capítulo termina com uma nota de modéstia. O autor se julga incapaz de acrescentar uma pedra ao bloco da fé católica, edificada durante séculos pela Humanidade, isto é, por Deus.

O autor de *Foi Voulue* se propõe, de agora em diante, a reduzir o antagonismo da Fé e da Ciência. Esta depende do fato, a outra da consciência. Assim sendo, Nabuco entrevê a cibernética e imagina os robôs modernos. "Por sua evolução, não é impossível que a partir de um certo momento a Humanidade retroceda". A Ciência pode tudo, exceto desinteressar o homem do problema de sua existência e finalidade. Quem sabe mesmo se das pesquisas de que se espera o fim da alma imortal não resultará a característica divina da inteligência? Ciência e Fé, no fundo, colaboram para a mesma obra. Nabuco considera a Fé como uma espécie de repouso do espírito e da curiosidade. Ela absorve a Ciência. Na Idade Média, São Tomás pôde assimilar Aristóteles. No século XIX, absorveria Spencer. "A Igreja incorporará, no futuro, tôdas as conclusões da Ciência. Assimilará tudo aquilo que receber o *imprimatur* da Ciência. Pois a Igreja não se considera mais um bloco científico: basta-lhe ser um bloco moral. Conseqüentemente, é impossível qualquer conflito entre a Ciência e a Igreja".

Joaquim hesitou muito tempo antes de se confessar e comungar. Êle o fêz no Oratório de Brampton, depois de uma prece a Nossa Senhora das Dores. A experiência o libertou: "minha liberdade se deleitava com o chamado. Era uma dessas manhãs em que Londres se abre ao sol, ao longo de seus parques que se seguem como uma campina interminável, no meio da cidade oculta no horizonte, e deixa ver a mais sadia, a mais séria alma da grande capital, que jamais tenha existido".

* * *

Convertido, o autor pára no limiar do misticismo. É membro da Igreja militante universal, mas se considera católico romano. Por isso redige êsse diário não datado, das etapas por que sua alma ferida, mas espiritualista, reconquistou a Igreja de Jesus Cristo. Obra de prosélito, *Foi Voulue* prega para que "a raça latina não perca, antes que sua substituta esteja preparada, a seriedade, a profundidade que a evolução católica necessita". Em suma, Joaquim Nabuco está persuadido de que a comunhão cristã, fundada na caridade, age para a liberdade. Sua fé ressuscitada demonstra amplamente a receptividade dos artigos do *Credo*. *Foi Voulue* é carismática, na medida

em que o pensamento do autor se orienta, com um avanço de setenta anos, na mesma direção do Vaticano II.

Assim, portanto, Nabuco defende a união substancial da fé e da verdade, não apenas revelada, mas científica. Prova, ainda, a unidade e a constância do legado da sabedoria divina no seio do cristianismo. Profetiza a Igreja futura: fiel à sua missão libertadora, tolerante, traço de união entre raças e povos, geradora de paz e amor, incita o homem a aperfeiçoar, ao mesmo tempo que retém, no tempo e no espaço, o que oferece de melhor; exige o processo da civilização e das ciências; impele a Humanidade à sua total realização.

O menos curioso não é o "batismo" de Hegel e de Spencer: se fôsse publicada na época em que foi escrita, *Foi Voulue,* provàvelmente, teria sido censurada pelo Santo Ofício. A obra surge, portanto, na hora devida. Coincidente com as conclusões do Vaticano II, talvez as ultrapasse. Entretanto, a audácia da reflexão nada tem que contrarie o Evangelho, ou a própria razão. A nota dominante é o amor ativo da Igreja inocente e salutar, apesar dos erros que a História possa revelar. Através das idades, sua caridade vertical e horizontal continua, com efeito, a oferecer ao Mundo pagão a imagem do Crucificado.

III — A Edição

Os arquivos "Nabuco" do Itamarati conservam os manuscritos A e B de *Foi Voulue.*

Trata-se de fôlhas pautadas, costuradas de maneira a formar uma série de cadernos cujo formato "papel ministro" é de 33 × 22 cm. Em princípio só o verso é usado.

O manuscrito A, cheio de rasuras, constitui um primeiro estádio de *Foi Voulue.* A letra é de Nabuco: "original meu", diz êle.

O B, transcrito por uma secretária, sofreu correções, retoques, modificações do autor, trazem sua letra. Às vêzes acrescentou uma página inteira. Êsse manuscrito estava destinado à impressão. Eis porque o tomamos como base de nossa edição.

O manuscrito A se compõe de três partes e oito cadernos:

I — *Premières années*: reflexões sôbre a morte de sua madrinha (*Massangana*). 15 folios.

II — Primeira parte: afastamento da fé (*Influence de Renan*). 22 folios.

IV — *Influência da Evolução.* 15 folios.

Esta parte, indicada IV, talvez tenha sido redigida mais tarde. Os cadernos seguintes (*Troisième Partie*) se definem por capítulos:

1 — *De Dieu à la Religion.* 17 folios.

2 — *Du sentiment religieux au christianisme | Premières méditations à Londres.* 19 folios.

3 — *Supériorité idéale du christianisme | ou le Christianisme vu dans son idée.* 12 folios.

4 — *Le Christianisme dans son influence.* 22 folios.

Êste caderno é uma cópia.

5 — *De la divinité à la divinité du Christ.* 19 folios.

O manuscrito B comporta três cadernos, numerados de 2 a 4. O primeiro tem 38 folios, o segundo 107, o terceiro 105. Nesse meio tempo, Nabuco tinha publicado as duas primeiras partes de *Foi Voulue,* com o título de *Pensées Détachées et Souvenirs* (7).

Certos títulos, a lápis, revelam que o autor tinha a intenção de organizar um índice analítico. Só resta a numeração de linhas. As correções de Joaquim Nabuco são em tinta preta e densa. As sete últimas páginas do caderno n.º 4, também corrigidas, foram escritas pelo autor: rasuras e correções, acréscimos são de sua própria mão. É aí (8) que uma frase data a redação de *Foi Voulue*: "E agora passou-se um ano, desde que entrei nesta nova fase, e, todos os dias, a evidência de sua finalidade cresce em mim". Uma menção a lápis, na margem esquerda, indica: 1893. Certamente o autor teve tempo de rever o original, em Petrópolis mesmo. Com efeito, no momento de deixar Itambi, no dia 4 de maio de 1894, anota o ms. A. "Em meu gabinete de estudos em Petrópolis", escreve. Descreve as paredes vermelhas da sala onde trabalhava. Depois risca a frase. Evoca o escritório antigo, o recolhimento do jardim. Hesita na busca da expressão, para revelar que perdeu o gôsto pelos tecidos vivos; vacila entre o burel e o linho. Êsse prefácio infelizmente está inacabado. Gostaríamos de ver mais claro essa alma apaixonada, embora pacificada (9).

O saudoso Monsenhor Joaquim Nabuco (10), filho do escritor, confirma êsses dados. *Foi Voulue* foi redigida exatamente durante o verão austral de 1893, em Petrópolis. Mas o autor ainda trabalhou nela no verão seguinte (11).

---

(7) **Pensées Détachées et Souvenirs.** Paris, 1906.
(8) Fôlha 16.
(9) O ms. A merece um estudo particular, não só porque traduz os processos técnicos de Joaquim Nabuco, sua maneira pessoal de elaborar o pensamento, mas também o que há de espontâneo e intencional numa obra dêsse tipo.
(10) M. outubro de 1968.
(11) Com efeito, Monsenhor Nabuco recebeu o batismo no dia 23 de março de 1894, no momento em que o pai dava o último retoque em sua obra.

Devemos admitir correções posteriores, que possam ter sido feitas justamente por volta de 1916, data do aparecimento de *Pénsées Détachées et Souvenirs*. De resto, o autor punha ainda no papel reflexões e confidências. Existe ainda um manuscrito inédito. Nas sete últimas páginas de seu punho, do ms. B, encontra-se um condicional bem curioso, se datar de 1893: "Ainda que eu tivesse uma só voz, eu a colocaria, de agora em diante, aos interêsses da religião". Trata-se realmente de um futuro no passado, que, diga-se de passagem, honra o escritor brasileiro de expressão francesa. Essa frase é de um homem que vê a vida caminhar em sua direção.

Talvez a conversão de Nabuco tenha constituído um fato duradouro, certamente progressivo. Modificou profundamente a personalidade do moralista e do panfletário. Por isso atenua algumas vêzes a vivacidade das fórmulas, ou torna mais ortodoxo seu diário metafísico.

Examinemos correções e retoques do ms. B. Daí é preciso deduzir:

— a preocupação constante com a elegância e a clareza.

— a procura da concisão, algumas vêzes da expressão abstrata adequada à filosofia.

— a supressão da imagem demasiado barrôca, do pedantismo.

— a dissimulação ou evicção do pensamento modernista, o envolvimento abafado do conservadorismo.

A linguagem de Nabuco, embora êle "pense" em francês e não em português, atinge excelente nível de segurança, precisão e propriedade. Apesar disso aparecem lusismos, momentos pesados que o escritor não consegue eliminar. Diplomata nos países de língua inglêsa, com o correr dos anos perdeu essa pronta familiaridade com o francês.

Quando se trata de modificações tardias, o essencial do texto pode ter sido alterado.

Joaquim Nabuco:

— esconde suas fontes, porque quer aliviar o estilo, ou porque julga seus autores ultrapassados.

— retifica um pensamento maculado de panteísmo, rousseaunianismo, maniqueísmo ou cientificismo.

— dissimula a apologética, laicizando, de certa forma, o texto. Por que suprime, por exemplo, a referência à Encíclica de Leão XIII sôbre a escravatura?

* * *

A edição de *Foi Voulue* obedece à vontade de Joaquim Nabuco. Reproduzimos o texto na última forma em que deixou. De resto, pode-se concluir que as alterações sucessivas não modificam o essencial do pensamento. Na margem esquerda figura a indicação do folio, sempre no verso.

Serão encontradas em notas e por capítulos tôdas as palavras e frases rasuradas, de maneira que será possível reconstituir o último estudo do ms. A. Adotamos a seguinte codificação:

a: primeira versão

b: primeira correção

c: última correção

Evitamos "melhorar" o texto. Às vêzes um solecismo muito evidente, uma negligência talvez involuntária nos levaram a fazer um retoque de ordem gramatical, deixando intacto o conteúdo. Nesse caso, usamos colchetes ([]). Quanto à forma primitiva, é objeto de uma nota, precedida da indicação "solecismo" ou "incorreção". Qualquer editor teria aconselhado o autor brasileiro a fazer essas poucas correções. Não há dúvida de que as teria aceito.

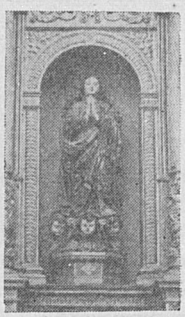
* * *

Na verdade, teremos a agradável surprêsa de descobrir um estrangeiro que maneja nossa língua com facilidade, habilidade, vigor e elegância. Quase seria preciso remontar ao século XVIII para encontrar um escritor não francês capaz de se exprimir com êsse virtuosismo. Emile Faguet se enganou ao criticar *Pensées Détachées et Souvenirs*. Tomava Nabuco por um diplomata francês disfarçado em crioulo (12). *Foi Voulue* é tanto uma obra brasileira quanto ecumênica. No século XVI, teria sido escrita em latim. Mas, na época de Joaquim Nabuco, o francês goza ainda de universalidade. Redigir *Fou Voulue* em francês não seria uma resposta ao desafio de Renan tanto quanto uma homenagem ao exegeta da *Vie de Jésus*? Pois, paradoxalmente, o discípulo lhe deve a ressurreição de sua fé, confirmada pela ciência.

A família de Joaquim Nabuco nos permitiu conservar durante meses o ms. B. Deu-nos acesso aos outros mss. franceses do abolicionista. Renunciou aos seus direitos legítimos sôbre esta edição de *Foi Voulue,* preocupada em partilhar com o público a mais preciosa herança: o pensamento íntimo de um dos grandes escritores e homens políticos do Brasil. Não saberia-

(12) E. Faguet — **Annales politiques et littéraires,** 29 de setembro de 1907. **Cf.** Cl.-H. Frèches, **Joaquim Nabuco de Araújo, poète et moraliste d'expression française.** Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, **Boletim** n.º 245, São Paulo, 1960, pp. 8-9.

mos exprimir-lhe suficientemente nosso reconhecimento. Dedicamos êste trabalho à memória de Monsenhor Joaquim Nabuco, nascido com *Foi Voulue*, oferecido ao sacerdócio por seu próprio pai e ligado à Igreja pelos escravos negros.



Sociologia

MODERNIZAÇÃO E PROBLEMA AGRÁRIO NO ESTADO DE SÃO PAULO

JOSÉ DE SOUZA MARTINS

Esta é uma análise preliminar de dados de uma pesquisa sôbre "As condições sociais do desenvolvimento agrário no Estado de São Paulo", realizada como parte do meu plano de trabalho no Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, no primeiro trimestre de 1966 (1). O material principal da investigação constitui-se de entrevistas de profundidade com 34 pessoas (16 sitiantes ou fazendeiros; 8 empregados, arrendatários, etc.; 3 técnicos agrícolas regionais; 4 agentes de crédito rural; e 3 outras pessoas) em três municípios típicos, estatìsticamente selecionados, do Alto Paraíba, da Alta Sorocabana e da Baixa Mojiana (2). Os critério de tipicidade combinaram "baixa" e "alta" utilização de tecnologia "moderna" e produção dominante de artigos de subsistência (feijão, milho, leite), matérias-primas industriais (algodão, amendoim) e artigos de exportação (café, algodão).

O objetivo dêste trabalho é o de construir uma visão bàsicamente impressionista, numa primeira manipulação dos dados, dos significados dos processos sociais e econômicos que marcam a existência do mundo rural, que definem os seus problemas e que o vinculam singularmente à sociedade brasileira.

Não são novos os diagnósticos sôbre o problema do nosso atrazo rural nem são novas as soluções que lhe são apontadas. Diagnósticos e soluções

---

(1) A pesquisa tornou-se possível graças a um financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, à qual reitero os meus agradecimentos.

(2) Os nomes dos municípios, como ocorrem no texto, são fictícios, porque, nas localidades visitadas, a ocupação de alguns entrevistados leva fàcilmente à sua identificação.

compõem, na verdade, o mesmo universo que gera o problema e, por isso mesmo, constituem dados relevantes para a sua compreensão, já que estamos diante de representações.

Os resultados iniciais da investigação mostram uma clara integração entre o rural e o urbano. Mostram que o nosso atrazo agropecuário e o nosso progresso urbano-industrial não se explicam separadamente, constituindo um todo articulado. As possibilidades do comportamento de tipo empresarial, deliberadamente orientado para o lucro mediante adequada manipulação de meios, e da introdução crescente de técnicas modernas no campo, bem como da "atualização" capitalista das relações de produção, mostraram-se estreitamente relacionadas com essa realidade da economia brasileira.

Dêsse modo, os resultados contidos neste artigo procuram traçar um quadro de referência para discussão do problema da modernização no campo. Sem invalidar essa tese, revela a complexidade da questão, especialmente a interveniência de variáveis freqüentemente desprezadas no seu debate, decorrentes da indissolúvel relação entre o campo e a cidade.

1. *A herança econômica, social e cultural*

A principal dificuldade teórica na discussão dos problemas da sociedade agrária brasileira encontra-se na identificação do tipo estrutural que a defina. Resultam daí os debates em tôrno do seu caráter capitalista ou pré-capitalista, capitalista ou feudal, capitalista inteira ou parcialmente realizado. A fonte básica dêsses dilemas está na indefinição das relações sociais de produção que não se apresentam claramente formuladas em têrmos de compra e venda de fôrça de trabalho. Tipos intermediários de inserção no processo produtivo, como o parceiro, o colono, o agregado e o arrendatário, não configuram liminarmente a existência de um mercado livre de trabalho nem uma classe de proprietários dos meios de produção compradora de fôrça de trabalho.

Êsses tipos humanos, aos quais deve juntar-se o pequeno proprietário, são quase sempre virtualmente capitalistas compradores de fôrça de trabalho, mas quase sempre realmente vendedores de fôrça de trabalho, mediante um salariado disfarçado (3). O parceiro (de quinta, de quarta, de têrça ou de meia) é um sócio do proprietário da terra, que pode eventualmente contratar serviços de terceiros, cujos ganhos, porém, referem-se pràticamente a um único fator de produção: o trabalho. O mesmo ocorre com o arrendatário, não configuram liminarmente a existência de um mercado do empreendimento, já que a renda paga é freqüentemente fixa. Nem mes-

(3) Cf. **Estatuto do Trabalhador Rural,** arts. 2.º e 3.º, Serviço de Informação Agrícola s/d, p. 17; e Caio Prado Júnior, **A Revolução Brasileira,** Editôra Brasiliense, São Paulo, 1966, pp. 52-55.

mo o pequeno proprietário pode configurar-se como comprador de fôrça de trabalho, já que quase sempre explora apenas o trabalho familiar.

A mesma dificuldade teórica — capitalismo ou não-capitalismo — expressa-se em outros planos e não apenas no do estudo das relações de produção. Também no plano da ação social as dificuldades se reiteram. E que no exame mesmo superficial do tema não se configura claramente nos tomadores de decisões sôbre a produção dos estabelecimentos agropecuários, a articulação racional de meios e fins, baseada numa contabilidade de custo da atividade do estabelecimento. Isto é, num número significativo de estabelecimentos agropecuários não pode ser constatada a obediência a requisitos fundamentais de contrôle racional da rentabilidade do capital investido. Uma pesquisa criteriosa realizada em várias regiões do País, abrangendo em parte êste tema, constatou que em várias delas (inclusive no Vale do Paraíba do Sul, cuja agricultura é tida dentro de padrões mais modernos, relativamente a outras áreas) os estabelecimentos pesquisados apresentaram renda negativa quando se computou a reposição dos investimentos e o juro do capital (4). Isto é, os empreendimento dessas áreas, em média, estavam passando por um processo de descapitalização. Evidentemente, se os proprietários agissem empresarialmente, tal não ocorreria.

Mas, do ponto de vista da ação racional com relação a fins, constata-se em várias áreas do País e, particularmente em São Paulo, vários empreendimentos de cunho altamente capitalista, que descartam qualquer generalização a respeito de uma economia mercantil não capitalista ainda (isto é, que tenha o lucro por alvo, embora as relações de produção não sejam tìpicamente capitalistas). Dois exemplos significativos, que ocorrem na área pesquisada, podem ser indicados: o da Cooperativa dos Cafeicultores e o da Cooperativa dos Produtores de Leite. A primeira foi organizada por descendentes de antigos fazendeiros do "Oeste Velho", abalados em graus variáveis por diversas crises do café, particularmente a de 1929. Como se sabe, extensas faixas dessa área entraram em decadência ou estagnação. Um jornal publicou há pouco reportagem sôbre uma pequena cidade da Baixa Mojiana — Entremontes — que se encontra despovoada e abandonada como decorrência do declínio do café na região (5). Na entrevista com um gerente de banco oficial em Camanducaia Paulista, ocorreu o informe de que há alguns anos (antes da fundação da Cooperativa) a sede do município chegou a ter 400 residências vagas. Outro entrevistado afirmou que desde a crise e, particularmente, após a aprovação da legislação do trabalho rural, a sua fazenda entrara numa fase de mera subsistência e, depois, de abandono. A cooperativa congregou fazendeiros e sitiantes de tôda a região indicada e teve como seu primeiro alvo trazer para o domínio dos

(4) William H. Nicholls e Ruy Miller Paiva, «Estrutura e Produtividade da Agricultura Brasileira», **Revista Brasileira de Economia**, ano 19, n.º 2, junho 1965, p. 24; **ibidem**, «Estágio de Desenvolvimento Técnico da Agricultura Brasileira», **ibidem**, ano 19, n.º 3, setembro 1965, p. 59.

(5) Rubens B. Mattos, «Entremontes entre o fim e a poesia», **Fôlha de S. Paulo**, 9 de abril de 1964, 3.º caderno, p. 4.

cafeicultores o processo de comercialização do café, antes controlado pelos comerciantes da praça de Santos, sem participação nos riscos da produção. A Cooperativa organizou-se de modo a conhecer tècnicamente os mercados consumidores e optou pela especialização como fornecedora para mercados que compravam cafés finos, o que exige maior densidade de capital na produção, os quais pagam melhor preço. Para tanto, contratou um exportador exclusivo e organizou uma rêde de armazéns junto às fontes de produção, além de uma rêde de comunicação radiofônica direta, pela qual os escritórios locais do interior obtêm diàriamente a cotação internacional do produto. Organizou, além disso, um escritório central, na capital, que conta, entre outros serviços, com um escritório técnico no qual são empregados engenheiros, economistas, sociólogos e antropólogos. Outras medidas paralelas e complementares foram tomadas. Além do que, a Cooperativa procurou alçar-se também no plano político mais diretamente ligado à política de preços, como é o caso da Junta Administrativa do IBC, das associações de classe, etc., além de indireta e não oficialmente ter elementos seus em postos políticos locais (prefeitos, vereadores), relacionados com a concretização de uma infra-estrutura econômica.

A Cooperativa dos Produtores de Leite abrange todo o Vale do Paraíba, além de localidades esparsas no Oeste, atuando em regime de cartelização da oferta nas fontes de produção (mediante acôrdo entre os usineiros de leite, numa mesma área atua apenas um dêles) tornou possível deslocar para os produtores os lucros da comercialização do leite por atacado, já que o produto é distribuído em regime de oligopólio. Também esta Cooperativa tem escritórios locais (além do central) em que se controla o custo da produção, a elevação do preço dos insumos de origem urbana e suas implicações, bem como atua "polìticamente" para obter uma política de preços e de investimentos que favoreça a sua faixa de atuação econômica.

Embora tenha tratado de cooperativas, às quais alguns autores opõem o caráter empresarial e capitalista, o certo é que funcionalmente elas são verdadeiras sociedades anônimas, produto de um gigantesco esfôrço empresarial para contornar a dicotomia prevalescente no País, desde o predomínio da economia exportadora, entre produção e comercialização dos produtos agropecuários. Ao contrário do que ocorreu com a industrialização brasileira, na qual predominou a emprêsa clânica ou a individual, onde a sociedade anônima foi na maioria dos casos produto de um artifício para atender as exigências da lei, o empreendimento agrário, diante de uma oferta inteiramente elástica de produtos, não poderia desenvolver-se pelo mesmo caminho.

Naturalmente, a envergadura do empreendimento revelada por essas cooperativas, que objetivamente traduzem uma ação econômica com fins claramente formulados em têrmos da reprodução do capital e com meios planejadamente escolhidos para alcançá-los, não elucida o sentido da ação no plano dos sujeitos. O fenômeno, em média, das rendas negativas, vá-

lido para a área do leite, está a indicar uma interior duplicidade de ações sociais(com relação a fins e outras). Isto é, prevalecem tanto ações em que os fins pessoais coincidem com os fins do capital, como ações em que os fins fundamentais são os pessoais (valores, emoções, rotina) (6).

A duplicidade foi constatada em Facão, município cuja economia está voltada para a produção de leite e de gêneros de subsistência como o milho e o feijão. Ali, freqüentemente, os objetivos do capital e o objetivos pessoais confundem-se por via dos valores: as ações são racionais com relação a valores e êstes valores estão freqüentemente associados a "lucro". No entanto, o analfabetismo bloqueia a utilização de um instrumento fundamental para o exercício da racionalidade capitalista: a contabilidade de custos baseada na escrituração. É feita e retida uma "contabilidade" de memória que não se efetiva, em geral, como previsão, ocorrendo apenas no momento da comercialização. É nesse momento que se dá um confronto entre as despesas feitas (valor nominal) e o preço que o produto está alcançando. A previsão está ausente e com ela, pois, um componente fundamental da ação empresarial. Êsse problema não existe em relação ao leite, seja devido à estrutura do mercado e amplitude do consumo, seja devido a que os órgãos especializados da Cooperativa fazem o contrôle em geral. Seja dito, não existe objetivamente, enquanto a demanda se mantém favorável, mas subsiste no plano singular de muitos produtores. O permeio dos valores nas ações econômicas e de uma conduta por êles regulada, transparece de modo nítido no intercâmbio entre os homens e o sobrenatural, por via da promessa e da retribuição. Uma pesquisa folclórica realizada no Facão demonstrou que vários ajustes, entre as representações de tipo religioso e as práticas quotidianas dos homens que as têm, ocorrem (7). De um lado, o calendário religioso, originalmente elaborado para a Europa, sofre ali um ajuste com vistas a fazer coincidirem os períodos de festividades e comemorações religiosas (como é o caso da festa do Divino, de comemoração litúrgica em maio, mas que a comunidade comemora em julho/agôsto, isto é, após a colheita) com os de colheita e abundância relativa. De outro lado, na fase que precede o plantio ocorrem as promessas aos santos, em favor de boas colheitas, cujo não atendimento leva à punição do santo faltoso: decepam-lhe as mãos. Esta troca, com suas implicações, transfere para o sobrenatural a previsão. Os produtores são despojados de um elemento fundamental para a concretização de uma ação de tipo empresarial. Mesmo no intercâmbio entre os homens existe a mediação dos valores. Um dos entrevistados, fazendeiro de gado, posssuidor de 400 alqueires, segundo êle próprio, e de mais de 800, segundo a opinião generalizada no lugar, tido ali como "caipira que se fêz pela inteligência", que há alguns

(6) **Cf.** Max Weber, **Economía y Sociedad,** tomo I, trad. de José Medina Echavarría et alii, Fondo de Cultura Económica, México-Buenos Aires, 1964, 2.ª ed., pp. 18-21.

(7) Alceu Maynard Araújo, «Ciclo Agrícola, Calendário Religioso e Magias Ligadas à Plantação», **Revista do Arquivo Municipal,** vol. CLIX, S. Paulo, julho/55 a março de 1957, pp. 11-155.

anos nada possuía, falou, num ponto da entrevista em que eu discutia as suas relações com os bancos de crédito, que o depósito de dinheiro não mais compensava, pois não dava "o juri (juro) do dinheiro". No entanto, êle mesmo emprestava a parentes e conhecidos do lugar sem cobrar juros "pois os cuitado num tem nem pra êles quanto mais pra pagá o juri". Em parte, essa atitude é apoiada no funcionamento de mecanismos locais de contrôle social que dificultam o "calote" e envolvem uma retribuição não monetária do empréstimo feito. Essa retribuição, indiretamente, acaba produzindo os juros que não foram pagos em dinheiro diretamente. O próprio entrevistado declarou que Deus lhe retribuía, que nunca perdeu nada e que a sua fortuna sempre se acresceu. Apenas uma vez teve problema. Fêz negócio de compra de umas terras com pessoa recém-chegada ao município, mas que já "passara a perna" em outras pessoas do lugar: "Aqui teve um tar de Zé Portugueis que ficô de esmola por causa do Dozinho". Estando o vendedor muito necessitado de dinheiro, o entrevistado pagou-lhe a terra antes de legalizar os respectivos documentos, recebendo, por exigência sua e prevenção, um cheque em branco assinado pelo primeiro. Marcado em cartório o dia para que fôsse passada a escritura, o vendedor não compareceu. O mesmo se repetiu numa segunda vez. O entrevistado procurou-o e ameaçou: ou comparecia ao cartório ou êle preencheria o cheque com uma importância duas vêzes superior ao valor do negócio: "Não que eu quera ficá cum dinhero seu. Mais é pra te dá uma lição. Ocê tá cartendo cumigo". O documento foi imediatamente assinado, legalizando-se a situação. Note-se que, mesmo numa transação de vulto, capaz de causar grande prejuízo ao comprador, os procedimentos correram todos em tôrno de um valor: a palavra empenhada (de certo modo "o fio de barba"). Apesar do conteúdo burocrático da relação vendedor-comprador e do seu caráter impessoal expresso na documentação rotineiramente utilizada, o fundamento do intercâmbio estêve num valor cultural. O cheque, instrumento de modernas transações financeiras, foi usado como instrumento do valor que suportava a ação. Foi assinado em branco: o negócio ficou, como tradicionalmente, na dependência da palavra empenhada. Além do que, o risco corrido pelas partes não se restringiu ao montante do negócio, não se limitou à proporção real do intercâmbio, mas envolveu a totalidade de cada uma: uma inteiramente à mercê da palavra da outra (8). O absoluto e não o relativo, como medida das coisas, revelou-se constante nas verbalizações dos entrevistados, não só do Facão mas também das outras áreas. Não é o capital que se envolve nas transações, nem o risco é calculado em têrmos da sua reprodução, mas as pessoas são envolvidas e são elas que correm riscos. O capital transparece secundàriamente nesse panorama.

Não é assim, porém, que pensam os organizadores e os diretores de cooperativas relativamente aos seus empreendimentos. Para êles o risco é

(8) Sôbre esta característica das relações na sociedade agrária, **cf.** Maria Sylvia Franco Moreira, **Os Homens Livres na Velha Civilização do Café**, F.F.C.L.-USP, edição mimeografada, São Paulo, 1964.

do capital e o que se planta ou deixa de plantar é em função do lucro provável. Um dêsses fazendeiros, com terras em Camanducaia Paulista, dedicando-se especialmente ao café e à cana, estava fazendo experiências com o capim "pangola". A área vem sendo absorvida paulatinamente pela pecuária de leite. Nas condições normais de utilização do solo semeado de capim "catingueiro" (capim que se reproduz naturalmente em boa parte do Estado), afirmou que poderia manter duas vacas de leite por alqueire (na ocasião o alqueire valia cêrca de um milhão de cruzeiros velhos no lugar). Com pastos de capim "pangola" poderia colocar oito vacas por alqueire: multiplicaria por quatro a capacidade e a rentabilidade da mesma área. O mesmo entrevistado manifestou-se contrário ao desenvolvimento do turismo "de hotel" no município, como ocorre nos municípios vizinhos de Serra Alta e Águas Azuis. A não fixação de vínculos com a população local, que acompanha o turista dêsse tipo, era vista como ameaça aos padrões locais de conduta. Mas o entrevistado revelou-se inteiramente favorável ao turista que compra sítio ou chácara para passar fins de semana, pois não oferece aquêle perigo e "dinamiza o comércio local". Logo em seguida, falou do preço da terra em Mato Grosso (menos da metade do que custa em São Paulo) e das facilidades de transporte para colocar a produção agropecuária daquele Estado em São Paulo. Procurando ocultar com valores o seu verdadeiro raciocínio, êsse fazendeiro contava com a possibilidade de lotear a sua fazenda a um milhão de cruzeiros por alqueire e comprar o dôbro de terras no Mato Grosso, repetindo um processo que se manifestou em muitos fazendeiros de café na ocupação do oeste de São Paulo; ou, então, obter nas suas terras a mesma rentabilidade por unidade de capital que lá obteria. Aliás, secularmente, a família do entrevistado vem obedecendo a êsse raciocínio: partiu de Jaguari de Cima, não muito longe da capital, nos meados do século passado, transferiu-se para Camanducaia Paulista, onde reside o entrevistado, mas lançou um ramo na região de São Leonel, mais para o Oeste. Vê-se, enfim, que várias possibilidades de lucro foram conscientemente avaliadas para a orientação do sujeito e para que fizesse a melhor opção relativamente à multiplicação do seu capital.

Dois tipos humanos que a teoria não consegue conjugar satisfatòriamente estão presentes, pois, na sociedade agrária: o produtor empresário e o produtor não-empresário. Ambos, na verdade, produzindo para o mercado, produzindo mercadorias. Cabe aqui fazer uma ressalva. Alguns autores tendem a considerar êste último tipo como vinculado à economia natural, vendendo o excedente aos intermediários urbanos. Nas áreas abrangidas pela pesquisa foram encontrados vários produtores que, à primeira vista, enquadram-se nessa classificação. Uma verificação melhor, contudo, mostra que plantam, irracionalmente, para o mercado, que os seus produtos têm simultâneamente valor de uso e de troca, e que o valor predominante será aquêle ditado pela situação no momento da colheita.

Nas condições de desenvolvimento da economia brasileira, em que o pólo dinâmico estêve até há algumas décadas inteiramente no setor comercial, inclusive no que se refere à indústria, procedeu-se a uma clara segmentação da economia em têrmos de produção e comercialização. Nesta última faixa concentraram-se as pessoas que possuiam em melhor dose as características de personalidade compatíveis com as exigências do comportamento capitalista. Fazendeiros e industriais de sucesso na dobrada do século, quando se acentuou o processo de diferenciação da economia brasileira, apresentavam como característica comum e fundamental a de que se transformaram também em comerciantes, dominando a produção e a comercialização ou a transformação e comercialização do produtos (9). Cito, entre os exemplos, Henrique Dumont e Antônio da Silva Prado (fazendeiros) e Francisco Matarazzo, Antônio Pereira Inácio e Herman Lundgren (industriais). Dumont chegou a possuir um dos maiores conjuntos de fazendas de café, em Ribeirão Prêto, com milhões de cafèeiros, milhares de empregados, estrada de ferro própria no interior das propriedades, casa bancária própria com ramificações em Santos e São Paulo, além de casa comercial. Prado é o exemplo clássico do fazendeiro que se tornou comerciante, banqueiro e industrial. Matarazzo para firmar-se como industrial precisou ser antes um grande comerciante. Pereira Inácio não fêz sucesso na indústria enquanto não teve acesso direto aos varejistas de tecidos. E o êxito já secular de Lundgren, como produtor de tecidos, deveu-se à rêde de lojas varejistas das conhecidas Casas Pernambucanas.

Essa segmentação, que se mantém até hoje, em graus diversos, destituiu o empreendimento agrário de suas virtualidades capitalistas quando não pôde ser superada como nos casos citados. A condição oligosônica de compra das mercadorias por parte dos intermediários urbanos, como produto de uma tradição comercial firmada, *inverteu* o processo de fixação dos custos. Em função dos preços urbanos e da margem de lucro pré-fixada pelos intermediários, é que os produtores rurais podem fixar os custos. Aliás, a política econômica governamental em relação à agricultura tem acentuado êsse caráter anticapitalista da produção, ao intervir no mercado através de confiscos ou do tabelamento de preços, o que é feito hoje pela Sunab, substituta da antiga Cofap. Anticapitalista, diga-se, ao nível da ação do sujeito. Nestas condições, uma ação racional no empreendimento agrário conduz ao descarte, em princípio, da utilização de insumos urbanos e de fôrça de trabalho obtida segundo as exigências de um mercado livre. Tanto, pois, a modernização técnica do empreendimento quanto das relações sociais de produção é dificultada pela herança econômica que impede a fixação de preços em função de custos, ocorrendo a fixação de custos em função de preços.

(9) **Cf.** José de Souza Martins, **Empresário e Emprêsa na Biografia do Conde Matarazzo,** Edição do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Guanabara, 1967, pp. 90 e 98.

2. *A ideologia da modernização*

De um ponto de vista econômico, a modernização material, social e cultural do empreendimento agrário sofre restrições no próprio conjunto de funcionamento da economia brasileira. Essas restrições, aliás, configuram, funcionalmente, uma economia de tipo colonial que persiste fortemente. Não obstante isso, seria de esperar-se que a constituição e expansão da economia nacional, repousando agora, também, na geração interna de fluxos de renda, independentemente do fluxo gerado pela economia de exportação (mais vinculada às características econômicas coloniais), viesse modificar a situação. As condições atuais da sociedade agrária, porém, mostram que a economia nacional, propiciando uma divisão interna do trabalho que repercutiria inegàvelmente na economia agrária, não produziu resultados amplos, a ponto de alterar as relações de produção e propiciar o surgimento de características empresariais no comportamento dos produtores. A política econômica adotada depois de 1930 e que, especialmente a partir de 1937, revelou preocupações industrialistas por parte do govêrno federal, veio legalizar as condições não-capitalistas do empreendimento agrário. É preciso notar que o populismo, ideologia política então configurada, corresponde às expectativas de populações de situação urbana, em processo de urbanização, isto é, que estão diretamente comprometidas com o crescimento e o desenvolvimento da economia industrial e urbana. Uma política agrária que permitisse a fixação dos preços de produtos agrícolas e pecuários em função dos custos reais da produção, fixados a partir de uma taxa "satisfatória" de remuneração do capital, implicaria numa elevação dos custos da produção industrial, pois seriam necessários melhores salários para atender às necessidades mínimas de reprodução da mão-de-obra. É o que revela a participação de produtos de origem rural nas despesas familiares da população paulistana mostrada por pesquisas levadas a efeito em anos sucessivos (10).

Despesas com alimentação pelas famílias operárias de São Paulo

Ano	Pesquisa	População	% de alimentação
1934	Davis	classe operária	50
1936	Lowrie	operários da limpeza pública	53
1941	Araújo	operários Usina Sta. Olímpia	52
1958	DIEESE	classe trabalhadora	45

(10) José Albertino R. Rodrigues, «Padrão de Vida da População Brasileira», **Revista de Estudos Sócio-Econômicos,** Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, Ano I, n.º 3, São Paulo, 1961, p. 47; Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, **Boletim do DIEESE,** Ano I, n.º 1, maio-1960, p. 2.

Vê-se que os dispêndios com alimentação correspondem à metade do ganho familiar. E que mesmo numa época de maior euforia econômica (1958) a porcentagem diminui apenas ligeiramente. A elevação, por hipótese, dos preços dos produtos agrícolas, em decorrência do estabelecimento de uma contabilidade de custos no empreendimento agrário, provocaria um aumento maior na porcentagem de dispêndios com alimentação, forçando uma alta de salários ou uma redução da parcela reservada à remuneração do capital.

A estrutura colonial de circulação das mercadorias, restringindo os custos da sua produção e fazendo com que no setor agrário se acumulassem os riscos e irracionalidades da sociedade capitalista (como acontece hoje com os arrendatários de arrendamentos fixos), foi funcionalmente incorporada pelo processo de industrialização do País e de constituição da economia nacional. Assim como os setores marginais da economia colonial suportaram a constituição das economias metropolitanadas, assim também está cabendo a êles suportar os custos de constituição da economia nacional.

Apesar das condições econômicas e sociais adversas, a modernização tem sido um tema constante e contraditòriamente invocado, seja pelos técnicos, seja pelo govêrno, seja pelos leigos. O govêrno, que, de 1964 para cá, vem sustentando uma filosofia econômica não-protecionista, legitimou, por assim dizer, os órgãos de intervenção nos preços da economia agrária. Um ministro, em discurso no Paraná, invocou a racionalidade weberiana para explicar o caráter tradicional da agricultura brasileira (11), não obstante o mesmo govêno continuar fixando os preços de gêneros de "primeira necessidade", como já ocorria antes, para manter nos níveis mais baixos os custos da economia urbana (industrial ou não). Os preços mínimos para a agricultura têm em geral sido fixados em têrmos muito próximos dos do mercado atacadista, deixando de atender à sua função inicial que seria a de manter em certo nível a renda agrária. Além do que, ao invés de serem fixados na época do plantio, para justamente permitirem a previsão de lucro compatível com uma ação weberiana "não-tradicional", são fixados um pouco antes da colheita, em função do custo de vida das populações urbanas. Nota-se, pois, que as condições de constituição da economia nacional, num país como êste que arrancou dos alicerces da economia colonial (ao contrário do que ocorreu com os países metropolitanos), assumem aqui um caráter particular, envolvendo tanto a economia e a sociedade agrárias quanto a economia e a sociedade industriais.

Êsse quadro, contudo, não constitui a referência para a ação dos diversos especialistas que desempenham o papel de agentes da modernização no campo. Em geral, a "ignorância e o analfabetismo" são os atributos ressaltados no homem rural como obstáculos à modernização. Esta é compreendida como modificação da cultura material das populações rurais, pelo abandono de práticas rotineiras e de instrumentos "arcaicos" e pela adoção

(11) «Agricultura Brasileira», **O Estado de S. Paulo**, 20 de junho de 1965, p. 3.

de práticas "modernas" como a curva de nível, a vacinação preventiva do rebanho, o combate às pragas, a utilização de maquinaria de tração mecânica, os fertilizantes, herbicidas, etc. Embora os agrônomos regionais não raro percebam a incongruência entre os preços agrícolas e os custos dos insumos de origem industrial (máquinas, adubos, etc.), optam por uma solução protecionista de fixação de preços favoráveis dêsses insumos ou dos produtos, mas nenhum dos entrevistados formulou o problema em têrmos de uma ação econômica compatível com a remuneração do capital investido, em têrmos capitalistas, afastando, assim, a hipótese de uma política econômica global que considerasse a relação indissolúvel entre o rural e o urbano, a sua interdependência. O diagnóstico reflui para a modernização "das mentalidades", para utilização "ótima" das condições *dadas* e, portanto, para a identificação do problema no nível da cultura. Diversas publicações periódicas ou avulsas, destinadas à população rural, utilizam um universo de linguagem próprio do homem urbano e referem-se à modernização sem o seu aliado fundamental: o capital e a sua reprodução. É, aliás, a mesma linguagem dos técnicos ligados à modernização agropecuária (extensionistas, assistentes sociais rurais, comunicadores). Surgem daí os temas como "resistência à mudança", personalidades apáticas, etc. E é em função dessas concepções que a ação modernizadora é desencadeada. Na mente dêsses técnicos, o homem rural é visto indiferençadamente, como ignorante, magro, preguiçoso, rotineiro, etc. Êsse estereótipo, já antigo, encontrou a sua melhor descrição no Jeca Tatu, de Monteiro Lobato. É o estereótipo negativo que tem a sua contrapartida nas virtudes contrárias, atributos do homem urbano. De certo modo, a hostilização do caipira através das anedotas da cidade e a valorização do "moderno" contra o "tradicional", que ocorre na literatura e na sociologia brasileiras há várias décadas, constituem, na verdade, o cerne da ideologia da urbanização, pela negação do mundo rural recente ou mediato.

Um dos agrônomos entrevistados revelou preocupações acentuadas dêsse tipo e a valorização que faz do confôrto e do consumo ostensivo nas grandes cidades é até mesmo objeto de anedotas na região em que trabalha. Contaram-me que, ao chegar ao Rio do Peixe para iniciar a sua carreira de agrônomo regional, perguntou a uma pessoa onde ficava a boate local, ao que ela lhe respondeu que bastava apanhar o trem que estava na estação e êle o levaria até lá (era o trem que o trouxera de São Paulo e que ali fazia o retôrno). No geral, o afastamento do mundo rural está associado ao progresso pessoal, ao êxito. Dêsse modo, os agentes da inovação só a concebem como projeção das virtudes urbanas (simbolizadas pela máquina e pela técnica "moderna") sôbre a sociedade agrária. A desvinculação da racionalidade técnica e da racionalidade do capital, já apontada por Schumpeter (12), indicia os componentes ideológicos orientadores da ação inovadora.

(12) Joseph A. Schumpeter, **Teoria del Desenvolvimiento Económico**, trad. de Jesús Prados Arrarte, 2.ª ed., Fondo de Cultura Económica, México-Buenos Aires, 1957, p. 28.

Mas, mesmo assim, a atividade do agente modernizador não tem sido inócua. De um lado, porque em vários setores da economia agrária é comportada a adoção, em graus diversos, de técnicas modernas. É o que ocorre nas áreas onde há escassez de mão-de-obra e esta, rara, tem alto preço. Na região do Rio do Peixe, voltada especialmente para o algodão e para o amendoim, o arrendamento já é um recurso utilizado para fixar mão-de-obra. Todavia, na época da colheita de amendoim esta deve ser feita ràpidamente para evitar os efeitos danosos das chuvas sôbre o produto em ponto de colheita. Faz-se necessário apelar para mão-de-obra não residente no campo e que é constituída por empregadas domésticas, estudantes, funcionários públicos e outros, que em alguns dias conseguem ganhar o suficiente para manterem-se por vários meses (em avaliações de salário mínimo). A colheita representa aí a parcela mais cara do custo da produção. No entanto, não existe (na época da pesquisa) u'a máquina que desempenhe tôdas as tarefas da mão-de-obra (arrancar, bater e empilhar o amendoim). Aliás, um comerciante local de máquinas agrícolas está empenhado, juntamente com um jovem nisei produtor de amendoim, no invento de um aparelho que desempenhe satisfatòriamente essas tarefas. Igualmente, nas áreas onde o custo da terra é alto, várias reformas no seu uso tendem a impor-se, como a do fazendeiro de Camanducaia Paulista, já citado, que está fazendo experiência com o capim "pangola" para, eventualmente, optar pela pecuária leiteira. Êsse mesmo fazendeiro fêz a sua plantação de café "caturra" em curva de nível, eliminou a cultura consorciada, reduziu o espaçamento entre as plantas e com isso tornou a sua fazenda desinteressante para a mão-de-obra local. É que a tradição, em várias regiões, prescreve a permissão para que os trabalhadores (especialmente os colonos) utilizem as leiras de café para plantar milho e feijão (às vêzes arroz de sequeiro) para seu gasto e para venda. Êsse procedimento permitia aos antigos fazendeiros de café reduzirem o custo monetário da fôrça de trabalho, pois tais produtos tinham mercado reduzido e não constituiam cultura de interêsse econômico em face do café, já que a família do trabalhador obtinha, por êsse meio, a sua subsistência. Na situação do fazendeiro indicado, porém, a redução do espaçamento liberou uma parcela de terra que pôde ser empenhada em outras culturas econômicas. Essa mesma motivação fêz com que êle restringisse ou eliminasse a área de terra que concedia aos empregados para plantio ou pasto nas proximidades das suas habitações (no interior da propriedade). Afirmou que plantando milho híbrido na mesma porção de terra que dava ao colono, utilizando técnicas modernas de espaçamento e adubação, conseguia produzir pelo menos três vêzes mais. Propôs-lhes que êle mesmo faria essas plantações e lhes daria, em troca, o equivalente ao que colhiam anteriormente. E, ainda assim, sairia ganhando. Essas inovações foram motivadas, em primeiro lugar, pelo fato do fazendeiro encarar a sua terra como capital fixo; em segundo, pelo fato de existir na área demanda de terra, para recreio, a alto preço. Assim, várias transformações técnicas ocorre-

ram, estreitamente associadas com a sua viabilidade econômica. Ocorreram, também, transformações sociais ligadas à dispensa do colonato como forma de utilização da fôrça de trabalho. O fazendeiro restringiu a mão-de-obra residente e vinculada à propriedade, ao estritamente necessário para um emprêgo permanente. A sobrecarga de trabalho na colheita e nas carpas é atendida pelas "turmas". Estas são formadas por uma população de origem rural e residência urbana, "expulsa" das fazendas porque as condições de trabalho tornaram-se desinteressantes ou opressivas, reunidas em tôrno de um empresário de fôrça de trabalho, o turmeiro, em geral proprietário de um caminhão. O turmeiro contrata os serviços com os proprietários do município e até mesmo de regiões distantes, onde há falta de mão-de-obra, e para ali conduz diàriamente os operários pelo prazo estipulado. Êle mesmo e algum auxiliar servem de feitores na supervisão do trabalho e, quando êste é insatisfatório, pode ocorrer a dispensa do trabalhador antes do término da jornada. O fazendeiro paga-lhe diretamente a importância combinada e êle, por sua vez, paga aos trabalhadores um salário equivalente ao salário mínimo, retendo um lucro "por cabeça". Em princípio, para o trabalhador, que ganha por dia, o trabalho não é certo, pois a "contratação oral" é reiterada ou não diàriamente em função do volume de trabalho contratado com os proprietários. Os mais fracos, os menos produtivos ou os que não se enquadram na imagem do "homem trabalhador" correm o risco de ter emprêgo apenas em situação excepcional. O seu emprêgo é decidido diàriamente num local da periferia da cidade, onde todos se encontram. Êsse sistema tem permitido o deslocamento de mão-de-obra para grandes distâncias: de Camanducaia vão turmas trabalhar em São Manuel, de Taubaté em Araraquara, retornando nos fins de semana para visitar a família. A mudança ocorreu, pois, igualmente nas relações de produção, tendendo a configurar-se em têrmos tìpicamente capitalistas.

De outro lado, a atividade do agente modernizador não tem sido inócua devido justamente à presença de valores de tipo tradicional presentes na sua interação com os produtores rurais. Uma interdependência paternalista, que se pode observar entre ambos os tipos, leva o produtor, às vêzes, a adotar práticas novas ou comprar equipamentos que lhe são de pouca utilidade ou nenhuma rentabilidade. Visitando uma fazenda em Facão, para entrevistar o seu proprietário, constatei que havia gente na casa. Chamei várias vêzes e passou-se longo tempo antes que eu fôsse atendido. Só devido à minha insistência em permanecer à espera no terreiro da casa é que o fazendeiro atendeu-me, de início muito desconfiado. Explicou-me depois que como eu estava de carro supôs que se tratasse de mais um vendedor de produtos veterinários, que ali são freqüentes, e aos quais não sabe dar uma resposta negativa. Um funcionário da Casa da Lavoura local, que acompanha os agrônomos e que também me acompanhou em várias entrevistas, sendo relacionado e aparentado na zona rural do município, explicou que a população dali tinha tomado antipatia por um

agrônomo que lá trabalhara, muito formal nas suas relações com os visitados e cujo maior defeito era "não aceitar comida em casa de caboclo". Êsses fatos produziram na população a imagem de um estranho que não atende às suas expectativas, que dela se distancia e cujos ensinamentos são destituídos de valor. Sendo a negação do outro caso e contendo o mesmo significado, êste último mostra como uma interação aproximadora é muitas vêzes decisiva no êxito da modernização mesmo em condições "artificiais". Não é raro encontrar-se nos sítios e fazendas equipamentos subutilizados ou não utilizados, representando um capital fixo sem remuneração e, a longo prazo, perecível devido à corrosão, quebra de peças, etc. Foram adquiridos devido às pressões paternalistas de vendedores locais de máquinas ou agentes de crédito oficial. Na época da pesquisa, o govêrno federal desejando manter o nível de emprêgo na indústria automobilística ou, ao menos, protegê-la contra a recessão econômica, pôs em prática uma política de estímulo à venda de tratores, financiados em quatro anos, a juros baixos, pelo Banco do Brasil. Pessoas que dispunham de menos terra do que a que pode ser trabalhada por um trator em plena utilização, estavam resolvidas a comprá-lo, não obstante as más perspectivas do mercado para o algodão e o amendoim na ocasião e para o futuro (algumas máquinas de beneficiar êsses produtos estavam sendo transferidas para outras áreas, o que indicava a sua decadência no Rio do Peixe). No lugar dessas culturas expandia-se a pecuária de corte, menos onerosa e de lucro certo. No caso das pastagens, o trator seria usado apenas no preparo da terra para o plantio do capim "colonião", predominante na área, e no tombamento do solo dois ou três anos para contornar os efeitos de uma praga denominada "grama paraguaia" ou "grama-de-mato-grosso". Ainda nessa linha, tive oportunidade de observar, em Rio do Peixe, a utilização do trator como veículo de passeio, por mais de uma família.

Além das expectativas que regem o processo de interação entre importantes segementos populacionais da zona rural e representantes da população urbana, cujos papéis referem-se justamente a uma relação permanente com aquêles, fica evidente a valorização da cultura material urbana, que, para os personagens envolvidos, denota melhoria do nível de vida. É por isso que, às vêzes, a idéia de caipira é vista com desagrado pelo homem rural, que já lhe empresta uma conotação pejorativa e humilhante, parecida com a que vigora no meio urbano. Visitando a casa de um trabalhador de turma, em Camanducaia Paulista, cuja biografia é um constante emigrar, desde o sul de Minas, "expulso" sucessivamente de fazendas que foram absorvidas pela pecuária de leite, foi possível observar a incorporação de vários traços da cultura citadina. Morando na periferia da cidade, quase nos limites da zona rural, a habitação de que é proprietário apresentava as características da casa rural, especialmente a cozinha, que pude observar relanceando os olhos por uma cortina semiaberta que havia ao meu lado, durante a entrevista. Ali se reuniam as mulheres, trabalhando em tôrno de um fogão de taipa. Mas, o cômodo da frente, onde

fui recebido, que servia de sala de visitas e sala-de-jantar para visitas, procurava ostentar um mínimo de mobiliário adquirido nas lojas da cidade, com vasos de flôres artificiais, etc. Na parede estavam coladas fotografias de artistas de cinema. Êsses dois mundos estavam separados pela cortina, peça que raramente se encontra na roça, que permitia esconder a rusticidade do outro cômodo. Foi, mesmo, possível constatar um conflito de concepções polarizadas nesses dois mundos e traduzido no relacionamento de gerações. Os dois filhos e uma filha do casal valorizam enfàticamente a vida urbana, o seu confôrto e a segurança que oferece quanto ao salário certo e em dinheiro no fim do mês (um dos filhos é operário em indústria têxtil local). Já o pai não participa da mesma visão, porque justamente êle se proletarizou não como operário urbano, mas como operário rural, cuja situação é desvalorizada no meio em que vive, especialmente pelos filhos e a mulher. Esta, ouvindo da cozinha o ânimo favorável com que o marido falava do passado rural e até mesmo da sua disposição de se tornar colono novamente, se fôsse possível, irrompeu na sala para contrapôr-se às suas opiniões. Frases esparsas revelaram que a família procurava realçar para o entrevistador, inclusive alegando doença mental, a incapacidade do seu chefe para tomar decisões conforme os interêsses e desejos dos restantes. Temia que o entrevistador fôsse um agente do govêrno empenhado em recrutar trabalhadores para a zona rural, como se evidenciou mais tarde. Trabalhos realizados por sociólogos e antropólogos entre operários de origem rural tendem a confirmar a valorização de até mesmo penosos trabalhos industriais contra o trabalho na roça, "de sol a sol", sem proteção contra intempéries, de remuneração incerta, etc., conforme as alegações dos próprios entrevistados.

A máquina, mais do que o adubo, o inseticida, o espaçamento racional, a semente selecionada, é o símbolo da modernização como a vê o homem rural que não raciocina em têrmos do capital investido, mas sim em têrmos de aspirações urbanas de confôrto e de consumo ostensivo. Êle é mais sensível à valorização da técnica e vê com verdadeiro deslumbramento os aparelhos que lhe são exibidos diretamente ou através de folhetos coloridos. Tive oportunidade, em Facão, de observar a demonstração de um picador-de-cana, movido por motor a gasolina, que aumenta o aproveitamento da cana e do milho no arraçoamento do gado, pois tritura não só as partes das plantas normalmente consumidas pelos animais, como também os caules e fôlhas, nutritivos e em geral desperdiçados. Essa demonstração foi feita por um vendedor na fazenda de um entrevistado. Embora tendo na fazenda vários agregados, remanescentes da escravaria de seu avô, que o servem em regime de meia e que passam parte do ano em desemprêgo sazonal, estava propenso a fazer investimento na máquina, cujos juros e manutenção seriam, aparentemente, mais altos do que as despesas de trituração com o uso da mão-de-obra e das ferramentas costumeiras. Perguntado sôbre a sua disposição para comprar o picador, alegou que aumentaria muito o

aproveitamento da ração, não mencionando se êsse aproveitamento poderia ser feito igualmente sem a máquina.

O agrônomo de Camanducaia, aliás, ressaltou na sua entrevista a existência de técnicas modernas que não demandam a utilização de máquinas ou quaisquer outros insumos que exijam capital adicional. É o caso do espaçamento na agricultura ou da utilização do silo trincheira na pecuária, êste permitindo equilibrar a alimentação do gado no período da sêca, quando os pastos baixos subalimentam e provocam a redução do leite. Êsse agrônomo, por fazer recomendações dêsse tipo, era objeto de reuniões desfavoráveis entre os fazendeiros e sitiantes.

A atitude do agrônomo confundia-se com outros traços da sua pessoa (modo de falar, de vestir, etc.) que o aproximavam da imagem de "caipira". Por isso tinha mais sucesso entre sitiantes do que entre fazendeiros. Essas características, porém, produziam expectativas na sede do município que o afastavam das pessoas com as quais se julgava no direito de se relacionar — as "melhores" famílias de Camanducaia. Em dez anos de residência no local, as pessoas que se diziam suas amigas ou de sua família nunca o convidaram para uma visita às suas casas, conforme se queixou. Por isso, estava providenciando a sua transferência para outro município. Mesmo aí, como ocorreu com outros agrônomos, não está ausente a valorização do mundo urbano e o desejo de não se confundir com os "caipiras". Nem sempre agente modernizador está motivado pelos símbolos do mundo urbano, embora êle o esteja pelos valores próprios do consumidor.

Semelhante é o comportamento dos burocratas dos institutos de crédito, cujo diagnóstico implícito do problema agrário apóia-se na idéia de que o remédio está na injeção de crédito no meio rural. Êsse crédito produz um resultado que é a produção, o aumento da oferta de gêneros agropecuários no mercado urbano. A correlação entre o crédito e a produção é a medida da eficácia da política econômica de que êles são executores. Embora seja grande a participação dos empréstimos de custeio feitos pelo Banco do Brasil, no conjunto dos financiamentos da carteira agrícola, os entrevistados acentuaram sempre que tinham instruções e esforçavam-se para aumentar a porcentagem dos empréstimos de formação de capital. O prazer com que êsses burocratas falam de roceiros que se transformaram em sitiantes bem instalados, com propriedades bem arrumadas, estruturadas funcionalmente, limpas, etc. lembra muito o médico que curou o Jeca Tatu. O milagre do "Biotônico Fontoura" transparece no Jeca gordo, rodeado de aparelhos de televisão e de tôda sorte de máquinas modernas. Só que "Biotônico Fontoura" é substituído nas concepções dos burocratas pelo "crédito rural".

Em resumo, é aadoção dos valores urbanos, como contrários aos contidos no estereótipo de caipira que se apresenta em graus variáveis tanto nos diagnósticos dos técnicos sôbre a sociedade agrária, quanto no dignóstico implícito na atuação dos agentes de modernização. Constrói-se, assim,

um estereótipo oposto que funciona como modêlo para a ação dos agentes. O núcleo dêsse estereótipo é a figura do consumidor e não a do empresário. É de se notar que mesmo na política econômica fala-se em produtividade e não em rentabilidade do capital investido, descartando-se os caracteres definidores do empresário. A produtividade é um ponto de orientação válido para o sistema. Para o empresário a orientação válida é a rentabilidade do seu capital.

3. *O capitalismo no campo*

O problema da modernização, já se vê, não se restringe a uma facêta da cultura, mas envolve, de um lado, as condições de existência do homem rural e, de outro, as condições singulares de acumulação do capital na economia brasileira. Esconde, pois, um processo mais fundamental e explicativo que é o da mudança social ligada à modernização dos vínculos econômicos no interior da economia nacional. À luz dessa afirmação convém analisar algumas posições teóricas relativas à constituição do empresariado.

Retomando o ponto inicial dêste trabalho, vimos que um problema essencial está no esclarecimento do tipo estrutural que possa definir a sociedade agrária brasileira, em têrmos de capitalismo ou não-capitalismo (bàsicamente formas pré-capitalistas de produção e de ação econômica). Em parte o dilema é produzido pela conjugação de duas orientações teóricas que se contrapõem: a de Marx e a de Weber. O primeiro estava preocupado com o capitalismo enquanto modo de produção; o segundo enquanto tipo de ação (13). O primeiro tinha em mente uma fase restrita do capitalismo (industrial) concebido pelo segundo. O capital industrial, produto de sôbretrabalho, em têrmos weberianos constituiria uma concretização particular da ação capitalista.

O elemento perturbador, que parece ter gerado êsse dilema, está no fato de que a economia brasileira de hoje não disfarça as suas raízes na economia escravista de há algumas décadas que, produzindo para o mercado, produzindo mercadorias, assentava-se sôbre relações de produção não-capitalista. O declínio da escravidão quase coincide com o primeiro surto industrial — aquêle efetivado em 1888 e êste ocorrendo em 1890. Uma economia escravista poderia comportar a figura do empresário, o homem cujo destino é o destino do capital? O certo é que os estudos sôbre essa face da história econômica brasileira escasseiam e não estimulam mais do que conjecturas. Um documento analisado por Florestan Fernandes indica que a figura do senhor de escravos e a do empresário não se superpõem simultâneamente (14). Mas, as conclusões de Octavio Ianni sôbre a desagregação da sociedade escravocrata indicam a presença de um substrato

(13) Maurice Dobb, **A Evolução do Capitalismo**, trad. Affonso Blacheyre, Zahar Editôres, Rio de Janeiro, 1965, pp. 15-19.
(14) Florestan Fernandes, **A Integração do Negro à Sociedade de Classes**, São Paulo, 1964, pp. 18-35.

que é comum à situação de trabalho escravo e à de trabalho livre: a produção social e a apropriação privada (14a). Derivam daí algumas questões relativas ao surgimento do empresário brasileiro nessa fase — empresário que seria a raiz do empresariado nacional. No conjunto, as mesmas condições que destroem a sociedade escravocrata constroem a consciência empresarial, já que o capital é o regente do processo. A metamorfose dos tipos humanos aparece, explícita ou implìcitamente, em vários trabalhos como produto da urbanização da residência do capitalista. Ou seja, haveria uma incompatibilidade entre a vida na fazenda, em que estava sob contrôle apenas a produção da mercadoria, e a atuação empresarial. Foi preciso que o fazendeiro dela saísse e fôsse viver no meio urbano, descortinando outras fases da circulação da mercadoria e do ciclo do capital para passar a raciocinar em têrmos de capital e não em têrmos de propriedade. E passar, pois, a fazer investimentos no comércio, nas finanças e na indústria (15). Um levantamento que iniciei em 1966, relativo a êsse tema, indica desde logo que a figura do empresário, enquanto tal, estêve ligada a investimentos simultâneos nos diferentes setores de produção (inclusive o agrário), embora se possa observar o predomínio de um dêles, especialmente o comercial (16). De qualquer modo, o empresário não tinha necessàriamente uma origem agrária nem havia uma incompatibilidade necessária entre economia agrária e investimento rentável. Antes da crise de 1929, grupos econômicos, como o de Matarazzo, originalmente industriais-comerciais fizeram investimentos diretos na cafeicultura. Por outro lado, a propriedade simultânea de mais de uma fazenda, como ocorreu com muitos cafeicultores, com localização em diferentes regiões, é uma indicação clara do desligamento entre o capital e a propriedade antes de uma decisiva urbanização dos investimentos. De qualquer forma, parece ineficaz explicar as metamorfoses do comportamento econômico do fazendeiro a partir da modificação da sua situação residencial e de uma eventual participação numa cultura capitalista estritamente urbana a que seria impermeável o mundo rural. Uma biografia geralmente tomada em abono dessa concepção — a de Antônio Prado — não é ilustrativa. De fato, o ciclo indicado (agricultura, comércio, finanças, indústria) realizou-se nessa biografia. Mas, tomando como referência o capital e o capitalismo, cujos processos cumpre descortinar, a biografia de Antônio da Silva Prado corresponde a um segmento de história cronològicamente mais lata, que o antecedeu e que o ultrapassou. Em primeiro lugar porque êle não teve origem rural, mas foi criado em pleno centro de São Paulo, em casa do avô, o Barão de Iguape, num meio urbano, portanto, guardadas as devidas proporções no tempo. Em segundo lugar, seu pai desenvolveu a maior parte da biografia

(14a) Octavio Ianni, **As Metamorfoses do Escravo**, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1962, p. 270.

(15) Fernando Henrique Cardoso, «Condições e Fatôres Sociais da Industrialização de São Paulo», **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n.º 11, Belo Horizonte, 1961, pp. 154-157.

(16) A pesquisa, já adiantada, tem por tema «A cafeicultura e a urbanização dos investimentos» e abrange o período de 1870 a 1905.

ligado à produção de café. Mas, seu avô fôra empresário urbano em São Paulo. Jovem ainda, dedicara-se ao comércio (tropeando), embora fôsse de família politicamente importante. Fixado em São Paulo, sua terra natal, dedicou-se não só ao comércio, mas às finanças e à indústria. Foi fornecedor de tropas do govêrno. Acionista do primeiro Banco do Brasil, foi um dos diretores da caixa filial em São Paulo, em 1825. Pela mesma época arrematou uma fábrica de tecidos, com teares modernos, das primeiras que aqui existiram. Mais tarde foi fazendeiro de cana. Realizou o ciclo inverso do de seu neto. Já os filhos de Antônio Prado não obtiveram o êxito econômico do pai, do avô e do bisavô.

Se por aí se pode suspeitar da importância de uma situação urbana na formação do empresário (embora S. Paulo de começo do século XIX fôsse um município agrícola, como indicam os dados de Daniel Pedro Müller), não se pode fazer nenhuma afirmação conclusiva a respeito da incompatibilidade entre capitalismo e situação rural. Pelo contrário, a expansão geográfica do café, passando do Vale para o Oeste, levando consigo "os mais ambiciosos e tenazes (que) deslocaram-se com a planta, procurando-lhe terras novas", faz suspeitar que havia condições para que as razões pessoais coincidissem com as "razões" do capital. Com efeito, a colonização estrangeira está muito associada, em São Paulo, ao loteamento das terras velhas. Através dessas transações, que foram propiciadas pelas diversas companhias de imigração e colonização, organizadas sobretudo após 1890, sob forma de sociedades anônimas, foi possível lotear grandes fazendas decadentes, vendê-las aos imigrantes, nacionais e estrangeiros, desejosos de se tornarem proprietários, recuperar o capital representado pelas terras e benfeitorias, para ir mais adiante ocupar ou comprar as terras baratas da fronteira econômica. A imagem que alguns autores deixaram a respeito da grandeza e decadência do café deve cingir-se à decadência geográfica e, eventualmente, aos sujeitos que até então não haviam sido absorvidos por padrões empresariais de comportamento. Inadvertidamente, ao que parece, essa imagem de decadência tem sido projetada sôbre os fazendeiros de café, levando a generalizações que, a meu ver, apoiam a concepção do caráter anti-empresarial da situação econômica, social e cultural do cafeicultor. Dificilmente a biografia das comunidades pode confundir-se com a biografia das pessoas, numa sociedade em expansão como era a paulista dos fins do século passado e começos dêste. Nesses lugares decadentes, ficou, como disse um entrevistado, o restôlho. E assim como a palha não explica o milho, certamente as populações subsistentes nas áreas abandonadas pela economia de exportação não explicam o sentido original da ação econômica das populações que se deslocaram.

Não se pode, pois, a meu ver, fazer qualquer afirmação taxativa, quanto à área estudada, de que o empresário é uma virtude do meio urbano nem do contrário, de que a situação rural é virtualmente anti-empresarial. Pode parecer que há aqui uma ligeira contradição com afirmações ou hipóteses lançadas no correr do trabalho, referentes à herança econômica, social

e cultural apoiada em valores incompatíveis com uma concepção capitalista do uso da terra, do trabalho e da técnica. Isso em grande parte porque tanto na vigência da economia colonial de exportação quanto na da economia nacional (não importa em que grau de constituição) as relações econômicas com os centros metropolitanos ou com os centros internos que exercem funções metropolitanas (17), preservando os vínculos econômicos tradicionais, são desfavoráveis ao setor agrário, com algumas excessões. Êste tem quase que permanentemente absorvido parcelas significativas do custo de constituição das economias metropolitana e nacional. Nessas condições, a economia rural funciona com as taxas mais baixas de remuneração dos fatores e com as maiores porcentagens de riscos, relativamente aos setores da economia urbana brasileira. Assim mesmo, "dentro" da economia agrária, diversas faixas têm sido "isoladas" e a elas têm sido transferidos os custos e os riscos econômicos. Embora a rentabilidade do capital possa ser satisfatória para os cooperados do café e do leite (que raciocinam em têrmos capitalistas) ela não o é para os arrendatários plantadores de algodão e amendoim do Rio do Peixe. Nesta mesma região ela o é para os pecuaristas de corte ou para os proprietários que arrendam terras aos plantadores. É aí, aliás, que se manifestam graves tensões sociais e freqüentes violências, envolvendo arrendatários e proprietários. Encarando-se e sendo encarado, inclusive jurìdicamente, como "empresário" (no sentido de não ser empregado), o arrendatário é um tipo, como já disse, que suporta os traços mais irracionais da economia capitalista que, acumulados, chocam-se com as suas aspirações de enriquecimento, de confôrto e de consumo. Nessa área, a habitação do arrendatário é distinguida fàcilmente: é o quadrado de pau-a-pique, dividido internamente por meia parede, no estilo mais pobre da habitação caipira. Mesmo os assalariados que êle utiliza na época da colheita, em geral habitantes da cidade, têm um padrão de vida superior ao seu.

Impõe-se, portanto, discutir outro tema sempre presente em estudos de economia rural: a oposição entre economia de mercado e economia natural. Com excessão talvez das unidades que se estabeleceram ao longo das rotas de penetração, com estrita finalidade de povoamento, talvez em nenhum momento possa ser observada no Brasil uma economia natural (excetuando, é claro, a das tribos indígenas). Isto não significa, certamente, que a nossa economia tenha se constituído a partir de uma população de empresários capitalistas. Desde o século XVI as atas da Câmara de São Paulo e o Inventários e Testamentos, para ficar só nesses documentos mais importantes, relativos a uma população marginal à economia de exportação, referem-se assìduamente a trocas comerciais e pagamentos de dívidas em espécie, em espécie e dinheiro e raramente m dinheiro. Mas, tôdas essas transações sempre foram avaliadas em dinheiro e não em espécie. Tratou-

(17) Sôbre a interiorização das funções metropolitanas, **cf.** Paul Singer, **Desenvolvimento Econômico sob o Prisma da Evolução Urbana**, F.F.C.L.-USP, edição mimeografada, São Paulo, 1966.

-se sempre, sem dúvida, de uma economia mercantil, marcada pela escassêz de numerário (18).

O que existe é uma economia de mercado dispersa por uma escala de diversos graus de monetarização, indo desde de complexas relações financeiras dos centros urbanos até a débil penetração do dinheiro na vida das populações caipiras. Como a relação entre a economia rural e a economia urbana se processa em têrmos de intercâmbio desfavoráveis à primeira, pela razões indicadas anteriormente, desenvolveu-se no interior dela um sistema de trocas de mercadorias e de trabalho "em espécie", como resultado da acumulação dos traços irracionais e dos riscos do conjunto da economia de mercado, transferidos pelos setores urbanos no exercício da ação capitalista, racional. Como já tem sido demonstrado, por outros autores, organiza-se de memória, "internamente" uma contabilidade de trocas não monetárias, que apresenta como resultado um custo de produção de mercadorias agrárias próximo da subsistência. Aliás, do ponto de vista de meios e fins pesados e articulados, o intercâmbio aparentemente natural na sociedade agrária faz-se de modo racional nas condições dadas. Um exemplo disso é o mutirão, cujo sentido não raro aparece deformado para o observador urbano. Êle constitui uma variação de instituição que tem por objetivo a utilização ótima da fôrça de trabalho em face da quantidade disponível e das condições do meio natural. Apresenta-se, às vêzes, sob a forma de troca de dia, de intercâmbio de fôrça de trabalho em escala individual. Um dos entrevistados em Facão discorreu longamente sôbre o mutirão e a troca de dia como sendo, bàsicamente, a mesma instituição e que se apresenta, ainda, como mutirão sem festa e mutirão sem música. Nessa área, uma das raras em que o mutirão e a troca de dia sobrevivem, com o advento do metodismo como religião de uma parte muito importante da população rural, a instituição sofre abalos há várias décadas. No entanto, tem revelado uma extraordinária capacidade de persistência, apesar de ter perdido paulatinamente a sua forma exterior rica de característicos folclóricos (19). O intercâmbio não monetário de fôrça de trabalho, que ela representa, revelou-se para vários entrevistados como condição indispensável para o funcionamento mínimo da economia local, sem a qual ocorreriam grandes prejuízos pela perda de plantações e de pastos. Mas, por outro lado, a importância econômica que vários produtos principais do lugar têm adquirido no mercado paulistano, no da Guanabara e de diversas cidades industriais do Vale do Paraíba, que são justamente os produtos fundamentais da dieta tradicional caipira — o feijão, o milho e a carne de porco — têm levado a um confronto de custos entre o mutirão e o salariado. O mesmo entrevistado afirmou que a despesa que tem na organização de um mutirão, com o almôço, o jantar e, às vêzes, a pinga, equivale

(18) Afirmações que se apóiam nos resultados de uma pesquisa que concluí recentemente sôbre «O capitalismo na sociedade colonial brasileira» e que enfoca especialmente as condições de realização da cultura capitalista no Brasil Colônia.

(19) Emílio Willems, **Uma Vila Brasileira: Tradição e Transição,** Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1961, pp. 49-56.

à que teria se pagasse empregados para aquelas tarefas. Os proprietários metodistas, fazendeiros e sitiantes preferem esta última solução, pois o uso de aguardente, quase indispensável nessas ocasiões, contraria os seus princípios religiosos. Mas na região há escassêz de mão-de-obra. Como não se desenvolveu ali a economia de exportação no passado, sempre foi área de população rala, não dispondo de muitos agregados, nem de camaradas, nem de volantes em quantidade que atenda a demanda. Não raro, os proprietários contam apenas com a mão-de-obra familiar. Como a economia local sempre estêve no extremo da escala de utilização do dinheiro, a população que poderia constituir a reserva de mão-de-obra emigrou para o Vale ou para São Paulo, onde o menor salário é sempre maior do que a quase subsistência da sua área de origem. Portanto, mesmo com a absorção cada vez maior da área pela economia de mercado, especialmente através da pecuária leiteira, tornou-se indispensável recorrer à tradicional instituição de troca da fôrça de trabalho, cuja demanda concentra-se para a maioria nas mesmas épocas, isto é, regula-se pelo ciclo de crescimento das plantas comerciais, na agricultura, e das ervas daninhas, na pecuária. É possível que no passado o mutirão tenha tido um caráter não mercantil. Restaria demonstrar isso. Os documentos antigos que a êle se referem, porém, têm o defeito de dizerem respeito aos serviços públicos executados de mão-comum, especialmente à abertura e conservação de estradas e caminhos. Os editais de convocação dos moradores para essas tarefas, contudo, trazem às vêzes a indicação da alternativa de exclusão do trabalho mediante pagamento de tributo. Parece que o não recurso a impostos em dinheiro para custeio do serviço público até uma época não muito remota, procurava contornar a escassêz geral de dinheiro, resultante das imposições "externas" de preços, que reduziam a participação dos habitantes rurais e interioranos na economia monetária. As exigências de mínimos vitais, que não podiam ser atendidas em têrmos monetários, estimularam "internamente" o intercâmbio econômico não monetário como fórmula de sobrevivência e de estímulo à eficiente utilização de pouco dinheiro disponível.

Conclusões

A modernização é um problema, não é uma ficção, ao contrário do que pareceria se se adotassem as concepções correntes tanto na política econômica quanto nos trabalhos que freqüentemente informam a atuação dos agentes da modernização: agrônomos, agentes de crédito rural, extensionistas, economistas e sociólogos rurais, etc. Mas, é um problema cuja extensão e profundidade devem ser claramente formuladas de um ponto de vista sociológico.

A situação agrária, tal como foi descrita, não constitui uma "aberração" ante o desenvolvimento atingido pela sociedade urbana brasileira. Antes, o desenvolvimento urbano, particularmente o da economia industrial, só foi

e tem sido possível graças à existência de uma economia agrária estruturada de molde a suportar e absorver os custos da acumulação do capital e da industrialização. Ao contrário do que ideològicamente parece, a situação agrária não é produto da "impossibilidade" cultural e social do homem rural absorver e acompanhar o "progresso" do País, nem é produto, portanto, de valores, concepções e caracteres de personalidade incompatíveis com o desenvolvimento econômico. Essa condição periférica, mas integrante, do desenvolvimento brasileiro é o ponto de partida para questionar o problema da modernização, seja dos meios de produção, seja das relações de produção, seja das concepções que integram êsses fatôres no processo produtivo.

Dêsse modo, temos de um lado situações estimulantes para a revivescência de padrões "tradicionais", costumeiros e antigos, de utilização da terra, da fôrça de trabalho e do equipamento rústico, nas quais a modernização, conforme a concepção urbana, pode ocorrer em condições artificiais e não se ligar a processos sociais de reformulação da atividade econômica. Fica no plano de alguns traços culturais, vinculada a valores inerentes a uma sociedade urbana de consumidores, isto é, apresenta-se em condições não empresariais.

Há, de outro lado, situações tradicionais fundamentalmente alteradas por redefinições inteiramente vinculadas ao desenvolvimento urbano, como função do desenvolvimento industrial. São aquelas, como a de Camanducaia Paulista, em que a proximidade da capital e de um mercado consumidor de lazer, praticando o turismo de fim de semana, e a existência de uma infra-estrutura econômica que facilita ou estimula o acesso ao mercado, que tem a importância dos fatôres de produção alterada. É o que ocorre com o preço da terra, que por sua vez implica na utilização máxima dêsse fator, o que se obtém aumentando a densidade de capital do empreendimento, criando condições desfavoráveis à utilização de fôrça de trabalho total ou parcialmente remunerada em espécie, pela utilização associada e "gratuita" do solo. Nestes casos, não se moderniza apenas a tecnologia da produção, mas também as relações de produção. Ao invés dos trabalhadores estabelecerem uma relação "natural" e completa, não estereotipada, com os proprietários, o que implicaria num estilo de ação econômica (talvez não empresarial), passam a ser encarados como fôrça de trabalho utilizável na estrita proporção do necessário à realização do processo produtivo. Ou ainda, os casos em que a mão-de-obra local emigrou para os centros urbanos, escasseando, subindo de preço e estimulando a adoção de técnicas que reduzam a sua utilização.

Num outro plano, há ainda a dicotomia empresários e não empresários (produtores). Os primeiros e os segundos podendo ou não ser proprietários da terra, tal como ocorre no Vale do Paraíba, em que muitos proprietários trabalham em condições não empresariais, alimentando as rendas negativas do empreendimento, em média. É provável que essas rendas nega-

tivas sejam o primeiro indício de um processo que culminará com a proletarização de uns e o aumento das oportunidades empresariais de outros. De qualquer modo, paulatinamente, as oportunidades de sobrevivência de tipos de relações de produção e de atuação econômica distante dos padrões ideais parece que tendem a diminuir, aumentando, portanto, as situações propícias à modernização.

Concluindo, pode-se distinguir dois tipos de modernização em S. Paulo: "artificial" e empresarial. A primeira ocorre quando a modernização apóia-se num raciocínio que não leva em conta os requisitos de multiplicação do capital. A segunda ocorre quando as condições fundamentais para adoção de uma nova prática obedecem a imperativos do capital. É preciso distinguir, também, dois tipos de produtores rurais, entendidos aqui como aquêles sujeitos que estão na posição de tomar decisões. O primeiro é o produtor não empresário, que decide em função de motivos que só acidentalmente podem coincidir com motivos empresariais. O segundo é o empresário, que organiza a produção, orientado pelas probabilidades de acréscimo do seu capital.

Entendendo-se a modernização como parte do processo de desenvolvimento econômico, como ajustamento social e cultural a uma nova estruturação da economia, podemos afirmar que os fatôres dessa mudança são os que podem ser apreendidos no plano da modernização empresarial, através da compreensão da ação do produtor empresário. Pode-se afirmar, liminarmente, que a modernização não produz o empresário e que nem tôda persistência de padrões costumeiros de utilização dos fatôres de produção é anti-empresarial.

Os casos analisados mostram que a ação empresarial torna-se modernizadora quando: a) aparecem condições de colocação econômica do produto no mercado, capazes de orientarem investimentos (cafés finos, leite); b) a utilização da mão-de-obra no estilo tradicional de moradia na propriedade implica na sua remuneração com o fator terra e o montante virtual do seu rendimento monetário ultrapassa o ganho demandado pelos trabalhadores (neste caso, a cessão de terra significando remuneração superior à "necessária"); c) a inovação significa a multiplicação da rentabilidade de fatôres, confrontada com a rentabilidade do capital empenhado na sua adoção se fôsse utilizado òtimamente. Os casos mostram, em segundo lugar, que a ação empresarial não se torna inovadora quando: a) existe um fator excedente (terra, trabalho) cujo uso pode absorver a demanda econômicamente interessante sem novos investimentos (há incremento da rentabilidade do capital já empregado); b) o custo da inovação (inclusive juros) ultrapassa a rentabilidade do fator que está sendo utilizado para produzir o mesmo resultado; c) o investimento na modernização aumenta a faixa relativa de custos da mercadoria.

Em conseqüência, entende-se que, existindo condições inclusivas que pressionam para baixo os preços dos produtos agrários ao nível do mercado

consumidor, pressionando em decorrência o limite dos custos do produto, a faixa de decisões que resta ao empresário rural é pequena e limitadora para adoção de práticas que, não obstante em conjunto possam ser rentáveis, adensam o custo unitário da mercadoria. Decorre, então, que só é possível inovar quando não se faz necessário absorver, através de baixo nível de vida, os custos da produção (situação que é a geral) para tornar possível a venda da mercadoria pelos limites de preços que o mercado pode pagar. Qualquer afirmação "a priori", pois, sôbre "resistências à mudança" e fenômenos similares é precária, dada a existência de fatôres econômicos inclusivos que estimulam ou geram essas resistências no conjunto da sociedade agrária. Parece claro, também, que essas "resistências" não operam quando a atividade agrária desdobra-se em atividade comercial, superando a antiga segmentação que dificultava o acesso ao mercado. É daí que o núcleo do problema agrário desloca-se para as condições do desenvolvimento urbano-industrial brasileiro, como um dos fundamentos da acumulação e reprodução do capital nesse setor.



Resenhas
e
Comunicações

RESENHAS

PRESAS, D. JOSÉ — *Memórias de D. Carlota Joaquina.* Trad. revista, anotada e prefaciada por R. Magalhães Júnior, Rio de Janeiro, 1966, Edições de Ouro.

Esta obra, agora reeditada pela Edições de Ouro do Rio de Janeiro, em formato pequeno reapresenta um trabalho de D. José Presas, editado pela primeira vez em Bordeaux. Posteriormente nova edição se fêz, em 1858.

Em 1940, os Irmãos Pongetti, editores e Zelio Valverde lançaram uma edição brasileira, publicada no Rio de Janeiro. Esgotada, sòmente ressurge, através de edição fac-similada da obra de 1940, em 1966.

Êsse número reduzido de edições dificultou muito a consulta da obra, tornando-a mesmo pouco conhecida. Dessa forma, a reedição realizada pela Edições de Ouro, no ano de 1966, vem tornar mais accessível a sua consulta e contribuir, indiscutìvelmente, para o conhecimento do assunto nela contido.

Trata-se de uma obra parcial e até certo ponto facciosa, pretendendo, em muitas de suas páginas, criticar severamente D. Carlota Joaquina, procurando diminuí-la diante dos olhos de seus contemporâneos.

Foi um trabalho realizado com o intuito de conseguir obter vantagens pessoais, conforme se pode apreender de suas conclusões, quando Presas afirma "Uma resposta *acompanhada de uma letra de câmbio de modesta quantia* teria sido suficiente para que eu me calasse; o profundo e demorado silêncio porém que experimento há mais de ano e meio sem que S.M.I. e R. se dê por entendida..." Infelizmente para êle, entretanto, a rainha de Portugal morreu antes de ceder à chantagem e a obra escrita e publicada iria servir à História, mais do que aos intuitos com que foi realizada.

"O aventureiro espanhol nem por um instante pensou em 'servir a história' como alardeavam quase todos os memoralistas de outrora. Teve em mira apenas a defesa dos seus interêsses e o desafôgo de sua bôlsa de exilado político".

"... Essas notas (Maria Graham) no entanto tal como os de Presas sôbre os acontecimentos de 1809 a 1812, formam hoje uma fonte cujo exame é indispensável aos que estudam a vida brasileira do princípio do século passado"; é o que nos afirma R. Magalhães Júnior no prefácio da publicação em tela. Nós consideramos como êle, indispensável a sua consulta para conhecimento mais perfeito das tramas políticas da época e as relações entre Portugal e Espanha, além do papel de D. Carlota Joaquina na política colonial de Portugal e suas relações com a região platina.

A obra que contém 268 páginas inclui, além do texto de Presas, analisando a atuação de D. Carlota Joaquina e procurando mostrar sempre que possível, "com

o intuito de fazer revelações indiscretas e dar a entender à então rainha viúva de Portugal que poderia ir mais longe ainda" ..., as intimidades da sua vida, 14 cartas originais pertencentes ao Arquivo Nacional correspondentes ao período de 1803/4, além de duas cartas datadas de 1806 e 1811, e um Manifesto de D. Carlota Joaquina, candidatando-se ao trono da América Espanhola.

Consideramos obra interessante, com anotações úteis e julgamos mesmo de valor inestimável para o melhor conhecimento da época. — J. S. WITTER.

HORMEYER, JOSEPH (*) — *O que Jorge conta sôbre o Brasil.* Ed. Presença, Rio de Janeiro, 1966.

O título do original alemão da presente obra, traduzida pelo General Bertholdo Klinger, e publicada em 1863, em Leipzig, é "Was George seinen Deutschlen Landsleuten uber Brasilien zu erzaehlen weiss" (1).

Joseph Hormeyer narra a vida de um imigrante alemão em terras brasileiras adotando uma forma original de composição. O camponês Jorge (pseudônimo do autor) volta à Alemanha e ao reencontrar velhos conhecidos propõe-se a contar a sua experiência de vida no Brasil, tôdas as noites que tivesse disponíveis, numa Cervejaria, local onde se reuniram durante quatorze noites, que compõe os quatorze capítulos do livro de 234 pp., além de um prefácio da Editôra e de uma introdução relativa à produção literária de Joseph Hormeyer relativa ao Brasil, assinada por Abeillard Barreto.

As primeiras três noites de narrativa prendem-se à localização do Brasil e aos recursos brasileiros, além de procurar mostrar as interrelações sociais no Brasil com os elementos étnicos diversos que compõe a sua sociedade, procurando sempre mostrar que os alemães tinham, no Brasil, uma boa acolhida e que não eram tratados como escravos. Mostra posteriormente aspectos da escravidão africana. Em seguida narra pormenorizadamente tôda a viagem, desde o seu ponto de origem até avistar as terras do Rio de Janeiro, analisando todo o problema do engajamento e dos contratos que são assinados, dando idéia dos gastos prováveis que o imigrante tem desde a sua saída de casa até a sua chegada ao destino determinado.

Da quarta à sétima noite de narrativas Jorge procura mostrar como era o Rio de Janeiro e as primeiras impressões do contacto com uma nova terra e especialmente com os negros. Depois narra a sua viagem e a seus companheiros, do Rio de Janeiro até Santos e do pôrto até a fazenda, a qual se destina: São Jerônimo. Esta é a de propriedade do Senador Queiroz, que Jorge considera uma ótima pessoa,

---

(*) Joseph Hormeyer, conforme a introdução da obra, foi contratado na Europa, como anteriormente o foram (1826/27) Kerts, Leenhof, Siedler, e outros, para prestar serviços militares no Brasil, juntamente com Martens, Siber, Von Lemmerz-Danforth. Êstes últimos «foram os autores de livros sôbre o Brasil nesta nova geração — conhecida como a dos «Brummer» — avultando, no entanto, entre êstes, a figura do capitão de infantaria J. Hormeyer...». Assinou compromisso, em Hamburgo, aos 29 de março de 1851. Fêz campanhas militares no sul e sempre no sul viveu familiarizando-se com os costumes e com a vida na região, principalmente nas colônias germânicas. Desertou e voltou à Alemanha onde publicou diversos trabalhos, todos êles enaltecendo o Brasil. O trabalho de que nos ocupamos saía em 1863, em Leipzig.

(1) Êste trabalho original existe no Instituto de Estudos Brasileiros (I.E.B.) e comenta-o Sérgio Buarque de Holanda às pp. 256/257: da **História Geral da Civilização Brasileira,** tomo II, vol. III, sugerindo ser obra de facção e dar mostras de procurar desfazer a impressão causada por Davatz. É, conforme podemos notar e constatar pelas anotações de Abeillard Barreto, na introdução da edição brasileira, que o autor visava destacar o lado positivo da imigração alemã para o Brasil, principalmente para dar seu testemunho de gratidão às autoridades que o favoreceram, a ponto de fazer uma dedicatória da obra, posteriormente retirada de outras edições, a ministro brasileiro, como vemos à p. 13 da edição em foco.

bem como procura mostrar que a família do fazendeiro é muito humanitária, ajudando sempre os imigrantes e mesmo outras pessoas doentes da região que "traziam para a fazenda para melhor cuidá-las." Nestes capítulos a preocupação demonstrada é a de enaltecer o espírito bondoso dos patrões e as vantagens do Sistema de Parceria.

Embora a obra não aborde os mesmos pontos do livro de Davatz (2) ela tem, a nosso ver, o papel de desfazer a má impressão causada na Europa pelas acusações feitas pelo colono de Ibicaba, aos fazendeiros brasileiros e em esperial à firma Vergueiro e Cia., o que causou, inclusive, medidas oficiais de proibição da saída de emigrantes para o Brasil, em 1859.

Além do aspecto de defesa do fazendeiro, Jorge mostra-nos diversas e pitorescas passagens da vida em S. Paulo, fazendo descrição dos insetos e animais existentes na Província. Faz ainda menção dos problemas com a aclimatação e com a cozinha brasileira, além de mostrar como são os pesos e as medidas no Brasil e esclarecer o que é e como é o cafeeiro.

Da oitava à décima quarta noite Jorge narra a vida entre os alemães, em outras províncias brasileiras, para onde se transferiu depois da experiência nas colônias de parceria. Prende-se, então, à região sul do Brasil, onde permaneceu mais tempo e onde prosperou. Mostra aspectos interessantes da vida sulina, além de dar notícia da flora e da fauna brasileiras. Ocupa-se ainda das criações e plantações existentes no sul do país, mostrando ora aqui ora ali os usos devidos, dêste ou daquele produto da terra.

É livro que nos dá conta de uma época no Brasil e nos informa de muitos pormenores interessantes da vida brasileira, do ponto de vista de um imigrante alemão, e nos parece bastante útil a sua leitura. É preciso, no entanto, ter-se em conta que é uma obra de facção, onde o autor demonstra a sua preocupação de mostrar sòmente os aspectos positivos encontrados pelo imigrante no Brasil. — J. S. WITTER.



MORSE, RICHARD M. — The Strange Career of "Latin-American Studies". Reprinted from *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Philadelphia, Vol. 356 (Nov. 1964), U.S.A., pp. 106-112.

O presente artigo do professor Richard M. Morse nos coloca em face dos problemas ligados aos estudos da América Latina nos EE.UU. Afirma-nos que a preocupação com êsse tipo de estudos tem aumentado e que é realmente volumosa a literatura sôbre os diferentes aspectos sociais e políticos dos países latino-americanos.

Afirma ainda:

"By this I do not mean to imply that Latin-Americanists fail to recognize scholarly lacunae of a certain order. Time and again they have duly noted that there are few studies of Latin-American thought, that social anthropologists neglect the cities for remote villages, that there are few analyses of voting behavior, or that "there is no good history of Peru in English". But such criticisms do not preclude a general consensus that Latin-American studies have "progressed" since, say, the 1920's — whether one speaks of scope and quantification of research, collaboration among the disciplines improvement of libraries and research aids, or figures for student enrollment."

---

(2) Davatz, Th. — **Memórias de Um Colono no Brasil (1850)** — prefácio, tradução e notas de Sérgio Buarque de Hollanda — Livraria Martins Ed., S. Paulo, 19..

Em seguida, o professor Morse nos mostra a necessidade de realização de estudos norte-americanos no campo da América espanhola e portuguêsa e mostra-nos uma série de exemplos das relações internacionais do mundo latino-americano e chama a atenção para as formas de sua abordagem.

E conclui:

"The examples could be multiplied. But it remains to peel off one more layer of the onion. We have mentioned the sociology of international contact. We have mentioned philosophic and spiritual commitments. This can only lead us to a question in the domain of collective psychology. For we must conclude that the North American who looks South wrestles with an insidious doubt. Even in the face of the cruelty, poverty, and tumult of Latin America, he cannot escape the lurking suspicion that it is just barely conceivable that his own ancestors may have taken a wrong turn in the sixteenth and seventeenth centuries. We never had the opportunity to be Japanese or Hindu. But once upon a time we were within the mother Church. Whatever we gained by leaving it, we were forced to cauterize some of those easy instincts, to abandon some of that immemorial social wisdom, in which the Latin-American world abounds. Latin America confronts us with much that we swept under the rug, with much that might still have been ours. Can it be, can it possibly be, that our several strategies for keeping Latin America at an intellectual and psychic remove were devised so as to obscure this simple fact?" — J. S. WITTER.

MORSE, RICHARD M. — Recent Research On Latin American Urbanization: A Selective Survey With Comentary. *American Research Review,* 1965, vol. 1, n.º 1, pp. 35-74.

Richard M. Morse, da Yale University, apresenta neste artigo uma seleção de pesquisa que aborda alguns aspectos da urbanização na América Latina dando ênfase aos estudos realizados entre 1960 e 1965.

Numa primeira parte, que serve de introdução à seleção comentada, pròpriamente dita, o autor apresenta de maneira sucinta os antecedentes relativos a urbanização na América Latina, apontando as semelhanças e diferenças encontradas nas áreas em que se fizeram sentir as estratégias de colonização espanhola e portuguêsa.

Apresentando dados e tabelas diversas mostra e discute ràpidamente o crescimento da população nessa região do mundo, compara sua distribuição rural com a concentração urbana e destaca o número crescente de cidades. Considerando o êxodo rural e o crescimento urbano da América Latina que se está verificando no século XX como uma extensão do movimento que começou na Europa no século passado e aceitando a cidade moderna latino-americana "less as un urban society in "change"... than a society in which the accountrents and rallying cries of western industrial civilization are being mediated to an Ibero-Catholic, creole, patrimonial order of life" (p. 41) e justificando dentro uma perspectiva histórica um ponto de vista que, de certo modo, se opõe ao de Kubler, o autor tece considerações de interêsse para quantos se ocupem com questões correlatas ao desenvolvimento demográfico e urbano da América Latina.

A segunda parte do artigo apresenta uma série de estudos em que se focalizou o papel da migração no crescimento urbano, sendo a mesma apontada como responsável por 50% ou mais do aumento populacional registrado nas grandes e pequenas cidades. O autor apresenta várias implicações dêste fato nos países industrializados, lembrando haver diferenças regionais que num artigo dêste gênero não podem ser dividamente destacadas ou esmiuçadas.

Em seguida, focaliza o problema do aproveitamento da mão-de-obra rural nas cidades mostrando que, algumas vêzes, dada a impraticabilidade dêste aproveitamento, pode-se dizer que o êxodo rural é apenas uma transferência da pobreza e desemprêgo da zona rural para a urbana. Aponta ainda estudos como o de Bazzanella, no Brasil, os quais mostram que a industrialização não é um meio eficiente mas não suficiente para levar à urbanização.

Focaliza, a seguir, alguns estudos sôbre as áreas de influência e dependência de umas cidades sôbre outras, aponta semelhanças e diferenças em vários países da região focalizada.

Nos dois tópicos seguintes faz uma revisão de pesquisas que focalizaram o problema da marginalidade nas cidades. Esta marginalidade pode ser geográfica, funcional, sociológica, econômica e psicológica, não sendo necessário que todos êstes aspectos ocorram num dado caso. Além disso, lembra que o próprio têrmo "marginalidade" pode ser considerado um tanto irônico uma vez que êstes grupos "marginais" podem ser muito numerosos, ter um potencial elevado de organização bem como outras características necessárias à vida comunitária.

Apresenta comparativamente dados de diversas pesquisas sôbre as favelas e comunidades congêneres nos diversos países latino-americanos. Em relação ao processo de adaptação das populações "marginais" agrupa os dados de pesquisas segundo três prismas: econômico, político e social.

Tomando como exemplo básico a cidade de Santiago do Chile mostra as bases sociais e a influência do passado no planejamento urbano e ràpidamente, salientando estudos diversos neste campo, aponta as diferenças notáveis em outras concentrações urbanas.

Termina seu artigo com o tópico — Horizonte Regional — no qual lembra que os problemas "críticos" da urbanização latino-americana não são apenas aquêles que por si mesmo são evidentes, que parecem politicamente explosivos e relacionados com as privações humanas, lembrando que um problema sério consiste na posição da cidade na região. Apoiando-se num ensaio de Luiz Saia sôbre São Paulo mostra esquemàticamente a influência do regionalismo no desenvolvimento da cidade.

Complementando o artigo temos um conjunto muito bom de notas e bibliografias relativas às pesquisas relacionadas pelo autor. — J. S. WITTER.



MORSE, RICHARD M. — Some themes of Brazilian History. Reprinted from *"The South Atlantic Quaterly"*, vol. LXI, n.º 2, Spring, 1962.

O professor Richard M. Morse analisa dentro do artigo que ora focamos alguns temas da História do Brasil.

Inicia o seu estudo com a obra de Roger Bastide "Brésil — terre des contrastes" publicado em Paris, no ano de 1957 no qual o autor mostra a diversidade brasileira em quase todos os setores de atividade humana, quer colocada no ponto de vista geográfico, quer no histórico.

Mostra posteriormente o mesmo tema sendo abordado por Gilberto Freire, em seu "Brasis, Brasil e Brasília", no qual Morse nos afirma que o "high priest of Brasilian pluralism" aborda o problema da diversificação brasileira.

E ainda, analisa Morse: "Only modern Russia claims Freyre, exhibits a similar interplay of unity and diversity in a large space continuum. China has not the "ethnic multiplicity" of Brasil. In the United States the "mystique of Americanization" devours cultural idiosyncrasies. Brasil's own "mistique of Brasilianization" allows for pluralistic accommodation of many cultures to tropical America from Europa, Africa, the Near East, and Orient."

Em seguida lembra que os trabalhos históricos de Gilberto Freire procuram sempre mostrar a atuação dos lusos nas Zonas tropicais. Compara ainda aspectos de nossa diversidade com a mexicana, lembrando o trabalho de Simpson, "Many Mexicos".

O professor Morse preocupa-se sempre em firmar a sua proposição inicial da diversificação e utiliza de maneira interessante e clara essa diversidade regional brasileira, baseando-se em trabalho do professor Manuel Diegues Junior onde êste aborda o tema dividindo o Brasil em 7 regiões distintas.

Afirma, ainda à p. 164:

"For an understanding of Brazilian history however to determine the scale of regional diversity is less important than to recognize the configuration and interplay of the regions."

Baseado neste item Morse vai mostrando que existem, por outro lado, fatôres significativos de coesão, nos capítulos de nossa história, sugerindo três pontos principais para se entender a complexidade da união brasileira:

"O primeiro, como Sérgio Buarque de Hollanda afirma, e como o oitocentista francês, o jesuíta Lafitau observou antes dêle, a conquista da Espanha foi um acontecimento épico singular, baseado no desígnio imperial, elaborado na variedade dos episódios locais do México ao Rio Prata". Observa então as diferenças de orientação entre as coroas espanhola e portuguêsa, enumerando inclusive a aparência urbana e a sua evolução no mundo português e no império espanhol.

Em seguida, estabelece os paralelos entre o Brasil-colônia, sua economia e sociedade e os vice-reinos espanhóis com as suas particularidades. Mostra que os diversos movimentos brasileiros, desde a ocupação do litoral até os bandeirantes e a defesa da terra contra estrangeiros é fator de coesão nacional.

A segunda fonte de coesão nacional, afirma, está na economia do Nôvo Mundo, tanto quanto na herança institucional do Velho Mundo.

Mostra então as relações comerciais internas e as relações com o mundo exterior, considerando que essas rotas internas estabelecidas desde o período colonial são fator de significação para o estabelecimento dessa coesão.

"O terceiro fator que constituiu para a coesão da nação", nos afirma Morse, "foi a natureza da liderança sob a qual o Brasil fêz a transição para a independência e eventualmente para o govêrno republicano".

Faz então, da p. 170 a 172, uma análise do processo de nossa independência, abordando as diversas lideranças desde a vinda de D. João VI até os líderes republicanos.

É um estudo interessante e bem elaborado, apontando temas gerais de nossa História, baseado em bibliografia muito boa e mostrando aos estudiosos da História do Brasil, alguns pontos de vista do Historiador americano a respeito de nossa história. — J. S. WITTER.



GOULART, JOSÉ ALÍPIO — *O Mascate no Brasil.* Rio de Janeiro, Editôra Conquista, 1967, 223 pp.

José Alípio Goulart apareceu no cenário literário brasileiro em 1956, quando era Conselheiro no Conselho Nacional do Serviço Social Rural, com a obra *Pesquisa de Padrão de vida no Brasil.* Em 1957 editou *Favelas do Distrito Federal.* Em 1959 lança mais dois trabalhos: *Transportes nos engenhos de açúcar* e *Meios e instrumentos de transportes no interior do Brasil.* Já em 1961 publica *Tropas e Tropeiros na Formação do Brasil.* Em 1964, *O Cavalo na Formação do Brasil,* e logo em

seguida os dois volumes de *Brasil do Boi e do Couro* e ainda *O Ciclo do Ouro no Nordeste*.

A obra que agora apreciamos, *O Mascate no Brasil*, traz a data de 1967, sendo que na lista das obras do A. ainda constam, em preparo: *O Regatão: mascate fluvial da Amazônia*, e *O Cometa no interior do Brasil: estudo sôbre o caixeiro viajante*. E finalmente, em fase de planejamento: *Vendedores ambulantes do Brasil colonial* e *Estudos sôbre a escravidão no Brasil — série de volumes independentes*.

Por esta lista de títulos, vemos que nos 11 anos que separam a primeira obra de J. A. Goulart da sua última, o A. publicou nada menos que 8 trabalhos, estando em preparo mais uma série de 4 títulos. Como se pode deduzir, poucos são os estudiosos da nossa história que publicaram tantos livros num espaço tão curto de apenas uma década. Tamanha profusão se ajunta à variedade dos assuntos perseguidos, que variaram desde estudos sôbre favelas, até sôbre o papel do cavalo na formação do Brasil, passando por obras históricas, como estudos sôbre a escravidão no Brasil, por exemplo.

Quanto à obra em aprêço, seguindo a linha de suas antecessoras, se enquadra na categoria literária de ensaio. Trata-se de um ensaio de história social sôbre os mercadores ambulantes no Brasil tradicional e nos dias atuais. Êste tema não fôra até então explorado, e o trabalho do A. foi pesquisas em arquivos e depoimentos dos viajantes e cronistas, assim como nas obras dos historiadores, sociólogos, romancistas e poetas que se referiram a tal personagem de nossa história. Logo no intróito do livro o A. confessa: "Envidamos esforços em tratar o mascate com as ralas tintas que nos foi dado dispor, pôsto que nosso desejo fôsse imprimir-lhe harmoniosas e cintilantes côres. Resta-nos a dúvida sôbre se a mediocridade da tela é resultante do material empregado ou da precariedade técnica e artística do pintor. O que nos consola, porém, é a certeza de têrmos trazido à luz, embora sem filigranas e até rudementarmente, um esbôço daquele tipo humano, vislumbrando-o na penumbra histórica que o envolve. Para tanto, entregamo-nos à tarefa como que de laboratorista, passando ao microscópio da indução com especial cuidado e redobrada atenção, as apagadas lâminas das informações, dos registros e dos documentos recolhidos, nêles tentado visualizar e dêles procurando retirar contornos da interessante figura que nos propusemos tratar." (1)

A meu ver, o A. foi suficientemente realista para se dizer em dúvida sôbre as razões da mediocridade dessa sua tela. A grande falha dêste livro é a falta de definição precisa: quer ser ao mesmo tempo história e estória. Longe de nós, pretender o hermetismo da ciência. Contudo, reputamos como tarefa fadada ao descrédito de um público mais exigente de estudiosos, a tentativa realizada pelo A. de conjugar os resultado de sua paciente e demorada pesquisa e análise dos elementos coligidos em fontes primárias e secundárias, com uma maneira bem sua de expor os fatos com leveza de estilo, com encadeamentos de casualidades pitorescas ou mesmo anedóticas. Não se trata de afastar o bom estilo dos escritos dos cientistas: o que estamos criticando é o uso indiscriminado "das tintas do pintor com as lâminas do laboratorista", como faz o A. em seu trabalho. Apesar da acuidade do levantamento das fontes primárias e secundárias relativas ao Mascate no Brasil, não obstante os inúmeros documentos compilados nas 26 páginas finais do livro, e das 195 "notas" existentes no fim dos capítulos, temos que prevenir aos leitores que façam êles próprios a triagem das informações e interpretações que se afastam da pureza que as fontes bibliográficas possam oferecer ou sugerir.

A tese central do livro pode ser assim resumida: devido ao caráter disperso do povoamento no Brasil-Tradicional, o comércio sedentário nunca teve muito êxito, cabendo ao comércio itinerante, aos mercadores andejos, um importante papel econômico e social, "constituindo o mascate o mais ativo agente difusor de civilização

(1) José Alipio Goulart, **O Mascate no Brasil, E. cit.**, p. 15.

como de progresso." (2) Para entendermos a figura do mascate no Brasil tradicional, o autor discute antes tais temas: os germes da mascateação, o têrmo "Mascate", o mascate transmarino, o mascate urbano, a mascateação nas Minas, e finalmente, as relações entre o mascate e o fisco, e o elemento humano na mascateação.

A apresentação material da obra vem reforçar as dúvidas que se encontram no seu interior: a capa e ilustrações lembram os desenhos de livros infanto-juvenis. "O Mascate no Brasil" constitui o primeiro volume da coleção "Terra dos Papagaios", cujas outras publicações seguem a mesma linha de preocupações: Origem da Imoralidade no Brasil: história da formação do caráter nacional" e "O Regatão" — LUIZ MOTT.



POPPINO, ROLLIE E. — *Feira de Santana.* Tradução de Arquimedes Pereira Guimarães. Bahia, Editôra Itapuã, 1968, 328 pp.

Depois dos primeiros tempos da Colonização, período em que os centros urbanos se concentravam na sua grande maioria na orla litorânea, começam a surgir no interior do Brasil algumas cidades que favorecidas por fatôres diversos se desenvolvem espantosamente. Gozando de uma posição geográfica privilegiada, estando muitas vêzes situada na confluência de importantes vias de comunicação, possuem tais cidades um tipo especial de organização urbana, onde o comércio interno (inter-regional) será o grande responsável pelo desenvolvimento de tal centro populacional. Caruaru e Arcoverde em Pernambuco, Campina Grande na Paraíba, Juàzeiro do Norte no Ceará, Sorocaba em São Paulo — dos séculos passados — são alguns exemplos de cidades interioranas onde uma estratégica posição geográfica contribuiu fortemente para o desenvolvimento da vida sócio-econômica local.

Neste sentido, Feira de Santana aparece como o protótipo de um centro urbano onde a soma de tais fatôres geográficos, sociais e econômicos resultou numa configuração populacional muito significativa, tornando-se o ponto de convergência de maior importância no *hinterland* nordestino, o grande empório ou entreposto de tôda esta região. O cognome de "Princesa do Sertão" bem representa sua real importância nesta área interiorana.

Reconhecendo que Feira de Santana se constitui como um ponto chave, um pólo de dominância face a uma enorme região tributária que regularmente aflui à sua feira semanal para as transações comerciais, o Programa de Pesquisas Sociais do Estado da Bahia — Columbia University elegeu tal Município para dar prosseguimento aos seus estudos de comunidades no estado da Bahia. H. W. Hutchinson, H. Harris e A. Leeds, membros desta equipe da Universidade de Colúmbia, fizeram estudos de comunidades bahianas que estariam no limite da Antropologia Social e da Sociologia. Rollie E. Poppino por seu turno, com seu livro *Feira de Santana,* acrescenta mais uma disciplina à série de tais monografias: seu trabalho é essencialmente obra de um historiógrafo.

O A. empreendeu sua pesquisa enquanto graduado do Departamento de História da Stanford University, constituindo tal obra a sua tese de Doutorado. Durante vários meses trabalhou na consulta dos Arquivos Municipais de Feira, nos Arquivos Públicos da Bahia e no Arquivo Nacional, assim como nas Bibliotecas Municipais, de Salvador e na Nacional do Rio de Janeiro. O levantamento junto às Coleções de Periódicos completam o quadro do material pesquisado.

O escôpo da obra é estudar a evolução da história social desta região, desde o período colonial até o ano de 1950, em que terminou a pesquisa. (Como se observa,

(2) **Idem, ibidem,** p. 75.

inexplicàvelmente a publicação desta obra vem com um atrazo de quase 18 anos). Como o crescimento mais intensivo de Feira de Santana se deu sobretudo a partir de 1860, o foco da análise limita-se aos 90 anos da história local, isto é, de 1860 a 1950.

Poppino acompanha o desenvolvimento histórico desta comunidade baiana em diversos níveis: estuda as instituições políticas e suas transformações; o sistema econômico (agricultura, indústria, comércio, transportes e comunicação); as instituições sociais (o papel da Igreja, a saúde pública, o desenvolvimento cultural). Completam a obra dois capítulos: "A importância do gado em pé na economia local" e "Tendências da população em Feira de 1860 a 1950".

Diz o Autor: "Na Bahia e no Nordeste, Feira de Santana está associada, na mente do povo, à feira de gado semanal, que deu o nome à localidade. Essa associação é adequada, porque a pecuária e a indústria animal formaram sempre a base da economia do município. Desde os primeiros tempos do século dezoito que uma pequena feira de gado se reunia em Feira de Santana. Sòmente pela circunstância de existir no sertão uma grande área dedicada à pecuária. A feira evoluiu, tornando-se um fator de importância na economia da Bahia. A posição geográfica do município foi responsável por êsse desenvolvimento, porque a maior parte do gado do interior tinha que passar por Feira de Santana, no seu itinerário para a Capital. Durante mais de um século, a feira de gado semanal continuou a crescer em tamanho e importância numa relação direta com a procura da carne de boi na cidade se Salvador e nas cidades do litoral. Em 1950, Feira de Santana era considerada como o centro de mais projeção do comércio de gado no Nordeste do Brasil, e o sítio de uma das maiores feiras de gado de todo o país." (1)

A obra nos oferece uma clara reconstrução do passado desta região, tornada muito rica devido à abundância dos registros encontrados nas fontes primárias dos Arquivos e Bibliotecas, manipulados magistralmente pela argúcia do historiógrafo norte-americano. O estudo acurado das mudanças sócio-econômicas ocorridas nos 90 anos da história de Feira de Santana se impõe como indispensável não só para entendermos o presente, mas para tentarmos também qualquer previsão sôbre o futuro da evolução regional.

Como se vê, tal monografia, realizada dentro de uma constante seriedade intelectual, representa importante contribuição para os estudos das ciências sociais desta área do Brasil. A Historiografia e Geografia Humana se vêem enriquecidas com mais uma monografia de uma área típica e crucial dentro do complexo do boi e do couro; à Sociologia também interessa sobremaneira tal obra pela maneira diacrônica com que revela a evolução dos sistemas e instituições sociais desta cidade; à Antropologia, finalmente, oferece um estudo criterioso de uma comunidade urbana onde vislumbramos através das instituições sócio-econômicas a emergência de um estilo de vida típico das áreas de transição, uma síntese de elementos sócio-culturais da zona do mar e do sertão. — LUIZ MOTT.

☆

SERAINE, FLORIVAL — *Antologia do folclore cearense.* Fortaleza, Editôra Henriqueta Galeno, 1968, 185 pp.

O autor, responsável por vários cursos de Antropologia Social, ministrados na Universidade Federal do Ceará, tem dedicado especial atenção aos estudos de toponímia e de dialetologia da área nordestina, em particular do Estado do Ceará, sendo constantes suas investigações de campo. Como um dos resultados destas pesquisas temos o aparecimento, em 1943, da primeira carta lingüística do Ceará, publicada

(1) Rollie E. Poppino, **Feira de Santana, E. cit.**, p. 305.

nos "Estudos cearenses — 1.ª série". De seus trabalhos, constantemente citados, ressaltam: *Toponímia cearense* (1952), *Curral de peixe no litoral cearense* (1958) e *Dicionário de têrmos populares registrados no Ceará* (1959).

Na obra aqui resenhada estão representados estudos de dezenove escritores, especialistas ou não, entre êles José de Alencar, Guilherme Studart, Rodrigues de Carvalho, Gustavo Barroso, Leonardo Mota e José de Figueiredo Filho, havendo por "parte do Autor o maior empenho no sentido de que os interessados pudessem, ao folhear esta Antologia, adquirir um conhecimento, o quanto possível mais amplo e variado, de manifestações sociais e da cultura espiritual, que integram o folclore cearense". Dêste modo, a obra registra as brincadeiras infantis, a poesia dos cantadores, a gíria dos marginais, os ritos fúnebres, a medicina popular, o folclore mágico do vaqueiro, as expressões e têrmos populares e as gestas do gado.

Aos textos transcritos, em número de trinta e três, grande parte atualmente de difícil acesso à maioria dos leitores, segue-se uma notícia bio-bibliográfica, uma "Nota" explicativa do texto e, às vêzes, comentários filológicos.

Êstes esclarecimentos lingüísticos poderiam ter sido enriquecidos se o autor adotasse, como adendo, um glossário, dado que, nem sempre, os vocábulos utilizados têm significação igual em todo território brasileiro, assumindo assim feição regional.

Abre a coleção de textos o romance *O Rabicho da Geralda,* reproduzido de *O nosso cancioneiro popular* de José de Alencar. Temos que a escolha da fonte não foi das mais felizes. Há passagens onde uma leitura mais acurada permite perceber que o texto popular sofreu certo burilamento por parte do autor de *Iracema.* Tudo indica ser mais fiel a versão apresentada por Rodrigues de Carvalho, em *Cancioneiro do Norte.*

Quanto ao contributo de Alencar para o estudo da chamada "língua brasileira", Florival Seraine, em razão de seu interêsse constante para o tema, poderia dar ao leitor uma visão não esteriotipada como aquela que está na *Antologia,* adotando inclusive uma atitude crítica. Bem andaria se tivesse levado em conta a ponderação de Glandstone Chaves de Melo (veja-se "Alencar e a língua brasileira" *in Senhora.* Rio de Janeiro, 1951) que afirma não ter o prosador romântico tido a "preocupação de diferenciar a língua do velho idioma português, criando assim uma língua brasileira."

O que se convencionou chamar de poesia popular está representada por cinco sugestivos textos. "A.B.C. dos macacos" (p. 21-28), que o dialetólogo cearense não diz ser originário do Crato, e "Desafio de Neco Martins com Francisco Sales, um cego de Itapipoca" (p. 29-35), foram extraídos do *Cancioneiro do Norte;* "Parlendas populares" (p. 57-61), recolhidos por Gustavo Barroso; "Poesia dos cantadores" (p. 65-69), transcrita de *Cantadores* de Leonardo Mota e, finalmente, "Cirandas" (p. 95-106), pela primeira vez publicada na excelente revista *Clã,* de Fortaleza, completam esta secção.

Em "Poesia dos Cantadores", êstes os poetas populares que perambulam pelos sertões, cantando versos próprios e alheios, Leonardo Mota nos dá uma visão ligeira, mas correta e honesta, não pejada de elocubrações estéreis, da estrutura e forma da produção poética daqueles bardos nordestinos. Entre outras, dá explicações a respeito de "moirão", "martelo" (embolada, dez pés em quadrão, gabinete), "galope", "ligeira" e "desafio".

Judiciosas são as notas descritivas com que o autor de *Terra de Sol* cuida das parlendas populares, originàriamente publicadas, em *O Sertão e o Mundo.* É de se lamentar que o autor tenha se deixado tomar por um espírito menos crítico em razão de um regionalismo exacerbado, afirmando que "nesse gênero de parlendas empregadas como uma espécie de ditado, não há parte do nosso país mais rica do que o Ceará", esquecendo-se do Nordeste no seu todo e da campanha gaúcha. Com tôda certeza ignorava os trabalhos de Walter Spalding e Dante de Laytano que estudaram o assunto na última área citada.

Possìvelmente, em razão de suas convicções ideológicas tenha Gustavo Barroso dado mais atenção às parlendas que fazem críticas aos usos e costumes malgrado terem grande distribuição areal no Ceará.

Achegas, nem sempre bem concatenadas, nos oferece Gastão Justa sôbre as "Cirandas" (p. 95-106), dizendo de suas origens, suas modalidades, seus temas principais e constantes, tudo enriquecido por expressivos exemplos.

Como excerto de obra de maior fôlego, ainda no prelo, temos "O furto na gíria dos marginais" (p. 137-139). Talvez êste trabalho merecesse ser cotejado com outros vocabulários já publicados (gíria dos malandros de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife) para um estudo comparativo. Não cremos, em razão de outros escritos por nós conhecidos, ser completo o elenco apresentado. Mas, em nosso entender, pode ser tido como boa amostragem de uma linguagem especial.

De Júlio Monteiro, que em 1914 publicou através da *Revista do Instituto de Humanidades de Fortaleza* série de artigos intitulados de "Idioma Rústico", até hoje infelizmente não republicados, tem-se "Ditados" (p. 37-41) e "Expressões e têrmos populares" (p. 41-42). Êstes dois estudos se apresentam de grande valia pois apresentam dados que interessam de perto às pesquisas dialetológicas, mòrmente nos campos da lexicografia e da semântica.

Cuidadosas são as descrições do auto dos congos (pp. 45-52) e da chegada dos caboclos (pp. 53-55) feitas por João Nogueira. A precisão com que o autor transcreve trechos dos cantos dos congos é excelente e deveria servir de exemplo para outros folcloristas. Por êste motivo lastima-se a não inclusão de considerações em tôrno da linguagem da salve-rainha, do têrço e do credo.

Mesmo sendo os textos reproduzidos deveras significativos, somos de parecer que todo o universo folclórico que envolve a atividade pecuária deveria merecer maior representação pois os trechos transcritos se diluem no livro, e não podemos nos esquecer que êste trata da sabedoria popular de um estado eminentemente pastoril.

Sòmente três textos dêsse rico folclore são reproduzidos: "Os Sinais de Galvão" (pp. 75-81), "Bumba-Meu-Boi" (pp. 107-111) e "Folclore Mágico do Vaqueiro Cearense" (pp. 131-135). A escolha do último não nos parece acertada. O trabalho merece leitura mas peca pela falta de dados mais precisos e completos. Uma pesquisa na *Revista do Instituto do Ceará* revelaria, com tôda certeza, textos mais ricos, ou pelo menos, mais completos.

Sem uma análise e estudo tem-se "Usos e Superstições Cearenses" (pp. 15-20) de autoria de Guilherme de Studart, tendo Florival Seraine selecionado 100 dentre os 335 usos e superstições recolhidos pelo historiador.

Com informações colhidas em Santa Quitéria, Canindé e Itatira, portanto mostrando a dispersão da crença acêrca das "Previsões Folclóricas das Sêcas e dos Invernos no Nordeste Brasileiro" (pp. 83-87) relacionadas com os dias em que são homenageados os santos do hagiológio latino, Jósa Magalhães preparou o trabalho. Como o sertanejo interpreta os fatos da natureza e faz previsões empíricas do tempo e como se apresenta sua personalidade anímica são os tópicos principais dêste estudo.

A acuidade de Suzana de Carvalho Langer na coleta de "Duas Orações em um Têrço para Pedir Chuva" (p. 141) faz êste trabalho, ainda que não acompanhado de transcrição fonética, valer como um documento lingüístico. Valiosos subsídios para um estudo de elementos semânticos oferece "Pontos e Padrões de Rendas de Bilro" (pp. 142-143), da mesma autora. Mesmo resumido, pode ser classificado como monografia etnográfico-lingüística.

Em "Lendas do Diabo" (pp. 61-63), aproveitando-se principalmente da literatura oral em verso, Gustavo Barroso consegue dar ao leitor uma visão sintética, clara e precisa da noção geral da concepção do diabo corrente na área cearense.

A medicina popular está representada por dois estudos: "Alguns Tratamentos Populares" (pp. 87-93) e "Medicina Popular pelas Orações" (pp. 169-176). O primeiro, de autoria de Jósa Magalhães, cuida da terapêutica popular, "ministrada por agentes vegetais, que o autor distingue das procedente de fatôres de origem animal, ou místicos." A medicina mágico-religosa, com suas benzeduras, rezas, orações, simpatias, promessas, adivinhações simbólicas, terapêuticas rituais, uso de bentinhos, amuletos e patuás, constituem, bàsicamente, o corpo do segundo trabalho. Neste deve-se dar especial atenção às considerações que faz o autor, Eduardo Campos, em tôrno do livro de São Cipriano. Mencione-se ainda a importância que cabe à análise das diferentes variações regionais das orações coletadas.

Cândida Galeno descreve com minudências os "Ritos fúnebres no interior cearense" (pp. 145-167). Como resultado de sua experiência como pesquisadora participante pode dizer com exatidão a forma de realização do entêrro em Canto Grande, explicar qual é o tratamento do corpo, de que consiste o vestuário do defunto, que ritual envolve a guarda do morte, sua despedida e o acompanhamento do entêrro.

As "Bandas cabaçais do Cariri" (pp. 113-116), "conjunto musical primitivo composto de dois instrumentos sonoros e dois de percussão", são estudadas, com certo saudosismo, por J. de Figueiredo Filho, um dos mais atuantes investigadores da história do Cariri na atualidade.

Bem sabemos não ser fácil organizar uma antologia nos moldes da aqui apresentada, que antes do mais é um útil repositório de sugestões e se constituirá, é forçoso afirmar, em fonte perene de informações. Mas, ainda assim é nosso desejo, a título de modesta contribuição, oferecer sugestões.

Florival Seraine bem andaria se melhor aproveitasse a literatura de cordel que está a merecer mais atenção dos estudiosos, sejam êles lingüistas, antropólogos ou sociológos. O Pe. Cícero, presença constante no folclore de vasta área nordestina, sobretudo a cearense, parece ter sido relegado a segundo plano.

Sabe-se que no Brasil a documentação bibliográfica especializada, principalmente no setor das ciências humanas, é muito falha. Por êste motivo o organizador da *Antologia* prestaria um grande serviço ao leitor se organizasse uma bibliografia final selecionada e comentada. — ERASMO D'ALMEIDA MAGALHÃES.

HOUAISS, ANTONIO — *Seis poetas e um problema.* Rio, Edições de Ouro Culturais, 1967, 185 pp.

O nome de Antonio Houaiss se liga a dois trabalhos que bastariam para consagrar qualquer pessoa: a edição crítica das *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e a excelente tradução do *Ulisses* de Joyce. Em ambos revela conhecimento e acuidade lingüística pouco comum entre nós. Se a isto ligarmos a seriedade e honestidade com que trabalha, já o temos mais que recomendado como autor que se deve ler. Essas qualidades encontramos presentes no trabalho de que ora nos ocupamos, apenas para indicar seu conteúdo, informando aos possíveis interessados.

Depois de levantar o quadro da realidade política e social do Brasil, a partir do séc. XVII e mostrar o choque de interêsses entre a Colônia e a Metrópole, acentuado na época da mineração do ouro em Minas Gerais, A. H. entra no problema da "escola mineira", como produto de fôrças contraditórias, o que a torna contraditória, também. Realidade que se reflete no jôgo de interêsses metropolitanos em detrimento dos coloniais. Dentro dêsse quadro está Silva Alvarenga cuja poesia se prende à tradição clássica, encontra-se também ligada ao seu tempo, visível através dela. Dêste modo fica estabelecida nova perspectiva para o enfoque de sua obra bem como para a dos demais componentes da "escola mineira".

Passando a Gonçalves Dias, A. H. faz ver que, a despeito de ser "altamente satisfatório", do ponto de vista da *tradição*, os textos de seus poemas ainda estão à espera duma edição crítica para elucidação dos problemas de linguagem, aí presentes, em face dos padrões da época. Essa posição leva o excelente filólogo A. H. ao problema da edição crítica no Brasil, quando lhe faz uma série de restrições ao mesmo tempo em que mostra o estado nascente dêsses estudos no Brasil. Dessa digressão, explicadas as razões, vem a afirmativa de que a "lição conservadora" é a mais recomendável para o caso de Gonçalves Dias. Esta a lição seguida por A. H. para o estabelecimento do texto de G. Dias. De minha parte, depois do exemplo de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* tenho certeza de trabalho sério e profícuo, a que de certo não se fará reparo. Exemplificando com G. Dias, A. H. mostra os caminhos percorridos e a percorrer para uma edição crítica do poeta, tendo em vista: a) a *pontuação*, em busca das linhas melódicas do português de um modo geral; b) *a separação vocabular* — por ser, pràticamente, a mesma de há quatro séculos atrás, deve-se conservá-la tal e qual; c) a *ortografia* e a *morfologia* — onde ocorrem problemas motivados pela colisão de momentos distintos da língua; d) *a crase* — que conduz a um problema fonético — o da diferenciação entre o português de Portugal e do Brasil; e) outros problemas menos específicos. Na verdade, há um roteiro formulado por quem (A. H.) já enfrentou concretamente o texto de Gonçalves Dias, com o instrumental indispensável à execução do trabalho e tem, portanto, condições de propor objetivamente as tarefas.

Em Augusto dos Anjos, A. H. encontra os reflexos da cultura de natureza cientificista e filosofante, característicos da segunda metade do séc. passado a que não ficaram infensos alguns escritores brasileiros dos inícios do presente século, no seu aspecto de divulgação. Vale dizer autores que trabalharam realidades estranhas à nossa, o que aliás vai ocorrer até ao Modernismo, salvo raras exceções. Utilizando-se de um vocabulário erudito, oriundo, principalmente, das ciências naturais, A. dos Anjos alcançou originalidade "fortalecida pelos proparoxítonos, com que conseguiu abrir o campo da emoção pela sugestão que leva à co-participação", sobretudo no seu aspecto de pessimismo negativista, próprio de adolescentes. Mas êsses problemas se colocam ainda à superfície de sua poesia cujo estudo em profundidade ainda está por fazer-se.

Ao entrar no estudo de uma "fase" da poesia de Drummond, A. H. mostra a luta entre o poeta e a palavra, num artigo excelente pela qualidade crítica e pela abertura que oferece à compreensão do Poeta. Os dois componentes básicos que orientam A. H., em face da poesia drummondiana, são "a proscrição dos clichês, do vocabulário convecionalmente próprio" e "a inclusão de um vocabulário universal e personalíssimo, sem limitações musicais, rítmicas, conceptuais, sociais, eufêmicas..."

Assim "a teoria da palavra" em Drummond "principia de forma negativa, demolidora". Atitude que compreende também as saídas para a ironia, para o humor. Sempre exemplificando, A. H. persegue as posições de Drummond na batalha com as palavras, com a busca e o encontro da poesia; a posse da palavra e sua fecundação poética, quando se dá a adequação entre o "poeta em sua totalidade e o mundo de sua concepção", ainda que adequação efêmera. Ao poeta é necessário o encontro na palavra de seu valor poético para penetrar surdamente o reino da poesia.

Estudando as oposições na poesia de Drummond, A. H. vai à evolução do vocabulário do Poeta no estabelecimento das associações, do coloquial ao social. Assim, A. H. estuda o processo de construção poética de Drummond com resultados até mesmo surpreendentes, facultando a compreensão de suas "desconcertantes" soluções.

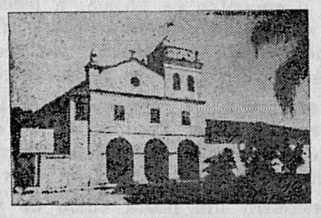
Em Joaquim Cardoso encontra um poeta cheio de vibrações humanas onde a pulsação do viver é um imperativo de ressonâncias profundas pela necessidade de afirmação como fato próprio do viver. A êsse amor da vida se liga o amor telúrico, e com êle se confunde. Completa-o como poeta o domínio da técnica que o transforma num "excelente artífice e artesão do verso". O seu equilíbrio está no fato de que "a formulação poética só é perfeita quando passa pelo crivo da racionalidade".

Fundamentalmente, A. H. busca mostrar que Joaquim Cardoso apresenta uma vivência poética autêntica e definida e que sua poesia é a própria dignificação do homem, e por isso realidade constante e não fato eventual ou necessidade bissexta.

Em Cabral de Mello Neto, depois de mostrar sua "filiação" poética e seu quase ineditismo (o artigo é de 1946), reclama edição mais completa ao hoje consagrado autor de *A educação pela pedra*. Pôsto isso, A. H. estuda a forma de sua poesia, percorrendo as quatro fases da poesia de Cabral de Mello Neto, onde reponta a insistente e consciente busca do próprio fim da poesia que absorve o Poeta. Assim êle revela o mundo e se revela na poesia graças a uma aguda consciência da técnica e do ato criador: é o que ocorre até *Psicologia de composição;* com *O cão sem plumas,* onde se dá a "fusão do sujeito com o objeto real" e se processa a crítica social de J. C. de M. N., êle sai marcado "de uma aventura sincera, profunda e honesta". Como ponto alto da poesia, está não apenas a qualidade, mas sobretudo a evolução dessa qualidade, a cada passo propondo uma nova atitude de espírito". Cabral é um poeta que não se repete e por isso desorienta, tais suas preocupações poéticas e o alto valor delas.

Por fim, tomando como ponto de partida uma mesa redonda realizada no Rio de Janeiro, A. H. faz uma série de considerações sôbre a poesia concretista. Assim, procede a um balanço sério e lúcido das posições assumidas por Décio Pignatari, enquanto expositor (Décio) das direções e objetivos do concretismo poético: o que é, o que busca e por que busca uma nova configuração poética ou simplesmente a "poesia", despojando-a das impurezas da lógica e de outras limitações. Exposta a "teoria" concretista segundo a palestra de Décio Pignatari, A. H. inicia suas considerações para apontar, com a seriedade que é seu apanágio, os problemas nucleares que a poesia concretista tem de enfrentar para alcançar sua plena realização. Com argumentos respeitáveis, por sérios e honestos, A. H. analisa suas discordâncias com os propostos objetivos — como as dificuldades quase insuperáveis para que a poesia concretista se realize como tal. Assim vistos os aspectos negativos, passa aos positivos, onde respeita a posição dos concretistas, pela seriedade de seus propósitos, deixando, todavia, entrever uma luta onde a vitória será difícil.

Dêste modo, partindo de Silva Alvarenga, A. Houaiss chega até nossos dias mostrando uma tradição cultural e uma preocupação com os problemas de nosso tempo. De formação sólida e agudeza de inteligência, pôde observar os momentos de definição da cultura brasileira e interpretá-los com segurança, contribuindo decisivamente para sua compreensão. É o que sentimos nesse trabalho que não vacilamos em recomendar como leitura de grande interêsse. — JOSÉ CARLOS GARBUGLIO.



PANORAMA DAS INVESTIGAÇÕES ANTROPOLÓGICAS NO BRASIL

THEKLA HARTMANN

E circular distribuída em junho de 1967 a uma série de pessoas e instituições dedicadas ao ensino e à pesquisa de antropologia e ciências afins, a Cadeira de Antropologia Geral da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo iniciou um projeto destinado a preencher uma das lacunas no trabalho científico brasileiro: a ausência de comunicação entre os estudiosos do mesmo setor do conhecimento. Com a circular, foram enviados questionários, a fim de obter dados sôbre os trabalhos em andamento nos vários pontos do País.

Projeto simples, com a modesta ambição de querer reunir êsse material e distribuí-lo aos que compreenderam o alcance da solicitação e a necessidade do objetivo. Projeto simples, que já de início topou com o impecilho de localizar os diferentes estudiosos. Explica-se, assim, a ausência de muitos nomes e trabalhos na pequena publicação mimeografada distribuída aos informantes no início de 1968. Neste número da *Revista de Estudos Brasileiros* procuramos atualizar, na medida do possível, aquelas informações, o que nem sempre conseguimos. Esperamos poder sanar êste aspecto negativo da primeira tentativa, à medida em que mais pesquisadores e instituições, compreendendo o sentido da iniciativa, preencherem os questionários que periòdicamente lhes serão enviados ou fornecerem, de modo sistemático, as informações necessárias para a divulgação, através de uma revista de amplo alcance, de seus trabalhos e projetos.

Os dados obtidos foram organizados em têrmos de Estado e instituição, seguindo-se o nome do cientista, sua categoria profissional e o projeto em que trabalha no momento, com uma síntese de seus objetivos, geralmente nas próprias palavras de seu responsável. Acrescentamos ainda uma bibliografia recente de cada informante.

BAHIA.

Universidade da Bahia. Faculdade de Filosofia.

THALES DE AZEVEDO. Pesquisa em andamento: tipologia do catolicismo, particularmente do catolicismo popular.

Bibliografia:

1966 — *Cultura e situação racial no Brasil.* Edição Civilização Brasileira.

GUANABARA.

Museu Nacional. Divisão de Antropologia. Quinta da Boa Vista.

ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA. Diretor da Divisão. Pesquisa em andamento: estudo do colonialismo interno no Brasil. Analisa-se a situação das populações tribais segundo os diferentes tipos de contacto interétnico, correlacionando-os com as variações regionais do desenvolvimento econômico; sintetiza-se a informação etno-sociológica disponível a fim de propor, em nível ensaístico, as categorias sociológicas mais sensíveis para a formulação de teorias mais gerais.

Bibliografia:

1964 — *O índio e o mundo dos brancos: a situação dos Tukuna do alto Solimões.* São Paulo, Difusão Européia do Livro.

1964 — Totemismo tukúna? *Beiträge zur Völkerkunde Südamerikas.* Editado por Hans Becher. Hannover. Republicado na *Revista do Instituto de Ciências Sociais,* 11(1). Rio de Janeiro, 1965.

1964 — Combinatory analysis. Com réplica de Joseph S. Berliner. *Current Anthropology,* 5(2). Chicago.

1965 — O índio na consciência nacional. *Comentário,* 6(2). Rio de Janeiro. Republicado em *América Indígena,* 26(1). México, 1966.

1965/66 — O dualismo terêna. *Revista do Museu Paulista,* N.S., 16. São Paulo.

1966 — A noção de colonialismo interno na etnologia. *Tempo Brasileiro,* 4(8). Rio de Janeiro.

1966 — Áreas de fricção interétnica na Amazônia. Comunicação feita à VII Reunião Brasileira de Antropologia. Manaus.

1967 — Prefácio de *Índios e castanheiros* de Roque de Barros Laraia e Roberto Augusto da Matta. São Paulo, Difusão Européia do Livro.

1968 — *Urbanização e tribalismo: a integração dos Terena numa sociedade de classes.* Rio de Janeiro, Zahar Editôres.

A sair — Considerações sôbre um curare tukúna de fabricação recente. Em colaboração com Luiz Emigdio de Mello Filho e João de Souza Campos. *Boletim do Museu Nacional,* Botânica. Rio de Janeiro.

— Problemas e hipóteses relativos à fricção interétnica: sugestões para uma metodologia. *Revista do Instituto de Ciências Sociais.* Rio de Janeiro.

— Estruturalismo e estruturalistas na antropologia social. *Tempo Brasileiro.* Rio de Janeiro.

ROBERTO AUGUSTO DA MATTA. Antropólogo. Pesquisa em andamento: a organização social dos Apinayé. Pretende descrever e explicar as categorias básicas através das quais o sistema social dos índios Apinayé pode ser compreendido. Atenção especial será devotada aos aspectos comparativos, isto é, à sociedade Apinayé frente aos Jê do norte e Jê centrais e ao chamado dualismo Timbira.

Bibliografia:

1965 — Edgar Allan Poe, o bricoleur: um exercício em análise simbólica. *Comentário,* 3.º trimestre.

1966 — Grupos Jê do Tocantins. Comunicação feita à VII Reunião Brasileira de Antropologia.

1967 — *Índios e castanheiros.* Em colaboração com Roque de Barros Laraia. São Paulo, Difusão Européia do Livro.

A sair — Mito e autoridade doméstica. *Revista do Instituto de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro.
— Myth and anti-myth among the Timbira. *American Anthropologist*.
— Panema: uma tentativa de análise estrutural. *L'Homme*. Paris.
— Agouros Apinayé. A sair em volume comemorativo da obra de Claude Lévi-Strauss.

JULIO CEZAR MELATTI. Pesquisador bolsista do Conselho de Pesquisas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisa em andamento: a organização social dos Krahô, descrição da sua estrutura social, demonstrando como os membros dessa sociedade manipulam com as oportunidades que lhes são abertas pelo choque de princípios, às vêzes contraditórios.

Bibliografia:

1963 — O mito e o xamã. *Revista do Museu Paulista*, N.S., 14. São Paulo.
1968 — *Índios e criadores: a situação dos Krahô na área pastoril do Tocantins*. Monografias do Instituto de Ciências Sociais, n.º 3. Rio de Janeiro.

PARÁ.

Museu Paraense Emílio Goeldi. Divisão de Antropologia. C.P. 399. Belém.

EDUARDO ENÉAS GUSTAVO GALVÃO. Chefe de pesquisadores. Pesquisa em andamento: tribos da área do alto Xingu, estudando-se as relações interétnicas de três núcleos culturais diferentes.

Bibliografia:

1964 — Encontro de sociedades tribal e nacional no Rio Negro, Amazonas. *Actas y Memorias del XXXV Congreso Internacional de Americanistas*. México.
1965 — *Notícia sôbre os índios Txikão, Alto Xingu*. Em colaboração com Mário F. Simões. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, n.º 24. Belém.
1966 — Mudança e sobrevivência no alto Xingu. Em colaboração com Mário F. Simões. *Revista de Antropologia*, 14. São Paulo.
A sair — Estudo de antropologia na Amazônia. Belém.
— Aculturação entre grupos tribais brasileiros.

EDSON SOARES DINIZ. Pesquisador. Pesquisa em andamento: a instalação dos Makuxi na sociedade nacional. Estudo sôbre a instalação dêsse grupo tribal numa economia de mercado, abordando seu caráter peculiar face a um segmento da sociedade brasileira do tipo pastoril.

Bibliografia:

1964 — Os Makuxi e sua instalação na economia nacional. *Revista Educação e Letras*, 1-2. Belém.
1965 — *Breves notas sôbre o sistema de parentesco Makuxi*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, n.º 28. Belém.
1966 — *O perfil de uma situação interétnica*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, n.º 31. Belém.
1967 — Os Makuxi e os Wapitxâna: índios integrados ou alienados? *Atas do Simpósio sôbre a Biota Amazônica*, II. Belém.
1968 — *A terminologia de parentesco dos índios Wapitxâna*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, n.º 34. Belém.

EXPEDITO COELHO ARNAUD. Pesquisador-assistente. Pesquisa em andamento: grupos tribais do território do Amapá (Palikur, Galibi, Karipuna), estudando-se mudança cultural, relações intertribais e interétnicas.

Bibliografia:

1964 — *Notícia sôbre os índios Gaviões de oeste, rio Tocantins, Pará.* Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, n.º 20. Belém.
1966 — *Os índios Galibi do rio Oiapoque: tradição e mudança.* Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, n.º 30. Belém.
1966 — Grupos tupi do Tocantins. Comunicação apresentada à VII Reunião Brasileira de Antropologia.
1968 — *O parentesco entre os índios Galibi do rio Oiapoque.* Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, n.º 33. Belém.
1968 — *Referências sôbre o sistema de parentesco dos índios Palikur.* Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, n.º 36. Belém.

CONCEIÇÃO DE MARIA GENTIL CORRÊA. Pesquisadora-assistente.

Bibliografia:

1965 — *Estatuetas de cerâmica na cultura Santarém. Classificação e catálogo das coleções do Museu Goeldi.* Publicação avulsa do Museu Paraense Emílio Goeldi, n.º 4. Belém.

MÁRIO FERREIRA SIMÕES. Pesquisador. Pesquisa em andamento: arqueologia do alto Xingu (Mato Grosso) dentro do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Dados para a elaboração de uma seqüência do desenvolvimento cultural, para o conhecimento definitivo das direções de influências, migraçõese difusão.

Bibliografia:

1964 — Kulturwandel und Stammesüberleben am oberem Xingu, Zentralbrasilien. Em colaboração com Eduardo Galvão. *Beiträge zur Völkerkunde Südamerikas.* Editado por Hans Becher. Hannover.
1964 — *Notícia sôbre os índios Txikão, Alto Xingu.* Em colaboração com Eduardo Galvão. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, n.º 24. Belém.
1966 — Mudança e sobrevivência no alto Xingu. Em colaboração com Eduardo Galvão. *Revista de Antropologia,* 14. São Paulo.
1967 — Resultados preliminares de uma prospecção arqueológica na região dos rios Goiapi e Camará (ilha de Marajó). *Atas do Simpósio sôbre a Biota Amazônica,* II. Belém.

GUNTHER PROTASIUS FRIKEL. Pesquisador. Pesquisa em andamento: índios Tiriyó (Karib) da Serra do Tumucumaque, Pará. Estudos sôbre a estrutura social, religião e mitologia dêsse grupo. Tradição e arqueologia proto- e pré-Tiriyó.

Bibliografia:

1964 — Das Problem der Tiriyó-Pianakotó. *Beiträge zur Völkerkunde Südamerikas.* Editado por Hans Becher. Hannover.
1964 — Aculturação intertribal no Tumucumaque. *Actas y Memorias del XXXV Congreso Internacional de Americanistas.* México.
1964 — Traços da doutrina Gêge e Nagôu sôbre a alma. *Revista de Antropologia,* 12 (1, 2). São Paulo.
1966 — Os últimos Káhyana. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros,* 1. São Paulo.

A sair — Os Tiriyó: seu nível adaptativo.

Universidade Federal do Pará. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Departamento de Ciências Sociais. Av. Generalíssimo Deodoro 413. Belém.

ORLANDO SAMPAIO SILVA. Professor adjunto. Pesquisas em andamento: a) o japonês na Zona Bragantina do Estado do Pará; b) a mão-de-obra indígena no Pará colonial; c) influência de fatôres sócio-culturais nas atitudes de doentes em face da própria doença e do tratamento médico, em colaboração com os médicos Edith Seligmann Silva e Camillo Martins Vianna.

Bibliografia:

1964 — Considerações sôbre a programação de investimentos públicos através de uma política social voltada para o problema educacional e para o desenvolvimento da área amazônica. *Sociologia,* 26(3). São Paulo.

1967 — *Atendimento hospitalar à população de Belém.* Mimeografado. Belém, CEPEA.

1968 — A presença do japonês na Zona Bragantina, Pará. Anais do Simpósio *O Japonês em São Paulo e no Brasil.* São Paulo.

Universidade Federal do Pará. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Cadeira de Etnologia e Etnografia do Brasil.

NAPOLEÃO FIGUEIREDO. Professor adjunto. Pesquisa em andamento: a cerâmica arqueológica do Tumucumaque. Exame das correlações culturais e das origens das diversas culturas arqueológicas naquela região da Guiana Brasileira através da estratigrafia arqueológica, da coleta de material em horizontes artificiais e em capas com horizontes naturais.

Bibliografia:

1964 — A festa dos coletores entre os Aramagoto. *Humboldt,* 4(10). Hamburgo.

1965 — *A cerâmica arqueológica do rio Itacaiúnas.* Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, n.º 27. Belém.

1966 — Alguns elementos novos para o estudo dos batuques em Belém. Em colaboração com Anaíza Vergolino e Silva. Comunicação apresentada à VII Reunião Brasileira de Antropologia.

1966 — O centro urbano, o barracão e a maloca. *Arquivos do Instituto de Antropologia,* II. Natal.

A sair — Die Besiedlung Amazoniens in vor-kabralinischer Zeit. *Staden-Jahrbuch,* São Paulo.

RIO GRANDE DO SUL.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Ciências Naturais. Secção de Genética. Pôrto Alegre. Av. Paulo Gama, s/n.º.

— A ocupação da Amazônia na época pré-cabralina.

— Os ídolos de pedra nas culturas arqueológicas da Amazônia. Para a Associazione Italiana di Studi Americanistici.

— Os caminhos de Exu. Em colaboração com Anaíza Vergolino e Silva.

ANAÍZA VERGOLINO E SILVA.

Bibliografia:

1966 — Alguns elementos novos para o estudo dos batuques de Belém. Em colaboração com Napoleão Figueiredo. Comunicação apresentada à VII Reunião Brasileira de Antropologia.

1968 — *Alguns elementos para o estudo do negro na Amazônia.* Publicação avulsa do Museu Paraense Emílio Goeldi, n.º 8. Belém.

A sair — Os caminhos de Exu. Em colaboração com Napoleão Figueiredo.

FRANCISCO MAURO SALZANO. Chefe da Secção e Professor Assistente da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisa em andamento: genética de populações nos diferentes segmentos raciais da população brasileira (brancos, negros, índios). Estudo dos principais fatôres evolutivos atuantes nestas populações, fluxo gênico, correlação entre dados demográficos e genéticos.

Bibliografia (seleção):

1964 — Report about the Meeting of the Scientific Group on Research in Population Genetics of Primitive Groups. *Current Anthropology,* 5(1).

1964 — Salivary secretions of Indians from Santa Catarina, Brazil. *American Journal of Human Genetics,* 16(3).

1964 — Color blindness among Indians from Santa Catarina, Brazil. *Acta Genetica et Statistica Medica,* 14(3/4).

1964 — Genética dos índios sul-americanos e as origens do homem americano. *Anais dos II Encontros Intelectuais de São Paulo.*

1964 — Demographic studies on Indians from Santa Catarina, Brazil. *Acta Genetica et Gemellologiae,* 13(3).

1964 — Blood groups of Indians from Santa Catarina, Brazil. *American Journal of Physical Anthropology,* 22(1).

1965 — Micro-evolução em populações humanas. *Ciência e Cultura,* 17(1). São Paulo.

1965 — Genética de populações humanas brasileiras. Em *Homenaje a Juan Comas en su 65. Aniversário,* vol. II, Antropologia Fisica. México.

1966 — Estudos de biologia humana na Amazônia. Retrospecto e perspectivas. Em *Sumário das comunicações à VII Reunião Brasileira de Antropologia,* Belém.

1966 — Polimorfismos genéticos em populações brasileiras. *Organon,* 10.

1967 — Skin colour in Southern Brazil populations. Em colaboração com G. A. Harrison, J. J. T. Owen, e F. J. da Rocha. *Human Biology,* 39(1).

1967 — Fertility patterns and genetic structure of Xavante Indian populations. Em colaboração com J. V. Neal. *Ciência e Cultura,* 19(1). São Paulo.

1967 — Tuberculin reactions, X-ray and bacteriological studies in the Cayapo Indians of Brazil. Em colaboração com N. Nutels e M. Ayres. *Tubercle,* 48(3). Londres.

1967 — Studies on the Xavante Indians. Em colaboração com outros autôres. *American Journal of Human Genetics,* 19(4):463-489, 502-513, 532-542 e 554-574.

1967 — *Populações brasileiras. Aspectos demográficos, genéticos e antropológicos.* São Paulo, Editôra Nacional.

1967 — Variação normal em populações brasileiras. *Ciência e Cultura,* 19(4). São Paulo.

1968 — Intra- and inter-tribal genetic variability in South American Indians. *American Journal of Physical Anthropology*, 28(2). Philadelphia.

A sair — G-6-PD deficiency gene dynamics in a Brazilian population. Em colaboração com F. Lewgoy. *Acta Geneticae Medicae et Gemellologiae*.

— Hemoglobin types and gene flow in Pôrto Alegre, Brazil. Em colaboração com F. J. da Rocha e C. V. Tondo. *Acta Genetica et Statistica Medica*.

— Hemoglobin types of Brazilian Indians. Em colaboração com C. V. Tondo. *American Journal of Physical Anthropology*. Philadelphia.

— *Problems in human biology. The study of Brazilian populations*. Em colaboração com N. Freire-Maia. Detroit, Wayne State University Press.

— Survey of the unacculturated Indians of Central and South America. *Proceedings*, PAHO/ACMR Special Session on biomedical challenges presented by the American Indian.

Instituto Anchietano de Pesquisas. São Leopoldo. Praça João Pessoa, 35.

PEDRO IGNÁCIO SCHMITZ. Pesquisador-chefe. Pesquisas em andamento: projeto sôbre casas subterrâneas no planalto do Rio Grande do Sul, visando estudar o grupo indígena (jê) do planalto rio-grandense, cuja cultura se caracteriza, ao menos em uma de suas fases, por um tipo de casa escavada dentro do solo; levantamento arqueológico da campanha rio-grandense, visando determinar as culturas indígenas da área; estudo do indígena histórico do Rio Grande do Sul, com a preocupação de reexaminar as informações publicadas de cronistas e historiadores sôbre o assunto, com a finalidade de fornecer uma imagem mais real da vida e história dêstes índios. Os projetos contam com a colaboração de Fernando La Sálvia, Itala Irene Basile Becker e Guilherme Naue.

Em *Estudos Leopoldenses*, órgão do Instituto, estão sendo publicados trabalhos de alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Leopoldo orientados pelo chefe do Instituto: Menonitas no sul do Brasil (Marta Fick), uma comunidade alemã nas Colônias Novas (Edgar A. Strieder), a escola numa comunidade alemã nas Colônias Novas (Edgar A. Strieder), as sociedades de cavalaria e de ulanos em Santa Cruz do Sul (Maria Hoppe), aspectos da religião em Santana do Livramento, município da campanha riograndense (Itala Irene Basile Becker).

SANTA CATARINA.

Universidade Federal de Santa Catarina. Instituto de Antropologia. Florianópolis.

OSWALDO RODRIGUES CABRAL. Professor titular da Cadeira de Antropologia. Pesquisas em andamento: antropometria do material colhido em jazidas arqueológicas de Santa Catarina, determinação das constantes antropométricas e índices. Em colaboração com Edson Araújo, instrutor de ensino da Faculdade de Odontologia: patologia dentária verificada nos crâneos existentes no Museu do Homem do Sambaqui da cidade de Joinvile (coleção Tiburtius). Determinação das medidas antropométricas do homem dos sambaquis da região norte do Estado.

SILVIO COELHO DOS SANTOS. Pesquisador titular do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais da Faculdade de Educação. Pesquisa em andamento:

estudo das relações entre os Xokleng e os colonos em Santa Catarina. Visa compreender a dinâmica do contacto entre índios e as frentes pioneiras, representadas especialmente por contingentes europeus, ressaltando a campanha de extermínio de que foi alvo o grupo tribal e analisando os processos de aculturação e integração na economia regional que se desenvolveram a partir da pacificação dos Xokleng em 1914.

Bibliografia:

1965 — Os índios Xokleng e o antropólogo. *Arquivos do Instituto de Antropologia,* 1(2). Natal.

1965 — Os Xokleng, hoje. *Cadernos de Blumenau,* 7(2). Blumenau.

1966 — Sôbre a organização social dos Xokleng. *Boletim da Cadeira de Antropologia.* Florianópolis.

1966 — Sôbre mudança cultural entre os índios Xokleng do Vale do Itajaí do norte. *Ciência e Cultura,* 18(3). São Paulo.

1966 — A escola em duas populações tribais. *Revista de Antropologia,* 14(1, 2). São Paulo.

ANAMARIA BECK. Auxiliar de ensino. Pesquisa em andamento: estudo do conteúdo cultural dos sambaquis do litoral de Santa Catarina e suas relações com outros sítios arqueológicos pré-cerâmicos.

MARCÍLIO DIAS DOS SANTOS. Auxiliar de ensino. Pesquisa em andamento: história da indústria açucareira em Santa Catarina.

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Cadeira de História da América.

WALTER FERNANDO PIAZZA. Professor contratado de História da América. Pesquisa em andamento: dentro do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, determinar as possíveis vias das migrações tupi-guaranis no território brasileiro.

Bibliografia:

1966 — *As grutas de São Joaquim e Urubici.* Publicação do Instituto de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

1966 — *Estudos de sambaquis.* Publicação do Instituto de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

1966 — Bibliografia arqueológica de Santa Catarina. *Boletim Paulista de Geografia.* São Paulo.

SÃO PAULO.

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente. Departamento de Ciências Sociais. Caixa Postal 957.

MAX HENRI BOUDIN. Professor contratado. Pesquisa em andamento: palavras e coisas tupi-guarani do Brasil. Ensaio de interpretação etno-lingüística de um grupo tupi.

Bibliografia:

1964 — *O simbolismo verbal primitivo.* São Paulo, Faculdade de Filosofia de Presidente Prudente.

1966 — *Dicionário de Tupi moderno* (1.ª parte). Idem.

A sair — Dicionário de Tupi moderno (2.ª parte).

Universidade Católica de Campinas. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Cadeira de Antropologia. Caixa Postal 317.

DESIDÉRIO AYTAI. Professor contratado. Pesquisa em andamento: trabalho de campo entre sub-grupos Nambikuara (Sararê e Mamaindê).

Bibliografia:

1964 — Os cantores da floresta (I): notas etnográficas sôbre os índios Mamaindê. *Revista da Universidade Católica de Campinas,* 25/26. Campinas.

1965 — Os cantores da floresta (II). *Revista da Universidade Católica de Campinas,* 27/28. Campinas.

1966 — Os cantores da floresta: notas de antropologia física dos índios Mamaindê. *Revista da Universidade Católica de Campinas,* 29/30. Campinas.

1966 — As técnicas do corpo entre os nossos índios. *Revista da Universidade Católica de Campinas,* 29/30. Campinas.

1967/68 — As flautas Nambikuara. *Revista de Antropologia,* 15/16. São Paulo.

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro. Cadeira de Antropologia, Etnologia e Arqueologia. Caixa Postal 178.

FERNANDO ALTENFELDER SILVA. Professor Titular. Pesquisa em andamento: levantamento e exame de sítios arqueológicos da área de Rio Claro.

Bibliografia:

1964 — Considerações sôbre alguns sítios tupi-guarani no sul do Brasil. *Revista do Museu Paulista,* N.S. 13. São Paulo.

1965 — Desenvolvimento cultural no Brasil. *Revista de Antropologia,* 12(1-2). São Paulo.

1967 — Culturas pré-históricas do Brasil. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros,* 2. São Paulo.

1967 — Informes preliminares sôbre a arqueologia de Rio Claro. *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas.* Belém, Publicações avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, n.º 6.

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro. Cadeira de Etnografia do Brasil. Caixa Postal 178.

CARMEM SYLVIA JUNQUEIRA DE BARROS LIMA. Professor Titular. Pesquisa em andamento: projeto de vida Kamaiurá com análise das aspirações Kamaiurá contidas em seus projetos econômicos e expressões mitológicas.

Bibliografia:

1966 — *A circulação de bens na sociedade Kamaiurá.* Edição multh.

1967 — *Os Kamaiurá e o Parque Nacional do Xingu.* Tese de doutoramento apresentada à Cadeira de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, Universidade de Campinas.

ADELIA MARIA ENGRACIA GAMA DE OLIVEIRA. Professôra. Pesquisa em andamento: relações inter-tribais na área do Alto Xingu, tendo como foco os índios Juruna.

Bibliografia:

1968 — *Os índios Juruna e sua cultura nos dias atuais.* Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, n.º 35. Belém.

Universidade de São Paulo. Cadeira de Línguas Indígenas do Brasil. Caixa Postal 8105. São Paulo.

CARLOS DRUMOND. Professor contratado livre-docente em regência de cátedra. Pesquisas em andamento: publicação, com introdução e notas, de manuscrito do século XVIII da Universidade de Coimbra intitulado *Gramática da Língua Geral do Brasil;* pesquisa sôbre hirônimos (nomes sagrados) na toponímia brasileira.

Bibliografia:

1964 — Prof. Plinio Marques da Silva Ayrosa, estudo bio-bibliográfico. *Revista de História,* n.º 60. São Paulo.
1964 — Das Tupi, die erste Nationalsprache Brasiliens. *Staden-Jahrbuch,* 11/12. São Paulo.
1965 — *A contribuição do borôro à toponímia brasileira.* São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros.

JURN J. PHILIPSON. Instrutor. Pesquisas em andamento: exame de textos dos índios Kaiová, visando um estudo descritivo dessa língua; notas e comentários a uma nova edição da gramática tupi de Anchieta, visando tornar acessível a um leitor do século XX, principalmente estudantes, a gramática tupi.

Bibliografia:

1966 — Um sistema numeral dos índios Kaivá. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros,* 1. São Paulo.
A sair — Cartilhas indígenas e gramática de transferência. *Anais do Congresso de Filologia, Linguística y Enseñanza de Idiomas.* Montevidéu (1966).
— Applied ethnolinguistics. *Anais do 37.º Congresso Internacional de Americanistas.* Mar del Plata (1966).
— Introdução, tradução e notas a E. Sapir, The psychological reality of phonemes. Em colaboração com A. C. Quicoli.

ERASMO d'ALMEIDA MAGALHÃES. Assistente. Pesquisas em andamento: o linguajar caiçara (estudo do linguajar popular de duas comunidades litorâneas, a ilha dos Búzios e a Vila de Icapara); a toponímia do Estado do Rio Grande do Sul; em conjunto com Carlos Drumond, contribuição para a elaboração de um atlas toponímico do Estado de São Paulo.

Bibliografia:

1965 — Sambaquis brasileiros: uma orientação bibliográfica. *Dédalo. Revista de Arte e Arqueologia,* 1. São Paulo.
1967 — *Bibliografia descritiva de lingüística indígena brasileira 1954-1965.* Publicação da Cadeira de Línguas Indígenas do Brasil.
A sair — *Considerações em tôrno da toponímia pastoril nordestina.* Tese de doutoramento.
— Notas aos estudos sôbre o português falado no Brasil. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros.*
— Sambaquis brasileiros: uma orientação bibliográfica (2.ª parte). *Dédalo. Revista de Arte e Arqueologia.* São Paulo.
— *Bibliografia descritiva de lingüística indígena brasileira 1966-1967.*

MAÍSA DE LACERDA ZACHARIAS. Instrutora. Pesquisa em andamento: contribuição do *Vocabulário da língua brasílica* ao estudo da cultura do tupi antigo. Trata-se de análise dos significados contidos no *Vocabulário* para uma compreensão da cultura do tupi antigo através da língua.

ANTONIO CARLOS QUICOLI. Instrutor. Pesquisas em andamento: notas a propósito da caracterização das velhas tupinambá no teatro de José de Anchieta, pretendendo-se chegar, com apoio em bases lingüísticas, a uma compreensão da função social das velhas, do ponto de vista do teatro didático jesuíta. Tradução, introdução e notas a Karl von den Stemen, *Die Bakari-Sprache*.

Bibliografia:

A sair — Introdução, tradução e notas a E. Sapir, The psychological reality of phonemes. Em colaboração com Jurn J. Philipson.
— Tradução e notas a E. Nida, Field techniques in descriptive linguistics.

Universidade de São Paulo. Museu Paulista. Caixa Postal 8032. São Paulo.

HERBERT BALDUS. Chefe da Secção de Etnologia. Pesquisa em andamento: monografia sôbre os Tapirapé.

Bibliografia:

1964 — O xamanismo na aculturação de uma tribo tupi do Brasil Central. *Revista do Museu Paulista,* N.S., 15. São Paulo.
1965/66 — O xamanismo. Sugestões para pesquisas etnográficas. *Revista do Museu Paulista,* N.S., 16. São Paulo.
1967 — Aspectos da organização social tapirapé: tripartição, dualidade e graus de idade. *Revista do Museu Paulista,* N.S., 17. São Paulo.
1968 — *Bibliografia crítica da etnologia brasileira,* vol. II. Hannover.
A sair — Vertikale Struktur und horizontale Struktur im religiösen Weltbild südamerikanischer Indianer. *Anthropos*.
— Zur Häuptlingsfrage bei den Tapirapé. *Zeitschrift für Ethnologie*. Berlim.

VILMA CHIARA. Conservadora. Pesquisas em andamento: elaboração dos dados colhidos por Harald Schultz entre os grupos Waurá e Krahô; elaboração de tese de doutoramento sôbre arte primitiva brasileira sob a orientação de C. Lévi-Strauss e H. Dietschy.

Bibliografia:

1967 — A pá semi-lunar da mulher Waurá. *Revista do Museu Paulista*, N.S., 17. São Paulo.

LUCIANA PALLESTRINI. Arqueóloga. Pesquisa em andamento: escavações em sítios tupi-guarani visando a inclusão das referidas culturas dentro das variáveis de espaço e tempo.

Bibliografia:

1964 — A jazida do Buracão. Km 17 da estrada Guarujá-Bertioga. *Homenaje a Fernando Marquez-Miranda*. Madrid.
1964 — Jazida litorânea em Piaçaguera, Estado de São Paulo. *Revista do Museu Pauliseta,* N.S., 15. São Paulo.
A sair — Escavação em sítio tupi-guarani na região de Itapeva, Estado de São Paulo. *Revista do Museu Paulista,* N.S., 18. São Paulo.

Universidade de São Paulo. Cadeira de Antropologia Geral. Caixa Postal 8105. São Paulo.

EGON SCHADEN. Professor Catedrático recentemente aposentado. Pesquisas em andamento: estudo comparativo da aculturação de alemães e japonêses no Brasil, procurando verificar a reação diferencial das duas culturas em face à sociedade brasileira, sobretudo no aspecto educacional, na língua e na organização associativa. Mitologia guarani: interpretação de textos originais.

Bibliografia:

1964 — Ethnographische Notizen zu einem Chicha-Tanzgesang der Kayová. *Beiträge zur Völkerkunde Südamerikas,* Editado por Hans Becher. Hannover.

1964 — Ein kultischer Tanzgesang der Kayová. *Festschrift für Ad. E. Jensen.* Munique.

1964 — Comentários etnográficos. Em Zacharias Wagner, *Zoobiblion.* Brasiliensia Documenta, vol. IV. São Paulo.

1964 — Antropologia. Em *Enciclopédia Ambiente.* São Paulo.

1964 — A obra científica de Paul Ehrenreich. *Revista de Antropologia,* 12. São Paulo.

1964 — Darwin e a antropologia. *Comentários,* 5. Rio de Janeiro.

1965 — Aculturação indígena. *Revista de Antropologia,* 13(1-2). São Paulo.

1966 — Der Indianerforscher Curt Nimuendaju. *Südamerika,* 16(3). Buenos Aires.

1966 — Aspectos históricos e sociológicos da escola rural teuto-brasileira. *I Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros* (1963). Pôrto Alegre.

1967 — Integração do ensino e da pesquisa de antropologia no Brasil. *Anuário Indigenista.* México.

A sair — Le messianisme en Amérique du Sud. *Enciclopédie de la Pléiade.* Paris, Gallimard.

— Les réligions des Indiens de l'Amérique du Sud. Idem.

— Aculturação e assimilação dos índios do Brasil. *Humboldt.* Hamburgo.

JOÃO BAPTISTA BORGES PEREIRA. Professor Assistente docente na regência da Cadeira. Pesquisa em andamento: aspectos da vida familial de posseiros que ocuparam a média Sorocabana no fim do século XIX. Trata-se de reconstrução de alguns aspectos da vida sócio-cultural de famílias que povoaram aquela área e cujo foco de difusão foi a região de Caldas em Minas Gerais.

Bibliografia:

1967 — Exploração antropológica. Em colaboração com E. Schaden. Em Buarque de Hollanda, S., *História da Civilização Brasileira,* tomo II, São Paulo, Difusão Européia do Livro.

1967 — *Côr, profissão e mobilidade: o negro e o rádio de São Paulo.* São Paulo, Livraria Pioneira Editôra.

1968 — *A escola secundária numa sociedade em mudança.* São Paulo, Livraria Pioneira Editôra.

1968 — Der Neger und die brasilianische Volksmusik. *Staden-Jahrbuch,* tomo 16. São Paulo.

A sair — *Aculturação de italianos.* Tese de livre-docência. São Paulo.

EUNICE RIBEIRO DURHAM. Assistente. Pesquisa em andamento: estudo de uma comunidade religiosa no interior da Bahia, procurando analisar as características da crença e do culto de uma manifestação de catolicismo popular.

Bibliografia:

1966 — Problemas de antropologia aplicada. *América Latina,* 9(1). Rio Janeiro.

1966 — *Mobilidade e assimilação: a história do imigrante italiano num município paulista.* São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros.

1968 — A vida rural tradicional. Comentário ao depoimento de um imigrante nordestino. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros,* n.º 3. São Paulo. Em colaboração com Hunaldo Beiker.

A sair — *Migração, trabalho e família. Aspectos da integração dos trabalhadores de origem rural à sociedade urbano-industrial.* Tese de doutoramento.

GIOCONDA MUSSOLINI. Regente do curso noturno. Pesquisas em andamento. 1) o ajustamento do imigrante caiçara na cidade de Santos, estudando a mobilidade e flutuação de populações rurais e o problema de absorção estrutural da cidade grande; 2) moléstia, cura e profilaxia em populações rústicas, analisando uma situação em mudança no litoral norte paulista e estudando a estrutura social, os valôres e conceitos de moléstia, a cura e seus encarregados.

AMADEU DUARTE LANNA. Instrutor. Pesquisas em andamento: análise antropológica da fome e da alimentação entre sociedades primitivas da América do Sul. Trata-se de estudo sôbre a produção e circulação de alimentos e suas implicações sociais nas sociedades primitivas da América tropical; mitologia javaé: análise de material mitológico colhido em pesquisa de campo.

Bibliografia:

1966 — Morfologia social da aldeia Suyá. *Anais do Congresso Internacional de Americanistas.* Buenos Aires.

1967 — La division sexuelle du travail chez les Suyá du Brésil Central. *L'Homme,* 7(1). Paris.

1967/68 — Aspectos econômicos da organização social dos Suyá. *Revista de Antropologia,* 15/16. São Paulo.

RENATE BRIGITTE VIERTLER. Instrutora. Pesquisa em andamento: análise do processo de integração dos Kamayurá numa área de aculturação intertribal. Visa entender o funcionamento desta sociedade dentro de sua especificidade sem perder de vista o seu profundo vinculamento com a sociedade alto-xinguana.

JOSÉ FRANCISCO F. QUIRINO DOS SANTOS. Instrutor. Pesquisa em andamento: 1) a ação indigenista oficial; 2) estudo de uma comunidade bahiana do ponto de vista econômico.

Bibliografia:

1965 — Obsolecência das estruturas — a estiva em Santos. *Revista Civilização Brasileira,* 4. Rio de Janeiro.

1965 — Economia e transporte. *Revisão,* 2. São Paulo.

RUTH CORREA LEITE CARDOSO. Instrutora. Pesquisa em andamento: estudo dos processos de absorção e integração de japonêses em São Paulo.

Bibliografia:

1963 — Organização familial entre os japonêses de São Paulo. *Revista do Museu Paulista,* N.S., 14. São Paulo.

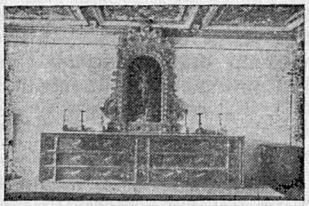
1963 — O agricultor e o profissional liberal entre os japonêses no Brasil. *Revista de Antropologia,* 11(1-2). São Paulo.

ANTONIO AUGUSTO ARANTES NETO. Instrutor. Pesquisa em andamento: estudo sôbre a interpretação cultural do mundo sócio-econômico do vaqueiro tradicional do Nordeste.

THEKLA HARTMANN. Instrutora. Pesquisa em andamento: a contribuição da documentação iconográfica para o conhecimento do índio brasileiro do século XIX.

Bibliografia:

1965 — Baíto, a casa-dos-homens borôro. *Geográfica,* 15. São Paulo.
1966 — Ethnobotanische Beobachtungen unter den Bororo. *Staden-Jahrbuch,* 14. São Paulo.
1967 — *Nomenclatura botânica dos Borôro: materiais para um ensaio etnobotânico.* São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiro.
1967/68 — Museus etnográficos ao ar livre. *Revista de Antropologia,* 15/16. São Paulo.
1968 — Franz Keller — Leuzinger, ein deutscher Ingenieur, Forschungsreisender und Maler in Brasilien. *Staden-jahrbuch.* São Paulo.



UM DOCUMENTO SÔBRE OS RANCHOS DAS ESTRADAS PAULISTAS NOS FINS DO SÉCULO XVIII

MARIA THEREZA SCHORER PETRONE

Os ranchos construídos ao longo das estradas brasileiras têm uma importância extraordinária dentro do sistema de comercialização dos produtos agrícolas antes do advento das estradas de ferro. Serviam para abrigar pessoas e mercadorias das intempéries e forneciam condições mais ou menos razoáveis para pernoitar. Em São Paulo, eram dispostos ao longo das principais vias, de tal maneira que sempre se encontrava um depois de um dia de viagem; é o que se pode deduzir dos relatos dos viajantes estrangeiros que percorreram essa região no comêço do século passado.

Em S. Paulo a cultura da cana-de-açúcar, que desde o govêrno de Morgado de Mateus (1765-1775) se desenvolve no planalto, vai dar origem a uma infra-estrutura necessária para possibilitar a comercialização do açúcar. As estradas, é óbvio, são elementos de capital importância nesse contexto. A partir de Morgado de Mateus e especialmente de Bernardo José de Lorena (1788-1797), todos os governadores se preocupam em adequar o sistema viário do planalto e o caminho do mar à nova função para permitir um fácil escoamento da produção de açúcar de "serra acima" para o pôrto de embarque, e assim permitir que S. Paulo participasse das correntes de comércio internacional. A economia paulista, para se integrar na mundial, teve que vencer as dificuldades de transporte decorrentes da má conservação das estradas, das intempéries e dos problemas inerentes à descida da Serra do Mar. Nesse sistema viário os ranchos ocupam lugar de destaque, pois o açúcar era produto fàcilmente deteriorável em condições atmosféricas adversas.

O governador Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, — e durante seu govêrno a lavoura da cana sofreu notável incremento em "serra acima"—, percebeu que a má qualidade do açúcar paulista era um óbice à exportação do produto. Açúcar mal preparado, exposto às intempéries em péssimas estradas onde existiam poucos ranchos chegava em mau estado a Santos. Êsse governador deu especial atenção à construção de ranchos ao longo das "estradas do açúcar". Em sua Memória de 31 de janeiro de 1799 escreve o seguinte: "A falta de ranchos a onde se recolhão os assucares de noite, ou nas occazioens de chuva tem sido hum grande estorvo ao Comercio. Os assucares com umidade abatem de valor, e esta hé huma das grandes cauzas do descredito em que está o assucar das Villas de Itu, S. Carlos, e outras que vão pela Villa de Santos. Este mal esta remediado, pois

que se tem no meu tempo principiado a construir Ranchos como se vê da planta, em os quais já recolhem os Condutores, as suas cargas, livres do perigo e cada Rancho esta cituado ao pé de hum ribeiro, e de hum pasto aonde ficão as Bestas e tem sempre ao pé hum morador, que serve, como de guarda do Rancho" (1). Os ranchos construídos pela administração eram chamados de reunos.

Além de algumas descrições de viajantes do século passado, temos poucas informações sôbre como eram êsses ranchos construídos nas "estradas do açúcar". Trata-se geralmente de descrições mais ou menos vagas, referindo-se ao material empregado na sua construção, à má conservação ou aos insetos que os infestavam. Faltam especificações mais detalhadas sôbre tamanho, divisões, tipo de construção etc. Daí a importângia do documento existente no Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, que ora publicamos. Além de uma "Relação dos lugares em q' se devem fazer os Ranchos pª Repouzo dos Condutores de açúcares da Vª de Ytú e Fregª de Ararayt[a] até o pôrto de Santos, segundo a insinuação dos mesmos", contém um belíssimo desenho de fachada e planta de um rancho e uma descrição da construção dos mesmos. O documento, datado de 18 de julho de 1797, é assinado por Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, capitão-mor da vila de Itu (2). Planta e desenho são muito bem feitos, apresentando um bonito colorido. Dão uma visão perfeita como os condutores desejavam que fôssem construídos os ranchos e quais os requisitos necessários para poderem abrigar o açúcar. Foram condutores de Itu e de Pôrto Feliz, antigamente Araritaguaba, que sugeriram ao capitão-mor Vicente da Costa a feitura e o aspecto dos ranchos. O fato de a iniciativa ter partido das pessoas diretamente ligadas ao transporte do açúcar, confere à "Relação" e aos esboços real valor, pois documentam como os tropeiros imaginavam um rancho ideal.

O rancho seria composto por duas partes, separadas por uma parede e intercomunicando-se por uma porta. O compartimento à esquerda teria o oitão fechado até em cima e meia parede na frente com porteiras que permitem o acesso de fora. Seria a parte destinada a abrigar os tropeiros que aí podiam descarregar os animais e fazer suas cozinhas. O outro compartimento seria inteiramente fechado, comunicando-se por uma porta com o outro. Aí seriam guardadas as mercadorias sôbre estivas dispostas ao longo das paredes para evitar que a umidade prejudicasse o açúcar. Segundo o rascunho da planta do rancho, que está anexado ao documento, o compartimento para guardar o açúcar teria 35 palmos em quadra, ao passo que o outro seria um retângulo de 35 por 45 palmos (3). Pela planta principal e pela descrição ambos os compartimentos teriam 30 palmos em quadra.

Os condutores, percebendo que em geral os ranchos duravam muito pouco devido às deficiências na construção, sugerem ao governador que fôssem feitos de taipa de pilão e cobertos de telhas. Na realidade, aparecem durante todo período em que predominou a lavoura canavieira frequentes queixas contra a má conservação dos ranchos. Constantemente tinham que ser reconstruídos, acarretando grandes despesas à administração que recorria, não raro, a taxas especiais para êsse fim. Para a construção dêsses ranchos que Taques Goes e Aranha orça em 50$000 réis, os condutores de Itu e Pôrto Feliz oferecem à administração

---

(1) **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**, n.º 29, pp. 114-115, Departamento do Arquivo do Estado de S. Paulo, S. Paulo, 1899. Para mais informações, ver nosso trabalho **A Lavoura Canavieira em S. Paulo**, S. Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.

(2) Departamento do Arquivo do Estado de S. Paulo, TC, 14-2-6. Essa «Relação» constitui a parte final da «Relação dos reparos, concertos, pontes, estibas, aterrados, e atalhos, q' se devem fazer no caminho desta Vª de Ytu ao Porto de Santos, para comodamente transitarem as tropas, q' pr elle versão, orçada a racionável despesa pelos q' respectivamte a devem fazer».

(3) 35 palmos em quadra corresponde a um quadrado cujos lados têm 35 palmos. Um palmo equivale a 0,22 m.

10 réis por cada bêsta de carga ou montaria tôda vez que passarem pelo registro. Além disso, sugerem treze locais onde desejavam ranchos (4).

Parece que a petição dos tropeiros teve resultados, pois temos notícias sôbre a construção de uma série de ranchos pela administração durante o govêrno de Melo Castro e Mendonça e de seu sucessor Franca e Horta.

Relação dos lugares, em q' se devem fazer os Ranchos pª Repouzo dos Conductores dos açucares da Vª de Ytu e Fregª de Ararayt[a] até o porto de Santos, segundo a insinuação dos mesmos.

1 Rancho em o Ribeyro Penunduba entre a referida Vª e Fregª

2 Em o Ribeyrão Pirapitingui da parte daquem.

3 No lugar do Rancho velho, q' fez o Sargtº Mor Carlos Bmeu de Arruda

4 Na varge, aonde morou o falecido Gonçalves da Costa e ficão quatro Ranchos no termo de Ytú

5 Na varge da parte dalem do morro de Aputrebu, termo de Parnayba

6 No Barreyro junto a Casa de telha, q' ali se acha contigua a estrada, termo de Parnayba

7 No Barueri de fronte a Casa de morada, q' tãobem ali se acha, termo de Parnayba, e ficão neste tres Ranchos

8 Em Urusocava pª a parte daquem, termo de S. Paulo

9 No Lugar do Moinho velho

10 No lugar dos Meninos velhos

11 No Rio grande da parte dalem, aonde já se acha hũ Rancho, e de Ordinario Tamanho

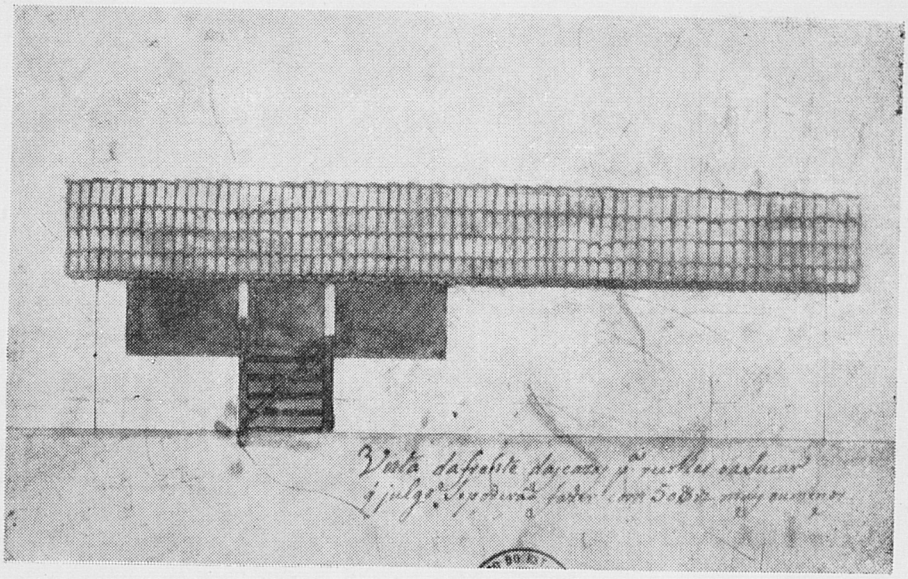
12 No rio pequeno da parte daquem

13 No Rio das pedras da parte daquem

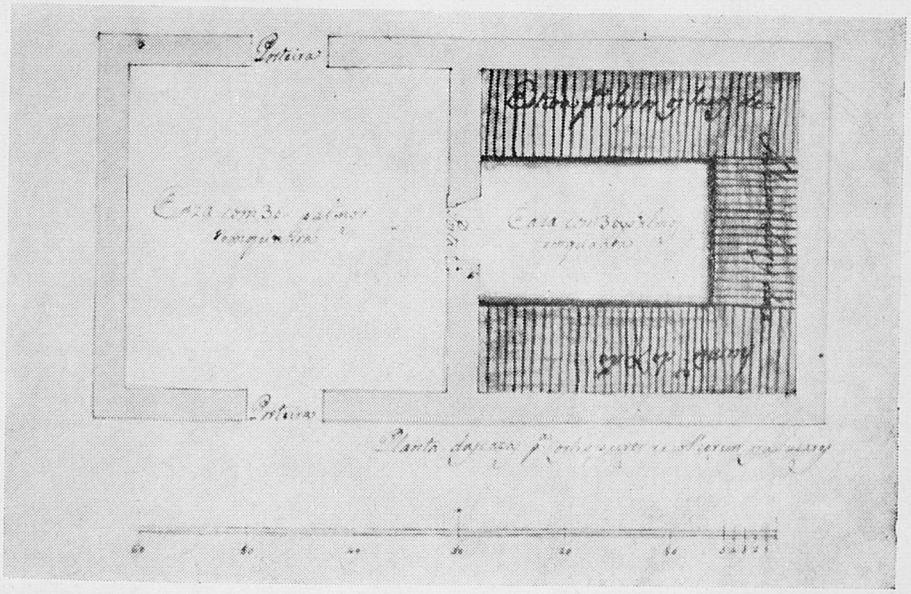
Dizem os mesmos Conductores q' cada Rancho deve ter sessenta palmos de cumprido e trinta de largo dividido em duas metades, hũa feixada té acima com estibas na quadra interior das paredes, pª nellas se guardarem as Cargas, e outra com a parede do outão até acima, e nas frentes meya parede com duas porteiras seguidas no meyo, pª nesse lanço descarregarem as tropas, e fazerem as sus cuzinhas: e q' pª total duração dos Ranchos devem ser feitos de taipa de pilão, e cubertas de telha, conforme a planta, q' aesta acompanha, e na mesma vai a importância de cada Rancho. Dizem ultimamente os ditos Conductores q' o melhor modo de conduzir os açucares hé o mesmo até aqui praticado, em sestos bem forrados com sapé seco e bem enxuto. Estas são as especificas declaraçoens dos referos Conductores, a q' me reporto. Ytú 18 de julho de 1797

Vicente da Costa Taques Goes e Aª

(4) Em 1800 os condutores de Itu voltaram a oferecer um donativo de 200 réis para a construção de ranchos naquele distrito (Departamento do Arquivo..., TC, 55-2-34, carta de 18 de agôsto de 1800).



Vista de frente dos ranchos que deveriam ser construídos conforme pedido dos conautores de açúcar de Itu e Pôrto Feliz.



Planta dos ranchos para guardar açúcar, que deveriam ser construídos ao longo das estradas, por sugestão dos condutores em 1798.

PRINCÍPIOS LINGÜÍSTICOS APLICADOS AO ENSINO DO PORTUGUÊS

MARIA ISABEL ABREU

Êste artigo descreve o material para o ensino da língua portuguêsa preparado pela Divisão de Português da Georgetown University. O livro em dois volumes, *Português Contemporâneo 1* e *Português Contemporâneo 2*, foi sucessivamente publicado em 1966 e 1967.

O método usado é o que tem sido chamado oral, lingüístico, áudio-lingual, etc. e é muito bem descrito por Robert Lado em seu *Language Teaching*. (1) Charles Fries o estuda em vários de seus livros. (2) Baseia-se no princípio de que a aprendizagem de uma língua estrangeira consiste no desenvolvimento de um nôvo sistema de hábitos de linguagem. Aprender uma língua significa a posse do domínio de seu sistema fonológico e de seus padrões básicos estruturais e culturais.

A aprendizagem envolve a aquisição de vários graus de facilidade para cada fonema e seqüência de fonemas; para cada palavra, parte da palavra e padrão de palavras; para as partes do discurso e partes das frases; e para cada tipo de frase e seqüência de frases. Assim, sòmente as experiências repetidas que deixam a facilidade da fôrça do hábito podem influenciar a aprendizagem de uma nova língua.

Saber uma língua pode ser definido como o poder de se usar o seu complexo mecanismo, estando só a mensagem e alguns elementos de seleção sob a atenção do falante. Êsse poder é adquirido gradualmente através de hábitos e por meio de experiências parciais, de modo que a atenção vai sendo, aos poucos, desviada do mecanismo da língua. Os que acusam o método de repetição de papagaios e que insistem no estudo humanista e literário não compreendem que é mais econômico transformar em hábito o que é hábito, e assim, deixar que o raciocínio possa ser usado livremente para os estudos elevados de cultura e literatura. Será interessante repetir aqui as palavras de Fries:

> The fundamental matters of the language that must be mastered on a production-level should, as soon as possible, be made unconscious

(1) Robert Lado, **Language Teaching, A Scientific Approach** (New York, 1964).
(2) Charles C. Fries, **Teaching and Learning English as a Foreign Language**, 13th ed. (Ann Arbor, 1957); Fries and Agnes C. Fries, Foundations for English Teaching, (Tokyo, 1961).

> habits. ... there are many "patterns" that must eventually become the customary molds into which the productive expression must fit without conscious thought. ... These, in the early stages of language learning, remain for considerable time on the level of *production with conscious choice* rather than of *production as an automatic unconscious habit*. Only after much practice of the same "patterns" with diverse content do the patterns themselves become productively automatic. (3)

No entanto, além disso e ainda de acôrdo com Fries, os hábitos que constituem o contrôle da língua nativa não são hábitos concernentes a unidades como unidades mas hábitos relativos a um sistema estrutural de oposições. Êsses hábitos, através dos quais manipulamos a língua nativa, desenvolvem o que êle chama "blind spots" para as oposições fora do nosso sistema. (4)

Esta conclusão de Fries tem grande significação na preparação de material para o ensino de línguas. Em primeiro lugar, significa que há uma grande diferença entre a aprendizagem da língua nativa e a aprendizagem de uma segunda língua, depois de têrmos adquirido um certo sistema de hábitos. Assim, o material para o ensino de uma segunda língua não pode seguir o chamado método natural, pelo qual a criança aprende a sua própria língua. A prática para a aprendizagem não pode ser feita ao acaso em conversação livre, mas deve ser levada a efeito sistemàticamente, de modo a superar as dificuldades determinadas pelos referidos "blind spots." Em segundo lugar, significa que a organização do material deve ser baseada na análise comparativa da língua a ser ensinada e da língua nativa do aluno. O resultado dessa análise se incorporará aos exercícios feitos de frases completas, contendo a comunicação essencial para situações vivas e reais. O material e a prática devem trazer ao aluno um nôvo sistema de hábitos para compreensão e produção e não meros conhecimentos sôbre a língua.

Um outro ponto importante na preparação de material para o ensino de uma língua estrangeira é o conteúdo sócio-cultural que provê os significados dos sinais estruturais. Da mesma maneira que o resultado da análise estrutural deve ser incorporado aos exercícios, os resultados dos estudos sócio-culturais não devem ser ensinados apenas como informação. Êsse conteúdo sócio-cultural, que dá significação total à conversação do povo que usa a língua, deve constituir o sentido de todo o material a ser ensinado. Desta maneira, o próprio material lingüístico construirá no aluno gradativamente as feições significativas de um modo de vida diferente.

Segue-se um dos diálogos das lições, o diálogo da décima-sexta lição, para exemplo de como foi nêle feita essa incorporação do conteúdo sócio-cultural.

Um encontro no Ministério

Carlos e Rui

C: No meu relógio é uma e quinze. Quantas horas são no seu?
R: Faltam cinco para a uma.
C: Não é possível! Êle deve estar atrasado.
R: Está certo pelo relógio da Central. O seu é que está adiantado.
C: Às duas em ponto eu devo estar no Ministério. Eu vou conversar com o Dr. Ferreira.
R: Êle também é funcionário?
C: Êle é um alto funcionário e conhece o meu sogro. Parece que êle resolve a minha situação.

---

(3) Fries, **Teaching and Learning English as a Foreign Language**, 9.
(4) Fries, «Preparation of Teaching Materials, Practical Grammars, and Dictionaries, Especially for Foreign Languages», in **LL, IX**, 1 and 2 (1959), 43-50.

Como vemos, tôda essa conversação está impregnada do elemento sócio-cultural brasileiro, até a maneira, um pouco indiferente, de se discutir a hora. Também a palavra *doutor* na cultura luso-brasileira não significa o mesmo que na americana. Não é exatamente um certificado de competência profissional. Significa antes uma marca de prestígio e de nível social. Uma pessoa ocupando alta posição é geralmente chamada doutor sem necessàriamente, ao menos, possuir um grau universitário. Outro ponto da cultura brasileira aqui encontrado e diferindo da americana, é o contido nas duas últimas frases. Refere-se ao fato de se usar o contato ou influência dos parentes para se resolver um problema ou se atingir um objetivo, o que acontece principalmente em conexão com o serviço público.

Observamos, assim, que a língua é um sistema de hábitos estruturais em oposição e um meio de comunicação de cultura, devendo, portanto, como tal ser estudada. Passemos agora a analisar as várias etapas em que se realiza a aprendizagem, de acôrdo com o método que adotamos. Essas etapas podem ser enumeradas na ordem que se segue: (1) imitação-memorização; (2) escolha consciente; (3) prática de padrões; e (4) seleção livre.

O principal valor da memorização é fazer o aluno aprender frases contendo padrões básicos, frases estas que êle pode variar e expandir e, eventualmente, usar em muitas situações. As frases básicas podem ser ensinadas isoladamente sem relação contextual umas com as outras, mas organizadas em diálogos têm muito mais motivação. O fato de se poder conversar na língua desde o princípio e a possibilidade de dramatização constituem a grande vantagem dos diálogos sôbre as frases isoladas. O seu único inconveniente é que, às vêzes, introduzem material desnecessário para o progresso sistemático da língua. Aliás, há um conflito entre a naturalidade dos diálogos e a introdução gradativa dos padrões estruturais. Se os diálogos são naturais, incluem padrões ainda não ensinados; se a gradação é perfeita, os diálogos geralmente são artificiais. Resolvemos a situação, conservando ao mínimo a introdução de padrões fora da escala gradativa.

Os diálogos devem ser curtos para não sobrecarregarem o aluno no seu esfôrço de memorização. Nas nossas lições, tentamos limitá-los a cinco ou seis linhas nas primeiras lições e a dez linhas nas lições mais adiantadas, tendo apenas sido alterado êsse limite, por absoluta necessidade nos arranjos para introduzir os novos padrões e manter a naturalidade.

Vejamos outro diálogo, o da lição décima-terceira, e observemos a apresentação dos novos padrões. Nesta lição, os pontos gramaticais a serem ensinados são: (1) Presente do indicativo de *poder, perder, saber* e *ver;* (2) Números ordinais; (3) O uso de *mais* e *menos;* (4) Frases com *de* expressando posse ou qualidade.

O Quadro de Portinari

Helena e Carlos

H: Olha o terceiro quadro. É o mais bonito de todos.
C: Não é mau; você sabe qual é o pintor?
H: Sei. Só pode ser Portinari.
C: Eu não vejo a razão da sua certeza. Portinari é o primeiro pintor brasileiro. Não é o único.
H: Eu posso saber pelas linhas e pelas côres. Elas são mais suaves nos quadros dêle.
C: Vocês, mulheres, sabem tudo. Nós, homens, sempre sabemos menos.
H: Seu irônico... Com você eu sempre perco.

Memorizado êste diálogo, contendo os problemas a serem estudados na lição, os alunos estão prontos para a segunda etapa da aprendizagem, a da *escolha consciente.* Aqui os exercícios são feitos com a atenção voltada para o problema.

Assim, para se ensinar o presente dos verbos *poder, perder, saber* e *ver* na mesma lição treze, seguem-se os seguintes passos:

a) Repetição das frases do diálogo em que aparecem êstes verbos.

b) Apresentação das várias formas dos verbos em um quadro, onde se comparam com as formas do verbo regular *comer,* prèviamente ensinado.

c) Comentário, isto é, chama-se a atenção do aluno para o fato de que os verbos em foco só são irregulares na primeira pessoa do singular.

d) Prática dêste ponto gramatical com a atenção no problema, usando-se para êsse fim exercícios de substituição. Depois que o aluno sabe usar a frase básica pela repetição, geralmente o melhor exercício é o de substituição. É rápido, flexível e versátil. Usamos nas lições os diversos tipos: substituição simples, substituição em posição variável, substituição com mudanças e múltipla substituição. Os exercícios de substituição são, em geral, os primeiros em tôdas as lições. Segue-se parte de um exercício de substituição da mesma lição e cujo fim é ensinar o presente do verbo *poder.*

Substitute the cued word in the model sentence and make the necessary changes.

	Eu posso saber pelas linhas.
vocês	Vocês podem saber pelas linhas.
o meu amigo	O meu amigo pode saber pelas linhas.
as mulheres	As mulheres podem saber pelas linhas.
	etc.

Até aqui o aluno tem a atenção voltada para o problema. Mas, quando chegamos a êste ponto da aprendizagem, a prática necessária é a que gradualmente desvia a atenção do aluno do problema em foco ao mesmo tempo que o faz usar exemplos contendo o mesmo problema. "This will engage the habit mechanism and more quickly establish the new habits" diz Lado. (5) Êle chama os exercícios assim organizados "pattern-practice." (6) Nós os traduzimos por "prática de padrões." Entramos, assim, na terceira etapa da aprendizagem.

Simples repetição e exercícios de escolha consciente não constituem prática de padrões nesse sentido técnico. Constituem etapas precedentes. Na prática de padrões, as mudanças na frase se fazem em pontos diferentes do problema focalizado. Isto parece paradoxal, mas é, com efeito, uma feição importante do exercício. Quando o aluno espera uma mudança no ponto crítico, a sua atenção está nêle e, portanto, o seu sistema de hábitos não está sendo exercitado. Fazendo-se as transformações em outro ponto, a atenção é desviada do padrão a ser estudado e êste passa a ser um hábito. Voltando-nos aos verbos *poder, perder, saber* e *ver,* encontramos na lição treze o seguinte exercício de prática de padrão:

Answer the following questions according to the first answer of each set.

Você sabe qual é o pintor? Portinari	Sei, só pode ser Portinari.
Você sabe qual é a professôra? a Dona Dulce	Sei, só pode ser a Dona Dulce.
Você sabe qual é o rapaz? o Paulo	Sei, só pode ser o Paulo.

O exercício continua com frases diferentes para os verbos *poder, ver* e *perder.*

(5) Lado, **Language Teaching,** 105.
(6) **Ibid.**

Aqui o aluno, enquanto tem a atenção voltada para as mudanças da frase, está passando para o subconsciente a primeira pessoa dos verbos *saber, poder, ver* e *perder,* o que é um ponto difícil para os alunos de fala inglêsa.

Tendo, dessa maneira, observado as três primeiras etapas no ensino de uma língua, resta referirmo-nos à quarta etapa, isto é, aos exercícios de seleção livre, os quais só podem ser dados depois de certo ponto de desenvolvimento do aluno.

Depois da prática de padrões, o aluno deve fazer o uso dos mesmos, tendo tôda a atenção voltada para a comunicação. Para atender a esta finalidade, em *Português Contemporâneo* os padrões estudados aparecem novamente, nas pequenas leituras que se encontram no fim das lições mais adiantadas e que servirão de tópico para uma conversação controlada entre o professor e os alunos. Neste ponto da aprendizagem, o assunto e o vocabulário tornam-se importantes, sendo a língua graduada de acôrdo com o nível de conhecimento do estudante. Os tópicos escolhidos para êsse estágio foram folclore, estados e cidades do Brasil, educação, feriados, história, literatura, arte, etc.

Após essas considerações relativas aos princípios em que se baseia o material e as etapas através das quais se realiza, passemos a uma descrição breve da sua organização. As lições são em número de quarenta e duas, constando cada uma das seguintes partes:

I. Diálogo. Curto diálogo para imitação-memorização, preparado para o ensino gradativo da estrutura e vocabulário. Segue-se ao diálogo pequena nota cultural, em inglês até a vigésima-segunda lição, e em português da vigésima-terceira em diante.

II. Pronúncia e ortografia. Esta parte é dedicada exclusivamente a exercícios de pronúncia nas primeiras lições; depois da lição vigésima, à pronúncia e à ortografia; e nas últimas lições apenas à ortografia. Os problemas de pronúncia são em geral apresentados por pares em oposição, como por exemplo: /e/:/ɛ/, /o/:/ɔ/, /l/:/ʃ/; entoação de perguntas com vocábulos interrogativos em contraste com perguntas do tipo "sim" ou "não", etc. Cada exercício contém:

a) Um exemplo ou contraste

b) Comentários

c) Prática, feita em grande parte por exercícios de repetição.

Os exercícios de ortografia seguem os mesmos passos, mas a prática naturalmente tem feições diferentes. Faz-se por leitura, cópia, ditado, etc.

III. Gramática. Em geral, em cada lição estudam-se separadamente três pontos ou padrões gramaticais, incluídos prèviamente no diálogo. O processo usado para o ensino dos padrões já foi discutido anteriormente neste trabalho. A prática inclui, além dos exercícios de substituição já mencionados, os de transformação, perguntas e respostas, construção, etc.

IV. Leitura. No segundo volume, isto é, a partir da lição vinte e três, encontra-se no fim de cada lição um pequeno trecho de leitura cuja finalidade é, além de fixar o material aprendido oralmente, dar ao aluno oportunidade de expandir o seu vocabulário e de se informar, um pouco mais intensivamente, sôbre o aspecto cultural brasileiro. Ainda aqui, porém, foi observado, com atenção, o contrôle do número de palavras introduzidas, tendo sido reduzido ao mínimo o uso de padrões gramaticais não praticados prèviamente.

Estão, assim, descritos em linhas gerais os princípios lingüísticos em que se baseia *Português Contemporâneo* e a rota seguida. O livro tem sido bem sucedido e, portanto, consideramos compensador o nosso trabalho. Acolhemos, porém, com satisfação, tôdas as sugestões para o seu aperfeiçoamento que, estamos certos, tem sempre lugar em livros desta natureza.

KARL FRIEDRICH PHILIPP von MARTIUS (1794-1868)

ROSEMARIE E. HORCH

Comemorou-se em 1968 o centenário de morte de um dos maiores sábios alemães de sua época, o ilustre botânico Karl Friedrich Philipp von Martius.

Pretendemos dar aqui apenas um esbôço de sua vida e sua obra, uma vez que já existem estudos bastante vastos sôbre tão interessante figura. (1) O nosso fito é informar apenas sôbre as obras que o Instituto de Estudos Brasileiros possui. Não relacionamos evidentemente artigos saídos em publicações periódicas sôbre Martius e que possam existir no Instituto.

Nascido a 17 de abril de 1794 em Erlangen, na Baviera, viria a ser "o benemérito estrangeiro que, mais do que nenhum outro, contribuiu para o renome glorioso de nossa pátria", no dizer de Max Fleiuss. (2)

Era filho de família que estudava as ciências da natureza por tradição. Com a idade de 16 anos inscreveu-se na Universidade de Erlangen como estudante de medicina. Lecionava nesta Universidade Johann Christian Daniel von Schreber (1739-1810), discípulo direto de Linné. Após quatro anos foi promovido a *Doctor medicinae*. Ingressou como estagiário na Academia Bávara das Ciências, ajudando o botânico Franz von Paula Schrank (3) na direção do Jardim Botânico. Após mais dois anos foi nomeado adjunto da Academia.

Martius freqüentemente acompanhava o soberano bávaro, Max Joseph I, durante as visitas dêste ao Jardim Botânico. Nesta ocasião deve ter nascido o plano de enviar uma expedição científica à América tropical, finalmente realizado, graças ao casamento da princesa imperial D. Leopoldina de Austria com o então príncipe D. Pedro, futuro imperador do Brasil. Conseguiu o rei que dois cientistas

---

(1) Veja-se sôbre isto: Carus, C. G.: Erinnerungen an Carl Friedrich Philipp von Martius. **In:** «Leopoldina», n.º 12, caderno VI, pp. 105-111, 1869. Eichler, A. W. — Carl Friedrich Philipp von Martius. **In:** «Flora», 52, pp. 3-13, 17-24, 1869. Rambo, p. B. — Martius. São Paulo, Inst. Hans Staden, 1952, 20 pp. Schramm, H. — C. F. Ph. von Martius, sein Lebens-und Charakterbild. Leipzig, 1869, 2 vols. Sommer, F. — A vida do botânico Martius. São Paulo, 1953, 184 pp.

(2) Viagem pelo Brasil por... Rio de Janeiro, 1938, v. I, p. XV.

(3) Franz von Paula Schrank foi co-editor com Martius da obra de Andreas Johann Wagner «Testacea fluviatilia quae in itinere per Brasilian annis MDCCCXVII-MDCCCXX...» (Lipsiae, T. O. Weigel, 1827 — 1 f. pr., vi, 36 p., 29 ests. col.).

bávaros estivessem entre aquêles que acompanhavam D. Leopoldina. Forneceu-lhes subsídios para que pudessem pesquisar e trabalhar por alguns anos no Brasil.

Foram escolhidos o zoólogo Johann Baptist Spix (1781-1826) e o botânico Karl Friedrich Philipp von Martius. Em dezembro de 1816, recebiam a notícia de sua escôlha e já a 6 de fevereiro partiam de Munique. Pouco tempo lhes restava, portanto, para os preparativos de uma viagem de tal envergadura.

A 7 de abril de 1817, zarparam de Trieste e chegavam a 15 de julho ao Rio de Janeiro. Segundo o plano estabelecido para os dois, teriam que viajar através das principais províncias do País e reunir coleções. (4)

Após algumas excursões pelos arredores do Rio de Janeiro, iniciam os dois viajantes, a 8 de dezembro de 1817, sua expedição pelo interior do Brasil. Primeiramente vão até São Paulo, de lá viajam por Cotia, São Roque, Sorocaba até São João de Ipanema. Voltam a Sorocaba, seguindo depois através de Itu, Jundiaí para Atibaia até atingirem Vila Rica. De lá visitam os índios Coroados, que viviam a margem do rio Xipotó. Seguem depois para Tejuco, onde visitam os distritos diamantíferos. Percorrem o sertão até o rio São Francisco, atravessam-no e chegam ao limite dos Estados de Goiás e Minas. De lá voltam e seguem caminho até Salvador. Fazem também uma excursão até Ilhéus, regressando a Salvador; atravessam depois a caatinga. Em Juàzeiro, cruzam o São Francisco e seguem pelo interior de Pernambuco e Piauí até Oeiras, então capital de Piauí. Dali atingem São Luís, capital do Maranhão, passando por Caxias. De navio chegam então a Belém do Pará e visitam os arredores. Posteriormente, seguem pelo rio Amazonas até a barra do Rio Negro. Continuam ainda o curso do rio Solimões até Ega. Nesta cidade os dois viajantes se separam: Spix sobe o Solimões até Tabatinga, enquanto que Martius sobe o rio Japurá até as cataratas de Araraquara. Spix navega ainda o Rio Negro até Barcelos. Juntos novamente, visitam os índios Mundurucús e Manés, através do Rio Madeira. Após esta visita voltam a Belém, de onde partem para Europa a 18 de junho de 1820. A 8 de dezembro do mesmo ano estão de volta a Munique.

Os resultados da viagem foram logo publicados em diversas obras especializadas. De 1823 a 1831 sai a *Reise in Brasilien,* sendo que o primeiro volume e dois capítulos iniciais do segundo ainda são da autoria conjunta dos dois viajantes. Como Spix falece inesperadamente em 1826, Martius teve que redigir o restante sòzinho.

Concomitantemente com a edição da *Reise in Brasilien,* Martius se dedicou ao trabalho científico de todo o material que trouxera de botânica. Primeiramente publica em três volumes, *in-fólio, Nova genera et species plantarum,* entre os anos de 1824 a 1832. Segue um trabalho sôbre os criptógamos. No ano de 1823, em que saía o primeiro volume da descrição da viagem, Martius inicia a obra, que é considerada por todos o "magnum opus", a história natural das palmeiras: *História naturalis Palmarum.* De 1823 a 1850 aparece em fascículos, num total de 550 p. com 135 estampas em fólio imperial, subdivididos em três volumes. Para dois capítulos, Martius consegue a colaboração de colegas amigos: Hugo von Mohl, que descreve "De structura Palmarum" e Franz Unger com "De palmis fossilibus". Esta obra ainda hoje é uma das monografias mais importantes aparecidas em botânica. Alexandre von Humboldt afirma com razão que "Enquanto se conhecer palmeiras e as chamamos de palmeiras, também o nome de Martius não será esquecido." (5)

Ao sair o primeiro volume da *Nova genera et species plantarum,* Martius arquiteta um plano grandioso, destinado a abranger tôda a flora do Brasil. Pri-

(4) Karl Mägdefrau — Leben und Werk des Botanikers Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) **in:** Reise in Brasilien... Stuttgart, F. A. Brockhaus, 1966, vol. 1, p. X-XVII.

(5) «Solange man Palmen kennt und Palmen nennt, wird auch der Name Martius nicht vergessen sein.»

meiramente, contudo, só consegue editar dois volumes, mas finalmente Martius consegue o apoio financeiro do príncipe Metternich, do imperador Ferdinando I da Áustria, do imperador D. Pedro II do Brasil e do rei Ludovico I da Baviera e também de uma plêiade de colaboradores de nível internacional. Quando Martius morre, A. W. Eichler, que foi seu aluno, continua a obra, e é por sua vez sucedido por J. Urban, que em 1906 termina a obra editando o último fascículo. A coleção completa da *Flora Brasiliense* consta de 15 volumes (sub-divididos em 40) com mais de 10.000 páginas em 2 colunas e 3.811 estampas. 22.767 espécies são descritas (dentre as quais 5.689 novas) e que se distribuem em 2253 classes. Reproduzem 6.246 espécies. É a maior Flora que se publicou até hoje na literatura botânica do mundo.

Os interêsses de Martius, contudo, não se restringiam só à botânica. Com a morte de Spix, Martius procura colaboradores para os grupos de animais, que ainda faltavam. Se na descrição da viagem já temos uma grande quantidade de informações etnográficas, êle as desenvolve mais detalhadamente e as publica em estudos diversos.

O mérito da obra de Martius está em três setores, interligados: o desbravamento do Brasil, a sistemática e geografia das plantas e o ensino universitário.

A viagem ao Brasil de Spix e Martius não foi certamente a primeira, nem a única, que se realizou através dos séculos, porém, foi a que mais resultados apresentou para o mundo científico.

Após a sua volta do Brasil, Martius é condecorado e nomeado segundo conservador do Jardim Botânico, entra para a Academia Bávara de Ciências e é nomeado professor de botânica na Universidade de Munique.

Ao ser enterrado a 15 de dezembro de 1868 aquêle que, durante 51 anos dedicou o melhor dos seus esforços ao Brasil, teve seu caixão coberto com fôlhas de palmeiras.

Queremos terminar êste breve ensaio com as palavras de Germano Mueller (6): "Será difícil, (...) encontrar estrangeiro de amor mais entranhado a esta segunda Pátria, de índole mais encantadora e simpática, de caráter mais dedicado à sua missão, de pendores mais genuìnamente de homem do Sul da Alemanha, do que êste sábio, que conhecia o Brasil como ninguém e que sôbre suas riquezas e os encantos de sua natureza escreveu páginas que pertencem às mais belas que a Literatura Alemã possui sôbre a nossa Terra."

* * *

— Beitraege zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerika's zumal Brasiliens. Leipzig, Friedrich Fleischer, 1867.

2 vols., 1 mapa desd. 23,1 cms.

O primeiro volume consta de:

Zur Ethnographie Amerika's zumal Brasiliens. Von... Mit einem Kaertchen ueber die Verbreitung der Tupis und die Sprachgruppen. |ix|, 801 p., 1 mapa.

Êste por sua vez:

I. Die Vergangenheit und Zukunft der amerikanischen Menschheit.

II. Von dem Rechtszustande unter den Ureinwohnern Brasiliens.

III. Die indianischen Voelkerschaften, Staemme und Horden in Brasilien und einigen benachbarten Gebieten, Land und Leute.

---

(6) Germano Müller — «Elos que estreitam o Brasil à Baviera» in **Revista Verbum**, Rio de Janeiro, março de 1968, tomo XXV, fasc. 1, p. 57.

O segundo volume contém:

Woertersammlung brasilianischer Sprachen. Glossaria linguarum Brasiliensium. Glossarios de diversas lingoas e dialectos, que fallao os Indios no Imperio do Brazil. Von... xxi, 548 p.

Baldus, 959; BB, t. II, p. 29; CEHB 11.359; JCR 1557-1558; MBEB 1978; Ayrosa, 340; Vale Cabral, 60.

O primeiro volume encerra três trabalhos, que são: a) "O passado e o futuro da humanidade americana". Esta versão apareceu na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo,* vol. IX, São Paulo, 1905, p. 534-562; b) "O estado de Direito entre os aborigenes do Brasil" também publicado em versão portuguêsa na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo,* vol. XI, São Paulo, 1907, p. 20-82. Dêste estudo também existe uma tradução inglêsa publicada no "Journal of the Geographic Society", II, Londres, 1832, p. 191-227. (CEHB n.º 11349); c) o terceiro trabalho é uma sinopse etnográfica dos índios do Brasil e das regiões limítrofes. Esta parte é acompanhada de um mapa demonstrando as "supostas migrações dos Tupi e a distribuição dos grupos linguísticos" (Baldus, 959).

O segundo volume é um "Dicionário da Língua Geral Brasílica português-alemão".

Escreve o p. Balduino Rambo em sua obra intitulada "Martius" (p. 15/16) a respeito destas obras etnológicas:

> "Há, nestes estudos etnológicos de Martius, uma decidida predileção pelo lado linguístico dos problemas. Como reflexo da herança da formação humanística do ginásio e da expressão da atmosfera científica de uma época profundamente interessada em desvendar os nexos das línguas, a parte etimológica dos têrmos e nomes o interessa em cada caso particular. Martius, como nenhum outro dos grandes exploradores estrangeiros do Brasil, prima pela grafia correta dos topônimos portuguêses e indígenas. Cita, na medida do possível, os nomes populares das plantas, juntando cada vez a tradução latina e muitas vêzes a alemã.
>
> "A importância dos estudos etnológicos de Martius, em uma época em que o tratamento científico desta disciplina era pràticamente desconhecido no Brasil, não pode ser exagerada; suas pesquisas significam para nós o mesmo que os trabalhos de Alexander von Humboldt no norte do continente sul-americano." ...

Na biblioteca de Mário de Andrade, recentemente incorporada ao IEB, consta mais um exemplar desta obra.

— Brasilianische Volkslieder und Indianische Melodien. Musikbeilage zu Dr. v. Spix und Dr. v. Martius Reise in Brasilien. s.n.t.
15 p.

Canções populares brasileiras e melodias dos índios.

Na coleção Mário de Andrade, recentemennte incorporada ao Instituto de Estudos Brasileiros, constam dois exemplares dêste folheto, sendo um em papel especial.

JCR 2299; MBEB 5136.

Escreve Luís Heitor Correia de Azevedo no "Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros a respeito desta obra:

> "De Spix & Martius vai citada a pequena coletânea musical anexa à *Reise in Brasilien — Brasilianische Volsklieder und Indianische Melodien*. Trata-se de uma obra que falta mesmo em algumas boas *brasilianas* e que geralmente é pouco conhecida, devido ao pequeno número de exemplares distribuidos (...). Nela encontramos várias modinhas, com acompanhamento de piano, melodias indígenas *"colhidas com bastante espírito etnográfico"*, segundo o depoimento de Mário de Andrade em *Música e Canções Populares no Brasil* (pág. 7), e um curioso *lundú*, do qual só é reproduzida a parte melódica."

— Das Naturell, die Krankheiten, das Arzthum und die Heilmittel der Urbewohner Brasiliens. Von... Muenchen, Druck der Dr. C. Wolf'schen Buchdruckerei, s.d.
192 p. 16 cms.

Extraído de "Buchner's Repertorium fuer die Pharmacie", vol. XXXIII, H. 3, p. 289 e segs.

Baldus, 957; JCR 1534; MBEB 1979.

— ...Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros (1844). Edição illustrada. Traducção, prefácio e notas de Pirajá da Silva. São Paulo [etc.], Companhia Editora Nacional, 1939.
xxxii, 286 p., front., ests. 18,6 cms.

Escreve Herbert Baldus em sua Bibliografia crítica da etnologia brasileira (p. 434) a respeito desta obra:

> "Muitas idéias médicas e etnológicas expostas pelo autor são produtos típicos de sua época e abandonadas pela ciência moderna. Apesar disso, o presente trabalho é, como todos os outros estudos indianistas do sábio bávaro, um manancial de valiosas observações, se bem que mostre, como os demais, as características aptidões e defeitos do autor, que era ótimo sistematizador e péssimo psicólogo. Como naqueles estudos, também aqui Martius se perde nas generalizações mais absurdas quando trata da mentalidade dos índios". ...

— Reise in Brasilien auf Befehl Sr. Majestaet Maximilian Joseph I., Koenigs von Baiern, in den Jahren 1817 bis 1820 gemacht und beschrieben von Dr. Joh. Bapt. von Spix... und dr. Carl Friedrich Phil. von Martius... Muenchen, gedruckt bei M. Lindauer, 1823-31.
3 vols. + 1 vol. de Atlas com 41 planchas e 7 mapas.

Baldus 1584; BB, t. II, p. 278; CEHB 1100; JCR 2295-6.

Travels in Brazil, in the years 1817-1820. Undertaken by command of His Majesty the King of Bavaria. By... London, printed for Longman et al., 1824.
2 vols., ests. 22 cms.

BB, t. II, p. 278; CEHB 1102; JCR 2297.

Viagem pelo Brasil por... Tradução brasileira promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para a comemoração do seu centenário. Tradutora d. Lucia Furquim Lahmeyer... Revisores, o dr. B. F. Ramiz Galvão e o prof. Basilio de Magalhães (que foi também o anotador)... Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938.

4 vols., ilust., ests. facs. 24 cms.

Reise in Brasilien in den Jahren 1817-1820 von... Unveraenderter Neudruck des 1823-1831 in Muenchen in 3 Textbaenden und 1 Tafelband erschienenen Werkes. Herausgegeben und mit einem Lebensbild des Botanikers C.F.P. von Martius sowie mit einem Register versehen von Karl Mägdefrau. Stuttgart, F. A. Brockhaus, 1966.

3 vols. 22 cms. (Quellen und Forschungen zur Geschichte der Geographie und der Reisen, v. 3).

Um extrato foi feita desta obra com o titulo:

Através da Bahia. Excerptos da obra Reise in Brasilien. Trasladados a português por Dr. Manoel A. Pirajá da Silva e Dr. Paulo Wolf. Trabalho apresentado ao 5.º Congresso Brasileiro de Geographia. Bahia, Imprensa Official do Estado, 1916.

3 f.pr., viii, 230 p., 1 f.inum.

Esta edição e a seguinte constam da biblioteca Mario de Andrade recentemente adquirida para o Instituto de Estudos Brasileiros.

...Através da Bahia. Excerptos da obra Reise in Brasilien. Trasladados a português por Dr. Pirajá da Silva e Dr. Paulo Wolf. Trabalho apresentado ao 5.º Congresso Brasileiro de Geographia e approvado com louvor. 2.ª edição melhorada e completa. Bahia, Imprensa Official do Estado, 1928.

3 f. pr., x, 263 p., 2 f. inum., 1 est., tab. desd. 23,4 cms.

Sôbre esta obra, escreve o barão de Ramiz Galvão no Catálogo da Exposição de História do Brasil (CEHB 1100):

> "Os viajantes, tendo chegado ao Rio de Janeiro a 14 de Julho de 1817, visitaram os arredores da capital, seguiram por terra para S. Paulo, d'ahi a Minas-Geraes até o Xipoto, Minas-Novas, sertão do rio de S. Francisco até os limites da prov. de Goyaz; da Malhada voltaram pelo interior da prov. da Bahia até a cidade de S. Salvador; depois de terem visitado a comarca dos Ilhéos, seguiram até Joazeiro, d'ahi por Pernambuco a Oeiras, Caxias e S. Luiz do Maranhão. Por mar subiram ao Pará, e d'ahi pelo Amazonas até a Barra do Rio Negro e Tabatinga, pelo Japurá até Araracoara, pelo rio Negro, até Barcellos. De volta, chegaram ao Pará, onde embarcaram para Europa a 14 de Julho de 1820, com suas collecções zoológicas e botânicas, que constavam de: 3.381 espécies de animais e 6.500 espécies de plantas — farta messe de infatigável labor.
>
> A viagem de Spix e Martius é no seu gênero obra de importância capital para o Brazil."

Alfredo de Carvalho em sua "Biblioteca Exotico-Brasileira" vol. III, p. 338) ainda escreve a respeito desta obra:

"Spix falleceu em 1827, quando se publicava a — Reise in Brasilien; — porém seu companheiro Martius lhe sobreviveu mais de 40 anos, publicando dezenas de monographias, ora com o seu nome, ora associando-se ao seu inseparável amigo Spix."

O segundo e terceiro volumes da viagem ao Brasil já foram publicados apenas por Martius.

O Instituto de Estudos Brasileiros possui mais uma edição original adquirida com o acervo da biblioteca de Mário de Andrade. Esta é em tamanho maior com margens extra largas. São exemplares muito difíceis de se encontrar.

Nesta mesma biblioteca ainda temos um exemplar de "Através da Bahia" e um álbum, cujo título reza o seguinte:

"Viagem pelo Brasil von Spix e von Martius. 1817. Apresentação de Herbert Baldus. Tiragem especial da "Revista do Arquivo" n.º 4. Desta edição das gravuras da "Viagem pelo Brasil" de von Spix e von Martius publicadas fora de texto nos volumes LI a LXII da "Revista do Arquivo" do Departamento de Cultura, tirou-se uma separata de 100 exemplares, sendo numerados, de 1 a 25, os exemplares impressos em papel couché de 50 quilos e, de 26 a 100, os impressos em papel couché de 30 quilos. São Paulo, 1940."
24 p., 80 ests. num.

Encontra-se também depositada no Instituto de Estudos Brasileiros a Coleção Lamego. Desta biblioteca temos dois exemplares da tradução inglêsa da viagem de Spix e Martius.

— Systema materiae medicae vegetabilis Brasiliensis. Composuit... Lipsiae, apud Frid. Fleischer; & Vindobonae, apud Frid. Beck in Comm., 1843.
1 f.pr., xxvi, 155(1) p. 21,5 cms.

Baldus 957; BB, t. II, p. 29; JCR 1553.

Desta obra foi feita uma tradução no Rio de Janeiro pelo desembargador Henrique Veloso de Oliveira e publicada em 1854 com o título de: "Systema de matéria médica vegetal brasileira contendo o catálogo e classificação de tôdas as plantas brasileiras conhecidas..."

É considerada obra fundamental para o conhecimento das nossas ervas medicinais, onde Martius uniu seus conhecimentos de botânico e de médico, enumerando sistemàticamente as espécies brasileiras e revela a preparação, o uso e os efeitos dos respectivos remédios.

— Versuch eines Commentars ueber die Pflanzen in den Werken von Marcgrav und Piso ueber Brasilien, nebst weiteren Eroerterungen ueber die Flora dieses Reiches. Von... I. Kryptogamen. Aus den Abhandlungen der K. bayr. Akademie, d. W. II. Cl. VII. Bad. I. Abth. Muenchen, Verlag der k. Akademie, 1853.

60 p. 30 × 23,5 cms.
CEHB 11731.

Tentativa de um comentário sôbre as plantas nas obras de Marcgrave e Piso sôbre o Brasil, junto com alguns esclarecimentos sôbre a flora dêste país.

— Von dem Rechtszustande unter den Ureinwohnern Brasiliens. Eine Abhandlung von... Muenchen, Leipzig, in Commission bei Friedrich Fleischer, 1832.
iv, 85(1), 20 p., 1 mapa desd. 28,5 cms.

Baldus 959; BB, t. II, p. 26; CEHB 19.816.

Veja o que escrevemos a respeito desta obra sob o titulo "Beitraege zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerika's zumal Brasiliens."

— Vortraege ueber die Florenreiche oder Imperia Florae. Von... Separatdruck aus den Jahresberichten der bayer. Gartenbau-Gesellschaft zu Muenchen. Muenchen, Druck von J. G. Weiss, 1865.
1 f.pr., 56 p. 24,5 cms.

JCR 1556.

São duas exposições feitas pelo autor perante a sociedade de jardinagem nas quais êle discorre sôbre os vários impérios da flora nativa nas diversas partes do mundo. No segundo discurso menciona especificamente a flora brasileira.

Das obras que Martius editou ou prefaciou, o Instituto de Estudos Brasileiros ainda possui:

SPIX, Johann Baptist von, 1781-1826.

Delectus animalium articulatorum, quae in itinere per Brasiliam annis MDCCCXVII-MDCCCXX... Collegerunt... et Dr. C. F. Ph. de Martius. Digessit, descripsit, pingenda curavit Dr. Maximilianus Perty... praefatus est et edidit Carol. Frideric. Philip. de Martius... Monachii, impensis editoris, 1830-1834.
4 f.pr., iii, 44, 224 p., 40 ests. 36 × 39 cms.

SPIX, Johann Baptist von, 1781-1826.

Selecta genera et species piscium quos in itinere per Brasiliam annis MDCCCXVII-MDCCCXX... collegit et pingendos curavit... Digessit, descripsit et observationibus anatomicis illustravit Dr. L. Agassiz, praefatus est et edidit itineris socius Dr. F. C. Ph. de Martius. Monachii, Typis C. Wolf, 1829.
3. f.pr., xvi, 6, 138 p. 83 ests. (alg. coloridas) 35 × 29 cms.

WAGNER, Andreas Johann, 1797-1861.

Testacea fluviatilia quae in itinere per Brasiliam annis MDCCCXVII-MDCCCXX... Suscepto et pingenda curavit Dr. J. B. de Spix... Digessit, descripsit et observationibus illustravit Dr. ... Ediderunt Dr. F. a Paula de Schrank et Dr. C. F. P. de Martius. Lipsiae, T. O. Weigel (1827).
1 f.pr., vi, 36 p., 29 ests. col. 36,5 × 28 cms.

Sôbre Martius a biblioteca possui a obra de:

SOMMER, Frederico.

A vida do botânico Martius "Pai das Palmeiras". (São Paulo), Edições Melhoramentos, (pref. 1953).
184 p., 1 f.inum., front., fot., ests. 30 cms. (Arquivos Históricos, n.º 12).

Em comemoração ao centenário da chegada de Martius ao Brasil, a biblioteca possui a publicação seguinte feita pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:

Centenário da chegada de Carlos Frederico Philippe von Martius ao Rio de Janeiro 1817-1917. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1918. 50 p.

Noticiário

RELATÓRIO GERAL DAS ATIVIDADES DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO EM 1968

INTRODUÇÃO

O Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, criado pela Portaria GR. n.º 5, de 9-1-1963, manteve, no decorrer de 1968, a mesma composição de Conselho de Administração do ano anterior, integrado pelos seguintes nomes:

— Prof. Dr. Sérgio Buarque de Hollanda, da Cadeira de História da Civilização Brasileira;
— Prof. Dr. Antônio Rocha Penteado, da Cadeira de Geografia do Brasil;
— Prof. Dr. José Aderaldo Castello, da Cadeira de Literatura Brasileira;
— Prof. Dr. João Batista Borges Pereira, da Cadeira de Antropologia e Etnografia do Brasil;
— Prof. Dr. Carlos Drumond, da Cadeira de Línguas Indígenas do Brasil;
— Prof. Dr. Antônio Delfim Neto, da Cadeira de Economia IV;
— Prof.ª Dr.ª Alice Piffer Canabrava, da Cadeira de História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil;
— Prof. Dr. Eduardo Augusto Kneese de Mello, da Cadeira de História da Arquitetura no Brasil;

sendo os cinco primeiros da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, os três seguintes, da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, e o último, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, tôdas da Universidade de São Paulo.

DIRETORIA — É Diretor atual do IEB o Conselheiro Prof. Dr. José Aderaldo Castello, e Vice-Diretor, o Conselheiro Prof. Dr. Eduardo Augusto Kneese de Mello, com mandato bienal. Eleitos em outubro de 1966, teriam seus mandatos concluídos em outubro-novembro de 1968, nos têrmos da Portaria GR. n.º 5, de 9-1-1963. Contudo, por proposta do Conselheiro Prof. Dr. Sérgio Buarque de Hollanda, unânimemente aprovada pelo Conselho de Administração do Instituto de Estudos Brasileiros, foi solicitada ao Colendo Conselho Universitário a prorrogação, por mais um ano, do mandato da atual Diretoria, devidamente concedida.

Além da Diretoria, com serviços de Secretaria e Expediente, compõe-se o Instituto de Estudos Brasileiros dos seguintes Departamentos ou Setores:

— *Biblioteca;*
— *"Coleção Mário de Andrade — I"* de artes visuais, integrante do Acervo Mário de Andrade;
— *Setor de Pesquisa;*
— *Setor Cultural.*
— Os demais serviços burocráticos são exercidos pela *Assessoria Administrativa* dos Institutos da Universidade de São Paulo.

I — CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração reuniu-se, regularmente, uma vez por mês, sob a presidência do Conselheiro Prof. Dr. José Aderaldo Castello, Diretor do Instituto de Estudos Brasileiros. Tomou ciência de todos os atos da Diretoria, deliberou e propôs medidas de ordem administrativa, relativas a programas de pesquisa, cursos, e conferências, intercâmbio e publicações, executadas pela Diretoria ou pelos setores competentes.

II — DIRETORIA

Sob a responsabilidade imediata da Diretoria, foram executadas as seguintes medidas:

a) Incorporação definitiva do "Acervo Mário de Andrade" ao Patrimônio do IEB. O processo de sua aquisição datava de fins de 1966, concluído em fins de 1967; em princípios de 1968, o então Vice-Reitor, em Exercício, Prof. Dr. Mário Guimarães Ferri, autorizou, sucessivamente, o pagamento das três parcelas devidas pela aquisição dêste precioso Acervo, no total de NCr$ 511.832,00 (quinhentos e onze mil, oitocentos e trinta e dois cruzeiros novos). Providenciadas as instalações, êle foi transferido para a sede do IEB. Presentemente, ainda se procede a sua organização de maneira a expô-lo, definitivamente, à visitação pública e à consulta de estudiosos e especialistas. Compõe-se de cêrca de 600 unidades de obras de arte visual, de artesanato e cultura popular, com o predomínio quase total de assunto brasileiro relacionado com o Movimento Modernista e 17.000 volumes, com as mesmas características, além de uma coleção de discos e do arquivo pessoal de Mário de Andrade, formando, assim, um conjunto fundamental para o estudo daquele momento da Cultura Brasileira.

b) Transferência, em depósito, da "Coleção Lamego", da Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em cumprimento de decisão anterior da Colenda Congregação desta Faculdade, por ocasião da criação do Instituto de Estudos Brasileiros. Aguarda-se a incorporação definitiva desta Coleção ao Patrimônio do IEB. Soma, conforme Livro de Tombo, 4.000 volumes, inclusive manuscritos, com o predomínio de obras raras importantíssimas para os estudos brasileiros.

c) Aquisição de móveis e providências necessárias de instalações adequadas para transferência do material do "Acervo Mário de Andrade" e da "Coleção Lamego". Nesse sentido, foi fundamental a colaboração do Fundo para a Construção da Cidade Universitária, na pessoa do seu Diretor, Dr. Adalberto Mendes dos Santos.

d) Admissão de novos funcionários: dois Auxiliares de Administração e um Servente.

e) Concursos. Com o propósito de regularizar, de acôrdo com decisões e instruções superiores, a situação de funcionários administrativos e de nível universitário do IEB, foram realizados os seguintes concursos:

— Para as funções de *Historiógrafo* (6) seis vagas, distribuídas por diferentes áreas de estudo e pesquisa sôbre o Brasil: História, Literatura e Artes.

— Para *Bibliotecária,* uma vaga.

— Para *Secretária,* a serviço da Assessoria Administrativa, uma vaga.

III — BIBLIOTECA

a) Compõe-se a *Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros* de três "secções", conforme critério fixado em função do histórico de aquisição das "coleções" que a compõem:

— "Coleção Brasiliana", cujo núcleo é o "acervo" que pertenceu a Ian de Almeida Prado; com êsse núcleo, somam-se as aquisições avulsas ou de pequenas coleções. Obras tombadas e em catálogo	12.904
— "Coleção Lamego", fixa, obras tombadas e em catálogo	4.000
— "Coleção Mário de Andrade — II", obras em catálogo	17.000
— Total	33.904

b) *Novas aquisições, incorporações e encadernações*:

— "Coleção Lamego", com obras	4.000
— "Coleção Mário de Andrade — II", com volumes	17.000
— Obras compradas	222
— Obras doadas	142
— Revistas compradas	25
— Revistas permutadas com publicações do IEB	399
	21.788
Volumes encadernados	560

c) *Serviços internos*

Relativamente às *obras raras* do acervo geral da Biblioteca:

— destaca-se, em 1968, o propósito de ser entregue aos consulentes um fichário minucioso. Foram, assim, desdobradas 312 *matrizes,* num total de 1296 fichas para *títulos* e *assuntos,* além de 312 fichas-matrizes destinadas ao Catálogo Coletivo da Biblioteca Central da Universidade de São Paulo e mais 312 para o Catálogo Coletivo em organização no Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação.

— Conferência da "Coleção Lamego".

— O *Catálogo das Publicações Periódicas Existentes na Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo,* elaborado em 1967 e destinado à publicação, passou a ser atualizado no decorrer de 1968, levando-se em conta os periódicos existentes nas "Coleção Lamego" e "Coleção Mário de Andrade — II".

Relativamente à parte "não" rara do acervo geral, foram executados os seguintes trabalhos:

— com o objetivo do melhor conhecimento e identificação das coleções existentes, procurou-se dar maior importância ao desdobramento de *matrizes,* prèviamente pesquisadas, com prioridade ao desdobramento de obras referentes a assuntos brasileiros, seguindo-se o conhecimento de Literatura, Artes, Religiões, Ciências, etc.

Foram desdobradas 3171 *matrizes*, correspondentes a 3171 fichas de autores, 6181 assuntos, 1103 fichas de títulos e 1700 fichas secundárias (de colaboradores, prefaciadores, editôres e séries). A catalogação de periódicos conta com 354 números novos.

— a partir de 17-6-68, foi reiniciado o trabalho de catalogação, classificação e tombamento de novas obras. Foram elaboradas 374 *matrizes* novas, passando o Livro de Tombo da "Coleção Brasiliana" a registrar 12.904 volumes.

d) *Movimento de Consultas*, em comparação com 1967:

1967:	
Obras em Catálogo	12.530
Obras Consultadas:	
Raras	230
Classificadas	1.648
Revistas	257
Média de Consulentes (diária)	8 a 10
1968:	
Obras em Catálogo	12.904
Obras Consultadas:	
Raras	1.011
Classificadas	4.069
Revistas	469
Média de Consulentes (diária)	10 a 20

Da "Coleção Mário de Andrade — II", em caráter excepcional, pois ainda não foi posta à consulta pública:

Livros — 105; Revistas — 157.

IV — SETOR DE PESQUISA

Sob a chefia do Conselheiro Prof. Dr. Sérgio Buarque de Hollanda, dispõe de recursos próprios de microfilmagem, leitura e reprodução de microfilmes, além de contar com os serviços do "Centro de Documentação Histórica", criado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, sob a responsabilidade do Instituto de Estudos Brasileiros e do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, USP.

Conta com pessoal especializado de nível universitário, distribuídos por diversas áreas de estudos brasileiros, nas funções de "Historiógrafos", a saber:

— Lic. Luiz Antonio de Moura Castro,
— Lic. Maria Odila Leite da Silva Dias Curly,
— Lic. Maria Thereza Schorer Petrone,
— Lic. Albertina Gordo de Oliveira Costa,
— Lic. Yêdda Dias Lima,
— Arquiteta Marta Rossetti Batista.

Todos os historiógrafos acima referidos colaboram na pesquisa integrada sôbre "O Brasil às vésperas da Independência", em andamento, conforme plano geral já divulgado em relatórios anteriores — 1966, 1967. Desenvolvem, por sua vez, outros planos de pesquisa, conforme a súmula que se segue do relatório interno das atividades de cada um, a saber:

— *Lic. Luiz Antônio de Moura Castro* — "Conforme autorização que nos foi concedida pelo Conselho de Administração do IEB, ratificada pelo Magnífico Reitor,

permanecemos durante todo o ano de 1968 na Europa, a fim de cursar o "Institut Européen des Hautes Etudes Internationales", com sede em Nice, França. Durante o ano letivo que se prolongou por oito meses, procuramos desenvolver particularmente estudos relacionados com as atividades de pesquisa que exercemos no IEB, interessando-nos de maneira especial os cursos de metodologia das ciências sociais (construção de modelos explicativos e outros), bem como aquêles que dizem respeito à Geografia Humana (particularmente aspectos relacionados com o fenômeno da urbanização), ao Comércio e à Demografia. Os aspectos mais positivos foram propiciados pelo contato que pudemos manter com uma bibliografia altamente especializada e atualizada, assim como pelo sistema de trabalho adotado pelo Institut Europeen, baseado fundamentalmente em trabalho de equipe, através da realização de um grande número de reuniões e seminários.

"Após a conclusão do curso, demos início, em Paris, a uma série de trabalhos de pesquisa e levantamentos de documentação, que se realizaram particularmente nos seguintes locais: a) "Musée des Techniques" do "Conservatoire Nationale des Arts et Métiers", onde se encontra reunido precioso material relativo ao desenvolvimento técnico e industrial francês, importante para o período que nos interessava, ou seja, para o século dezenove. Nesse Museu, tivemos a oportunidade de efetuar um levantamento de tôdas as máquinas e aparelhos, que pudessem esclarecer à forma como foram introduzidas no Brasil as técnicas modernas de produção de energia, fabricação de tecidos, alimentos, etc.; b) também em Paris, efetuamos uma pesquisa no departamento de técnicas primitivas do "Musée de l'Homme", onde estudamos as diferentes técnicas de fabricação e conservação de alimentos, fabricação de tecidos e vestuário em geral, bem como de todos os objetos que contribuem para possibilitar ou facilitar a vida de populações primitivas ou dotadas de parcos recursos técnicos, como era o caso da brasileira, na fase pré-capitalista de seu desenvolvimento; c) finalmente, estivemos nos arquivos do "Ministère des Affaires Etrangères" do Quai D'Orsay, a fim de examinar e iniciar o levantamento da correspondência consular francesa relativa ao período que nos interessava, isto é, de 1814 a 1850. Como não dispuséssemos do tempo necessário para efetuar o levantamento de tôdas as cartas que compõem a série referente a êste período, tomamos as necessárias providências para obter a microfilmagem do material, medida esta que, uma vez efetivada, nos permitirá terminar os trabalhos já bastante adiantados.

"Nos dois meses restantes de 1968 efetuamos alguns levantamentos no Arquivo do Estado de São Paulo, para o preenchimento de lacunas que ainda permanecem sôbre certos tópicos do trabalho, bem como a redação das partes cuja pesquisa em arquivos já está terminada."

— *Lic. Maria Odila Leite da Silva Dias Curly* — "O objetivo de nossa pesquisa foi o estudo do pensamento social e religioso de Robert Southey e da repercussão na conceituação e elaboração da obra histórica sôbre o Brasil. Procuramos estudar as raízes de sua mentalidade conservadora e sua reavaliação da idéia do progresso da historiografia da ilustração, através do estado de espírito com que o poeta se voltava para a História em 1806, dentro de um clima geral de frustração como decorrência da Revolução Francesa e do impacto causado pelas guerras napoleônicas.

"Abordamos sua atitude diante da Revolução Industrial, sua crítica ao capitalismo moderno através de obras como *Letters from England* (1808) e *Colloquies on the Progress and Prospects of Society* (1829) e da correspondência em parte inédita, procurando focalizar a maneira como evoluiu a preocupação do A. com a questão social, com reflexos decisivos sôbre o seu pensamento, utilizamo-nos principalmente da correspondência com John Rickman, secretário do "speaker" da Casa dos Comuns e com Charles W. Wynn membro do Parlamento inglês. Também utilizamos como fontes os artigos de Southey na *Quarterly Review, Edinburg Annual Register, The Critical Review* e *The Annual Review*. Levantamos bibliografia de estudos contemporâneos sôbre a questão social na Inglaterra (1790-1830), focalizando em particular

o pensamento conservador inglês (e suas curiosas afinidades a propósito da questão social, com os Radicais, em oposição aos "whigs"). O interêsse de Southey pela História prende-se intimamente à visão dos problemas da sociedade em que vivia. O prisma apocalítico e "regenerador" e o conceito reformista ou evolucionista da história conduziram-no a uma revisão dos autores que o tinham influenciado em sua formação, fazendo também com que se voltasse contra a filosofia dos utilitaristas.

"Também estudamos a evolução de seu pensamento religioso, importante para a compreensão do historiador, dada a importância essencial que emprestava ao papel da religião no desenvolvimento histórico da humanidade. Com base em sua obra poética, mas, principalmente nos artigos que escreveu para os periódicos referidos acima e na correspondência particular (Bodleian Library, Oxford e Museu Britânico) vimos sua proposição junto à Igreja Anglicana, a simpatia e admiração pela comunidade dos "quakers" e a orientação de suas preocupações religiosas sob a influência da inquietação social e das proporções alarmantes que alcançava o proselitismo metodista e católico nos grandes centros industriais. Passa então, cada vez mais, a dar importância ao papel cultural ou social da igreja e da própria fé no desenvolvimento histórico da sociedade, desinteressando-se do misticismo interior de Novalis ou Schleiemacher que tanto fascínio exerceu sôbre os românticos em geral e sôbre Coleridge em particular com o qual manteve estreitas ligações. A preocupação com as implicações sociais do fanatismo religioso na formação das sociedades, assim como a idealização da vida agrária, que alimentou como reação ao surto de industrialização de sua época, repercutem de modo sugestivo na crítica à colonização ibérica e na interpretação de Southey à História do Brasil.

"Como plano de trabalho, devemos completar a análise da obra de Southey sôbre o Brasil e abordar o problema da sua repercussão na nossa historiografia."

— *Lic. Maria Thereza Schorer Petrone* — "Continuando a elaboração de nosso trabalho, *Início das Atividades de Antônio da Silva Prado,* para completar a parte II — Prado e os contratos de Impostos — a que nos referimos em relatório anterior, organizamos as seguintes tabelas: Afluxo de gado a Sorocabana (1820-1829); número de tropas chegadas a Sorocaba; domicílio dos tropeiros; procedência do gado; rendimento do Nôvo Impôsto e do Impôsto de Guarapuava. Em seguida, passamos a redigir a III parte de nosso trabalho — Prado e o Comércio de gado. Numa primeira fase Prado se interessa principalmente pelo comércio de bovinos, com raio de ação desde os Campos Gerais, onde compra o gado, até o Rio de Janeiro para onde remete os animais. A partir de 1825, sua preocupação maior passa a ser o comércio de bêstas, tendo como centro a feira de Sorocaba, onde realiza vultuosas transações. As minúcias sôbre o mecanismo do comércio de gado, tão importante para a integração do Brasil Sul com o Centro Leste, dificilmente poderiam ser conhecidas se não através de uma documentação particular como a que Prado nos deixou. Podemos, entretanto, completar essa parte com elementos colhidos em outras fontes, como, por exemplo, os relatos de viajantes, crônicas, relatórios e outros documentos manuscritos e impressos. Ressalvando eventuais modificações, essa parte consta dos seguintes itens, também já referidos em relatório anterior:

"III — Prado e comércio de gado

1 — Generalidades; 2 — Comércio com Gado Bovino: a) Mecanismo de compra e áreas produtoras, b) Problemas relacionados com a marcha das boiadas para Sorocaba: as estradas, os pastos e os tropeiros, c) A venda das boiadas, áreas consumidoras e lucros; 3 — Comércio com muares: a) A compra de animais no Sul e em Sorocaba, b) A feira de Sorocaba, compra e venda, tropeiros, problemas de pastos, c) A comercialização do mar, lucros e prejuízos; Conclusões."

— *Lic. Yêdda Dias Lima* — "Fixação dos 'Textos Éditos e Inéditos das Academias, Atos Acadêmicos e Festejos Públicos Comemorativos' de 1641 a 1822; 1 — Mencionamos, inicialmente, a elaboração do plano definitivo para publicação dos

"Éditos e Inéditos do Movimento Academicista no Brasil", organizado pelo Prof. Dr. José Aderaldo Castello, orientador da pesquisa. A matéria teve a seguinte distribuição geral: vol. I, 1.ª parte — *Academias* (8 tomos); vol. II, 2.ª parte — *Atos Acadêmicos* (2 tomos); vol. III, 3.ª parte — *Festejos Públicos Comemorativos* (5 tomos); vol. IV, 4.ª parte — *Coletânea de estudos sôbre o Movimento Academicista no Brasil*. 2. Organização definitiva com fixação de texto e primeiro cotejo da *Academia Brasílica dos Esquecidos* (tomo 5), contendo as *Dissertações Altercadas e Resolutas*, 1761 (209 pp.) e *Dissertações Acadêmicas, Históricas*, 1761 (122 pp.). Êstes textos se encontram na Imprensa Oficial aguardando impressão. 3. Levantamento de textos pertencentes ao Acervo Ian de Almeida Prado — IEB, num total de vinte títulos novos. 4. Elaboração dos índices dos tomos 3, 4 e 5 da *Academia Brasílica dos Esquecidos* (ainda não concluídos). 5. Microfilmagem dos textos — *Rio de Janeiro Ilustrado* (...), (Sem Indicação do Autor), 1750; e *Parnaso Festivo* (...), (Sem Indicação de Autor), 1749 — pertencentes à Biblioteca particular do Dr. Rubens Borba de Morais. 6. Além da "Pesquisa sôbre os Éditos e Inéditos das Academias", fomos encarregada pelo Diretor e Chefe do Setor Cultural da revisão gráfica e tipográfica da *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* — n.os 3, 4 e 5."

— *Lic. Marta Rossetti Batista* — "I — Documentação da Vida e Obra de Annita Malfatti. Estando encerrada a procura sistemática de obras e dados (pesquisa de campo) e montada a monografia, a pesquisadora, ao mesmo tempo que completou exporàdicamente dados em suspenso, dedicou-se, neste semestre, ao estudo da obra da pintora.

"Annita Malfatti apresenta uma evolução bastante incomum, conseqüência de fases complexas, onde, num mesmo período, são encontradas obras de tendências diversas. Esta dificuldade, acrescida de outras como a freqüente mudança dos nomes dados às obras e a maioria das telas não datadas, tem retardado a conclusão da monografia.

Tentando resolvê-las, a pesquisadora trabalhou seguindo três etapas em sua análise: 1 — Classificação de um número representativo de obras de cada fase. Esta parte já foi feita, tendo observado o seguinte método para cada obra em questão: a) procura nas exposições para determinar a primeira vez (data) em que aparece; b) procura em artigos para determinar a primeira vez em que é citada; c) dados obtidos nas várias entrevistas; d) comparação dos ítens anteriores com as obras datadas; 2 — Análise em bloco das telas em cada fase. A pesquisadora já conseguiu ter uma idéia clara da linha geral da evolução da artista, tentando agora ver os caminhos secundários em alguns anos, quais as causas que os motivaram, etc. 3 — Análise individual das principais telas. Etapa iniciada, mas a pesquisadora ainda não conseguiu levar a um bom nível sua análise crítica. Terminando êste ítem, a monografia será revista nos pontos necessários.

"II — Novas Pesquisas: 1. Zina Aita — Numa tentativa de reunir dados sôbre os artistas mais desconhecidos que participaram da Semana de Arte Moderna de 22, iniciou um trabalho sôbre Zita Aita. Através de entrevista e consulta bibliográfica, localizou obras e reuniu alguns dados biográficos. 2. Mick Carnicelli — Iniciou a pesquisa de campo, coletando dados biográficos; organizou também uma relação de seus principais colecionadores."

— *Lic. Lucy de Abreu Maffei* — "Pesquisa sôbre 'A Imigração Italiana em São Paulo de 1902 a 1914'. 1. Decorrente de um levantamento bibliográfico inicial de obras relacionadas com a imigração em São Paulo — no início dêste século foram consultados aproximadamente trinta títulos, inclusive coleções de periódicos, artigos isolados e catálogos. 2. Outras obras, num total de dez, pelo grande interêsse que apresentam, foram lidas e devidamente fichadas. 3. Quanto aos documentos pròpriamente ditos vêm sendo consultados no Arquivo do Estado de São Paulo. Até o presente momento foram vistos 36 maços da Secretaria da Agricultura, referentes aos mais variados assuntos, dentro do tema da pesquisa, tais como: dados estatísticos,

cartas de imigrantes, boletins de Hospedaria de Imigrantes, passaportes, atestados das companhias de navegação, protestos relacionados com o serviço de bagagem, etc. Foi, também, microfilmada a documentação existente no Departamento de Imigração e Colonização do Estado de São Paulo (Livros de Matrícula de Imigrantes, números 70, 71, 72, 73, 76, 77, 78, 83, 84, 85, 86, 87, 89 e 90). Além disso, foram vistos os Relatórios da Irmandade da Santa Casa de São Paulo, tendo sido anotada a parte referente aos estrangeiros lá hospitalizados.

"A meta do trabalho é elaborá-lo de acôrdo com o plano pré-estabelecido, a saber, estudando o tema em questão do ponto de vista da saída do imigrante da Itália, a viagem, as dificuldades de chegada, a localização na lavoura ou não, a adaptação e a repartição. Para tanto, a pesquisa prosseguirá com o fichamento da documentação do Arquivo do Estado de São Paulo e consulta ao restante da bibliografia correlacionada com o tema em questão. Após essa etapa, trabalharemos com o material existente em revistas, jornais e coleções de leis.

"O trabalho em vista, exigirá mais de um ano, talvez dois, até que chegue ao seu término."

Observação: A Lic. Lucy de Abreu Maffei não integra o quadro de Historiógrafos do IEB, mas é bolsista nesta Instituição, para pesquisa e elaboração de trabalho monográfico de tema que o resumo do seu relatório, acima transcrito, indica.

V — SETOR CULTURAL

Sob a Chefia do Conselheiro Prof. Dr. José Aderaldo Castello, abrange as atividades de cursos, conferências, intercâmbio, publicações, e do Departamento de Produção de Filmes Documentários.

a) *Cursos e Conferências* — Foi planejado, para execução de 1968, durante dois semestres letivos, o "Curso sôbre os Séculos XVII, XVIII e o Barroco no Brasil", integrando várias áreas de estudos: História das Idéias, Teoria Literária, inclusive Preceptística Tradicional, História Social, Política e Econômica do Brasil, Geografia Urbana do Brasil, Artes, Arquitetura e Literatura do Barroco no Brasil. Infelizmente, dada a complexidade do Curso e sua importância, considerando-se também problemas internos, de ordem material, de reorganização do IEB em virtude da incorporação da "Coleção Lamego" e do "Acervo Mário de Andrade", e sobretudo sucessivas crises universitárias, o Curso sofreu protelação e finalmente foi suspenso, proposta a sua transferência para 1969.

Limitou-se êste Setor, nestas condições, apenas a realização dos dois seguintes Cursos de Extensão:

— "Uma Visão do Brasil" em colaboração com o Departamento Cultural de *A Tribuna* e a Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes da Prefeitura Municipal de Santos; realizado em Santos, no mês de outubro, desenvolveu o seguinte programa:

I — *O Caráter Nacional Brasileiro,* a cargo do Prof. Dr. Dante Moreira Leite.
Dia 18 — As teorias do caráter nacional.
Dia 21 — O caráter nacional brasileiro durante o romantismo (século XIX).
Dia 23 — O caráter nacional brasileiro na primeira metade do século XX.

II — *Visão Histórica do Processo de Industrialização do Brasil,* dia 24, a cargo da Professôra Dra. Nícia Villela Luz.

III — *Romancistas Brasileiros do Modernismo,* sob a responsabilidade do Prof. Dr. José Aderaldo Castello e a colaboração dos Profs. Drs. José Carlos Garbuglio e Alfredo Bosi.

Dia 25 — Definição do romance modernista.
Dia 28 — José Lins do Rêgo — *Fogo Morto.*
Dia 29 — Graciano Ramos — *Vidas Sêcas.*
Dia 30 — Érico Veríssimo — *O Tempo e o Vento* (I) e *O Continente.*
Dia 31 — Guimarães Rosa — *Grande Sertão* e *Veredas.*

— "O Teatro Jesuítico e Barroco do Século XVI ao XVIII", sob a responsabilidade do Prof. Dr. Claude-Henri Frèches, da Universidade de Aix-en-Provence, especialmente convidado. Previsto para a 1.ª quinzena de outubro, desenvolveu o seguinte programa:

1. O teatro de Padre Anchieta: barroco e atualidade.
2. O teatro jesuítico nos séculos XVII e XVIII.
   2.1. O triunfo do Barroco: Tragicomédia de D. Manuel.
   2.2. A tragicomédia e a política: Uma função inspirada do teatro barroco.
   2.3. Tragicomédia e ópera.
3. As "comédias" de Manuel Botelho de Oliveira. A novidade em Portugal de 1715 a 1723.

— *Conferências,* sôbre os seguintes temas:

— "Voltaire, Malagrida e le Portugal", a cargo do Prof. Dr. Claude-Henri Frèches.

— "Foi Voulue" de Joaquim Nabuco, pelo Prof. Claude-Henri Frèches.

b) *Publicações*

Completou-se a publicação dos seguintes trabalhos, empenhados no final do exercício de 1967:

— *Experiência e ficção de Oliveira Paiva,* de Rolando Morel Pinto;

— *O uso da terra na Região Bragantina,* de Antônio Rocha Penteado; e

— *Narrativas Pias Populares,* de Oswaldo Elias Xidieh.

Reformulou-se o empenho para a publicação dos n.os 3 e 4 da *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* e foi lançado o n.º 5 desta mesma Revista.

Empenhou-se para ser lançado em 1969, n.º 6 também da *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros.*

Foram aprovadas, finalmente, outras publicações, inclusive da importante obra inédita de Rubens Borba de Morais — *Bibliografia Brasileira do Período Colonial,* transferidas para a programação de 1969, em virtude de verbas.

c) *Documentário Cinematográfico*:

— "Pesquisa e Documentário sôbre Cultura Popular do Nordeste", planejado e parcialmente executado de 1966 a 1967, conforme relatório de 1967, sofreu solução de continuidade em virtude de dificuldade de verbas; pleiteou-se, posteriormente, um auxílio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, ainda em via de estudos.

— Documentário descritivo da Casa de Mário de Andrade imediatamente anterior à transferência do acervo dêste ilustre escritor para o IEB.

— Documentário sôbre a presença do poeta e professor italiano Giuseppe Ungaretti, intimamente ligado ao Brasil e ao Modernismo, durante sua permanência entre nós, em princípios de 1968.

d) *Intercâmbio*:

— Presença em São Paulo, como convidado do IEB em colaboração com o Govêrno Francês, do Prof. Dr. Claude-Henri Frèches, da Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de Aix-en-Provence.

— Presença de professôres estrangeiros, norte-americanos, portuguêses e franceses, alguns tendo realizado pesquisas na Biblioteca do IEB. Destaca-se o Prof. Thomas E. Skidmore, da Universidade de Wisconsin, que propôs intercâmbio mais estreito do IEB com a American Historical Association; do Prof. Giovanni Pontiero, da Universidade de Liverpool; Prof. Henry W. Hoge, da Universidade da Califórnia; Prof. José da Costa Miranda, da Universidade de Roma, além de vários outros visitantes e de solicitações de autorização para estágios e concessão de bôlsas.

— Entendimentos com a Universidade da Bahia para participar da organização de um "Curso Interdisciplinar sôbre o Recôncavo" (História, Sociologia, Antropologia — Folclore, Cultura Popular e Lingüística — Artes e Arquitetura e Literatura) em níveis de pós-graduação e extensão universitária a ser realizado no decorrer do ano letivo de 1969, naquela Universidade em colaboração com o Instituto de Estudos Brasileiros — Universidade de São Paulo.

— Participação e representação em Congressos: Prof. Dr. João Baptista Borges Pereira — XXXVIII Internationales Amerikanister Kongress, na Alemanha;

Prof. Dr. Eduardo Kneese de Mello — no Perú e na Colômbia.

Prof. Dr. José Aderaldo Castello — "Festival do Barroco", promovido pela Universidade da Bahia; "Seminário de Crítica", promovido pelo Instituto Nacional do Livro, no Rio de Janeiro, Guanabara; "Encontro Nacional de Escritores", promovido pela Fundação Cultural do Distrito Federal, Brasília.

VI — DOAÇÕES

O Compositor Francisco (Chico) Buarque de Hollanda doou ao IEB a importância de NCr$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros novos) destinada às atividades culturais dêste Instituto. Aceita pelo Conselho de Administração, deliberou-se que aquela importância será destinada à publicação da obra *Bibliografia Brasileira do Período Colonial*, com ilustrações, de autoria do Dr. Rubens Borba de Morais, dada a sua alta importância para os estudos brasileiros.

CONCLUSÕES

Cremos na afirmação progressiva do IEB como órgão de concentração interdisciplinar de estudos brasileiros da Universidade de São Paulo; de intercâmbio nacional e internacional, de informação e coordenação, de defesa de valores, tradições e aspectos fundamentais da Cultura Brasileira, com condições de alto nível para estágios e estudos especializados. Cada vez mais se ampliam essas condições de trabalho, estudo e pesquisa, para o que tem contado sempre com o apoio e a colaboração dos membros que integram o seu Conselho de Administração, seu corpo de Historiógrafos e de funcionários administrativos, e sobretudo da Reitoria e do Colendo Conselho Universitário. Nos estudos e debates da Reforma da Universidade de São Paulo, ora em andamento, espera-se que a estrutura do Instituto de Estudos Brasileiros, com a sua autonomia administrativa e financeira, seja mantida, como condição indispensável para a sua própria sobrevivência, plenamente justificada e reconhecida.

Imprimiu - Tipografia Edanee S.A.
São Paulo

Publicações
do
Instituto de Estudos Brasileiros

1. Carlos Drumond — *Contribuição do Borôro à Toponímia Brasílica,* 1965

2. Rosemarie E. Horch — *Relação dos Manuscritos da Coleção "J. F. de Almeida Prado",* 1966

3. Eunice Ribeiro Durham — *Assimilação e Mobilidade — História do Imigrante numa Comunidade Paulista,* 1966

4. Plínio Ayrosa — *Estudos Tupinológicos,* 1967

5. Rolando Morel Pinto — *Experiência e Ficção de Oliveira Paiva,* 1967

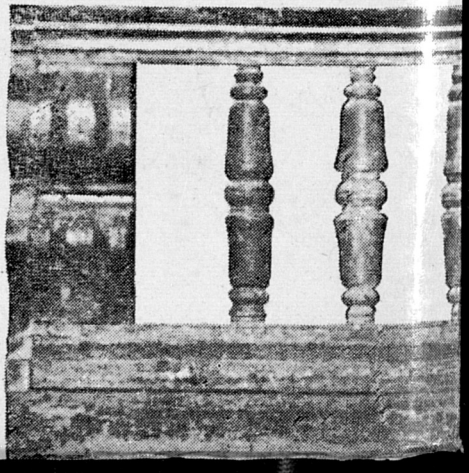
6. Tekla Hartmann — *Nomenclatura Botânica dos Borôro,* 1968

7. Oswaldo Elias Xidieh — *Narrativas Pias Populares,* 1968

8. Antonio Rocha Penteado — *O Uso da Terra na Região Bragantina — Pará,* 1968

REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS — N.os 1, 2, 3 4 e 5

PEDE-SE PERMUTA



Banca de Comunhão
Igreja de S. Miguel Paulista — séc. XVII